

**JOÃO MUNIZ JUNIOR**

**BIOGRAFIA E HISTÓRIA:**

**panteonização e iconoclastia em narrativas de Raimundo Magalhães Junior**

**ASSIS  
2015**

**JOÃO MUNIZ JUNIOR**

**BIOGRAFIA E HISTÓRIA:**

**panteonização e iconoclastia em narrativas de Raimundo Magalhães Junior**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

**ASSIS  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

M966b Muniz Junior, João  
Biografia e história: panteonização e iconoclastia em narrativas de Raimundo Magalhães Junior / João Muniz Junior.- Assis, 2015  
283 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr Wilton Carlos Lima da Silva.

1. Magalhães Junior, R., 1907-1981. 2. Brasil - História – 1889. 3. Historiografia. I.Título.

CDD 981.05

*À minha família e à minha esposa, Karina Moreira Veiga*

## **Agradecimentos**

Concluo essa dissertação acumulando agradecimentos àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esta se concretizasse. Tenho certeza de que a relação de pessoas a quem eu deveria registrar a minha gratidão poderia ser muito mais extensa e detalhada do que a que se segue, mas penso que na maneira como se encontra, de uma forma ou de outra, ela incorpora a todos.

Assim, meu muito obrigado:

- Ao Professor Doutor Wilton Carlos Lima da Silva, meu orientador, pela dedicação e solicitude, pela relação de confiança construída nos últimos três anos de trabalho conjunto que permitiu-me enfrentar os desafios do ofício de historiador; errar refazer e acertar. Espero que este último passo em maior quantidade que os demais.

- Aos Professores Doutores Áureo Busetto e Karina Anhezini de Araujo, pela leitura atenta e as generosas sugestões quando do Exame de Qualificação.

- Ao Professor Doutor Alexandre de Sá Avelar e à Professora Doutora Karina Anhezini de Araujo pela disponibilidade de participarem da Banca Examinadora.

- À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que desde o meu ingresso na graduação ofereceu-me condições para formação profissional e crescimento intelectual.

- Ao CNPq que colaborou com recursos para o desenvolvimento da pesquisa.

- Aos professores do Departamento de História, da UNESP, Campus de Assis, pelo aprendizado durante os anos de graduação e durante as aulas da Pós-graduação.

- Aos funcionários da Fundação Casa de Rui Barbosa, da Academia Brasileira de Letras, da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela atenção e presteza com que me atenderam em minhas visitas para pesquisa em seus acervos.

- Aos meus pais e irmãos pelo apoio e conforto familiar de sempre.

- À minha esposa pela compreensão, paciência, incentivo, sensibilidade e por ser a inspiração da minha vida.

- A Deus que me concedeu a benção da vida, por Sua presença constante nas horas de luz e de trevas, por me conhecer profunda e completamente e preencher as lacunas da minha alma.

MUNIZ JUNIOR, João. **Biografia e história: panteonização e iconoclastia em narrativas de Raimundo Magalhães Junior**. 2015. 283 f.: il. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar aspectos da obra biográfica de Raimundo Magalhães Junior. Para tanto, propusemos fazer esse estudo a partir das biografias *Deodoro, a espada contra o Império* (1957); *Rui, o homem e o mito* (1964); e, *A vida turbulenta de José do Patrocínio* (1969), a fim de analisar a escrita da história nas narrativas biográficas assinadas por Raimundo Magalhães Junior. O texto biográfico deste autor é rico pelas questões que suscita para uma reflexão sobre a constituição híbrida do gênero, parte de história parte de literatura, que almeja por meio da narrativa de vidas construir um conhecimento histórico relacionado a uma perspectiva historiográfica. O estudo do seu biografismo é uma oportunidade de discutir sobre o gênero biográfico e suas relações com a narrativa literária e a escrita da história. Além disso, podemos questionar a temporalidade e a noção de história compartilhada pelo texto, bem como sobre o seu método biográfico, a forma como acontece o aproveitamento dos resultados das pesquisas nos arquivos. Vale ressaltar que tais temas ainda não foram suficientemente explorados, assim como a obra biográfica de Raimundo Magalhães Junior.

**Palavras-chave:** Biografia; História; Raimundo Magalhães Junior; Deodoro da Fonseca; Rui Barbosa; José do Patrocínio.

MUNIZ JUNIOR, João. **Biography and history: pantheonization and iconoclasm in narratives by Raimundo Magalhães Junior**. 2015. 283 f.: il. Dissertation (History Master's degree). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the aspects of biographical works by Raimundo Magalhães Junior. Therefore, we proposed to perform this study by using the biographies: *Deodoro, a espada contra o Império* (1957); *Rui, o homem e o mito* (1964); and *A vida turbulenta de José do Patrocínio* (1969), in order to analyze history writing in biographical narratives written by Raimundo Magalhães Junior. This author's biographical text is considered rich regarding the issues it raises for one to reflect on the hybrid constitution of gender, part history, part literature, which aims – through the narrative of lives – to construct a historical awareness related to a historiographical perspective. The study of his biographism is an opportunity to discuss the biographical genre and its relationship to literary narrative and history writing. Furthermore, we can question the temporality and notion of history shared by the text, as well as his biographical method, and how the findings in archives research are used. It's worth noticing that such issues have not been sufficiently explored, neither has the biographical works by Raimundo Magalhães Junior.

**Keywords:** Biography; History; Raimundo Magalhães Junior; Deodoro da Fonseca; Rui Barbosa; José do Patrocínio

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1 – A escrita biográfica: fluxos, refluxos e novas perspectivas.....</b>	<b>16</b>
1.1 – Biografia e história: Impasses e tensões.....	16
1.1.1 – Biografia: gênero híbrido.....	19
1.1.2 – O “retorno” da biografia.....	23
1.1.3 – A biografia social ou modal.....	33
1.2 – A narrativa biográfica: caminhos novos ou renovados.....	37
1.2.1 – Contratos autorais.....	37
1.3 – A abordagem biográfica e a pluralização da identidade.....	39
<b>Capítulo 2 - Um biografismo à moda brasileira.....</b>	<b>54</b>
2.1 – A crítica literária: um panorama do debate sobre a biografia no Brasil.....	61
2.1.1 – A questão biográfica nos anos 1930 e 1940.....	61
2.2 – A temática biográfica no terreno da crítica literária nos anos 1950-1970.....	67
2.3 – Raimundo Magalhães Junior: aspectos de uma jornada e a recepção crítica de suas biografias.....	108
<b>Capítulo 3 – A operação biográfica em Raimundo Magalhães Junior: os retratos de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e José do Patrocínio.....</b>	<b>136</b>
3.1 – A espada contra o Império: o narcisista Deodoro da Fonseca.....	153
3.2 – O homem e o mito: um perfil iconoclasta de Rui Barbosa.....	181
3.3 – Uma vida turbulenta: lutas, fracassos e sucessos de José do Patrocínio.....	219
<b>Conclusão.....</b>	<b>261</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>269</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>277</b>



## Introdução

Neste trabalho, serão analisados aspectos da obra biográfica de Raimundo Magalhães Junior. Trata-se de um autor que obteve sucesso editorial nos diversos projetos literários que assumiu durante sua carreira de escritor, mas que ao longo destas três décadas desde a sua morte, em 1981, acabou caindo no esquecimento e chega a ser praticamente um ilustre desconhecido, principalmente nos meios acadêmicos e entre os que se mostram interessados na história e na cultura brasileiras.

Desde 1924, com a idade de 17 anos, o autor já tinha o seu primeiro trabalho com as letras ao se empregar no jornal *Folha do Comércio*, da cidade de Campos, Rio de Janeiro, permanecendo neste município durante 7 anos, período em que estreia no teatro, no gênero revista.

Em 1930 ele migra para a então capital federal e inicia uma longa carreira intelectual, multifacetada e simultaneamente conduzida em diversos nichos do mundo das letras: na dramaturgia, na literatura, na tradução, na imprensa.

Vale destacar que a trajetória intelectual de Raimundo Magalhães Junior merece um estudo à parte. Segundo os seus contemporâneos, ela seria não apenas vultosa, mas, principalmente, dotada de qualidade. Essa trajetória em muito se assemelha à de outros intelectuais prolíferos de sua época que, desde os anos 1930, já traçavam suas teias de relações em jornais, revistas e projetos editoriais. Mas o percurso do escritor guarda algumas particularidades que procuramos abordar ao longo deste trabalho, principalmente no tocante à escrita biográfica.

A obra biográfica de Magalhães é construída no período de 1950 a 1970, sobretudo nas décadas de 50 e 60 e continua atual. Uma primeira leitura poderia apontar a qualidade do texto conciso, influenciado pelo homem de imprensa. Uma análise mais cuidadosa permitiria identificar uma escrita mais próxima da narrativa historiográfica, inspirada por questões relacionadas à história cultural, social e política do Brasil de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX.

O seu texto biográfico é rico pelas questões que suscita para uma reflexão sobre a constituição híbrida do gênero, parte de história parte de literatura, que almeja, por meio da narrativa de vidas, construir um conhecimento histórico relacionado a uma perspectiva historiográfica.

Apesar de se envolver com a escrita da história por meio de suas biografias, de elaborar palestras e textos sobre o passado do país, ele foi um pensador de história e não um historiador profissional, foi alguém interessado pela historiografia, como demonstrado em aulas concedidas a convite da Academia Brasileira de Letras.

Raimundo Magalhães inicia sua produção biográfica na segunda metade do século XX, a partir de algumas concepções historiográficas em vigor e de outras ainda ligadas ao século anterior. Seria frustrante a tentativa de colocar sob ele uma legenda classificatória, assim como o seria em relação a outros intelectuais polígrafos de seu tempo que também produziram biografias, apesar de ser evidente a opção que faz pela biografia histórica.

É notável a preocupação do biógrafo com o trabalho de pesquisa, dedicando uma porção considerável do seu tempo a fim de investigar documentos para fundamentar os seus textos. Esta faina pela pesquisa nos faz indagar sobre suas veredas metodológicas, sobre a maneira como conduzia suas investigações pelos arquivos e como digeriria os seus “achados”.

O autor tinha prazer e até mesmo certo orgulho pelas descobertas de documentos inéditos, de acervos intocados, o que lhe abria espaço para asserções interpretativas sobre a cultura, sociedade e política de uma história recente, sobretudo da transição da Monarquia para a República.

O estudo do seu biografismo é uma oportunidade de discutir sobre o gênero biográfico e suas relações com a narrativa literária e a escrita da história. Além disso, podemos questionar a temporalidade e a noção de história compartilhada pelo texto, bem como sobre o método biográfico, a forma como acontece o aproveitamento dos resultados das pesquisas nos arquivos.

As biografias assinadas por R. Magalhães Junior, era dessa forma que exigia a grafia de seu nome em suas obras, são documentos valiosos e ainda não estão superadas. A nossa pretensão é analisar a sua operação biográfica, sendo assim, trazemos à tona não somente aspectos do texto em si, mas também os seus prefácios, índices, títulos, notas, anexos, referências bibliográficas, documentos, arquivos e acervos citados, além dos textos que precedem a obra ou que a comentam, como é o caso da crítica literária. Estes textos fornecem elementos para o estudo da maneira como o autor, por meio do narrador, constrói o enredo biográfico.

Ele foi um autor revisionista, sendo que tal particularidade lhe rendeu a admiração, mas também uma extensa lista de adversários no mundo intelectual. Tornou-se famoso por sua intransigência crítica, pela imagem do revisor obcecado, apontando erros, citações deturpadas, plágios, distorções de dados, erros de tradução, equívocos, propositais ou não, em artigos,

crônicas, textos de crítica literária, livros de literatura e de história, poesia, antologias, dicionários, ensaios, biografias, entre outros.

Muitas das anotações sobre revisões podem ser consultadas no seu arquivo pessoal doado pela família, após o seu falecimento, à Fundação Casa de Rui Barbosa. Vale ressaltar que o autor é revisor não apenas de textos ou obras alheias, mas de si mesmo também. Como prova disto, temos seus depoimentos em entrevistas e, principalmente, as reedições ampliadas e corrigidas de suas biografias.

Raimundo Magalhães biografou: Artur Azevedo, Dom Manuel Mariano Melgarejo, Machado de Assis, D. Pedro II, José do Patrocínio Filho, Deodoro da Fonseca, Cruz e Sousa, Álvares de Azevedo, Rui Barbosa, Leopoldo Froés, Casimiro de Abreu, José do Patrocínio, Martins Pena, José de Alencar, Olavo Bilac, Augusto dos Anjos e João do Rio.

No momento em que começávamos a trilhar o percurso da pesquisa de mestrado nos vimos diante deste amplo leque de opções para trabalhar, sendo assim, qual deveria ser a escolha? Antes de comentar sobre esta questão, vale a pena tecermos alguns comentários sobre algo que poderia ser chamado de a gênese do presente trabalho.

No início de 2012, correspondente ao meu último ano de graduação em História pela Unesp, campus de Assis, o professor Wilton Silva, que me orientava em um projeto de Iniciação Científica, indagou sobre meus planos para o futuro, sobre minha perspectiva em relação ao mestrado em História.<sup>1</sup>

Eu não tinha uma resposta pronta. Além disso, conhecia de maneira bastante superficial, o que espero ter melhorado, um projeto de mestrado, tópicos como temática, justificativa, recorte temporal, objeto, fontes, hipótese, metodologia, teoria, bibliografia.

Diante da minha hesitação em relação a qual temática escolher, ele sugeriu algumas opções: poderia aprofundar o estudo do objeto que vinha trabalhando na minha iniciação científica, refletir sobre algumas opções para estudar ou poderia focar em algo, para mim, totalmente novo: as biografias de Raimundo Magalhães Junior.

O espaço aqui não é destinado às minhas reminiscências, mas os dias que sucederam a esta conversa foram de intenso processo de reflexão, ou melhor, de mais indecisão, sendo que data justamente deste período o germe que originou o presente trabalho.

---

<sup>1</sup> Na Iniciação Científica trabalhamos sob orientação do professor Wilton Silva em um projeto que tinha por objetivo analisar um modelo de formação do papel social da mulher a partir das convenções de civilidade dos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho: *Guia de Boas Maneiras, Só para homens e Snobérrimo*. Os resultados da pesquisa foram publicados em forma de artigo na revista *Caderno Espaço Feminino*, o título do texto é “A gramática do comportamento: a fabricação do feminino nos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho”, disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/27300/16383>>. Acesso em 10 de maio de 2015.

Não preciso dizer que por fim, decidi pesquisar as biografias de Raimundo Magalhães Junior. Todavia, este seria o primeiro passo de muitos ainda: qual ou quais das 21 biografias? Como obtê-las? Haveria exemplares em sebos? Estas questões, nem sempre nesta ordem, se embaralhavam com outras mais angustiantes: o que fazer com a ou as biografias que escolhesse? Como analisá-las? Qual deveria ser a hipótese, a metodologia, a teoria, a bibliografia, etc.? E note: eu ainda nem tinha me decidido com qual delas iria trabalhar e muito menos lido qualquer um dos 21 volumes.

Aos poucos fomos afinando, sob a influência da inestimável orientação do professor Wilton Silva, as nossas opções até fechar com três biografias: *Deodoro, a espada contra o Império*, de 1957; *Rui, o homem e o mito*, de 1964; e *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, de 1969.

A escolha destas três obras não foi aleatória. Após a pesquisa de alguns dados sobre o autor, percebemos que a grande maioria de suas narrativas de vida se concentravam em poetas e escritores do nosso panteão literário, sendo que apenas uma pequena parcela, na qual se inserem as nossas opções, foi destinada ao estudo da trajetória de figuras públicas com atuação, principalmente, na vida política do Brasil.

Estas obras nos revelam aspectos muito importantes: a imagem construída de Raimundo Magalhães como um escritor de biografias históricas, sobretudo após o lançamento da narrativa sobre Deodoro da Fonseca; as posições do biógrafo sobre Rui a partir de farta pesquisa que resulta em uma obra revisora tanto da conduta pública do jurista quanto do processo de mitificação de sua personalidade; as pesquisas do autor sobre José do Patrocínio, figura impressionante pelo vigor com que se agitou no jornalismo combativo da época e por sua atuação de líder abolicionista.

As biografias em foco permitem-nos analisar questões como: a abordagem que o biógrafo empreende sobre a transição da Monarquia para a República a partir do estudo de trajetórias individuais (Deodoro, Rui e Patrocínio); as relações entre indivíduo e sociedade e os intercâmbios que ocorrem por conta destas ligações; a concepção do autor sobre o gênero biográfico que podemos identificar, geralmente, nas entrelinhas de suas obras; a escrita da história presente nas narrativas biográficas de Raimundo Magalhães Junior.

As biografias assinadas pelo autor foram publicadas principalmente pela Companhia Editora Nacional, pela Editora Civilização Brasileira, pela Editora Melhoramentos e pela LISA – Livros Irradiantes S. A. Trata-se de obras que tiveram grande divulgação e, caso tomemos por parâmetro as altas tiragens, boa recepção em um mercado editorial que nesse momento já explorava avidamente o gênero biográfico.

A biografia de Machado de Assis, de 1955, teve uma tiragem inicial de 10 mil exemplares; o livro sobre Rui Barbosa, de dezembro de 1964, na primeira edição foi posto no mercado cerca de 5 mil exemplares, já para a segunda edição, de março de 1965, ou seja, passados apenas três meses da primeira, a tiragem foi de 10 mil exemplares.

O biógrafo era considerado o responsável “por um movimento editorial sem paralelo na história de nossas letras”. Em cerca de 40 dias, no ano de 1957, teve 4 livros lançados, todos inéditos, com um total de cinco volumes: *Deodoro, a espada contra o Império* (2 vols.), *O Império em chinelos*, *O Fabuloso Patrocínio Filho* e *Antologia de humorismo e sátira*.<sup>2</sup>

A soma destes volumes publicados corresponde a cerca de 30 mil exemplares disponibilizados no mercado e constituem um indicador dos temas de interesse no período e também da recepção favorável ao autor.

Raimundo Magalhães Junior foi um autodidata, era considerado um polemista, revisor agudo e intransigente, alguns contemporâneos até mesmo o concebiam como indigesto. Quando questionado sobre esta característica, ele respondia: “Continuo, porém, a achar que é impossível retificar ideias falsas, conceitos errôneos muito repetidos, sem um pouco de vivacidade, sem arregaçar as mangas...”<sup>3</sup>

O recorte temporal demarcado para este estudo é o período que o autor produziu sua obra biográfica: de meados dos anos 1950 ao final da década de 1970, sendo que os anos 50 e 60 constituem uma fase de grande produtividade em sua carreira de biógrafo.

Suas biografias parecem refletir uma preocupação do escritor com a ideia de que seria preciso estudar e refletir sobre a vida e a obra de indivíduos que se movimentaram na cena pública na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e que teriam contribuído para a construção da nação.

Apesar do renovado interesse dos historiadores pela temática biográfica, entre nós, ainda não são muitos os trabalhos sobre o estudo da biografia pela análise historiográfica. A maior parcela dos trabalhos que abordam a temática são análises de *como escrever* biografias e são escassos os estudos que se debruçam sobre *como analisar* biografias.

Existe uma carência de se investigar aspectos da trajetória da biografia e suas intersecções ou afastamentos em relação à historiografia, a fim de se analisar questões de ordem teórica e metodológica que cercam o gênero além de averiguar as mutações sofridas por este tipo de narrativa como um nicho da produção intelectual.

---

<sup>2</sup> Que se passa com R. M. J? 4 livros em 40 dias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 28 de julho de 1957, p. 2

<sup>3</sup> Ibid.

A análise de obras de cunho biográfico é uma rica possibilidade de análise para o historiador, porque muitas das questões debatidas por este profissional em seu campo de atuação também são enfrentadas pelo gênero biográfico: as condições de liberdade, de escolha e relações de poder presentes na vida humana, as relações entre indivíduo e sociedade, o indivíduo e a história, a questão do jogo de escalas na análise histórica.

O presente trabalho possui a seguinte estrutura: introdução, três capítulos e conclusão, sendo que na introdução apresentamos um panorama geral do texto.

O capítulo 1, “A escrita biográfica: fluxos, refluxos e novas perspectivas”, busca caracterizar o gênero biográfico como uma modalidade de escrita narrativa que sofreu alterações, influenciou e foi influenciado por outras modalidades narrativas, como a histórica.

Neste capítulo, procuramos problematizar o chamado “retorno” da biografia nas últimas décadas e também traçamos algumas reflexões sobre a questão do sujeito e suas relações com a sociedade. Por fim, apresentamos algumas abordagens novas e inovadoras do gênero biográfico.

O capítulo 2, “Um biografismo à moda brasileira”, é uma análise de aspectos da escrita biográfica no país. Para tanto, nos debruçamos sobre a maneira como o gênero foi debatido pela crítica literária veiculada nos periódicos brasileiros em dois recortes temporais: 1930-1940 e 1950-1970.

A comparação de como a crítica literária debateu a questão biográfica nestes dois períodos serve para demonstrar o modo como a narrativa de vidas sofre alterações em sua estrutura metodológica e também nos modos de recepção ao longo de um determinado período tempo.

Além disso, a nossa principal preocupação é refletir sobre a maneira como uma parcela considerável de intelectuais, escritores, jornalistas, críticos literários, biógrafos, ensaístas, concebeu o biografismo brasileiro nos recortes citados.

Em um primeiro momento, nas décadas de 30 e 40, debateu-se o que foi identificado como uma “epidemia biográfica” e as influências de autores como Maurois, Strachey e Ludwig na renovação do gênero sob a égide de uma biografia romanceada.

Já nos anos 1950-70, o debate girou em torno da concepção de uma biografia histórica, livre da chamada “literatice” da biografia romanceada, sendo que é justamente neste período e à vertente histórica que o biografismo de Magalhães está relacionado.

No capítulo 3, “A operação biográfica em Raimundo Magalhães Junior: os retratos de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e José Do Patrocínio”, analisamos três biografias assinadas pelo autor (*Deodoro, a espada contra o Império*, 1957; *Rui, o homem e o mito*, 1964; e *A vida*

*turbulenta de José do Patrocínio*, 1969). O nosso propósito é interpretar as biografias citadas e verificar como o autor constrói os retratos biográficos desses protagonistas e a maneira como estabelece as relações entre indivíduo e sociedade.

Neste capítulo, também procuramos destacar como o biógrafo elaborou uma maneira característica de interpretar e narrar um determinado período da história brasileira, mais especificamente, a transição da Monarquia para a República, por meio do estudo de alguns de seus personagens, no caso, Deodoro, Rui e Patrocínio. Vale destacar a preocupação do escritor com uma pesquisa profunda, exaustiva, a fim de confeccionar suas histórias de vida.

As biografias assinadas por Magalhães Junior estão permeadas pela questão das relações entre indivíduo e sociedade, os seus personagens são entretecidos na malha social, nas disputas pelo poder, nas alterações pelas quais passou a sociedade da época em que viveram.

O conjunto formado por estas três biografias oferece um panorama, um mosaico ativo da vida política, cultural e social das décadas finais do Império e das décadas iniciais da República no Brasil.

## Capítulo 1 – A escrita biográfica: fluxos, refluxos e novas perspectivas.

### 1.1 – Biografia e história: Impasses e tensões

A biografia possui os ingredientes necessários para atrair a atenção do leitor: a ideia de ser o receptáculo de uma vida sobre a qual nutrimos uma quase necessidade de compreensão, reflexão, o desejo de olhar no espelho das palavras que procuram captar uma trajetória pessoal que, na maioria dos casos, já não faz mais parte do mundo dos viventes e encontrar um pouco de si mesmo; a busca por experiências de vida que inspirariam, libertariam da nossa própria existência, mesmo que por breves momentos.

A biografia é reconhecidamente marcada pelas suas fronteiras fluidas (REVEL, 2010), e em cada época, este gênero foi alvo de expectativas que correspondiam ao desejo de se aproximar deste ou daquele modelo, seja no mundo antigo, na hagiografia, na modernidade, nas ciências sociais ou na historiografia, a biografia foi alvo de disputas epistemológicas, teórico-metodológicas, mas nunca perdeu sua essência: a constituição híbrida, isto é, a tensão entre um regime de verdade e a liberdade criativa (LORIGA, 2011).

Trata-se de um gênero de escrita alvo de desconfiança, para dizer o mínimo, como pode exemplificar Bakhtin:

O mundo da biografia não é fechado nem concluído, e o princípio de fronteiras firmes não o isola no interior do acontecimento da existência. A biografia, decerto, participa do acontecimento, mas é só pela tangente [...] [uma vez que a sua participação direta ocorre o mais perto possível do mundo da família, da nação, da cultura. A biografia é um ato orgânico e ingênuo que se realiza na tonalidade estética, no interior de um mundo em princípio aberto, mas que tem seus próprios valores autoritários e organicamente autossuficientes. A vida biográfica e o discurso biográfico sobre a vida estão imersos na fé e no calor que dela emanam; a biografia é profundamente confiante; [...] da mesma forma que a confissão repercute fora das suas próprias fronteiras. [...] Como os valores biográficos estão submetidos ao domínio da alteridade, eles não são garantidos e nada os mantém, pois não podem ser internamente fundamentados por completo. (BAKHTIN, 2000, p. 179-180).

A biografia desde o seu surgimento na Antiguidade, quando ainda era chamada de “vidas” se distinguia da história, pois além de esta última ser a narrativa das coisas públicas também é guiada pelo desejo de verdade, enquanto que no biografismo, gênero descritivo tanto do público quanto do privado, se desenvolve além de um discurso de verdade, também a abertura para a imaginação.



Ou seja, a biografia nasce como gênero híbrido, compósito. Isto foi por muito tempo a marca de nascença que simbolizava o estigma da biografia, mas hoje podemos enxergar nesta marca a singularidade mesmo de um sucesso e mais, de veredas ricas em possibilidades de análise e escrita historiográfica.

A biografia, enquanto forma narrativa permite que o leitor teça comparações entre sua própria história com a de outra pessoa, independentemente do tempo e do lugar, isto é possível pelo fato de que as vicissitudes humanas são atemporais, pois “as biografias influenciam o modo como os leitores enxergam a natureza humana em geral, certos indivíduos em particular ou a si mesmos”. (VILAS BOAS, 2002, p. 38).<sup>4</sup>

São muitas as interpretações para aquilo que se considera um “retorno” da biografia: a crise do marxismo, a libertação de uma história quantitativa e serial que havia subjugado a história factual, ou seja, a evolução da historiografia francesa, o desenvolvimento do diário e da autobiografia, o crescimento de um público leitor erudito, ou não, sedento pelas narrativas (auto)biográficas, ou ainda, o apelo ao *voyeurismo*.

Todavia, a confluência da reflexão historiográfica e do gosto do público pela biografia se operou em virtude de um fator mais determinante: a renovação do individualismo (LEVILLAIN, 2003). Apesar de serem variáveis as tentativas de explicação para o *boom* do gênero biográfico das últimas décadas, uma coisa não se pode negar: a importância do gênero na reflexão historiográfica atual.

Levi (1998) destaca que

A biografia constitui [...] o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmite à historiografia. Muito já se debateu sobre esse tema, que concerne sobretudo às técnicas argumentativas utilizadas pelos historiadores. Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciaram amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis: a propósito, por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição (LEVI, 1998, p. 168-169).

A biografia é uma possibilidade de reconstituição de um momento social, carrega em seu bojo o sistema político e o seu contexto social atrelado aos aspectos individuais vinculados com a época do biografado.

---

<sup>4</sup> Todavia, a ideia de que a biografia atende um leitor em busca de si mesmo se choca com outra noção, a de que as biografias visam atender os apelos de leitores alienados, fúteis e curiosos sobre a vida dos biografados.

A biografia reúne dois caracteres distintos, mas que mantêm relações entre si: “De um lado, há a trajetória de vida; de outro, a síntese histórica, representada pelo tempo social [mais amplo (inserção do autor), mais global e mais universal (estudos da condição de vida)].” (LENA JUNIOR, 2012, p. 209).

Em relação ao conceito de biografia, cada sociedade no espaço e no tempo lhe conferiu significados. Todo conceito se trata de uma palavra, mas isso não quer dizer que toda palavra é um conceito social ou político.

Existe a possibilidade de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio da análise de como os conceitos eram utilizados pelos contemporâneos de então. A história dos conceitos apresenta a estratificação dos significados de um mesmo termo em épocas diferentes, permitindo que se analise o conceito para além da sequência cronológica de significados, confrontando e medindo permanência e alteração de sentidos (KOSELLECK, 2006).

É tentadora a ideia de rastrear sistemática e aprofundadamente o itinerário do conceito *biografia*, conforme postulado por Koselleck (2006), mas este não se trata do objetivo deste trabalho.

Todavia, uma vez que um dos nossos objetivos é o entendimento das relações entre narrativa biográfica e escrita da história, vamos procurar retrazar alguns pontos desta cartografia marcada pelos fluxos e refluxos, usos e desusos que a biografia sofreu ao longo do tempo.

Tendo em mente o alerta de Bourdieu (1989) para dois dilemas característicos do campo do historiador: primeiro, a tentativa de trazer de volta o passado, em toda a sua complexidade, assim como foi; segundo, a busca da origem da origem, ou seja, a fim de estudar determinado objeto, o historiador não se contentaria em traçar um recorte temporal específico, mas direcionaria o seu olhar cada vez mais distante no tempo a fim de procurar a origem do seu problema, do seu objeto de estudo.

A História praticada atualmente não tem mais a pretensão de apresentar o passado exatamente como foi ou encontrar as causas ou os acontecimentos por si mesmos. Mas o alerta de Bourdieu (1989) serve no sentido de que este caminho, o de ressuscitar o passado, se trata de uma aventura que se encontra além das possibilidades do historiador e este, conhecedor de suas limitações, não deve cair na tentação de esgotar o tema da sua pesquisa, visto que o que chega até nós, conforme Koselleck (2006), são vestígios, ou seja, pedaços, muitas vezes, desconexos do passado.

O historiador procura entender os desaparecimentos e ressurgimentos, os silêncios, as construções e apropriações de seu objeto ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma busca constante, e aparentemente, infinita, pois quanto mais respostas são encontradas, mais dúvidas, questões, hipóteses, surgem, alimentam e impulsionam a busca pelo conhecimento, pela compreensão, a necessidade de se encontrar mesmo, com o passado e com o seu presente.

Quanto ao segundo ponto destacado por Bourdieu (1989), isto é, a busca do historiador pela origem da origem do seu objeto, seria um equívoco tentar rastrear o momento em que surge, *realmente*, por exemplo, a biografia.

Em nosso caso, nos contentamos com a tese de que se pode apontar os seus primeiros vestígios no Ocidente (MOMIGLIANO, 1993). Uma vez que quanto mais se recua no tempo na procura da gênese da gênese, mais se mostra necessário retroceder, trata-se, portanto, de um caminho sem volta.

A saída seria propor um recorte temporal, muitas vezes dolorosamente estabelecido, mas que permite focar o objeto de estudo de forma a alcançar da melhor maneira possível os objetivos propostos.

A biografia deixou suas marcas mais verificáveis na Grécia antiga, mas sabemos que ela poderia ter sido praticada, ou melhor, deve ter sido praticada antes, de diversas formas por outras culturas em outras partes do mundo, mas os rastros deixados são confusos e como não se trata de nosso objetivo uma busca sistemática e profunda, damo-nos por satisfeitos.

### **1.1.1 – Biografia: gênero híbrido**

Apesar da distância no tempo, 1791, James Boswell, biógrafo autor de *The life of Samuel Johnson* é considerado o “pai” da biografia moderna por ter revolucionado a forma de se escrever uma biografia.

O biógrafo conheceu o biografado em vida e a narrativa da trajetória de Johnson é realizada após sua morte. Ao contrário de seus predecessores hagiográficos, Boswell especulou sobre a psicologia de seu biografado, expôs ideias sobre como narrar uma vida, descreveu as barreiras à pesquisa biográfica e à própria escrita em si ao longo do texto, incluiu cartas, documentos, entrevistas e sua própria experiência enquanto amigo do biografado.

Portanto, a discussão em torno da necessidade de se renovar a biografia tradicional era já de longa data, quando ganhou intensidade nos anos imediatos ao fim de Primeira Guerra Mundial.

O debate em torno da questão da renovação biográfica e sobre seu caráter híbrido reuniu nomes de destaque no campo de sua produção, entre outros, podemos citar: André Maurois na França (1885-1967), Emil Ludwig na Alemanha (1881-1948) e Lytton Strachey na Inglaterra (1880-1932).<sup>5</sup>

Estes biógrafos, cada um à sua maneira, contribuíram na confecção de biografias nas quais os indivíduos são retratados de maneira, digamos, humanizada, em suas glórias e em suas humilhações.

Estas figuras, que representam a renovação no campo biográfico, se preocupavam com as limitações dos modelos tradicionais de escrita biográfica, aos quais dirigiram as mais duras críticas: “Esses dois grossos volumes, com os quais temos o costume de honrar os mortos, quem não os viu com sua massa de documentos mal digeridos, seu estilo decomposto, seu tom de panegírico entediante, sua lamentável falta de seletividade (...)?” (STRACHEY *apud* LORIGA, 2011, p. 24).

Strachey não se volta contra a biografia em si, pelo contrário, acreditava que o homem seria importante demais para ser usado como sintoma do passado e queria se valer da biografia como instrumento para desmascarar a história.

Virginia Woolf capta de forma clara os escolhos que envolvem a escrita biográfica: o discurso de verdade e a questão da imaginação ficcional. Este debate continua ao longo do século XX e Dosse (2009, p. 55) qualifica como sendo a marca característica da biografia histórica: o seu caráter híbrido, tensionada entre a vontade de reproduzir uma verdade sobre o passado e a capacidade criativa do biógrafo.

Em 1928, em uma conferência pronunciada na Inglaterra, André Maurois situa a biografia entre o procedimento científico e a dimensão estética. Defende um enfoque cronológico como uma necessidade, mas aproxima a biografia do romance.

Isto porque apesar da cronologia apontar para um desfecho que se aproxima a cada página virada, a intriga, ingrediente indispensável ao romance, cria no leitor a expectativa acerca do futuro.

---

<sup>5</sup> Sobre estes autores e o debate travado em torno não só da biografia enquanto gênero híbrido, mas também sobre uma renovação da biografia tradicional no começo do século XX, ver CAVALHEIRO (1943); DOSSE (2009); GONÇALVES (2009, p. 153-186); GONÇALVES (2011).

O objetivo é criar uma narrativa biográfica na qual os medos, sofrimentos e incertezas do personagem ganham vida por meio das palavras. Compara o trabalho do biógrafo com o do pintor de retratos: a necessidade de se ater ao essencial e a abertura para realizar as próprias escolhas, o cuidado com o verídico deveria ser uma das metas do biógrafo, que também poderia se valer de sua sensibilidade na composição de seu retrato em papel e letras.

Qual deveria ser hoje a postura do biógrafo? A questão em torno do caráter híbrido do biografismo deve canalizar para uma tomada de atitude por parte do biógrafo: assumir, perante o leitor, um pacto de veracidade que lembra a proposta de Philippe Lejeune ao tratar da autobiografia.<sup>6</sup>

E quanto à emissão de juízo de valor? Na concepção de Maurois, este não é um papel do biógrafo, caso contrário, ele adentra no território da ética, enquanto que o seu universo é o estético.

Neste caso, quem melhor poderia captar de maneira completa o personagem: o biógrafo ou o romancista? O biógrafo sairia em desvantagem, pois não pode exprimir por meio de sua narrativa a alma do biografado, uma vez que as fontes lhe são ausentes neste quesito, enquanto o romancista pode dar asas à imaginação.

No mundo contemporâneo, a biografia admite a parcela ficcional de sua escrita, que por sinal, não está condicionada apenas ao biografismo, já que o historiador também se vê envolto pela tensão de um compromisso com a verdade e a necessidade de recorrer à sua intuição, a uma narrativa, mas na biografia, a tensão atinge o paroxismo, por depender, não em camadas superpostas, mas de forma concomitante da dimensão histórica e da dimensão ficcional.

Vilas Boas (2008) reflete sobre alguns aspectos fundamentais do gênero biográfico, como a questão da necessidade de transparência da parte do biógrafo, a questão da verdade do biografado e a verdade do biógrafo.

A maioria das biografias é narrada de maneira onisciente: “É como se o autor, sendo onisciente, tivesse firmado uma carta de convicções autocentrada a respeito de suas escolhas, suas interpretações e a estruturação da história” (VILAS BOAS, 2008, p. 186).

Na biografia, o narrador onisciente é também o reflexo de uma pretensão, cujo foco é uma visão cientificamente objetiva. Elimina-se o “eu” a fim de passar a impressão de se estar alcançando o “objetivo da objetividade” através de uma maneira impessoal de se escrever. A

---

<sup>6</sup> Ver LEJEUNE (2008).

onisciência é uma barreira para a transparência. Sendo assim, o narrador se torna “imperial, autoritário, impessoal, esquivo, onipresente e escondido” (VILAS BOAS, 2008, p. 188).

É preciso expor-se no contexto do que se narra, a fim de mostrar transparência e tranquilidade narrativa. A necessidade de ser transparente é justificada pelo fato de que

Nós, leitores, não temos acesso à visão de mundo que orientou as movimentações do biógrafo no tabuleiro de xadrez que é o biografismo; não ficamos sabendo quais informações/interpretações decidiu descartar; não nos é garantido o direito de conhecer as dúvidas e impasses que inevitavelmente lhes ocorreram. Em geral nem sabemos por que escolheram tal pessoa e não outra. (VILAS BOAS, 2008, p. 181).

O biógrafo deve se expor e mostrar como se deu o processo de interpretação das fontes, para que a transparência seja alcançada. Afinal de contas, tanto a gênese quanto a interpretação dos documentos ocorrem dentro e em um jogo de contextos.

Portanto, a massa de documentos, fragmentária e lacunar, precisaria de uma explicação por parte do biógrafo, a fim de que este alcance a transparência. Podemos estabelecer uma ligação entre esta ideia de transparência defendida por Vilas Boas (2008) e aquilo que Lejeune (2008) identifica como o “pacto autobiográfico”, uma vez que tanto no caso da biografia como no da autobiografia haveria, segundo esses dois autores, a necessidade de transparência, um engajamento em um espírito de verdade.

Para que o biógrafo possa dar transparência à narrativa seria preciso que este se posicione

Comedidamente em primeira pessoa, sem emitir julgamentos morais, mas afirmando um ‘eu-convicente’; oferecendo pitadas de *making of* para compartilhar processos intelectuais e intuitivos seus e dos outros; minimizando seu afã cartesiano; e tornando-se mais consciente sobre o seu relacionamento com o biografado. (VILAS BOAS, 2008, p. 209).

Sendo assim, a razão para que o biógrafo assuma uma postura de transparência em relação ao leitor seria “Porque compõem, com seus personagens, um subjetivo jogo de espelhos que ultrapassa os fatos e as interpretações que venham a dar-lhes” (VILAS BOAS, 2008, p. 180) e no caso de isto não ser levado em conta como um argumento sério, uma resposta/pergunta pode ser feita: por que não ser transparente?

Sobre a questão da verdade é preciso salientar que as biografias revelam tanto quanto ocultam. Sob a fachada da historiografia, da psicologia, da narrativa instigante, envolvente e criativa, a biografia transmite uma aura de consistência verídica.

Por que então a biografia procura passar a impressão de conter *a* verdade? A resposta seria a necessidade de validação, de credibilidade perante o leitor, isto é, por convenção ou presunção, aparentemente, a biografia só alcança legitimidade se expressar ou passar a impressão de verdade.

Para o mundo ocidental, verdade é poder provar algo de forma científica. Mas quase nenhuma das muitas questões que perturbam o ser humano são passíveis de ser provadas por métodos científicos.

Ou seja, aceitar ou não uma proposta de emprego, pintar a casa desta ou daquela cor, fazer uma viagem de férias para um determinado lugar e não para outro, são questões que raramente podem ser provadas, cientificamente falando.

O ponto central é este: “a verdade científica, que pauta os biógrafos, não é o mesmo que a verdade íntima, que pauta os biografados. A ciência adquiriu a função de proporcionar ao cidadão uma explicação coerente do mundo.

Mas nem só de objetividade é feita a ciência, e muito menos o biografismo” (VILAS BOAS, 2008, p. 160-161). Ou seja, da mesma forma que um território é uma coisa e o mapa é a representação desta coisa, assim também ocorre com a vida *vivida* por alguém e a biografia enquanto narrativa possível da vivência de um sujeito.

Qual o tipo de verdade dos biógrafos? “Eles tecem percepções (racionais e sensoriais) sobre alguém. Os biografados estão ou estiveram ali, antes de qualquer reconstrução que se possa fazer deles” (VILAS BOAS, 2008, p. 169). Qual deveria ser a verdade para os biógrafos?

Um biógrafo não precisa buscar a verdade absoluta do Grande Eu, muito menos defender essa busca diante de entrevistados que, em sua maioria, desconhecem a arte de biografar. O que necessitam, ao que parece, é procurar alguns *eus* (*selves*) ou facetas à luz e à sombra desse Outro que também é (sou) Eu. (VILAS BOAS, 2008, p. 170).

### **1.1.2 – O “retorno” da biografia.**

Desde os primeiros contatos com a bibliografia sobre a temática desta Pesquisa de Mestrado em História, dois aspectos nos chamaram a atenção: primeiro, o uso recorrente do termo “retorno” da biografia; e, segundo, a identificação da escola dos *Annales* como o ponto de distanciamento em relação ao gênero biográfico.

O primeiro aspecto se refere a uma percepção gradual da ocorrência rotineira de um termo cunhado nos últimos anos por especialistas nesta área e que se encontra presente em muitos estudos que tratam do assunto.

A expressão a que nos reportamos, com algumas variações que não alteram o seu sentido, virou quase um bordão: “as décadas de 1970 e 1980 conheceram o retorno da biografia”. Todavia, entendemos a necessidade de problematizar esta expressão.

É inegável que a historiografia nas últimas décadas intensificou sua preocupação com a narrativa, com o acontecimento, e houve ainda, uma renovação da história política, vista antes como história historicizante (AVELAR, 2010).

Nesse sentido, o que se costuma identificar como “retorno” é antes de tudo um novo olhar que o campo dos historiadores direcionou à escrita biográfica. Ainda que ao longo do século XX uma parcela significativa da comunidade acadêmica, com ênfase para os historiadores, tenha relegado a biografia a um segundo plano, isso não significa que o gênero não tenha sido praticado, pelo contrário, a escrita de biografias até mesmo se intensificou, mesmo não contando com a valorização de grande parte dos historiadores profissionais.<sup>7</sup>

Como objeto da história, a biografia “ressurge”, mas ainda é detectada uma insuficiência de estudos que se debruçam sobre a problemática da escrita da história na biografia, conforme afirma Silva:

Ao mesmo tempo em que as biografias se tornam um fenômeno editorial e um campo revalorizado pela historiografia contemporânea tal fato tem sido pouco estudado no meio acadêmico, ou seja, a crescente demanda sociocultural pelas publicações de natureza biográfica, no qual intelectuais, políticos, aventureiros, cientistas, poetas, escritores e artistas passam a ser alvo da curiosidade pública sobre esses indivíduos ou sua época na esperança de encontrar no outro um reflexo de si mesmo, assim como a forma como o biografismo é exaltado, vilipendiado e exercido no meio acadêmico, não têm sido encaradas como objetos. (SILVA, 2011, p. 2).

O segundo aspecto merecedor de cuidado é a apressada identificação, praticamente vista como exclusiva, da ruptura produzida pelos *Annales* em relação à biografia. A história

---

<sup>7</sup> Dosse (2009, p. 19-53), no prólogo intitulado “A febre biográfica: um panorama editorial”, empreende uma análise do mercado editorial francês e de suas peculiaridades em relação ao estudo e a produção de biografias. Basicamente, podemos subdividir esta análise em três pontos principais. O primeiro a ser destacado é que o mercado da biografia sempre foi promissor e alimentado por um público fiel, variado, mas fiel. Dosse indica de que maneira estão distribuídas as coleções, editores, biógrafos e a forma com que tratam os estudos biográficos e produzem suas biografias. O segundo aspecto é que o estudo deste panorama editorial permite avaliar a maneira como o mercado editorial lida com o tema por meio de um levantamento do número das tiragens, das edições e das vendas por título, o público alvo e os aspectos teóricos e metodológicos dos textos, as estratégias de *marketing*. Por último, a análise indica a variedade de formas de se escrever uma biografia e como o mercado editorial define suas escolhas de acordo com os públicos visados. Revel (2010) aponta que seiscentas e onze biografias foram publicadas no ano de 1996 na França, e mil e quarenta e três em 1999, sendo que estes números não levam em conta memórias, nem autobiografias.



acadêmica, ao longo do século XIX, ou seja, muito antes do surgimento da revista de Marc Bloch e Lucien Febvre e ainda no início do século XX, já havia desamparado o gênero biográfico.

Desde a Antiguidade, com os primeiros vestígios deixados pela escrita biográfica (MOMIGLIANO, 1993), até os dias atuais o biografismo sofreu oscilações e mudanças tanto em relação à quantidade como em relação à forma como é concebido.

Contudo, uma coisa é certa: de uma forma ou de outra, as sociedades no tempo e espaço mais diversos cultivaram uma escrita de si, de *vidas*, seja em orações fúnebres, em elogios, por meio da hagiografia ou da biografia propriamente dita.<sup>8</sup>

Desde o surgimento, praticamente simultâneo, da biografia e da história no mundo antigo que ambas cavaram um fosso entre si. Não basta apontar que a biografia ficou relegada a um segundo plano durante a hegemonia dos *Annales*.

É preciso problematizar essa marginalização da biografia, enquanto expressão e objeto de conhecimento historiográfico. O desprezo pela biografia se deu em função de haver o predomínio do pensamento de que apenas as dimensões estruturais de longa duração seriam capazes de apreender os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, fugindo à superficialidade dos fatos.

Se o século XIX, considerado o século da história, não concedeu muito espaço para a biografia erudita, sendo esta relegada aos amadores, o início do século XX, é marcado por uma permanência desta situação, se é que ela não se torna ainda mais grave.

Nesse período, a história passa por momentos conturbados, contestada enquanto ciência pelas nascentes ciências sociais, que se empenham em provar seu valor científico. Os ataques dos sociólogos aos historiadores terá como resultado um desinteresse ainda maior da parte destes em relação ao gênero biográfico (DOSSE, 2009).

Em 1903, François Simiand, de maneira provocante, convoca os historiadores contemporâneos a quebrarem seus três ídolos: a cronologia, a política e a biografia. A intensão de Simiand é notadamente polêmica, uma vez que os historiadores profissionais não se dedicavam à biografia. Nas palavras do sociólogo:

O ídolo individual ou o hábito inveterado de conceber a história como história de indivíduos, não como estudo de fatos, hábito que induz quase sempre a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de um homem, não de uma instituição, de um

---

<sup>8</sup> Silva (2012a, p. 40-41) conceitua *biografismo* como “as manifestações narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do romance histórico, das narrativas pessoais (autobiografias, memórias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas”.

fenômeno social ou de uma relação a estabelecer (...) Mesmo no caso de um Colbert, não se sabe bem se o quadro biográfico e individual é o melhor e o mais singular. Mas por que não proibir, em princípio, estes estudos de instituições limitados à um homem secundário e não exigir o estudo das próprias instituições? Enfim, por que não limitar por completo, ao menos da história científica, esse esforço consagrado a biografias puras e simples do primo distante de um grande homem e não relegar ao anedotário ou ao romance histórico os casos do “Colar da Rainha” e todas as “Famílias de Napoleão” – quando somos totalmente ignorantes da vida econômica da França sob a Revolução e o Império? O pessoal não é tão numeroso, o tempo não é suficiente para fazer uma coisa e outra. Uma delas tem de ser sacrificada. (SIMIAND *apud* DOSSE, 2009, p. 196).

A sociologia propõe estudar os fenômenos a partir de uma teoria baseada em uma lógica puramente social. Para Durkheim, a tendência natural da sociologia seria tomar sob seu domínio todas as outras ciências sociais e se tornar a “ciência social”, no singular.

E qual seria o espaço do indivíduo? Durkheim responde em um texto com formato de artigo, publicado em 1898 na *Revue de Metaphysique et de Morale*, cujo título é: “Representações Individuais e Representações Coletivas”.

Neste artigo, Durkheim reforça a preeminência do social sobre o individual: o social, e tudo que dele emana, não se apresenta como simples somatória dos indivíduos; uma vez que as representações coletivas independem dos indivíduos e é exterior às consciências individuais, porque se originam das relações sociais e do universo de sociabilidade dos grupos que as sustentam (PONTES, 1993).

A sociologia de Durkheim busca esclarecer quais as leis imutáveis e as causalidades na busca por uma legitimação dessa nova disciplina concebida como independente. O indivíduo deixa de ser alvo do interesse das ciências sociais, na verdade, o que se propõe é a todo custo evitá-lo (DOSSE, 2009, p. 198).

Marcel Mauss, a partir dos anos 1930, aos poucos vai se afastando das reflexões mecânicas de Durkheim, busca se livrar das dicotomias insustentáveis que herdara do tio: entre sagrado e profano, indivíduo e sociedade, normal e patológico.

Ao contrário de querer sepultar a herança de Durkheim, Mauss se empenha em um progresso decisivo na formulação de questões sociológicas e antropológicas cruciais (CAILLÉ, 1998).

Apesar desse afastamento, Mauss volta a compartilhar a visão de Durkheim sobre uma individuação que resulta da natureza cada vez mais complexa da sociedade. Isto se dá por nutrir o receio de que o indivíduo se subtraia ao social dissolvido.

Mauss elabora então a noção sociológica de “pessoa” e “eu”, deixando de lado as matrizes linguísticas e psicológicas. Sua análise destas noções parte da Antiguidade, passa pelo cristianismo e o estudo de diversas civilizações. Um dos resultados a que chega é a

recente noção de “pessoa”, sua localização ocidental e a falta de garantia quanto à permanência dessa noção no futuro (DOSSE, 2009, p. 198).

Em 1929, quando Lucien Febvre e Marc Bloch lançam a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, assimilam a proposta durkheimiana de forma adaptada ao campo historiográfico.

A crítica de Simiand surte efeito e logo os três ídolos denunciados serão derrubados e a biografia é sacrificada no altar de uma história sedenta em provar sua cientificidade. A porção destinada à biografia na revista oscilará entre 0% e 0,7% do conteúdo dos artigos entre os anos 1929 e 1976 (DOSSE, 2009).

Vale notar que a própria obra de Marc Bloch e Lucien Febvre não se contrapõe de forma radical em relação às tentativas biográficas. Mas existe um fato: a opção pelos fenômenos de massa restringe o estudo dos indivíduos na história.

As últimas palavras de Marc Bloch em 1940 parecem de certa forma uma autocrítica ao identificar no discurso dos *Annales* a predileção pelo estudo da dinâmica das massas em detrimento da atuação dos indivíduos: “Foi uma má interpretação da história” (BLOCH *apud* DOSSE, 2009, p. 199).<sup>9</sup>

Malatian (2008) explica que os *Annales* teriam rompido com a biografia tradicional, com seus heróis e super-homens, focando a análise na forma de pensar, na mentalidade de uma determinada época.

Segundo a autora, serve de exemplo o estudo de Bloch sobre Filipe II e o franco condado. Todavia, ainda que nesta análise Bloch tenha contemplado os indivíduos, estes se encontram inseridos no quadro das estruturas agrárias da sociedade feudal.

Bloch chegou a refletir sobre o papel do testemunho e foi um dos pioneiros na defesa da ideia de abandonar as figuras excepcionais e dar espaço aos que ficaram em segundo plano na análise histórica por serem mais reveladores de uma época.

Sendo assim, a primeira geração dos *Annales* romperia com a biografia tradicional e efetuará um reajuste da abordagem ao novo paradigma teórico metodológico que se inaugurava com a longa duração: o econômico e o social.

Entretanto, ainda que tenha deixado frestas para as análises do individual, os *Annales* sempre se valeram desta abordagem com o objetivo de atingirem o geral: as mentalidades, os atores coletivos (MALATIAN, 2008).

---

<sup>9</sup> Ver BLOCH (2011).

A geração de Braudel, que lidera os *Annales* logo após a Segunda Guerra Mundial, intensifica a desconfiança em relação à biografia, sendo que esta desconfiança foi o contraponto da abordagem que se preocupava com as estruturas e com a longa duração. Apesar de dar espaço para Filipe II – aqui vale o truísmo – Braudel não foca no indivíduo, o Mediterrâneo é o personagem principal de sua escrita da temporalidade longa.

A historiografia que bebia na fonte marxista e ainda, o estruturalismo, aliados à história serial de Chaunu contribuíram de maneira decisiva para um eclipse da biografia entre historiadores profissionais nos anos 1960 e 1970 (MALATIAN, 2008, p. 20).

O marxismo, ao enfatizar a abordagem holística e a luta de classes, também não permite que se debruce sobre o indivíduo. A biografia é encarada como um legado pernicioso da burguesia, cujo veneno seria ocultar os verdadeiros jogos de poder e mascarar as desigualdades (DOSSE, 2009).

A concepção de Marx de que o indivíduo e a sociedade são “duas faces de uma mesma realidade” foi totalmente ignorada na prática marxista, em que dominava uma noção stalinista e bolchevique da relação entre indivíduo e sociedade. Stalin rechaçou a personalidade como uma categoria anarquista em nome da massa, assumindo esta como uma categoria marxista pura. Isto impossibilita conceber o indivíduo enquanto personalidade livre (GOLUBOVI, 1998).

Ainda na corrente estruturalista, mas em defesa de uma triunfante antropologia, Claude Lévi-Strauss<sup>10</sup>, inspirado pelas críticas de Simiand, desferiu duros golpes em direção ao campo historiográfico ao apontar que, enquanto a sociologia evoluíra no sentido de se tornar um projeto antropológico sadio, científico e à altura de ocupar a posição de a “ciência social”, nos moldes preconizados por Durkheim, a história, em sua essência, não sofrera alterações (DOSSE, 2009).

Lévi-Strauss lamenta profundamente que a disciplina histórica se apegue com tanta firmeza a uma abordagem que privilegie o individual. Segundo ele, os historiadores “sempre estudam indivíduos, sejam eles pessoas ou eventos, ou grupos de fenômenos individualizados por sua posição no espaço e no tempo” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 18).

Ao contrário da história, que se contenta em estudar os fenômenos conscientes, e por isso mesmo, insignificantes, a antropologia aborda os fenômenos inconscientes de uma sociedade. Por esta postura em se fiar no consciente, no domínio individual, a história, na

---

<sup>10</sup> Ver LÉVI-STRAUSS (1996).

visão de Lévi-Strauss, estaria fadada a ocupar o nível mais pobre das ciências do homem (DOSSE, 2009).

A reação por parte dos *Annales* não tarda: Fernand Braudel reage em um artigo programático em 1958, mesmo ano da publicação da *Anthropologie structurale*. Braudel faz questão de ressaltar a Lévi-Strauss que a historiografia, por meio da atuação de Bloch e Febvre já vinha sendo reformulada com a noções de tempo longo, de estrutura, em detrimento do tempo curto.

Braudel poderia ser acusado de contradição em sua tese surgida em 1949 ao dar espaço ao individual, personificado em Filipe II ou em Solimão, o Magnífico, mas se defende dizendo que estes indivíduos não passam de “agitação de ondas”, “turbilhões de areia”, “fogos de artifício de vaga-lumes”, mera “decoração”.<sup>11</sup>

A morte de Filipe II, por exemplo, não merece mais do que um epílogo necessário. O monarca descrito é alguém facilmente substituível e a verdadeira base na qual se assenta a história é o Mediterrâneo. As últimas palavras de Braudel são estas:

Uma verdadeira geografia não era parte da educação dos príncipes. Razão suficiente para que essa longa agonia, finda em setembro de 1598, não seja um grande acontecimento da história mediterrânica. Para que se assinalem de novo as distâncias entre história biográfica e a história das estruturas – e, mais ainda, as distâncias espaciais. (BRAUDEL *apud* CRACCO, 2009, p. 92-93).

Os seguidores do pensamento de Braudel levam adiante o eclipse da biografia e do indivíduo e dão fôlego às abordagens estruturais até a chamada “virada crítica” dos anos finais da década de 1980.

Mas um pouco antes, em 1971 os *Annales* unem dois termos, até então considerados antagônicos, em um número especial da revista intitulado “História e Estrutura”. A fase de lutas cessara, antropólogos, entre eles o próprio Lévi-Strauss, historiadores e semiólogos colaboram entre si e, suas contribuições serão frutíferas ao longo de toda a década de 1970.

Dosse (2009) classifica este período no qual os historiadores vão se faltar na fonte do estruturalismo como um momento em que a história se torna fria, distante do calor humano, das práticas individuais.

Segundo o autor, esse estruturalismo propunha que a história deveria, “antes de mais nada (...) identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso”.

---

<sup>11</sup> Ver BRAUDEL (1983).

Todavia, como veremos mais adiante, a partir da chamada guinada subjetiva, os historiadores “quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais” (CHARTIER, 1994, p. 102).

Ao contrário da primeira geração dos *Annales*, que aceitava apenas uma história humana e antropológica, mas nem por isso com espaço para o agente, a segunda geração vai amputar o indivíduo da história, a ponto de a quarta seção de *Territoire de l'historien I*, de Le Roy Ladurie, levar como título “A História sem Homens” (DOSSE, 2009, p. 207). Essa ruptura com o humano na história provoca, obviamente, um ocaso ainda mais acentuado do gênero biográfico entre historiadores profissionais.

A história das mentalidades é a grande contribuição que simboliza o triunfo da terceira geração dos *Annales* durante os anos 1970. Mas isto não aproxima os historiadores das práticas individuais uma vez que o esforço historiográfico é direcionado aos fenômenos estruturais. Foi excluída dessa análise toda e qualquer chance de se pensar o indivíduo como agente histórico. Com isso, houve uma generalização quase abusiva por se conceber que determinadas sociedades compartilhavam uma mentalidade comum.

Pierre Bourdieu em 1986 publicou na França um texto em que contesta toda a ideia de historicidade do sujeito: *A ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1996). O autor defende que a elaboração de uma narrativa de vida é uma “ilusão biográfica”, pois para ele, é questionável o tipo de biografia marcada por uma ordem cronológica e linear, que estabelece um sentido teleológico para o indivíduo.

Nesse ponto em particular, o de colocar em cheque uma escrita biográfica guiada por um *telos*, concordamos com Bourdieu, mas não quando nega qualquer pertinência ao sujeito. Segundo Bourdieu, e nisto concordamos, nos casos em que a biografia é regida por uma concepção teleológica não são levados em conta as peculiaridades do contexto e as especificidades da trajetória do indivíduo, que faz escolhas, que age e reage, composto por personalidades múltiplas, plurais e, em determinados momentos, também contraditórias.

O autor aponta que para escapar da tradição biográfica seria necessário reconstituir não somente o contexto, mas também a conjuntura social na qual estava inserido o indivíduo, respeitando os vários campos e momentos da vida, ficar atento aos documentos e às redes de sociabilidade em que o biografado esteve inserido. Bourdieu se vale de uma metáfora a fim de demonstrar sua perspectiva quanto à “ilusão biográfica”:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é tão absurdo

quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no campo social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (BOURDIEU, 1996, p. 189-90, grifo do autor).

Levi (1996) e Dosse (2009) criticam a perspectiva apontada por Bourdieu. Ou seja, a perspectiva de que não é possível vencer a “ilusão biográfica” no processo de elaboração da escrita de uma trajetória pessoal, cronológica, linear e teleológica e que a saída seria o estudo das trajetórias dos indivíduos ligando seus percursos, singulares e marcados por pluralidade de ações, em meio aos campos que estariam inseridos.

Levi (1996) questiona a radicalidade do pensamento de Bourdieu e defende que a biografia seria um espaço singular de observação e análise das tomadas de decisões, espaço este no qual transparecem os conflitos entre a racionalidade dos sistemas sociais e a possibilidade de liberdade de ação dos indivíduos.

A biografia se apresenta, então, como uma possibilidade de revelar as condições humanas em suas múltiplas diversidades, não engessando os movimentos do sujeito histórico e nem destacando suas ações enquanto as de outros indivíduos permaneçam na obscuridade, ou seja, o estudo das trajetórias individuais permitiria estabelecer certo equilíbrio ao analisar tanto o contexto em que vivia o biografado quanto às marcas produzidas por este na sociedade em que viveu, analisar as trocas entre a personagem biografada e o meio social.

As críticas de Dosse (2009) à postura de Bourdieu seria que tanto a narrativa biográfica quanto o fazer histórico são ações desenvolvidas não apenas pelo próprio escritor, e dependem, até certo ponto, dos “elementos ficcionais”. O que une essas ações é o cuidado que devem ter em relação à realidade sem, contudo, ter a pretensão de compreender a totalidade dessa realidade.

Para Dosse (2009) há um fator positivo na posição radical de Bourdieu ao defender a ideia de uma “ilusão biográfica”, seria que essa postura de Bourdieu teria suscitado o questionamento, entre os que se dedicam a estudar os relatos de vida, acerca da linearidade presente nas biografias e alertar para a falsa pretensão de historicização que busca dar sentido teleológico à trajetória do biografado.

Dosse também critica a postura de Bourdieu expressa na metáfora do metrô, cujo trecho foi citado anteriormente, afirmando que tal ilustração é “bem característica de sua postura, que consiste em valorizar os esquemas estruturais como fatores explicativos por entre os quais os ‘agentes’ vagueiam às cegas.” (DOSSE, 2009, p. 209).

Pouco antes de falecer, Bourdieu publica um texto em que relata sua trajetória, mas se recusa a lhe conferir um *status* de autobiografia<sup>12</sup>. Neste texto, Bourdieu, sem meias palavras, afirma que a biografia não apresenta pertinência alguma, uma vez que esta não seria um gênero a ser estudado pelos historiadores, pois não haveria a preocupação do biógrafo com a verdade dos fatos.

As críticas de Dosse (2009) à postura de Bourdieu seria que tanto a narrativa biográfica quanto o fazer histórico são ações desenvolvidas não apenas pelo próprio escritor, e dependem, até certo ponto, dos “elementos ficcionais”. O que une essas ações é o cuidado que devem ter em relação à realidade sem, contudo, ter a pretensão de compreender a totalidade dessa realidade.

Arfuch (2010) também tece alguns comentários acerca do posicionamento de Bourdieu. A autora se propõe a refletir sobre três problemas centrais: a questão da subjetividade, o modo de narrar e a razão dialógica. Demonstra como se deu a reconfiguração da subjetividade contemporânea, e como ela está associada à transformação da esfera pública e privada.

Segundo a autora, os fundamentos da perspectiva clássica que colocava em lados opostos: público e privado, dissolveram-se ao longo dos dois últimos séculos, e seguindo as profundas transformações de toda ordem acontecidas neste período, os dois campos se mantêm em um diálogo intenso e incessante. É no espaço entre o público e o privado que se insere, geralmente, o gênero biográfico.

A autora trabalha ainda com a questão da narrativa que estaria ancorada sobre uma base temporal e que é também espacial. Da inseparabilidade entre “história” e “ficção”, a narrativa biográfica se constitui como um “terceiro tempo” configurado pelo relato no qual a trama narrativa se faz como “identidade narrativa”, sendo que é também por isso que toda biografia é sempre aberta, inconclusa.

Essa discussão que aborda o problema da narrativa no interior da biografia e suas relações com a história permite identificar tensões e trocas dessa relação. Não seria possível estabelecer um “resgate” da vida do biografado, porque toda construção biográfica é uma ação que tenta retratar um indivíduo fragmentado e articulá-lo a uma identidade construída, inventada. Seria pueril a tentativa de produção de um sentido engessado para o biografado.

Há, na verdade, uma aproximação, em termos, entre o pensamento de Arfuch (2010) e o de Bourdieu (1996), como fica expresso no seguinte trecho:

---

<sup>12</sup> O texto foi primeiramente publicado na Alemanha em 2002 e na França apenas postumamente em 2004. Ver BOURDIEU (2005).



Essa percepção da vida e da identidade, de nós mesmos e dos outros, como uma unidade apreensível e transmissível, um fio que vai se desenvolvendo numa direção, a ilusão biográfica. Mas, embora essa ilusão necessária para a (própria) vida e para a afirmação do eu, deve se tornar consciente enquanto tal para o pesquisador. (ARFUCH, 2010, p. 254).

Mas ao contrário de Bourdieu (1996) que não aceitava a biografia como possibilidade de constituição de representação da vida, Arfuch (2010), assim como Dosse (2009), apesar de entender ser impossível transmitir a vida em sua totalidade, lembra que a ilusão biográfica serve para manter os pesquisadores em alerta quanto às tentativas de apreender o sentido total da vida do sujeito biografado, evitando as construções que ambicionam dar um *telos* à personalidade retratada na biografia.

### 1.1.3 – A biografia social ou modal

A biografia foi vítima do desdém de parte dos historiadores, mas nem por isso deixou de ser alvo do interesse de alguns deles. A década de 1980 conheceu o reencontro entre a historiografia e o indivíduo. A história dos “de baixo” acompanha a nascente história oral. Historiadores ligados aos *Annales* produzem biografias, como é o caso de Duby (1988) e Le Goff (1999). Em relação à metodologia, é substituída a linearidade factual atribuída à vida pela biografia tradicional por uma abordagem que focaliza as relações com o contexto econômico, político, social, cultural, no qual uma trajetória individual se insere, com suas limitações e escolhas.

Le Goff (1999, p. 18) estabelece diálogos com Bourdieu, Passeron e Giovanni Levi, concorda com o perigo da ilusão biográfica e alerta para o risco da “utopia biográfica”, isto é, o cuidado exagerado em não deixar passar nenhum detalhe de menor importância.

O mais interessante nesta biografia escrita por Le Goff é o cuidado em comprovar a liberdade individual como resultado das escolhas feitas por indivíduos diante de um canteiro de possibilidades:

São Luís vai imperturbavelmente em direção a seu destino de rei santo, nas condições do século XIII e segundo os modelos dominantes de seu tempo. Ele se constrói a si mesmo e constrói sua época tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, hesitações, escolhas. (LE GOFF, 1999, p. 18).

A biografia praticada por estes profissionais da história é na verdade um caminho, a ponte para o passado: retratam um contexto, um fato, uma camada social. Este tipo de narrativa é qualificada por Levi (1996) como “biografias modais”. Nestes casos, a biografia não é, necessariamente, de uma pessoa singular, mas de um indivíduo, ou de um grupo, que concentra todas as características de um grupo ou categoria social.

No estudo de Febvre sobre Rabelais não é a trajetória singular da personagem que interessa e sim a possibilidade de analisar as formas de pensar de um período da história. É o mecanismo mental de uma época que condiciona o *ser* do indivíduo.

Febvre se interroga menos sobre as inovações, rebeldias e ultrapassagens de limites e foca mais nas permanências de mentalidade, como o indivíduo responde de forma autônoma às imposições mentais de uma época. Afinal, “o indivíduo é aquilo que lhe permitem ser sua época e seu meio social” (FEBVRE *apud* DOSSE, 2009, p. 216).

A biografia só serve enquanto mediadora de um contexto, e este é o espelho do qual o indivíduo é mero reflexo. Ao escrever *Martinho Lutero: um destino*, Febvre escreve mais sobre o destino, ou seja, a influência da sociedade sobre o indivíduo, o papel do estado político, social e religioso da Alemanha no desenrolar da vida e no desenvolvimento do pensamento de Lutero, a narrativa foca quase exclusivamente a revolta de Lutero contra seu meio e a resposta desse meio, que resulta na formação do reformador e em seu recuo. Febvre nega ter escrito uma biografia: “Uma biografia de Lutero? Não. Uma avaliação de Lutero, nada mais” (FEBVRE, 1994, p.11). Todavia, a seguir descreve seu projeto, e tudo indica que se trata de uma biografia:

Traçar a curva de um destino simples, mas trágico; retomar com exatidão alguns pontos verdadeiramente importantes desse destino; mostrar como, sob pressão de certas circunstâncias, seu ímpeto inicial arrefeceu e mudou de rumo; colocar assim, a propósito de um homem de vitalidade incomparável, o problema das relações do indivíduo com a coletividade, da iniciativa pessoal com a necessidade social. Esse é, talvez, o problema maior da história e é dele que tratamos. (FEBVRE, 1994, 11).

É muito comum no meio historiográfico a tentativa de legitimar a abordagem biográfica por seu valor como exemplo de um contexto mais amplo, ou seja, o singular que proporciona um vislumbre de um plural social.

Nesses casos, a personagem biografada serve apenas como via de acesso a um contexto histórico. Um exemplo não só do “retorno” da biografia entre historiadores renomados, mas principalmente de uma biografia modal, é a biografia de Guilherme, o Marechal, de Georges Duby, na qual o biógrafo quer “apenas tentar ver o mundo como esses homens o viam” (DUBY, 1988, p. 55).

A figura de Guilherme é um representativo do universo mental da cavalaria: suas tradições – uma vez que "o costume sustenta a ordem no mundo" (DUBY, 1988, p. 10) – os famosos torneios, a escalada social vivida pelo protagonista, o papel da mulher e do casamento, enfim, o foco principal é avaliar a sociedade feudal e sua organização, como as relações sociais ocorrem e ainda, a visão de mundo compartilhada. É o tempo e o universo da cavalaria medieval que Duby procura retratar por meio da trajetória individual de Guilherme, o Marechal.

Apesar de reconhecer adotar uma postura mais flexível ao lançar mão de uma abordagem biográfica da história, Duby (1988, p. 137) ainda assim reitera sua fidelidade ao programa dos *Annales*:

Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal?

E esclarece ainda, que contrariamente ao que pode parecer à primeira vista, “O verdadeiro tema do livro não é Guilherme, mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirma representar” (DUBY, 1988, p. 138)

As biografias modais, ilustrativas, “enraizadas num mundo que lhes explica o trajeto, têm o mérito de conservar a tensão, própria da história, entre a coerência de um destino individual e sua ancoragem na sociedade” (DOSSE, 2009, p. 222).

Todavia, em muitos estudos que seguem esta metodologia, “o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam” (LEVI, 1996, p. 176).

Além disso, “o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cujas vidas apresentam alguma analogia, por este ou aquele motivo, com a do personagem estudado” (LEVI, 1996, p. 176).

Charles Firth lamenta esta prática por meio de uma metáfora: uma fatia de contexto, um pouco de biografia, uma fatia de contexto...: “O resultado desse trabalho cotidiano de censura é melancólico, pois o tempo histórico surge como pano de fundo de um palco fixo, sem impressões digitais” (FIRTH *apud* DOSSE, 2009, p. 223).

A prosopografia, é um dos gêneros do biográfico e representa o tipo modal, cujo objetivo é estudar as características de um grupo por meio da análise das informações de todos os seus membros, mas sem se deter na singularidade do percurso de cada um.

A prosopografia surge na Grécia antiga, a etimologia do termo se refere à descrição de uma pessoa ou de uma personagem (*prosopon*). *As vidas paralelas*, de Plutarco, é exemplo deste gênero biográfico.<sup>13</sup>

No momento em que surge na Antiguidade, o principal objetivo desta escrita biográfica era destacar o excepcional, o único e o grandioso. Dessa forma, são os reis, imperadores, generais, os grupos privilegiados os alvos deste tipo de escrita, justamente por fornecerem os modelos e exemplos de virtudes a serem observados e absorvidos.

O período medieval praticamente não conheceu a produção de uma escrita prosopográfica, uma vez que imperava outro tipo de escrita biográfica: a hagiografia. Não havia espaço para a escrita de uma narrativa na qual o grupo era privilegiado e o indivíduo apenas era retratado a fim de exemplificar as similitudes entre os diversos membros do grupo.

Na hagiografia, apesar de o indivíduo em si não ser o objeto da narrativa, e sim o que *nele* se opera por ordem divina, ainda assim, a trajetória individual assume relevo, uma vez que a sua missão é única, as suas ações são representativas, mas sua relação com o sagrado é singular.

O personagem da hagiografia mantém uma relação especial, individual e íntima com o Criador, portanto, “não generalizável ou possível de ser tomada como modelo de ação coletiva” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 19).

E foi justamente esta noção, aos poucos cristalizada, um dos germes da noção de indivíduo na sociedade Ocidental. Apesar de as trajetórias individuais serem concebidas apenas atreladas ao divino, aos poucos foi sendo anunciada a possibilidade de trajetórias individuais, destinos singulares.

Na modernidade a prosopografia se esbarra com a recém-nascida ideia de indivíduo. A biografia enreda por diferentes metodologias e sofre diversas mutações, mas sobrevive em um mundo que ainda engatinhava na ideia de identidade individual.

A narrativa prosopográfica é tecida de perfis individuais, mas o que se busca ao compará-los é encontrar regularidades, regras, possibilidades de generalizações. Em relação à historiografia, a prosopografia vai se afastar neste período, ou melhor, é a história, após a sua

---

<sup>13</sup> Sobre a temática da prosopografia ver ALBUQUERQUE JÚNIOR (2012); BULST (2005); CHARLE (2006); FERRARI (2010); LORIGA (1998).

disciplinarização como ciência, ao dar prioridade às elites dirigentes, aos heróis e gênios quem tomará distância da abordagem prosopográfica.

No século XX a historiografia põe em questão a abordagem da história a partir dos grandes homens, dos heróis, e se volta aos modelos que levam em conta a sociedade de massas, as estruturas.

Como vimos, a biografia entra em declínio no meio dos historiadores profissionais. A prosopografia poderia ser então uma via intermediária entre biografia e historiografia (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

Afinal, o seu postulado é escrever sobre vários indivíduos e, a partir das séries, encontrar regularidades, generalizações. Mas não é o que ocorre. A partir das décadas de 1960, principalmente dos anos 1970 e 1980, ao mesmo tempo em que “retorna” a biografia, ressurgem também a prosopografia.

## **1.2 – A narrativa biográfica: caminhos novos ou renovados**

### **1.2.1 – Contratos autorais**

Na condição de autores, os biógrafos estão livres para escolher quem biografar, mas “as opções de como avançar, a captação, a interpretação e a narração dependem de fatores às vezes alheios a suas vontades” (VILAS BOAS, 2002, p. 47).

Sempre há a necessidade de negociar e cada biografia requer um contrato autoral diferente. E são exatamente estes contratos os responsáveis para se abrir ou fechar arquivos, facilitar ou dificultar as interpretações.

Vilas Boas (2002) elenca quatro tipos de contratos: *biografias autorizadas*, escritas e publicadas sob a concordância do biografado ou herdeiros legais; *independentes* ou *não autorizadas*, sem o consentimento formal do biografado ou de seus herdeiros; *encomendadas*, por editoras, por familiares ou pelo próprio personagem central; e, *ditadas*, seria uma autobiografia ou memórias, no papel de *ghostwriter*.

A biografia *autorizada* facilita o acesso às fontes documentais, mas na opinião do autor, a maioria das melhores e mais bem-sucedidas biografias seriam as *não autorizadas* e que tratam de pessoas falecidas já no começo do empreendimento biográfico.

O sucesso, nesses casos, se daria por não haver interferência direta dos herdeiros na construção do personagem. Todavia, pode ocorrer possíveis resistências de familiares, instituições. A mesma situação pode afetar as *encomendadas, autorizadas e ditadas*.

No trabalho do biógrafo, as fontes são a base para a narrativa, mas uma questão se impõe: os fatos. O trabalho do biógrafo é selecionar os fatos com os quais retrata em papel e letras a figura do biografado. São quatro as instâncias que podem influenciar na obra: “o próprio biógrafo (autor e interpretante), os guardiões do passado do personagem, a empresa (editora) e a fidedignidade das fontes orais e escritas” (VILAS BOAS, 2002, p. 54).

Um caso bastante conhecido e que serve de exemplo é a disputa em torno da memória da poetisa norte americana Sylvia Plath. Após o seu falecimento, biógrafos, jornalistas, a crítica especializada, e a família da falecida, detentora de seu espólio, isto é, seu ex-marido, Ted Hughes e Olwyn Hughes, sua irmã, entram em disputa por credibilidade em interpretações biográficas a respeito da poetisa.

Janet Malcolm (1995) tinha originalmente como objetivo fazer mais uma biografia da poetisa, mas acabou por estudar a “situação biográfica de Sylvia Plath, uma espécie de alegoria do problema da biografia em geral” (MALCOLM, 1995, p. 36).

Nesta obra, ficam evidentes as dificuldades, a tensão constante da relação do biógrafo com a família do biografado, uma vez que, nem sempre os familiares estão abertos à possibilidade de uma biografia, e em muitos casos, de forma paradoxal, apesar de concordarem, não cedem o acesso às fontes ou então, não concordam com a interpretação do biógrafo.

Malcolm (1995) procura descrever e analisar as tensões e contradições em relação ao texto biográfico:

A biografia é o meio pelo qual os últimos segredos dos mortos famosos lhes são tomados e expostos à vista de todo mundo. Em seu trabalho, de fato, o biógrafo se assemelha a um arrombador profissional que invade uma casa, revira as gavetas que possam conter joias ou dinheiro e finalmente foge, exibindo em triunfo o produto de sua pilhagem. O voyeurismo e a bisbilhotice que motivam tanto os autores quanto os leitores das biografias são encobertos por um aparato acadêmico destinado a dar ao empreendimento uma aparência de amenidade e solidez semelhantes às de um banco. O biógrafo é apresentado quase como uma espécie de benfeitor. Sacrifica anos de sua vida no trabalho, passa horas intermináveis consultando arquivos e bibliotecas, entrevistando pacientemente cada testemunha. Não há nada que não se disponha a fazer, e quanto mais o livro refletir sua operosidade, mais o leitor acreditará estar vivenciando uma elevada experiência literária e não simplesmente ouvindo mexericos de bastidores e lendo a correspondência alheia. Raramente se leva em conta a natureza transgressiva da biografia, mas ela é a única explicação possível para a popularidade do gênero. A incrível tolerância do leitor (que ele não estenderia a um romance mal escrito como a maior parte das biografias) só faz sentido se for entendida como uma espécie de cumplicidade entre ele e o biógrafo numa atividade excitante e proibida: atravessar o corredor na ponta dos pés, parar

diante da porta do quarto e espiar pelo buraco da fechadura. (MALCOLM, 1995, p. 16-17).

Ao mesmo tempo em que discorre sobre a ética duvidosa que permeia a escrita biográfica, a autora também se insinua na vida privada de Anne Stevenson, uma das biógrafas de Plath, extremamente criticada por haver a suspeita de que estaria em conluio com a família Hughes.

A sutileza da invasão sugere talvez que Malcolm queira passar a mensagem de que constitui parte do trabalho do biógrafo fazer esta intrusão, não haveria como fugir e qualquer tentativa de atenuar o olhar sobre a vida privada resultaria em fracasso diante do público leitor, como foi o caso da biografia de Anne Stevenson sobre Plath. O fio condutor do texto é justamente a biografia como “um gênero falho”, no qual a postura de neutralidade por parte do biógrafo é uma farsa.

### 1.3 – A abordagem biográfica e a pluralização da identidade

Antes de nos debruçarmos sobre as novas apostas biográficas, precisamos tecer, sumariamente, algumas considerações acerca de conceitos como identidade, indivíduo, uma vez que a problematização destas noções é que será a base para os novos rumos do biografismo no mundo contemporâneo.

O conceito do “si”, o sujeito como resultado de uma ação em via de mão dupla do “si-mesmo” sobre o outro, de Paul Ricoeur permite-nos pensar a questão da biografia enquanto tentativa de exprimir por meio de um discurso narrativo as mudanças e permanências de um sujeito biografado ao longo de seu tempo de vida.

Em *O si-mesmo como um outro*, Ricoeur (1991) aprofunda a questão da identidade narrativa. O conceito de “identidade” é pensado enquanto uma categoria da prática, e, portanto, ética. Ricoeur, inspirado nas proposições de Hannah Arendt, substitui a questão do “o quê” pela questão do “quem”: “quem fez isto ou aquilo?”.

Isto leva a outra pergunta: como considerar um “sujeito de ação” como o “um em si” ao longo do tempo? A resposta, por meio do uso da narrativa: “A identidade do *quem* é apenas, portanto, uma identidade narrativa” (RICOEUR, 1997, p. 425, grifo do autor).

O conceito de identidade narrativa precisa levar em consideração a problematização das noções de “mesmidade” e “ipseidade”. Sendo assim, “a identidade narrativa implica a

narração de uma vida que indica o contexto das ações e situações a partir do qual podemos identificar a pessoa. A pessoa é o que ela faz e o que sofreu” (DARTIGUES *apud* LISBOA, 2013, p. 100-101).

A identidade como “mesmidade” possui, para Ricoeur, quatro sentidos basilares: a forma quantitativa, a ideia de similitude, a ideia de continuidade, por fim, aparece o quarto sentido: a permanência no tempo.

A questão da identidade precisa considerar a “articulação da dimensão temporal da existência humana” (RICOEUR, 1991, p.146.), ou seja, levar em conta o contexto histórico no qual está inserido o sujeito ético da ação, da linguagem e da narração.

Constitui-se assim, através da noção de identidade narrativa uma interessante compreensão das relações entre indivíduo, sociedade e o contexto histórico. “Nesse caso, a fronteira com que normalmente se distinguem esses campos poderia ser entendida menos como indicador de oposição e diferença e mais como área de negociação e trânsito entre esferas, que no plano do vivido se constituem mutuamente e nunca se dicotomizam” (CARVALHO, 2003, p. 292)

Ricoeur (1991) se apropria do conceito de “enredo” – trama, tessitura na qual a história de uma vida está marcada por eventos diferentes e constantes – formulado por Aristóteles e lhe acrescenta sua própria concepção: “consiste em estabelecer uma concordância entre dois acontecimentos discordantes, a fazer entrar numa configuração única, delimitada por um começo e um fim os acontecimentos que são golpes teatrais ou inversão de situações” (DARTIGUES *apud* LISBOA, 2013, p. 103).

Como resultado desta dialética entre discordância e concordância, é revelada a lógica, necessariamente, ética, pois se subentende uma ação, da narração, concebendo os indivíduos como agentes históricos:

Partilha do regime da identidade dinâmica própria da história narrada. A narrativa constrói a identidade da personagem, que se pode chamar de sua identidade narrativa, construindo a da história narrada. É a identidade da história que constitui a unidade da personagem. (RICOEUR, 1991, p.176 ).

A *narrativa* dos acontecimentos, e, portanto, do(s) indivíduo(s), estabelece uma relação dialética das identidades *idem* e *ipse*: de um lado está o caráter, representado pela *mesmidade* (*idem*), a estabilidade, constância, a imutabilidade; de outro, a *ipseidade* (*ipse*) como liberdade para a continuidade do “si”, ou aquilo que Ricoeur (1991) vai chamar de “(con)fiança” ou “fidelidade a si”, inovação, imprevisibilidade, decisão ética.



O ponto central da identidade narrativa é a articulação entre o caráter (*mesmidade*) e a livre manutenção de si (*ipseidade*). A identidade é formada por meio da narrativa de sua própria história, assim é que se constitui a identidade do “eu”. Existe uma articulação entre história, narrativa e o “si-mesmo como um outro”, ou seja, o indivíduo se constitui enquanto pessoa por meio de uma narrativa de sua história.

O si é formado enquanto agente e paciente por meio da narrativa. No centro do pensamento sobre a identidade está a noção de *atestação*: a impossibilidade de encontrar nossa identidade, ou a de outro indivíduo, em outro ou em si-mesmo. A atestação é justamente o momento de crença, a (con)fiança que o “ser-si” percorre para descobrir sua origem comprovatória, mas sempre como horizonte de expectativa (DOSSE, 2009).

A distinção entre “mesmidade” e “ipseidade” proposta por Ricoeur pode ser uma porta de escape às incertezas que permeiam o gênero biográfico e ainda, a fim de se evitar os obstáculos inerentes à prática do biografismo. Ou seja, evitar a narrativa biográfica na qual o personagem principal seja apertado dentro de um molde pré-concebido que o reduz a uma dimensão linear ou impor à personagem o papel de fantoche das estruturas externas.

Michel Foucault (2010) afirma em seu célebre texto *O sujeito e o Poder* que o objetivo do seu trabalho durante aqueles últimos vinte anos não teria sido analisar o poder e nem trabalhar as bases dessa análise, mas sim “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos.” (FOUCAULT, 2010, p. 273-274).

Para Foucault toda subjetividade só é possível por meio de um processo de subjetivação, uma vez que “não existe constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’” (FOUCAULT, 2004, p. 28). Dessa forma, modos de subjetivação

Designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os ‘modos de subjetivação’ ou ‘processos de subjetivação’ do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência. (REVEL, 2005, p. 82)

Os *diferentes modos* por meio dos quais o homem se torna sujeito seria aquilo que Foucault (2010) chama de *formas de objetivação*. Ele trabalha com três modos de objetivação: no primeiro, o sujeito se constitui por meio da ciência enquanto objeto de estudo, como exemplo, o filósofo cita a objetivação do sujeito na gramática, na filosofia e na linguística.

No segundo modo, Foucault estuda a objetivação do sujeito naquilo que ele denomina *práticas divisoras*, nesse processo o sujeito é dividido em si mesmo e em relação aos outros, como exemplo, “o doente e o sadio”, o criminoso e o “bom”, o “louco e o são” (FOUCAULT, 2010, p. 273).

No terceiro, o objetivo do filósofo é estudar o modo pelo qual o indivíduo “torna-se ele próprio um sujeito”, como campo de análise, ele elege o domínio da sexualidade, a fim de entender como os homens se reconheceram como “sujeitos de sexualidade” (FOUCAULT, 2010, p. 274).

Dessa forma, “Foucault justapõe, no decorrer de suas obras, os processos de objetivação e subjetivação do indivíduo, assim como os mecanismos e as estratégias que compõe esses processos, que, em seu conjunto, podem explicar a constituição do sujeito.” (FONSECA, 2003, p. 25).

Foucault assegura enfaticamente ser contrário à concepção de um sujeito universal, previamente postulado, encontrado em todos os lugares. Segundo ele, “o sujeito se constitui através das práticas de sujeição, ou de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, (...) a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural” (FOUCAULT, 2006, p. 291).

Fica claro que para Foucault não existe um sujeito a-histórico, é em determinados períodos históricos que o filósofo vai buscar entender a constituição do sujeito (REVEL, 2005, p. 84). Não existiria, então, um sujeito preestabelecido, e deste, derivaria as relações de poder. Na verdade, o sujeito é produto das relações de poder, e não o contrário.

A fim de entender o que são as relações de poder, Foucault (2010) propõe que sejam analisadas as formas de resistência e as tentativas de se desvencilhar dessas relações. Segundo o autor, o principal objetivo das resistências não seria atacar uma determinada instituição de poder ou certo grupo ou elite, mas sim “uma técnica, uma forma de poder”.

O *poder*, na concepção de Foucault (2010), não é algo que exista de forma universal, não se trata de uma entidade; o poder apenas pode ser “exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’” (FOUCAULT, 2010, p. 287).

Além disso, para se tratar exatamente de uma relação de poder, dois elementos se mostram fundamentais e indispensáveis: “que o ‘outro’ (...) seja reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante das relações de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.” (FOUCAULT, 2010, p. 288). Nas palavras do autor:

[o poder] É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele [o poder] incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.”(FOUCAULT, 2010, p. 288).

Outro aspecto fundamental do pensamento de Foucault (2010) concernente às relações de poder, diz respeito à ideia de que se o exercício do poder é o “governo” de uns pelos outros, o poder só é exercido sobre “sujeitos livres, enquanto livres”, ou seja, as relações de poder só ocorrem quando os indivíduos têm diante de si um campo de possibilidades e escolhas, quando se pode deslocar ou no mínimo escapar.

Entra em cena a questão da liberdade. Poder e liberdade não se opõem, na verdade, “a liberdade aparecerá como condição de existência do poder” (FOUCAULT, 2010, p. 289). Neste ponto, merece ser destacada a dimensão ética do indivíduo: ao mesmo tempo em que o sujeito é constituído a partir das relações de poder, este apenas existe onde há o mínimo de liberdade, de possibilidade de escolhas.

Tanto a contribuição de Michel Foucault sobre a constituição do sujeito ético, incapaz de se realizar de forma a-histórica, quanto a de Paul Ricoeur sobre a identidade narrativa, também ética e relacionada a um espaço tempo, fornecem ao historiador biógrafo cabedais teóricos que auxiliam na confecção de uma narrativa biográfica capaz de contornar os escolhos da “ilusão biográfica”.

Os aportes teóricos destes autores possibilitam ao biógrafo refletir sobre a maneira como o sujeito é dotado de margem de escolhas, não é linear e, ao mesmo tempo em que possui um livre arbítrio, é também atravessado pela sociedade em que se encontra inserido, atuando nela ao mesmo tempo em que sofre suas influências.

O indivíduo toma consciência de si ao se defrontar com o *outro*, ou seja, “Quanto mais te diferencias de mim, mais eu me sinto existir: este seria hoje o aforismo do indivíduo curioso pelos outros” (LEVILLAIN, 2003, p. 173).

Sobre esta questão do indivíduo, Norbert Elias (1994) se propõe a questionar o sentido comumente aceito para as noções de “indivíduo” e “sociedade”. As principais questões apresentadas pela obra são: O que é o indivíduo? O que é a sociedade? Como se relaciona indivíduo e sociedade? Estas indagações são respondidas enfrentando duas posturas teórico-metodológicas principais: a “individualista” e a “holística”.

Nesse sentido, o estudo é baseado na teoria da linguagem, aliado a uma sociologia histórica, com o objetivo de aprofundar e analisar as conexões entre linguagem, práticas sociais, história e ciências naturais.

O fio condutor da obra é a busca de compreensão do surgimento da sociedade moderna e para tanto, são relacionados os seguintes componentes: estrutura social, estrutura histórica e estrutura psíquica. “A sociedade somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas” (ELIAS, 1994, p. 13).

E é justamente esta visão simplista que o sociólogo procura desconstruir: se por um lado, a sociedade é um ajuntamento de pessoas, por outro, não é razoável pensar que as diversas sociedades no tempo e no espaço sempre se organizaram da mesma maneira e muito menos ainda deve-se pensar que os indivíduos de outrora e os de hoje tenham, isoladamente, influência sobre a estrutura social. Elias critica os postulados que colocam em campos opostos indivíduo e sociedade:

Muitas vezes, é como se as psicologias do indivíduo e da sociedade parecessem duas disciplinas completamente distinguíveis. E as questões levantadas por cada uma delas costumam ser formuladas de maneira a deixar implícito, logo de saída, que existe um abismo intransponível entre o indivíduo e a sociedade. (ELIAS, 1994, p.15)

Seriam três as figuras históricas que abordariam a dualidade entre indivíduo e sociedade. A primeira figura seria a teoria de Aristóteles sobre a casa, na qual a sociedade é vista como a somatória de tudo quanto se utiliza a fim de construí-la. Todavia, Elias alerta que

Aquilo a que chamamos sua estrutura não é a estrutura das pedras isoladas, mas a das relações entre as diferentes pedras com que ela é construída. (...) Deve-se começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais. Esses e muitos outros fenômenos têm uma coisa em comum, por mais diferentes que sejam em todos os outros aspectos: para compreendê-los é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções. (ELIAS, 1994, p.25).

A segunda metáfora é a da “Gestalt”, onde o todo é diferente da soma das partes, uma vez que o todo engloba uma lógica de um tipo impossível de ser estudada a partir da análise de seus elementos isolados:

Como o exemplo da melodia, que também não consiste em nada além de notas individuais, mas é diferente de sua soma, ou o exemplo da relação entre palavras e sons, a frase e as palavras, o livro e as frases. Todos esses exemplos mostram a mesma coisa: a combinação, as relações de unidades de menor magnitude dão origem a uma unidade de potência maior (ELIAS, 1994, p.16).

A última figura apresentada é a da “Rede” tecida por fios tocados por tensões, sendo que cada fio tem sua singularidade identitária em relação à sociedade na qual se insere. Esta rede é pensada em termos de como cada fio se liga um ao outro e como são as ações e reações mútuas.

As ligações estabelecidas nesta rede configura um sistema de tensões formadas pelas contribuições individuais de cada fio. Na medida em que ocorrem mudanças na tensão de alguma parte deste liame, os fios em sua singularidade também respondem e correspondem para e na mudança que ocorre. Todavia, este liame que forma a rede é na verdade, não a soma, apenas, mas a *ligação* de fios singulares que no todo social constituem uma unidade em si.

Elias (1994) considera que estas figuras estão fadadas a sempre se reportarem a um modelo estático, e, ao contrário disto, ele pensa as sociedades como estando sempre abertas e permeadas por um fluxo contínuo de transformação e mudança. Parte-se do princípio de que a sociedade é formada e estruturada sob uma lógica de sucessivas relações entre o singular e o geral, em contínuas mudanças.

Sendo assim, não há indivíduos sem sociedade, e sociedade sem indivíduos. Existe é claro a relação entre indivíduo e sociedade, mas não se trata de uma relação marcada de dualismo. O perigo de pensar indivíduo e sociedade em termos antagônicos seria o risco de assumir uma postura analítica na qual, inevitavelmente, a balança vai pesar ou na direção do indivíduo ou na direção da sociedade.

A maneira ou a abordagem mais frutífera seria pensar não o antagonismo falso entre indivíduo e sociedade, mas sim em *como* ocorre a relação entre o singular e o geral, isto é, a partir da compreensão de que uma sociedade é um conjunto de indivíduos, a análise deveria ter como ponto de partida a indagação *do que* estrutura esse conjunto: o indivíduo não pode ser tomado isoladamente, nem a sociedade pode ser analisada de forma substantiva.

É neste ponto que podemos visualizar na biografia o gênero textual capaz de expressar a riqueza do viver humano como pensado por Dilthey:

Uma riqueza vital infinita se desdobra na existência individual das pessoas singulares em função das relações que mantém com o meio, com as outras pessoas e com as coisas. Mas cada indivíduo particular é ao mesmo tempo um ponto onde se cruzam conjuntos que atravessam os indivíduos, existem neles, mas se estendem para além de suas vidas – e que possuem, graças ao conteúdo, ao valor, ao fim que alcançam, uma existência e uma evolução própria. (DILTHEY *apud* DOSSE, 2009, p. 343).

É na encruzilhada palpitante de mudanças entre mundo e indivíduo, que se altera no entrechoque com outros indivíduos, que se opera a singularidade de cada componente da tessitura social:

A apreensão do conjunto interativo ocorre em primeiro lugar naquele que o vive e para o qual a sucessão dos processos internos se desenvolve em termos de relações estruturais. E esse conjunto é em seguida reencontrado, graças à compreensão, em outros indivíduos. A forma fundamental do conjunto nasce então no indivíduo que une no curso da vida o presente, o passado e as possibilidades do futuro. (DILTHEY *apud* DOSSE, 2009, p. 344).

O caminho aberto ao biógrafo, por meio de uma hermenêutica da biografia, é de narrar a riqueza da vida na dimensão “endógena” e “exógena”, numa narrativa sempre inacabada, sempre indefinida, algo parecido com aquilo que Vilas Boas (2008) vai chamar de *metabiografia*: a não tentativa de explicar totalmente o personagem, de esgotar um indivíduo por meio de uma narrativa que nunca vai conseguir exprimir a essência mais profunda vida, mas que não cessa de tentar narrar a sua riqueza.

A antiga diálise grega que opunha biografia e história – a primeira, de cunho descritivo; a segunda, com *status* de narrativa – foi, de certa forma, resolvida em nossa contemporaneidade: “cada vida pode ser vista como sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, expressão da história pessoal e social, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre a liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais” (FERRAROTTI *apud* GOLDENBERG, 1997, p. 36).

A biografia reformulada nas últimas décadas fez cair o véu da falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não se constitui de maneira solitária: sua existência é possível apenas “numa rede de relações sociais diversificadas” (PRIORE, 2009).

Ao mesmo tempo em que a vida de um indivíduo é o ponto de confluência de eventos e forças sociais, assim também, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence. Estabelece-se então, não o jogo de cabo de guerra que têm em uma extremidade o indivíduo e na outra a sociedade, mas uma lógica de barganhas, de trocas entre o geral e o individual.

Ferraroti (*apud* MALATIAN, 2008, p. 26-27) observa que “Longe de refletir o social, o indivíduo se apropria dele, o mediatiza, filtra e retraduz projetando-o em uma outra dimensão (...) a de uma subjetividade, alcançando assim a definição do indivíduo como síntese individualizada e ativa de uma sociedade. Dessa forma, a biografia deixa de ser uma anedotário para focar na ação social do indivíduo.

Lemos (1997) assevera que a valorização da individualidade não significa necessariamente um olhar que procura explicar o geral a partir do singular. Segundo ele, o estudo de trajetórias individuais pode oferecer um campo de análise de determinadas questões históricas sempre relacionadas com o social.

Como resolver então a difícil questão das relações entre indivíduo e sociedade? Em primeiro lugar, pensar as condicionantes sociais que enlaçam o indivíduo e também as características que o singularizam; depois, deve-se pensar em evitar o particularismo e igualmente evitar analisar o próprio sujeito a partir de suas particularidades; e por fim, “não há indivíduo fora de seu tempo, assim como não há sujeito totalmente enjaulado por seu contexto (SCHWARCZ, 2013, p. 71).

Vale destacar que Schmidt (2004) acredita que o biógrafo, principalmente sendo um historiador, não deve procurar resolver o problema da falsa oposição entre indivíduo e sociedade optando por um dos “polos”, o do indivíduo ou o da sociedade, mas sim adotando estratégias narrativas que retratem a constante *tensão* entre o personagem e os dilemas e as possibilidades da época em que viveu. Afinal, como afirma Levi:

Nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições. (LEVI, 1998, p. 179-180).

Sendo assim, propomos uma outra questão: como expressar esta *tensão* entre indivíduo e sociedade na narrativa biográfica? A solução mais fácil seria pôr em prática aquilo que Charles Firth (*apud* LORIGA, 1998, p. 247-248) chamou de “paradoxo do sanduíche”, ou seja, uma fatia de contexto, um pouco de biografia, uma fatia de contexto, e assim por diante.

A saída é fácil, mas enganadora, isto porque deixa em aberto o grande desafio que se coloca diante dos biógrafos da atualidade: “compreender as margens de liberdade individual diante dos sistemas normativos” (SCHMIDT, 2004, p. 139). Nestes casos, o tempo histórico figura apenas como fundo de cena fixo, sem as marcas produzidas pelos agentes históricos (LORIGA, 1998, p. 248).

A fim de tentar superar este dualismo das tensões entre indivíduo e contexto, Schmidt (2004) propõe pensar o contexto como um “campo de possibilidades historicamente delimitadas” (GINZBURG, 1989, p. 183) e

Lembrar que os indivíduos biografados – como qualquer indivíduo –, a cada momento de suas vidas, têm diante de si um futuro incerto e indeterminado, diante do qual fazem escolhas, seguem alguns caminhos e não outros. Se hoje esse futuro já é passado, e o resultado das escolhas feitas conhecido, o biógrafo tem a tarefa de recuperar o “drama da liberdade” dos personagens – as incertezas, as oscilações, as incoerências e, por que não? O papel do acaso –, mostrando que suas trajetórias não estavam predeterminadas desde o início.

O alerta de Schmidt (2004) para aqueles que tomam a cargo a empreitada biográfica é para que se evite a todo custo abordar a trajetória do biografado de forma artificial, teleológica, linear e excluir da narrativa biográfica a postura apriorística de expressões como “desde pequeno”, desde “sempre”, que apenas reforçam a “ilusão biográfica” denunciada por Bourdieu (1996). Seria necessário pensar o sujeito não como mero reflexo da sociedade, mas como produtor de costumes, conhecimentos e poderes (SCHWARCZ, 2013).

A biografia histórica, política, permite ao biógrafo apreender as lógicas do processo social, colocando no meio da trama o indivíduo enquanto agente social, com o cuidado de dar um tratamento especial para a dialética entre a cultura política e as ambiguidades dos indivíduos.

Esta “biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do ‘eu’ de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia” (LEVILLAIN, 2003, p. 176).

Outro aspecto explorado pela biografia moderna é o enfoque na continuidade da construção da memória após a morte do biografado, algo que Le Goff se recusou fazer em sua *Vida de São Luís*.

Nesse novo tipo de abordagem, o biógrafo rastreia a lógica da construção da memória após a morte do biografado, a construção das teias de identidades de uma mesma pessoa. A riqueza deste tipo de abordagem reside na possibilidade de se conhecer, estudar, as recepções de uma memória individual junto a uma coletividade, as construções e reconstruções desta memória, quais grupos se apropriaram dela e como fizeram uso, os altos e baixos ou a permanência desta imagem nos diferentes extratos de tempo após a morte do indivíduo biografado.

Dosse (2009) enfatiza que o biógrafo precisa se inteirar a respeito das contribuições da hermenêutica sobre o tempo, assim como as da psicanálise, que focam na multiplicidade do tempo, alterando o sentido do tempo linear, que passa a ser não linear, mais espesso, com isso, a perspectiva biográfica se altera e torna-se possível evitar o obstáculo da “ilusão biográfica”.

Freud identificou o fenômeno *a posteriori* em 1895 e Lacan apoiou a ideia que revelaria um funcionamento não linear da memória coletiva e individual. O *a posteriori*



aponta que o conteúdo de sentido não está vinculado apenas ao evento em si, mas também à forma como este evento se inscreve no tempo conforme manipulações múltiplas. E

Esse fenômeno teria ligações com o processo de hermenêutica histórica, para a qual “a distância no tempo não constitui forçosamente um obstáculo ao conhecimento do passado, mas, ao contrário, pode ser um meio de captá-lo melhor” (DOSSE, 2009, p. 345).

O trabalho de interpretação em história almeja se situar entre a intimidade que gozamos com o universo que nos cerca e a sensação de distanciamento provocado pela estranheza com o passado.

A distância temporal não é um obstáculo, mas uma possibilidade viável para a compreensão. O sentido é concebido como “construção processual que afeta tanto o futuro a inventar, como a anterioridade, a partir do momento em que concebemos um futuro do passado” e mais: “A pluralização dos regimes de historicidade, que substituiu recentemente a visão linear do tempo histórico segundo as diversas formas de ‘cronosofias’, lembra a ‘heterocronia’ freudiana do psiquismo humano” (DOSSE, 2009, p. 345).

A noção de regimes de historicidade e as contribuições da psicanálise com o conceito de *a posteriori* abrem espaço para uma real possibilidade de compreensão de como as comunidades humanas organizam e vivem as pluralidades temporais, como “pensam os diversos recortes do tempo a partir de certo número de invariantes, de categorias transcendentais” (DOSSE, 2009, p. 346).<sup>14</sup>

A postura do homem perante o tempo, tanto o rompimento com a perspectiva invariante do tempo quanto a crença numa teleologia do tempo é confirmada por Reinhart Koselleck:

Cronologicamente, a experiência brota de lanços inteiros do tempo, ela não cria a menor continuidade no sentido de uma apresentação aditiva do passado. Ela é, antes – para retomar aqui uma imagem de Christian Meier – comparável à janelinha de uma máquina de lavar, por trás da qual aparece de vez em quando uma peça de roupa que está lá dentro. (KOSELLECK, 2006, p. 312-313).

O biógrafo pode então se pautar pela noção desse futuro do passado a fim de evitar limitar sua narrativa temporal a uma trajetória que começa no nascimento, passa pela fase adulta e termina com a morte, ou seja, a velha noção de história com começo, meio e fim.

Ao sopesar a lógica plural, fabricada na narração da identidade pessoal, o biógrafo se permite mergulhar nas “metamorfoses do sentido de identidade narrativa do sujeito biografado” (DOSSE, 2009, p. 346).

---

<sup>14</sup> Sobre a noção de “regimes de historicidade” ver HARTOG (2013).

O biógrafo deve se empenhar na construção de uma verdade factual sobre a personagem narrada, mas deve ir além: após esta primeira fase, baseada na análise de documentos, na crítica interna e externa das fontes, ou seja, a prática da metodologia histórica na construção da personagem, uma segunda fase se segue: o encadeamento dos elementos encontrados na pesquisa, a pesquisa das causas.

A última etapa a ser vencida se trata de uma senda recém-aberta pela reviravolta historiográfica, que consiste em questionar sobre o processo de feitura de múltiplos sentidos que a personagem biografada aglutina, seja durante sua vida por meio de seu próprio esforço para tal ou pelo empenho de outros na construção de sua imagem, e mais importante, como a memória do personagem biografado foi construída, reconstruída, apropriada, usada, até a contemporaneidade do biógrafo.

Esse tipo de abordagem biográfica, que não termina com a morte do biografado, mas continua até o presente, é chamada por Dosse (2009) de “vida póstuma” do indivíduo cuja trajetória é narrada.

Esse novo enfoque do biografismo é riquíssimo pela possibilidade de acompanhar os caminhos percorridos não apenas pela vida, que um dia acaba, mas a memória desta vida, que também pode fenecer um dia, mas que transcendeu o indivíduo sobre o qual incide e obriga o olhar de quem se dirige a ele por meio da narrativa de sua vida, a considerar os diversos presentes que constroem as identidades narrativas.

Em 1971 Roland Barthes cunhou a noção “biografemas” em sua obra *Sade, Fourier, Loyola*. A escrita biográfica, segundo Barthes, pode ser conduzida pela noção de que o sujeito é constituído de pedaços, dispersos, “um pouco como as cinzas que se lançam ao vento depois da morte, e que trazem não mais do que clarões de lembrança e erosão da vida passada” (BARTHES, 1990, p. 12).

O desejo de Barthes para o formato de uma possível biografia sobre sua trajetória após estar morto é que “Se eu fosse escritor e estivesse morto, como gostaria que a minha vida se reduzisse a alguns detalhes, a alguns gostos, a algumas inflexões, ou seja, a ‘biografemas’ cuja distinção e mobilidade pudessem viajar sem destino!” (BARTHES, 1990, p. 12).

Em 1975 surge *Roland Barthes por Roland Barthes* e o conceito de “biografemas” é retomado. Nesta obra, ele se refere aos “traços miúdos reunidos em cenas fugidias”, (BARTHES, 1977, p. 78).

O autor associa o biografema ao haicai e à anamnese factícia: “Chamo de anamnese a ação – mistura de gozo e de esforço – que leva o sujeito a reencontrar, sem o ampliar nem o fazer vibrar, uma tenuidade de lembrança: é o próprio haicai. O biografema nada mais é do

que uma anamnese factícia: aquela que eu atribuo ao autor que amo” (BARTHES, 1977, p. 126).

François Gaillard observa que *Roland Barthes por Roland Barthes* não pode ser considerada uma autobiografia de Barthes, um “eu por eu”, mas uma “biografia do eu (não confundir com ‘de mim’) e, na palavra ‘biografia’, é preciso resgatar o sentido grego: ‘bios’ não significa o vivido, mas a vida no que tem de mais orgânico: o *corpo*” (GAILLARD *apud* DOSSE, 2009, p. 308).

Além disso, “Se a biografia é, para retomar aqui um termo barthesiano, uma ‘porcaria’, isso se dá precisamente porque consagra o reino do mau, do imaginário, aquele que encerra o sujeito em imagens, aquele que ao trabalhar a imagem esquece que o eu está em perpétua dilatação, em constante invenção” (GAILLARD *apud* DOSSE, 2009, p. 308).

A biografia fracassa por tentar enquadrar, rigidamente e sem espaço para as mudanças de direção, um retrato, ou seja, exatamente o oposto do que pretende Barthes: tecer a narrativa de um percurso por meio de nuances fragmentadas, não fixadas, fugidias, um sujeito em constante mutação e reinvenção.

Em *A câmara clara*, Barthes analisa as relações entre fotografia e História, entre biografema e biografia: “Do mesmo modo, gosto de certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema tem com a biografia” (BARTHES, 1984, p. 51).

Nesta obra, o biografema é descrito como um “traço biográfico”, como o ponto (*punctum*) que situa o observador, narrador, autor, fora da obra histórica (biográfica, autobiográfica) propriamente dita. O biografema seria, então, uma partícula, um fragmento que lança luz sobre detalhes de uma existência, carregados de um “infra-saber” (BARTHES, 1984, p. 51).

Por conseguinte, esta nova forma de conceber a escrita de uma trajetória pessoal a partir de biografemas precisa levar em consideração a fragmentação e pulverização do sujeito. O autor da biografia, o narrador, não é a testemunha de uma vida a ser escrita por ele, de fora, distante de seu objeto, mas o ator mesmo de uma escrita.

Dosse (2009, p. 306, grifo do autor) comenta que

O ‘biografema’ surge numa sólida relação com o desaparecimento, com a morte; remete a um tipo de arte da memória, a um *memento mori*, a uma evocação possível do outro que já não existe. Barthes propõe uma evocação superficial por meio de um detalhe distanciador e revelador de uma singularidade.

Dessa forma, a ideia de biografema está vinculada à esfera do imaginário afetivo, na busca e reconstrução subjetiva da memória. A base da noção de biografema é a fragmentação, o desenrolar narrativo de fatos descontínuos, intersticiais, ou seja, o oposto da biografia clássica, pautada pela linearidade do indivíduo, por um sentido unívoco da vida.

Souza (2002, p. 113), sintetiza que o biografema “responde pela construção de uma imagem fragmentária do sujeito”, isto é, que não fica reduzido às amarras da construção biográfica teleológica e enquadrada na ilusão denunciada por Bourdieu (1996). Já “não se acredita mais no estereótipo da totalidade e nem no relato de vida como registro de fidelidade e autocontrole” (SOUZA, 2002, p. 113).

O sujeito fragmentado em biografemas, em imagens dispersas, ao invés de perder-se em um caos narrativo, se reconfigura e se encaixa imagem a imagem, se conforma à “ideia musical de um ciclo (Bonne Chanson, Dichterliebe): cada peça se basta e, no entanto, ela nunca é mais do que o interstício de suas vizinhas” (BARTHES, 1977, p. 102).

Moisés (1983) afirma que ao criar o conceito de biografema e o desdobramento deste em uma biografemática, Barthes aponta para duas possibilidades de escrita biográfica: a primeira, seria uma “biografia-destino”, na qual os fatos e acontecimentos narrados obedecem a uma concepção teleológica e linear; a segunda possibilidade, se trata da “biografia-descontínua”, norteadas pela força motriz do biografema, que realiza uma operação dispersiva do biografado, fragmentando e recriando por meio de uma nova ordenação narrativa.

O primeiro tipo de biografia guia o sentido da narrativa e o olhar do leitor; já o segundo tipo, baseado e inspirado pela noção de biografema, (re)cria sentidos diversos levando o leitor a absorver a multiplicidade de fragmentos-signos presentes no texto.

A nova proposta biográfica, que Dosse (2009) denomina de “pluralidade de identidades”, pauta-se, não pela busca por um predestinado, alguém de cuja vida, ao final ou depois de finda, se diz “este(a) já se mostrava assim ou assim desde pequeno, desde a faculdade, desde sempre...”, mas ao contrário: reconstruir ao passo do biografado, junto dele, sem foco teleológico, a sua trajetória.

O final, já se conhece, mas nem por isso o caminho percorrido perde o interesse e o valor, e, principalmente a qualidade narrativa, caso seja palmilhado de perto, junto daquele que passo a passo viveu suas jornadas.

A pluralização das identidades seria a configuração que a biografia moderna tem, ou pelo menos deveria adotar. O novo olhar biográfico pauta-se não como quem observa uma corrida de cem metros rasos ou uma maratona do alto de um camarote e depois conta quem

foi o vencedor, o tempo que levou para cruzar a linha de chegada, se hesitou durante o trajeto ou não, se quebrou recordes, enfim, de um ponto distante e privilegiado e após o evento ocorrido, narra a vitória ou a derrota de um velocista ou de um maratonista já antecipando, prevendo o resultado final e orientando sua narrativa neste sentido.

Permitam-me continuar com a metáfora: uma nova possibilidade biográfica, moderna, volta o seu olhar para o velocista ou maratonista, de uma forma diferente, não mais teleológica e linear, procura ver também em quais circunstâncias ele treinou, sua dieta, seu biótipo, suas superações fisiológicas, seus projetos, suas realizações, seus fracassos, seus anseios, seus medos, suas vitórias, e, mais: o velocista enquanto pai, marido, filho, amigo.

Sendo assim, o mais importante é poder acompanhar como o biografado, em cada situação, agiu e reagiu; como os diversos “eus” que surgem, matizam e compõe aquele, cujo corpo se vê deslocar velozmente ou tenazmente na pista de corrida, mas que também tem várias “vidas” fora dela. Essa nova possibilidade de abordagem biográfica não narra apenas os fatos concretos, as realizações públicas, os “resultados” de uma vida, mas a maneira, *o como*, a organicidade dos movimentos.

## Capítulo 2 – Um biografismo à moda brasileira

As biografias assinadas por Raimundo Magalhães Junior estão concentradas no período de 1950 a 1970, sobretudo, nas décadas de 50 e 60, vintênio em que são publicadas as histórias de vida de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e José do Patrocínio.<sup>15</sup>

Alberto Dines, em uma avaliação do gênero biográfico brasileiro praticado nesse momento afirma que o

Nosso biografismo foi prensado entre a apologia, ou hagiografia, e a iconoclastia. Ou somos reverentes ou irreverentes, impolutos ou vilões. Quando digo nós refiro-me a nós, biógrafos ou biografados. Mirrou a nossa galeria de vultos ilustres, menos por falta de atributos de nossa gente e mais pelo partidarismo que encosta no paredão aqueles dos quais divergimos – ou simplesmente não gostamos – e coloca aqueles com os quais concordamos no pedestal da perfeição. Esta penúria não significa que devemos considerar insignificante a escola biográfica que floresceu até os anos 60 e 70 do século passado: Pedro Calmon, Raimundo Magalhães Jr, Luiz Viana Filho, José Honório Rodrigues – para citar apenas alguns –, magníficos biógrafos e magníficos historiadores. (DINES, 2006, 177).

O biografismo brasileiro neste período, de algum modo, era tocado ainda pelas reverberações da forma como o século XIX concebia a escrita biográfica. No âmbito do IHGB do século XIX, tanto a aposta biográfica quanto a escrita da história, apesar de se tratar de duas modalidades discursivas distintas, estavam sob um mesmo enquadramento ideal de fidedignidade e verdade.

O investimento na escrita de biografias no interior do programa do IHGB seguia a ideia de que o objetivo da história era constituir um memorial da vida dos grandes homens. Aliado a esta necessidade de trazer a lume as contribuições dos brasileiros ilustres, estava o projeto da instituição de elaborar uma história nacional, em resposta às demandas políticas vinculadas à consolidação do Estado monárquico no Segundo Reinado (OLIVEIRA, 2011).

---

<sup>15</sup> Raimundo Magalhães Junior é autor de 21 biografias, destas, 16 são publicadas nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, cerca de 76%; as outras 5 biografias, neste caso, os 24% restantes, pertencem aos anos 1970. A fim de constar, são estes os títulos da obra biográfica de Magalhães: *Artur Azevedo e sua época* (1953); *O Capitão dos Andes: história pitoresca de um Caudilho* (1955); *Machado de Assis, Desconhecido* (1955); *Ideias e imagens de Machado de Assis* (1956); *Três panfletários do Segundo Reinado* (1956); *D. Pedro II e a condessa de Barral* (1956); *O fabuloso Patrocínio Filho* (1957); *Deodoro, a espada contra o Império* 2 vol. (1957); *Machado de Assis, funcionário público* (1958); *Ao redor de Machado de Assis* (1958); *Poesia e vida de Cruz e Sousa* (1961); *Poesia e vida de Álvares de Azevedo* (1962); *Rui: o homem e o mito* (1964); *As Mil e Uma Vidas de Leopoldo Froés* (1966); *Poesia e vida de Casimiro de Abreu* (1965); *A vida turbulenta de José do Patrocínio* (1969); *Martins Pena e sua época* (1971); *José de Alencar e sua época* (1971); *Olavo Bilac e sua época* (1974); *Poesia e vida de Augusto dos Anjos* (1977); *A vida vertiginosa de João do Rio* (1978).

A perspectiva de incorporar a escrita biográfica ao projeto historiográfico do IHGB impôs desafios complexos, “à medida que se buscava não somente eleger os beneméritos dignos de serem memorizados como modelos de ilustração e patriotismo, mas também retratar com verdade e imparcialidade as circunstâncias históricas a que se relacionavam tais personagens” (OLIVEIRA, 2011, p. 148).

A construção das histórias de vida assinadas por Raimundo Magalhães Junior insere-se em um tempo marcado por alguns resquícios da abordagem do biográfico herdada do século XIX – tais como a ideia de grande homem, a necessidade de entretecer a narrativa da trajetória de uma vida e o período histórico no qual se insere – e, somado a esta perspectiva, os questionamentos suscitados pela proposta de uma renovação sob a chave de uma biografia romanceada ou moderna, de vertente europeia, representada, principalmente, por Maurois, Strachey e Ludwig.

Estes biógrafos europeus, apesar de assumirem estilos diversos na elaboração de suas narrativas de vida, possuíam em comum a ideia de que biografia e história não seriam e nem deveriam ser dissociadas, e mais: ambas eram concebidas como arte.

A partir do final da década de 1920, avançando para os anos 30 e 40 e ainda no período de 1950 a 1970, a discussão sobre o gênero biográfico movimentou uma parcela considerável de intelectuais polígrafos que se dedicavam à crítica literária, ao ensaio literário, em jornais e revistas, tanto no Rio de Janeiro, que até abril de 1960 foi a capital da República, como também em outras capitais estaduais.

Inicialmente, identificou-se aquilo que passou a ser denominado como uma epidemia biográfica e a referida renovação do gênero, moldando-o e modelando-o sob a inspiração de uma biografia romanceada ou moderna, nas décadas de 1930 e 40, e sob a exigência de uma biografia histórica, vinculada, principalmente, aos anos 1950 a 1970. Uma topografia e análise dessas questões permitirá a caracterização do período em que Raimundo Magalhães Junior inaugurou e prosseguiu a construção de sua obra biográfica.

Ainda é deficitária, no campo dos estudos dedicados à história da leitura e dos livros e acerca da história intelectual no Brasil, uma análise de três temáticas imbricadas entre si: a verificação do crescimento dos índices de publicação de biografias, a renovação do gênero e os questionamentos acerca da chamada biografia moderna (GONÇALVES, 2009, p. 97).

Alguns trabalhos, sob certos aspectos, tocam nestas questões, ao tratarem da quantificação de dados a respeito do mercado editorial, de análises sobre a atuação de intelectuais e os chamados homens de letras que transitaram em um tempo em que a biografia gozou de certo reconhecimento.

O estudo do *Anuário brasileiro de literatura* permitiu a Miceli (1979, p. 147-153) fazer um levantamento relevante dos índices acerca do mercado livreiro nacional no período de 1938 a 1943.

O autor aponta a produção de seis das maiores casas editoriais na época: Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, Globo, José Olympio, Irmãos Pongetti, Francisco Alves e Melhoramentos e estabelece uma relação com os principais gêneros publicados.

No topo da listagem, com 23% das publicações, estão as obras de ficção (clássicos europeus e nacionais, romances de aventura, romances policiais, dramas românticos e biografias romanceadas) seguidas pelos livros didáticos, 22%, os volumes infantis seguem com 8%, os de história com 7%, as biografias com 5,5%.

O gênero biográfico ocupa a quinta posição no *ranking* geral das seis maiores editoras, mas caso se avalie separadamente as casas editoriais nem sempre isto ocorre. Por exemplo, se por um lado a editora Francisco Alves dedica a maior parte dos seus recursos a livros didáticos, que correspondem a 65% de suas edições, já as obras de ficção somam apenas 2,5% e as biografias a pequeníssima taxa de 0,6%, o mesmo percentual que a Melhoramentos dedica a este gênero. Por outro lado, dos textos publicados pela José Olympio, cerca de 33,5% são livros de ficção, 9,6% são biografias, 5,5% são de história e apenas 1,5% de material didático.

Comparando apenas o gênero biográfico nos índices estatísticos atingidos pelas outras editoras temos o seguinte: Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira com 6,0%, Globo 6,7%, Irmãos Pongetti 6,0%.

Nota-se um equilíbrio nos percentuais de textos biográficos publicados por estas editoras. Se compararmos os dados relativos a publicação de biografias pelas seis maiores casas editoriais, veremos que apesar de a Francisco Alves dedicar-lhe uma parcela ínfima (0,6%) e o mesmo sucedendo com a Melhoramentos, quem destoa acima da média é a José Olympio (9,6%), enquanto as demais permanecem com uma média variando dentro da casa dos 6% de suas publicações dedicadas ao gênero biográfico.<sup>16</sup>

O *Anuário Brasileiro de Literatura*, em 1938, realiza uma enquete que leva o título: “O que se lê no Brasil”. A consulta é feita aos principais editores e livreiros em atividade no período.

Antes do questionamento, há um breve texto introdutório que destaca o grande desenvolvimento da indústria editorial desde a implantação do chamado Estado Novo,

---

<sup>16</sup> Ver MICELI (1979).



acentuando que desde “a revolução de outubro de 1930” o mercado de livros crescera significativamente no país.

Ao mesmo tempo em que ressalta o crescimento deste mercado, o texto pondera que após um período de expectativas positivas o público leitor arrefecera, colocando os editores de sobreaviso, mas minimiza esta recaída com uma visão otimista de que a “consolidação do Estado Novo deverá ser rápida e o mercado livresco retomará o seu ritmo animador”.<sup>17</sup>

As principais questões propostas aos editores foram: sobre a tendência do público quanto ao gênero de leituras; o que publicara no ano de 1937 e quais os sucessos alcançados; dentre os textos editados quais os estrangeiros e quais os nacionais mais lidos.

O editor José Olympio aponta a tendência que se acentuava no momento pelas obras de divulgação científica e demonstra expectativa positiva quanto ao público numeroso da literatura que seria muito superior se comprado a dez anos antes.

José Olympio lamenta a inexistência de um público estável, o que provocava às vezes o paradoxo de se ter um livro fraco esgotado em pouco tempo e enormes dificuldades na venda de um livro de mérito.

Lamenta também a grande procura pelos romances policiais, mas, a fim de satisfazer este público, anuncia o lançamento de uma coleção para o ano de 1938. Ao ser questionado sobre as edições sob sua responsabilidade no ano de 1937, o editor finaliza a resposta alertando que uma das razões para o enfraquecimento do mercado livreiro seria a apreensão de livros por todo o território nacional sem as devidas justificativas e sem critérios para estas ações de censura instaurada pelo Estado Novo.

O editor das Edições Cultura Brasileira, assim como José Olympio, destaca que o público leitor aumentara nos últimos sete anos e que, com exceção dos livros didáticos, a indústria do livro poderia ser considerada apenas a partir de 1930.

Ele generaliza ao afirmar que o Brasil é um país de autodidatas que lê de tudo, desde livros de anedotas até obras de sociologia. Da mesma forma que José Olympio, também aponta a volatilidade dos leitores e que o momento é investir em obras que tratem do passado brasileiro.

Também assevera que o gosto pelo romance policial é um problema, mas ao contrário de José Olympio que apenas aponta esta questão, o editor das Edições Cultura Brasileira oferece uma explicação para esta aversão ao gênero: embrutece o leitor, que ao invés de se

---

<sup>17</sup> “O que se lê no Brasil” *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938, pp. 401-408.

dedicar a leituras mais profundas, que concorram para a formação do espírito, fica preso a leituras supérfluas.

O editor da Brasília Editora, assim como os dois editores supracitados, assegura ser difícil precisar o gosto do público devido às flutuações nesse sentido, mas destaca a maior procura pelo gênero biográfico.

A Livraria Editora Guanabara, por meio de seu representante, afirma que diminuiria o público leitor de romances e contos, enquanto crescera a procura pelas biografias e por obras de cunho histórico e científico.

O editor da Civilização Brasileira esclarece que haveria vários públicos leitores. A maior parte consumia romances policiais e de aventuras, as biografias também contariam com um público numeroso.

O representante da Casa Editora Vecchi afirma algo curioso: a tendência dos leitores de se orientarem mais pelos autores e não o livro pelo livro. A procura se dirigia aos romances e às biografias, como também pelos trabalhos técnicos especializados, como os de sociologia e medicina.

Assim como os outros editores, o da Livraria casa Minerva observa a dificuldade de se classificar o público leitor frente à sua instabilidade de preferências. O mesmo ocorre com a Athena Editora, mas aponta o sucesso de uma linha editorial voltada para a filosofia clássica. O representante da Schmidt Editor observa que a tendência é pelas obras de fundo social.

Para os Irmãos Pongetti Editores precisar o gosto do público leitor seria de uma tarefa impossível. Ressalta o crescimento da procura pelas biografias, pela sociologia, mas com uma acentuada diminuição na procura por poesias.

O editor da Companhia Editora Nacional argumenta que a “elite” apreciaria os trabalhos de cultura, sendo que a série “Brasiliana” corresponderia a este gosto. Chama de “massa” o público mais geral, que preferiria a literatura de ficção.

A justificativa encontrada para o gosto deste público mais amplo seria que a ficção libertaria da rotina diária e permitiria alcançar, por meio da imaginação, um mundo no qual não viviam e do qual jamais fariam parte.

Apesar de bastante limitados para uma análise mais profunda, os argumentos usados por estes editores, focados em alavancar a recepção das linhas editoriais das casas que representavam, possibilitam averiguar uma preocupação no sentido de desvendar o gosto, bastante volátil do público leitor.

Em conjunto, estes representantes da indústria editorial apontam que o público mais amplo apreciava a literatura de ficção, especialmente os livros de aventura, os romances

policiais, enquanto uma minoria consumia obras que exigiam maior fôlego, como os volumes de história, sociologia, filosofia, e ainda, os “estudos brasileiros”.

Vale destacar ainda, a identificação de um crescimento na procura pelas biografias. Além disso, a se crer no depoimento do representante da Casa Editora Vecchi, começava a se formar um público leitor que não procurava mais apenas o livro pelo livro, mas sim pelo seu autor, o que pode indicar a formação de um público leitor, ainda que minoritário, mais seletivo, ciente de suas preferências, principalmente sobre a temática do passado brasileiro, *acessível* a partir de obras de cunho historiográfico, sociológico, biográfico.

Pontes (1988) realiza uma pesquisa com dados interessantes sobre as coleções *Brasiliiana*, da Companhia Editora Nacional; a *Documentos Brasileiros*, da José Olympio; e a *Biblioteca Histórica Brasileira*, da Livraria Martins Editora.

A autora confeccionou quadros que relacionam os gêneros editados pela *Brasiliiana* e pela *Documentos Brasileiros*. As informações disponibilizadas por estes quadros permitem lançar um olhar sobre uma faceta significativa da produção biográfica brasileira neste período.

Os quatro primeiros gêneros do *ranking* da *Brasiliiana* em volume de publicações no período de 1931 a 1960 são história (24,1%), biografia e memória (19,5%), viajantes e cronistas (14,6%) e ainda, ensaios de interpretação sobre o Brasil (10,0%).

Se tomarmos a periodização em décadas teremos uma manutenção das posições ocupadas por cada gênero no que se refere ao percentual de publicações, apesar da significativa diminuição no número de publicações da coleção conforme os anos vão avançando.

No período 1931-1940, a *Brasiliiana* publica 196 títulos, dos quais 25% são de história, com 49 títulos, e 19,3% de biografias, com 40 títulos. No intervalo de 1941-1950 a coleção lança 74 obras, ou seja, 122 títulos a menos se comparado com a década anterior, a diferença é de um percentual de 62,2% na diminuição no volume total de publicação. Neste período, o índice de gêneros de cunho histórico (37%), permanece em primeiro lugar, com 20 títulos, e o biográfico (18,8%), com 14 títulos, em segundo lugar.

Na década seguinte, 1951-1960, o volume total de publicações continua a cair, são 37 obras publicadas pela *Brasiliiana*. Na comparação com o período imediatamente anterior, a queda no volume de publicação é exatamente a metade, e, na comparação com o período de 1931-1940, a diferença é ainda maior: 159 títulos a menos, ou seja, uma diminuição de 81,1%.

Todavia, segundo Pontes (1988, p. 70), nesse intervalo de tempo as obras de cunho histórico e biográfico trocam de posição: as biografias ocupam o primeiro lugar com 8 títulos (21,6%); as obras cujo tema é a história ficam em segundo lugar com 5 publicações (13,5%).

Os dados referentes à coleção *Documentos Brasileiros* também são significativos. No período de 1936 a 1960, a coleção lançou um total de 107 títulos, destes, 40 (37,3%) trata-se de biografias e memórias, 28 (26,1%) são as obras de cunho histórico, os ensaios e interpretações sobre o Brasil somam 25 títulos, que correspondem a 23,3%.

Ao contrário do que ocorre com a coleção *Brasiliiana*, que década após década no período de 1931-1960, diminui o índice de seus lançamentos, a coleção *Documentos Brasileiros* aumenta gradativamente o volume de suas publicações: são 26 títulos lançados no intervalo de 1936-1940, na década seguinte são 39 obras publicadas, e no período de 1951 a 1960, vêm a público um total de 42 títulos. As biografias permanecem ao longo do período de 1936 a 1960 no topo do *ranking* da coleção *Documentos Brasileiros* (PONTES, 1988, p. 74).

Estes dados oferecem uma ideia sobre a forma como o gênero biográfico ocupava lugar de destaque no panorama das publicações do mercado livreiro de uma forma geral, mais especificamente, na fatia correspondente aos *estudos brasileiros*.

A biografia passa a gozar da simpatia e do investimento dos editores e livreiros, da atenção dos intelectuais e homens de letras, seja na confecção de histórias de vida, seja nos comentários e análises nos suplementos literários e rodapés de crítica (GONÇALVES, 2009, p. 103).

Werneck (1996) empreende um estudo analítico dos biógrafos do escritor Machado de Assis. Em sua análise de *Machado de Assis. Estudo crítico e biográfico*, de Lúcia Miguel Pereira, de 1936, Werneck (1996) se debruça sobre a recepção que esta e as demais biografias sobre Machado de Assis obtiveram na crítica literária.

A autora confirma a presença de biografias, obras de cunho histórico e também romances sociais sobre a temática dos *estudos brasileiros*. Werneck (1996) estabelece diálogo com Wilson Martins que em sua *História da Inteligência Brasileira* identifica na grande quantidade de histórias de vidas nos anos 30 e 40, uma epidemia de biografias (WERNECK, 1996, p. 104-105).

Os estudos de Sérgio Miceli, Heloísa Pontes e Maria Helena Werneck ainda que de forma tangencial tocam na questão da produção biográfica no período de 1930 a 1960. A nossa intenção não é interpretar os dados oferecidos por estes autores.

As apreciações destes autores apontam para aquilo que ficou conhecido como uma “epidemia biográfica”. Gonçalves (2009) realiza uma análise valiosa das “impressões de

intelectuais que, no curso da epidemia, acompanharam seus sintomas e efeitos colaterais” por meio do estudo de como a questão do biografismo brasileiro foi tratado por parcelas da crítica literária nos anos 30 e 40.

A seguir, a nossa intenção é estabelecer um diálogo com as considerações de Gonçalves (2009) para o período considerado pela autora (1930-1940) em seu trabalho com as nossas próprias análises para o período abordado em nossa pesquisa, que são os anos 1950 a 1970, período de atuação de Raimundo Magalhães Junior enquanto biógrafo.

O comparativo que pensamos estabelecer entre o estudo de Gonçalves (2009) e o nosso se refere à forma como a crítica literária enfrentou a questão da proliferação de biografias e as impressões que críticos, intelectuais, literatos, jornalistas e biógrafos imprimiram por meio de sua escrita nos rodapés de crítica e nos suplementos literários acerca do gênero biográfico.

## **2.1 – A crítica literária: um panorama do debate sobre a biografia no Brasil**

### **2.1.1 – A questão biográfica nos anos 1930 e 1940**

A crítica literária praticada no Brasil nos anos 40 ainda está vinculada ao jornalismo, campo de atuação dos bacharéis em Direito, aqueles que por não terem seguido as carreiras de médicos ou engenheiros, acabavam por engrossar as fileiras dos que se dedicavam aos ensaios e resenhas literárias (BOLLE, 1979).

Anteriormente a este período, já desbravavam o terreno da crítica literária nomes como Sílvio Romero, Oswald de Andrade e José Veríssimo, empenhados em construir julgamentos em periódicos dos grandes centros culturais, como São Paulo e Rio de Janeiro, de uma literatura brasileira em franca expansão editorial e também em meio ao alvoroço cultural provocado pelo movimento modernista (GONÇALVES, 2009, p. 104).

Nos anos 30 e 40 outros nomes surgem no campo da crítica literária: Alceu Amoroso Lima, Humberto de Campos, Álvaro Lins, Antonio Candido, Múcio Leão, Agripino Grieco, Mário de Andrade, Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer, usaram suas penas na escrita de textos que expressam o seu pensamento, gosto e compreensão de obras de diversos gêneros, como o romance, a poesia, a biografia, a história, a sociologia.

Mais tarde, no período de 1950 a 1970, alguns destes nomes, como Antonio Candido, Múcio Leão, Tristão de Athayde, se juntam àqueles como Afrânio Coutinho, Wilson Martins, Josué Montello, José Condé, Temístocles Linhares, que iriam se ocupar da crítica literária em rodapés de jornais, em ensaios literários mais densos, em crônicas literárias periódicas.

Haveria, segundo Sússekind (2003, p. 17), pelo menos três características bem delineadas na crítica deste período: primeira, “a oscilação entre a crônica e o noticiário puro e simples, o cultivo da eloquência, já que se tratava de convencer rápido leitores e antagonistas, e a adaptação às exigências (...) e ao ritmo industrial da imprensa; segunda, “uma *publicidade*, uma difusão bastante grande”; e por último, “um diálogo estreito com o mercado, com o movimento editorial seu contemporâneo”.

Bolle (1979) realiza um trabalho sobre a atuação de Álvaro Lins enquanto crítico literário e aponta que nos anos 40 a crítica praticada em solo brasileiro era “amadorística, humanista no sentido pequeno, politizante, impressionista, superficialmente jornalística, aderente a certas necessidades da notícia”.

A denominação *crítica de rodapé* é cunhada em função do espaço que ocupava em alguns jornais e revistas. Isto é, nos rodapés dos periódicos, espaço que antes era dedicado aos romances-folhetins, passa a ser destinado a abrigar os textos da crítica literária (BOLLE, 1979, p. 23).<sup>18</sup>

Vale ressaltar que a crítica jornalística não era veiculada apenas em rodapés, exemplo disto é o caso de “Autores e Livros” do suplemento literário do jornal *A Manhã*, em que os textos de crítica são mais elaborados do que os do artigo rápido, de análise mais para o gosto de quem escreve do que um estudo cuidadoso, mais impressionista do que analítico (BOLLE, 1979, p. 25).

---

<sup>18</sup> Dentre os jornais que mantinham rodapés os mais importantes eram: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, cujo crítico era Álvaro Lins, *O Jornal*, Rio de Janeiro, contava com o trabalho de Otto Maria Carpeaux e Tristão de Athayde, *A Manhã*, Rio de Janeiro, no qual exercia a crítica Roberto Alvim Correa, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, com a colaboração de Múcio Leão, *Folha da Manhã*, São Paulo, em que trabalhava Antônio Cândido, *O Estado de S. Paulo*, que recrutara os serviços de Sérgio Milliet, *Diário de São Paulo* (Antônio Cândido, Carpeaux, Plínio Barreto), *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro (Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Barreto Filho, Afonso Arinos), *O Dia*, Curitiba, com a colaboração de Wilson Martins, *Jornal do Comércio*, Pernambuco (Olivio Montenegro), *Diário da Bahia*, também espaço de atuação de Álvaro Lins. Nem todos estes nomes citados contribuíram para crítica de forma sistemática, rotineira, mas permite explicitar a qualidade com que a crítica foi favorecida pelo trabalho destes autores. Cabe destacar que as revistas foram as responsáveis, em maior grau, pela “descentralização” literária nos anos 1940 do eixo Rio-São Paulo para as outras capitais do Brasil, são exemplos: *Clima*, *Planalto*, *Revista Brasileira de Poesia*, em São Paulo; *Dom Casmurro*, *Leitura*, *Orfeu*, *Revista Branca*, *Revista do Brasil* (3ª fase), no Rio de Janeiro; *A Província de São Pedro e Dom Quixote*, no Rio Grande do Sul; *Joaquim*, em Curitiba; *Clã*, em Fortaleza; *Edifício*, em Belo Horizonte; *Presença*, no Recife; *José*, em Belém do Pará (BOLLE, 1979, p. 22-26).

Ao longo dos anos 40 e 50 aos poucos foi se desenhando os contornos da enorme polêmica que distribui em dois polos os críticos literários. De um lado, os antigos homens de letras, da “velha guarda”, defensores da bandeira do impressionismo, do autodidatismo, da *review* como amostra de estilo. De outro, a nova geração de críticos, a geração de 44, formada em faculdades de filosofia, a de São Paulo, criada em 1934, e do Rio de Janeiro, criada em 1938.

Essa nova geração de críticos literários passa a defender a pesquisa acadêmica, a especialização e o repúdio ao personalismo na crítica. Portanto, são dois modelos distintos de críticos que se enfrentam nas páginas dos periódicos.

A partir de meados da década de 1940 começam as mudanças nos critérios de legitimação para aqueles que se ocupam da crítica. É crescente a perda de poder por parte do intelectual sem especialização, daquele “sabe-tudo”, que até então dominava a crítica literária, para o modelo universitário de crítico.

Nesse contexto, é essencial o papel desempenhado pela universidade, uma vez que será neste ambiente, em finais dos anos 40, que germinará e frutificará uma nova geração de críticos-*scholars*, articuladores da oposição ao antigo modelo de crítica literária baseada na atuação do “homem de letras” (SÜSSEKIND, 2003).

Em se tratando das biografias, parcelas da crítica literária dos anos 30 e 40 analisam não apenas as narrativas de vidas publicadas, mas realizaram também diagnósticos sobre um “estado atual das questões” no tocante ao biografismo brasileiro (GONÇALVES, 2009, p. 107).

Em um primeiro momento iremos explorar algumas das considerações de Gonçalves (2009) em sua análise de como a questão biográfica foi tratada pela crítica literária, para em seguida trilharmos o nosso próprio caminho no estudo de como a temática do biografismo foi debatida nos rodapés, crônicas literárias, resenhas e suplementos dos principais periódicos brasileiros nas décadas de 1950 a 1970.

No final da década de 20, Humberto de Campos acreditava que a biografia seria um dos gêneros que mais teriam sido afetados pela revolução que se operava no campo das letras e identificava em Maurois, ao lado de Strachey e Woolf, um dos grandes influenciadores nas mudanças pelas quais passava a biografia.

Humberto de Campos rasga elogios a estes biógrafos europeus pela capacidade que tinham de unir capacidade criativa, a arte, e os fatos, a história, mas com a balança pendendo mais para o lado da literatura do que da história, resultando em uma biografia moderna (GONÇALVES, 2009, p. 108-112).

Tristão de Athayde por sua vez, defendia que a epidemia biográfica era fruto de um estado de espírito de uma época marcada por uma busca pela realidade na compreensão do mundo. Assim como Humberto de Campos, Alceu Amoroso Lima também destaca a importância de Maurois e ainda, Ludwig.

Para Tristão de Athayde, o sucesso das biografias entre o público se devia mais pelas inovações da biografia moderna, capaz de unir história e romance, do que pelos biografados em si, ou seja, haveria não apenas um desejo de conhecer a verdade, mas também um voyeurismo movimentaria os leitores no consumo das histórias de vidas.

Alceu Amoroso Lima enaltece o caráter híbrido do texto biográfico moderno, união de romance e história, sem os excessos criativos do primeiro e destituído dos entraves de erudição do segundo (GONÇALVES, 2009, p.112-115).

Gastão Cruls via o biografismo brasileiro sob uma ótica bastante diversa da de Humberto de Campos e Tristão de Athayde, uma vez que na visão do editor de *Boletim de Ariel*, apesar da proliferação de biografias, as inovações pelas quais passava este gênero ainda não tinham alcançado os autores nacionais.

Cruls, de forma irônica e sarcástica, ataca os biógrafos nacionais que ainda insistiam na confecção de narrativas de vidas segundo modelos ultrapassados, porém alimenta a esperança de uma reviravolta nesta tendência “ultrapassada” e adoção, sem necessariamente significar a cópia, dos modelos europeus (GONÇALVES, 2009, p. 115-117).

Apesar de os três autores citados até aqui concordarem com o modelo europeu para escrita de biografias o mesmo não ocorre em se tratando do debate acerca da situação do biografismo nativo.

Cruls demonstra pessimismo quanto à situação no país, aponta que os biógrafos ainda se encontravam presos aos moldes passados de escrita biográfica e o resultado seria os panegíricos publicados, cujo único objetivo era glorificar um brasileiro ilustre, ao invés de desvelar os erros e os acertos, os altos e baixos da figura biografada.

Humberto de Campos ressalta que não basta ajuntar e costurar bem os fatos e eventos; seria preciso também a mão do artista a fim de levantar e fazer caminhar a estátua, assim como tão bem executara Maurois. Para Campos, a biografia deveria ser escrita pelos homens de pensamento, sensíveis para a confecção de uma narrativa romanceada, livre dos entraves da erudição.

Tristão de Athayde se mostra mais otimista, apesar de reconhecer a necessidade de uma renovação do gênero biográfico praticado e associa, como já foi expresso, o surto de biografias ao desejo de conhecer a verdade.



Alceu Amoroso Lima se mostra mais comedido que Humberto de Campos, que assumia a biografia enquanto arte, para o primeiro, deveria haver equilíbrio entre história e romance, sendo que seria justamente em virtude de transitar tão bem entre um campo e outro a razão do sucesso da biografia moderna (GONÇALVES, 2009).

Álvaro Lins é um caso tratado à parte por Gonçalves (2009, p. 132-135), uma vez que segundo a autora, este crítico seria não apenas considerado um dos mais importantes no seu ofício pelos seus próprios contemporâneos, mas também pelo tom polemista com que ficou caracterizado.

Lins ataca as chamadas biografias romanceadas e os romances biográficos, com a justificativa de que ambos seriam frutos deturpados, uma fusão que iria contra o bom gosto artístico. Na contramão de muitos críticos do período, inclusive os citados até o momento, Lins ataca as biografias de Maurois e a classifica como “monstros híbridos” destituídos de caráter literário.

Apesar de possuir melhor concepção acerca de Strachey, por considerá-lo um grande biógrafo, detentor do verdadeiro dom artístico, acaba por escolher entre este e Harvey Allen, o segundo. A razão para tal seria que apesar de possuir um talento extraordinário, um estilo próprio e inigualável, Strachey sairia perdendo para Allen pelo fato de este oferecer ao leitor uma obra biográfica na qual o personagem retratado seria, historicamente, compreendido muito melhor do que a rainha Vitória, de Strachey.

Para Álvaro Lins, a narrativa de uma vida não poderia ser colocada no patamar de obra de arte, uma vez que a biografia estaria para a história, assim como o romance para literatura. Dessa forma, o biógrafo estaria limitado, assim como o historiador, a se pautar pela verdade, pelo documento, enquanto o romancista estaria liberto das amarras do real, permitindo-se transitar pelo “suprarreal”.

O conselho que transmite aos biógrafos é que, como o historiador, não deveriam nem romancear nem vulgarizar a vida do grande homem. Segundo Gonçalves (2009, p. 149), apesar de as ponderações de Álvaro Lins não encontrarem eco entre os que debatiam a questão biográfica, pelo menos teve o peso de significar um ponto de vista a ser refutado ou afirmado entre aqueles que dedicaram suas penas na análise, ao calor da hora, das narrativas de vidas.

Gonçalves (2009, p. 121-132) recorre às páginas do *Boletim de Ariel*, mensário crítico e literário que circulou entre 1931 e 1938, a fim de levantar outras questões relacionadas à temática biográfica.

Entre os colaboradores do periódico, sob a direção de Gastão Cruls, estão nomes de relevo como Agripino Grieco, Augusto Meyer, Lúcia Miguel Pereira, que resenhavam livros, comentavam concursos literários, escreviam ensaios sobre os diversos volumes lançados. O destaque dado por Gonçalves (2009) é para as análises dispostas no periódico sobre as biografias lançadas no período em que circulou o periódico.

As principais considerações a que chegou a autora, foi que nas páginas do *Boletim de Ariel*, entre vários temas discutidos, o debate em torno da proliferação das biografias encontrou um ponto em comum: as biografias seriam o formato ideal a fim de expressar conceitos como a discussão sobre as relações entre indivíduo e sociedade, entre o nacional e o universal, discussões estas, que refletiam as visões de intelectuais desejosos de um país moderno.

A epidemia biográfica, para além da questão quantitativa, apontaria também para os projetos de intelectuais que investiam no texto biográfico renovado, híbrido de romance e história, como uma possibilidade de exprimirem as contradições e interstícios do ser individual e a sociedade na qual estaria inserido.

Percebe-se que alguns dos temas tratados pela crítica literária dos anos 30 e 40 coadunam em algumas questões centrais: a epidemia biográfica, a dimensão realista da biografia e a emergência de uma biografia moderna.

Para os vários críticos literários que de alguma forma tocaram nestas questões, seja na análise de biografias, memórias, autobiografias, ensaios biográficos, seja na abordagem do tema em si do biografismo brasileiro ou estrangeiro, o debate girou em torno, principalmente, do eixo das inovações trazidas pela biografia moderna ou romanceada. Uma vez que das três questões apontadas acima, caso se retire o debate suscitado pela biografia moderna, as outras questões perdem sua razão de ser.

A “revolução” causada pela biografia moderna seria um fator de peso na proliferação de biografias, ao lado de outras explicações, tais como a sede de conhecer o passado (dimensão realista da biografia), as grandes crises enfrentadas pela humanidade (as duas Grandes Guerras, a Crise de 1929). O sucesso do gênero biográfico ficou marcado então pela capacidade de unir história e romance, apesar dos senões de alguns, como é o caso de Álvaro Lins.

## 2.2 – A temática biográfica no terreno da crítica literária nos anos 1950-1970.

Havia várias possibilidades que precisávamos levar em conta no momento em que decidimos sondar algumas análises da crítica literária em torno da situação do biografismo brasileiro.

Decidimo-nos por apresentar, em um primeiro momento, algumas opiniões sobre a temática biográfica de um modo geral a fim de aferirmos como a crítica tratou o tema no período recortado. Em seguida, vamos relacionar estas análises gerais com outras específicas da crítica literária no tocante ao biografismo de Raimundo Magalhães Junior.

Em tempo, nesta etapa do texto nos propomos a mapear as ponderações da crítica apenas naquilo que diz respeito às biografias de Magalhães que não figuram no presente trabalho. Porque pensamos ser mais proveitoso trazer à tona as opiniões concernentes às biografias de Deodoro, Rui e Patrocínio no momento em que o nosso foco de estudo recair sobre elas, o que será feito no próximo capítulo desta dissertação.

“A biografia é dos gêneros mais difíceis”, afirma Afrânio Coutinho, grande divulgador dos critérios de análise estético-literária formulados pelo *New Criticism* norte-americano, no início do texto da sua seção “Correntes Cruzadas” no jornal *Diário de Notícias*, em 10 de agosto de 1952. A explicação do crítico para tal afirmativa seria que a biografia

Exige uma metódica, pela qual participa da natureza da ciência, e ultrapassa, por outro lado, a metodologia, penetrando no reino da metafísica, comprometendo a própria atitude perante a existência ao meditar o biógrafo sobre uma vida e interpretá-la, ao envolver o próprio conhecimento da existência.<sup>19</sup>

A narrativa biográfica recebe as influências do biógrafo, uma vez que este não “se compreende desarmado de uma filosofia de vida, de uma concepção de tempo, de uma noção exata do processo vital”.

Chama a atenção aqui, a forma como o crítico alerta para o aspecto subjetivo da composição biográfica ao afirmar que dependendo da visão de mundo particular ao biógrafo é que resulta o biografado, neste caso, o produto final seria sempre uma (auto)biografia, termo usado pelo próprio autor.

Afrânio Coutinho afirma ser “impossível a biografia perfeita e absoluta. Outrora se acreditou que seria justo definir uma personalidade ou uma vida por um acontecimento chave,

---

<sup>19</sup> COUTINHO, Afrânio. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Correntes Cruzadas”), 10 de agosto de 1952, p. 3.

uma paixão, a fé, um ideal, um traço psicológico, do qual decorriam coerentemente os gestos e ações”.

O crítico propõe algumas questões básicas, uma espécie de receita “filosófica” aos biógrafos: “Como descrever uma vida? Como selecionar os fatos? Como distinguir os que oferecem significação? E como saber interpretar essa significação?”.

A ausência de tais indagações na mente do biógrafo ante a empreitada de narrar uma vida é passo ligeiro rumo a uma obra que não passaria de compilação de documentos e enfileiramento de fatos. É preciso ir além do anedotário e escrever uma interpretação de um indivíduo, dotado de “substância universal”.

Assim como outros articulistas, resenhistas, críticos, literatos, Afrânio Coutinho também acredita que a biografia é um

Gênero híbrido, feito de parte de história e parte de literatura, servindo-se da metodologia científica e ao mesmo tempo de todos os artificios próprios da ficção e da composição artística, chega a ser difícil em certos espécimes modernos de definir-se a biografia como história ou como literatura. O biógrafo é cioso da objetividade do fato através do manuseio de documentos (cartas, diários, memórias, etc...), mas não despreza a imaginação, combina o mais sisudo *scholarship* ao método dramático da exposição; é um estudioso de caracteres sem deixar de fazer história objetiva; procura compreender com simpatia o herói, mas não foge ao dever de julgar. Por outro lado, a figura do biografado tem uma carreira e uma personalidade a apresentar e interpretar, mas está envolvida de um magma de acontecimentos culturais, políticos, e econômicos que formam o ambiente de seu tempo e de sua vida. Portanto, o biógrafo concilia duas mentalidades inconciliáveis, a do escritor de ficção e a do erudito impessoal e meticuloso.<sup>20</sup>

Outro assunto abordado pela crítica é sobre os empecilhos encontrados para a escrita de biografias no Brasil. Raul Lima, por exemplo, assevera ser tão corriqueira esta situação que acabara se tornando regra e não exceção.<sup>21</sup>

O maior de todos os obstáculos é a “extrema dificuldade por falta de documentação mais própria e fecunda – os diários, a correspondência, a confissão escrita, os testemunhos despidos de intenções preconcebidas”.

<sup>20</sup> A expressão *New Criticism* se refere ao trabalho dos críticos americanos John Crowe Ransom, William K. Wimsatt, Cleanth Brooks, Allen Tate Richard Palmer Blackmur, Robert Penn Warren e ao do filósofo Monroe Beardsley, os quais escreveram as suas obras mais influentes durante as décadas de 40 e 50. Trata-se de um movimento que desejava “profissionalizar” a crítica literária, trazendo-a para o âmbito acadêmico. Afrânio Coutinho viveu nos Estados Unidos no período de maior efervescência do *New Criticism*, entre os anos 1941 e 1947. Ao voltar para o Brasil, começa a disseminar a ideia do *New Criticism*, o qual passa a chamar de Nova Crítica. Coutinho via com maus olhos a crítica de rodapé, que considerava amadora, personalista, e sua grande luta foi postular a crítica como uma ciência, praticada por acadêmicos. Especificamente sobre Afrânio Coutinho e o *New Criticism* ver LIMA (2009).

<sup>21</sup> LIMA, Raul. O biógrafo Luís Viana Filho. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário, 17 de agosto de 1952, p. 3.

O crítico acusa os “grandes homens”, salvo raras exceções, de não cultivarem o hábito de manter seus acervos pessoais, de não escreverem diários. A ausência ou a insuficiência desse tipo de documentação aumenta sobremaneira o trabalho do biógrafo.

Raul Lima se manifesta também concedendo um alerta para que os biógrafos se mantenham cautelosos, objetivos e com postura crítica se porventura encontrarem farto material de pesquisa, a fim de estabelecerem “o justo conceito sobre o biografado”.

Um dos fatores embaraçosos em casos como esse, em que o biógrafo se depara com uma documentação generosa “será decerto a proveniência dos documentos, o intermédio dos descendentes. Recebendo deste uma deferência, uma gentileza excepcional, o biógrafo não deixará de sofrer o constrangimento da gratidão, o dever de tratar bem o antepassado”.

Trata-se da dimensão ética inerente ao trabalho do biógrafo. O crítico cita uma exceção que exemplifica a conduta correta ética que um biógrafo deve seguir, mesmo diante da benevolência dos descendentes: a biografia de Joaquim Nabuco escrita por Luís Viana Filho, que além de não se curvar perante uma “dívida” velada para com os descendentes, realiza não apenas a “reconstituição” da vida de Nabuco como também abre diante do leitor uma via de acesso à época do biografado conforme narra os fatos da vida histórica e social a ele ligados.

Octávio Tarquínio de Souza, no prefácio que escreve para a sua biografia de D. Padre I, lançada em 1952, expressa a sua opinião acerca do debate biográfico e a respeito de suas próprias escolhas metodológicas: “Mais uma vez o autor procurou evitar a biografia romanceada, tão do agrado de numerosos leitores, a despeito de sua completa falsidade”.

Assegura que “o estudo biográfico é um dos fundamentos e em sua técnica obra histórica e, se não prescinde, como qualquer outro trabalho que participa da arte literária do favor da imaginação e do socorro de dons estéticos, deve apoiar-se sempre em fatos e documentos”. Tarquínio de Sousa continua: “A busca de uns e outros representa a primeira tarefa do biógrafo; dar-lhes ordem e interpretá-los será a segunda, aquela em que o historiador procura recriar a vida que se extinguiu e restaurar o tempo que passou”.

Ao tocar em seu objeto revela que se propõe a “estudar uma personagem histórica com ânimo de restituí-la quanto possível à sua realidade, descobrindo-lhe o ritmo vital, deve de início precaver-se contra a apresentação convencional com que não raro a desfiguram contemporâneos e pósteros”.

Raimundo Magalhães Junior, no ano seguinte ao lançamento da biografia *A vida de D. Pedro I*, assina um texto veiculado pelo *Diário de Notícias*, cujo título é “Pedro I redivivo”.<sup>22</sup> Seria justamente neste ano de 1953 que um Raimundo Magalhães Junior de meia idade, iniciando a sua caminhada pelas sendas da escrita biográfica lançaria a sua primeira narrativa de vida, de Artur Azevedo.

O artigo revela a sintonia de um escritor com um campo de escrita em que apesar de até então ainda não ter marcado o seu nome entre aqueles que são considerados exímios biógrafos, já vinha a um bom tempo se inteirando, pesquisando a história recente do Brasil e compondo outras modalidades de escrita biográfica como a peça “Carlota Joaquina”, de 1939, com um retumbante sucesso em diversos teatros espalhados pelo país.<sup>23</sup>

O assunto que move Magalhães a escrever a matéria é a divulgação de uma peça sua, também em moldes biográficos:

Quando empreendi a tarefa de levar ao teatro não toda a vida de D. Pedro I, pois nela há material para trinta peças, [...] li exaustivamente tudo quanto pude reunir e que podia servir aos meus propósitos. A peça está aí, no teatro Dulcina, para julgamento do público. [...] Não faço essa referência senão para dar força à minha convicção de que Octávio Tarquínio de Sousa escreveu um livro definitivo. Um livro que é um monumento novo ao príncipe que emancipou o Brasil do domínio português e cuja figura salta de suas páginas rediviva, palpitante, impetuosa. [...] obra de verdadeiro escritor e verdadeiro historiador.

Alguns aspectos chamam a atenção no texto de Magalhães. Primeiro, o seu depoimento de que para escrever a peça sobre D. Pedro I se dedicara a uma vasta pesquisa; segundo, sua pesquisa abrangera não apenas a bibliografia já consagrada sobre o tema, mas também obras recentes, como a de Octávio Tarquínio, revelando um escritor antenado com a produção bibliográfica sobre os temas que pesquisava, principalmente obras de cunho historiográfico e biográfico; por último, o reconhecimento de que a escrita biográfica de Tarquínio de Sousa conseguia equilibrar ficção e história, requisito que estava na pauta das discussões sobre a narrativa biográfica.

Adolfo Casais Monteiro ao tratar das biografias de escritores demonstra certo pessimismo ao se referir à forma como as “biografias não podem deixar de ser”, já que para ele, o “ideal de uma arte – ou ciência – da biografia” até o seu presente não teria sido alcançado, na verdade, acredita ser inalcançável.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Pedro I Redivivo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 8 de agosto de 1953, p. 2.

<sup>23</sup> Sobre uma análise da questão biográfica na peça “Carlota Joaquina”, ver Andrade (2013, p. 129-151).

<sup>24</sup> MONTEIRO, Adolfo Casais. Katherine Mansfield. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Literatura e Arte, 11 de julho de 1954, p. 61.

O ano é 1954 e o desabafo do autor de certa forma permite vislumbrar como o gênero biográfico estava sendo tratado: “um mal necessário”, pelo menos as biografias dos escritores. O “mal necessário” seria útil uma vez que o conhecimento da vida dos escritores seria um dos esteios a fim de se estudar a literatura futuramente.

Para Monteiro, a biografia estaria condenada a ser uma “irremediável traição às figuras” que retrata devido ao seu caráter, forçosamente, híbrido. A crítica do autor do texto tem como um dos alvos a tendência errônea dos biógrafos de escritores de buscarem fundir o “tempo” da vida e o “tempo” da obra. Outro erro comum seria o biógrafo procurar a obra “na” vida do autor dela, tendo como resultado um “causalismo estéril”.

O “Balzac” de Ernest-Robert Curtius, seria, para o crítico, o modelo ideal de como se escrever a biografia de um escritor: dividir em seções com núcleos essenciais a experiência total – vida e obra – procurando sintetizar os caracteres fundamentais do homem, ou seja, “do que ele foi e do que ele criou”.

Segundo Adolfo Casais Monteiro, a biografia tradicional seria um “mal necessário”, pois apesar de suas deficiências inevitáveis acaba por fornecer elementos preciosos quando os autores conseguem escapar dos “males ainda piores da biografia romanceada”, que levaria ao extremo as deficiências do gênero.

Ainda que não especifique quais seriam estes “males ainda piores”, podemos entender que entre um “mal necessário” e outro, a biografia documentada e a biografia romanceada, respectivamente, o autor prefere o primeiro, por ao menos permitir aos historiadores da literatura elementos de estudo dos escritores.

Júlio Romão da Silva, em um texto que leva o título “Sobre a arte de biografar”, tece alguns comentários acerca do biografismo e critica de maneira contundente os biógrafos que acabam cedendo “às sugestões do sentimento de simpatia, enveredando, não raro, por ostensivas e imoderadas parcialidades nos julgamentos”.<sup>25</sup>

Todavia, argumenta o jornalista, a biografia é também um “monumento, em forma literária” erguido para alguém cuja memória se quer homenagear. Ele considera a biografia um exercício da memória em forma de monumento de papel e letras, daí a necessidade de se exaltar os aspectos positivos do biografado. Parece-nos que o autor flexibiliza o uso dos elogios em detrimento de uma narrativa em que tanto os pontos positivos quanto os negativos, as conquistas e as derrotas sejam retratados.

---

<sup>25</sup> SILVA, Júlio Romão da. Sobre a arte de biografar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 10 de setembro de 1955, p. 9.

Júlio Romão continua sua argumentação e estabelece um paralelo entre o trabalho do biógrafo e o do artista plástico: para ambos, o que interessa é o “mais sugestivo, o mais simpático do perfil humano e moral”. E os defeitos? Quando não “totalmente postos de lado, ressaltam como curiosidades aberrantes no conjunto de qualidades positivas”, ou então, são justificados como inerentes ao ser humano.

Temos aqui duas dimensões do biografado no entender do crítico: a dimensão particular, responsável pelas grandes ações, os traços únicos do caráter, em resumo, tudo o que distingue de maneira positiva a personalidade; e ainda, a dimensão universal, isto é, os defeitos, os erros, os aspectos negativos.

A primeira dimensão, *particulariza* o biografado por retratá-lo a partir daquilo que fez de bom e de único; já a segunda dimensão, *universaliza* o personagem por enquadrar os seus aspectos negativos no rol dos defeitos que podem ser encontrados em qualquer ser humano.

Júlio Romão critica o modelo biográfico pautado exclusivamente nos recursos da psicologia a fim de compreender o biografado. Para ele, em casos como este o biógrafo se baseia em um sonho ou uma frase reticente e acha o suficiente para escrever uma série de páginas e até mesmo um capítulo inteiros.

Para o crítico, outro ponto passível de discussão seria os juízos éticos, para o crítico, não podemos escrever a vida de uma personalidade com o objetivo nem de discuti-lo e nem de defendê-lo.

O autor oferece uma espécie de receita aos biógrafos: primeiro, a submissão à metodologia histórica, para tanto, é necessário o trabalho “paciente e demorado da pesquisa”; em segundo, a análise dos resultados; em terceiro, a seleção e organização dos dados; e quarto lugar, o labor da composição e da interpretação. O caminho fácil de composição da obra é seguir a ordenação cronológica.

É interessante notar, que Júlio Romão assegura que esta metodologia já se encontrava em desuso e agora, o biógrafo é “solicitado à especulação mais diversificada no estudo da natureza humana”, baseando-se sempre nos dados da pesquisa.

O maior risco a ser enfrentado pelo biógrafo é se deixar levar, sem perceber, pela admiração desmesurada em relação ao biografado, mas caso use o fator “simpatia” a seu favor, a narrativa é quem sai ganhando.

O crítico se arrisca em uma comparação: algumas pessoas saem bem no retrato não por causa do talento do retratista, mas por serem fotogênicas. Em situações como esta, o segredo não nem defender e nem atacar o biografado, basta narrar a sua vida o mais próximo daquilo que foi. Esta seria a grande lição da arte de biografar.



Em um longo artigo subdividido em três partes e publicado em sequência nas três primeiras quintas-feiras do mês de dezembro de 1955, Wilson Martins analisa a biografia de Afrânio de Melo e Franco, cuja autoria é de seu filho, Afonso Arinos de Melo Franco.<sup>26</sup>

Um dos maiores méritos da obra seria que além da biografia do pai, o autor “sintetiza todo o panorama da nossa vida política”. Para o crítico, “as duas faces desse estudo, a biográfica e a histórica se complementam e se penetram mutuamente”. O autor destaca que apesar da clara admiração pelo pai, o biógrafo não cai na armadilha do panegírico e percebe-se ao longo do texto a “obscura batalha entre os sentimentos e a inteligência, entre o amor filial e os encargos de historiador”.

O grande mérito do livro seria o de situar o biografado no tempo e não ceder à “tentação de fazer girar toda a época em torno de Melo e Franco”. Após os elogios, Martins parte para a análise dos pontos fracos da obra.

Um desses aspectos negativos seria a divisão da biografia em três volumes, que na compreensão do crítico não integraria na “verdade orgânica da existência” do biografado. A separação puramente cronológica não agrada ao autor, por não corresponder à “natureza profunda do homem”.

Talvez aqui o crítico paranaense esteja antecipando o termo que anos mais tarde viria cunhar ao se referir à profundidade, complexidade, multiplicidade do ser humano, ou seja, a sua “terceira dimensão”.

Apesar de apontar como aspecto frágil a separação cronológica artificial, Wilson Martins reconhece que a distinção adotada pelo biógrafo pelo menos tem a vantagem de ser aproximativa.

Em uma clara preocupação com a questão das relações entre indivíduo sociedade, o crítico sugere que a melhor forma de enquadrar Melo e Franco não seria em três etapas como o faz o biógrafo, e sim a partir do antes e do depois de 1930, já que a “Revolução” teria mudado tanto os rumos do país como a forma com que o biografado até então havia se portado, o “conservador se faz progressista, o mineiro se faz brasileiro, o político se faz jurista”.

Outro ponto merecedor da crítica do autor seria o exagerado espaço que o biógrafo consagra às origens familiares do biografado, sendo que esta história íntima não

---

<sup>26</sup> MARTINS, Wilson. Um estadista e sua época – I. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 8 de dezembro de 1955.

MARTINS, Wilson. Um estadista e sua época – II. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 15 de dezembro de 1955.

MARTINS, Wilson. Um estadista e sua época – III. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 11, 22 de dezembro de 1955.

necessariamente contribuiria para a compreensão da trajetória de Melo e Franco. Mas este exagero acaba não sendo tão preponderante e obra biográfica editada em três volumes se torna “um capítulo essencial da historiografia republicana”.

Em “Da história paulista”, Wilson Martins analisa a biografia de Fernão Dias escrita por Affonso de E. Taunay e aponta que a vida do bandeirante paulista é excelente “matéria prima de romance”, mas “mediocre material de história”, além disso, o fato de se conhecer tão pouco sobre o biografado resulta que “mal daria para um sério capítulo, muito menos para um alentado volume de biografia”.<sup>27</sup>

O autor reconhece a “paciente investigação histórica” inerente não apenas a este trabalho, mas de uma forma geral à obra de Taunay. Todavia, no caso desta biografia, o crítico entende como exagerado, apesar de realizado com esmero, o quadro histórico apresentado pelo biógrafo, que se vê obrigado, em face do pouco que pudera apurar sobre o biografado, a relacionar não apenas os episódios diretamente ligados ao protagonista, mas ainda um “vasto quadro do Brasil seiscentista”.

Apesar de oferecer muito mais do que o título do livro prometia, o eixo da obra se desloca do biografado para o contexto histórico no qual viveu. A consequência seria que a figura do biografado, “vista de uma perspectiva tão larga”, perde sua grandeza.

Na visão do analista, Fernão Dias enquanto figura lendária é maior do que a histórica e o “traço por ele deixado nas imaginações” seria muito mais “fundo” do que o “inscrito nos documentos”.

Apesar de entender que o biografado merecia, ao menos, as glórias póstumas vertidas na construção de uma figura legendária, já em vida não obtivera reconhecimento, ainda assim, o crítico considera que a maior contribuição da obra assinada por Taunay seria a de “coordenar e reunir” de forma sistemática as parcas informações sobre Fernão Dias.

Múcio Leão em uma resenha da biografia do padre Antonio Vieira, cuja autoria é Ivan Lins, afirma que o primeiro aspecto a ser louvado na obra é a posição de defensor do biografado assumida pelo narrador.<sup>28</sup>

Uma questão que põe em dúvida o resenhista é se o Antonio Vieira que surge das páginas escritas por Ivan Lins foi realmente “um homem do seu século”. O autor aponta que a tese central da biografia é justamente provar que sim, o padre fora não só um homem do seu

<sup>27</sup> MARTINS, Wilson. Da história paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 10 de novembro de 1955.

<sup>28</sup> LEÃO, Múcio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), 23 de dezembro de 1956, p. 2.

tempo, o século XVII, mas estaria em pé de igualdade com outras figuras de destaque como Descartes, Pascal, Bacon, Galileu, Molière, La Fontaine, Racine.

O crítico discorda do biógrafo, por entender que Vieira fora um grande supersticioso, estivera distante de estar em pé de igualdade com as mentes mais brilhantes do século em que vivera, nem de longe seria o homem do seu tempo, muito menos *à frente* do seu tempo, como retratado por Lins, que, aliás, deixara de lado exatamente o caráter supersticioso que sempre cercara o biografado.

O cúmulo do absurdo para Múcio Leão é que o biógrafo não apenas coloca o biografado no mesmo patamar que outras figuras ilustres do seu tempo como ainda o identifica como um prenunciador de ideias e obras que mais tarde seriam desenvolvidas por Freud, Comte.

O crítico ironicamente argumenta que, hipoteticamente, poderia tomar qualquer nome mais ou menos conhecido ou até mesmo desconhecido do nosso passado e empregar o método de Ivan Lins e o resultado seria um grande homem, ou seja, retirando uma frase aqui, uma ideia isolada ali, uma passagem duvidosa acolá e teríamos um “prenúncio” de um Marx, de um Einstein.

Percebe-se que apesar de se considerar como um dos requisitos básicos a simpatia, a admiração do biógrafo pelo biografado, para o autor, o cuidado deve ser no sentido de evitar a apologia, a construção mítica de uma personalidade.

Em março de 1956 a obra “Monteiro Lobato. Vida e Obra”, de autoria de Edgard Cavalheiro, é tomada para análise por Wilson Martins, que rende efusivos elogios ao texto, visto como sintoma da maturidade a que ascendia a literatura brasileira nos últimos anos.<sup>29</sup>

Um dos pilares da biografia em questão seria tanto o cuidadoso trabalho de pesquisa quanto o “consciente trabalho literário”. O autor aproveita o ensejo a fim de elogiar não apenas esta, mas também outras biografias, como a de Rio-Branco, escrita por Álvaro Lins, a de Machado de Assis, por Lucia Miguel Pereira, a de Afranio de Melo Franco, por Afonso Arinos.

A estas biografias, consideradas clássicas, “sem nenhum favor”, poderia ser comparada a de autoria de Edgard Cavalheiro. Além do meticoloso trabalho de pesquisa, um outro aspecto seria o grande mérito do trabalho de Cavalheiro: o biógrafo, apesar da amizade e da admiração devotada ao biografado, soube manter em todo o seu “livro a mais louvável objetividade e escreveu não a apologia de Lobato, e sim a sua biografia”.

---

<sup>29</sup> MARTINS, Wilson. Monteiro Lobato – I. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 8 de março de 1956.

As ponderações do crítico permitem-nos entender que para ele, o texto biográfico enraizado na apologia não seria nem mesmo biográfico, mas apenas apologia, enquanto o oposto a isto seria, realmente, a biografia.

Um novo modelo biográfico estava em evidência, uma nova maneira de escrever histórias de vidas que abandonassem o tomlouvaminheiro era colocada na ordem do dia e no caso em análise, o analista ressalta que Cavalheiro conseguira superar a *apologia* e escrevera uma *biografia*, ou seja, o panegírico é desfavorecido em relação a obras que superassem os antigos modelos biográficos.

Essa mesma biografia é o tema do artigo intitulado “Monteiro Lobato, homem frustrado?”, de autoria de Temístocles Linhares. Assim como Wilson Martins, Linhares também destaca como méritos da biografia a documentação, a experiência do biógrafo em sua amizade com o biografado, bem como a admiração devotada a Lobato.<sup>30</sup>

Chama a atenção a concepção do modelo de biografia explicitada pelo crítico que melhor atenderia à empreitada de retratar alguns personagens: misto de arte e ciência. Para o autor, apenas este tipo de gênero poderia expressar uma trajetória tão rica, “múltipla e trepidante”, como a que tivera o autor de Urupês.

Mas, para o crítico, este não foi o caminho adotado por Edgard Cavalheiro. Um dado importante assinalado pelo crítico seria em relação à maneira como o biógrafo se mostra atento aos pormenores, aos gestos, às “circunstâncias obscuras”, do biografado, uma vez que por meio dos detalhes um retrato biográfico seria mais bem constituído.

É possível estabelecer um paralelo entre a análise de Linhares e a concepção de Taine, para quem os detalhes são os grandes reveladores de uma personalidade, concepção, aliás, também defendida por Wilson Martins, como veremos um pouco adiante.

Outro ponto merecedor de destaque na biografia seria quanto à metodologia adotada por Edgard Cavalheiro, por ter se comportado de forma “irrepreensível em honestidade e fidelidade ao imenso material reunido”, por se manter objetivo, não fazendo “uso da imaginação, da interpretação romanesca ou qualquer juízo menos histórico que não fosse calcado em pesquisas”.

O crítico observa que o próprio Cavalheiro em trabalhos anteriores havia sido adepto da biografia romanceada, sem que por isto deva ser alvo de qualquer embaraço. Pelo contrário, uma vez que este tipo de biografia, na visão do crítico, apesar do termo “romanceada” a lhe adjetivar, não seria, necessariamente, falseadora dos fatos.

---

<sup>30</sup> LINHARES, Temístocles. Monteiro Lobato, homem frustrado? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Literatura e Arte, 25 de março de 1956, p. 75.

Para ele, prova disto é que, entre outros, Carlyle e Strachey usaram deste modelo e foram “muito pouco adeptos da ficção, mas escrevendo sempre com gesto e limpeza de expressão”.

Para o autor, a biografia romanceada, ao contrário do que muitos pensavam na época, tanto adeptos quanto adversários, não se trata de um gênero menor e nem maior, mas diferente, não é por ser denominada “romanceada” ou “artística”, que seria dominada pela falta de verdade ou fidelidade aos fatos, o termo “romanceada” seria antes de tudo pela maneira de tratar a narrativa: com “gesto e limpeza de expressão”, isto é, se refere mais à *forma* que ao *conteúdo*.

É interessante como Temístocles Linhares pondera que a metodologia empregada por Cavaleiro na sua escrita biográfica atual como sendo “histórica” em oposição ao fizera “tempos atrás” quando as suas “preferências tendiam para” a biografia romanceada.

Parece que o autor considera isto uma espécie de mudança significativa e sinal dos tempos: a era da biografia romanceada parecia estar aos poucos cedendo espaço para a biografia histórica e nada mais sintomático para isto do que um biógrafo consagrado como Edgard Cavaleiro, alterar as suas “preferências” metodológicas em prol de uma biografia histórica.

O analista, apesar de elogiar como o biógrafo se comporta de maneira objetiva e fiel aos documentos, entende que este comportamento é senão demasiado, pelo menos “submissamente apegado ao elemento histórico”, com isto, acaba por “sacrificar o sentido do fenômeno de criação existente na biografia”.

A criação neste caso, não seria necessariamente invenção, mas sim estabelecer um vínculo com o biografado e por meio deste elo adentrar em seus domínios psicológicos a fim de compreender situações subjetivas essenciais para a composição de um retrato biográfico.

A preocupação de Edgard Cavaleiro com o “trabalho exaustivo da reunião de dados e fatos” absorve suas energias, tornando patente a sua timidez quanto à “interpretação psicológica”. Com isso, embora retrate bem os aspectos históricos ligados a Lobato, faltaria à biografia escrita por Cavaleiro a dimensão profunda, humana, o viés psicológico do biografado.

José Honório Rodrigues publica um artigo no *Jornal do Brasil* intitulado “A biografia, sua evolução e sua técnica”. Rodrigues é considerado um dos mais importantes historiadores brasileiros do século XX.

O autor teve uma vida ativa como pesquisador no Instituto Nacional do Livro, entre 1946-1968 foi chefe da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, em

seguida, passa a ser o diretor do Arquivo Nacional até o ano de 1964, nesse meio período, entre 1938-1951, foi diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco e em 1969 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

O seu papel de destaque se deve, sobretudo, pela sua contribuição no estudo da historiografia brasileira: em 1949 lança *Teoria da História do Brasil* e, em 1952, *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*.<sup>31</sup>

O longo artigo externa uma erudição posta a serviço do debate do tema biográfico, que havia adquirido relevância nos meios intelectuais da época, estimulando um historiador do porte de José Honório Rodrigues a se debruçar sobre a questão.

Como o próprio título da matéria sugere, o autor procura estabelecer as origens, os avanços, retrocessos, ressignificações pelas quais o gênero biográfico passara desde a Antiguidade, passando pela época Moderna até chegar à contemporaneidade em que escreve.

O historiador esboça uma classificação para a biografia em dois tipos: primeiro, uma biografia oficial, escrita logo depois da morte de uma pessoa, com a sanção da família e amigos, baseada no arquivo familiar; segundo, uma biografia retrospectiva, escrita por um *historiador* numa geração posterior, frequentemente mais crítica, goza das vantagens de ver o personagem de uma perspectiva que apenas o afastamento temporal poderia oferecer.

Paralelo a esta classificação estaria a definição de dois tipos de indivíduos “biografáveis”: o primeiro seria o literato, tipificado na categoria “Vida de Literatus”, cuja vantagem residiria na herança documental expressa, principalmente, pela sua correspondência, considerada quase sempre melhor redigida que a do segundo tipo: “Homem de Ação”, cujo valor biográfico seria pela “vida animada e de maior importância”.

Rodrigues afirma que fora Joaquim Nabuco quem reabilitara a biografia brasileira. Até então, predominara uma narrativa embebida de “fábulas e credices”, sendo que apenas os “pequenos estudos biográficos” de Varnhagem mereceriam alguma atenção.

O autor assevera que após Nabuco ter sido o primeiro a nos “ensinar a ciência ou a arte de escrever biografias”, daí em diante “o espírito comemorativo e o personalismo”, vício então recorrente, se acentua a ponto de “a história política” passar a “ser a biografia política”.

O texto faz uma crítica contundente à biografia romanceada. Apesar de reconhecer a popularidade flagrante do gênero nos últimos anos, alerta que “As vidas romanceadas tem-se tornado um dos piores instrumentos de adulteração da história”.

---

<sup>31</sup> RODRIGUES, José Honório. A biografia, sua evolução e sua técnica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Quinto Caderno, 9 de junho de 1957, p. 1-2.

Nota-se que a crítica literária, intelectuais, historiadores, escritores já na década de 1950 defendiam, a exemplo de José Honório Rodrigues, uma biografia histórica, desvinculada de “literatices”.

Rodrigues cita a obra biográfica de Octávio Tarquínio de Sousa como exemplo de exceção, uma vez que este autor, apesar de estudar a história por meio de personagens, não individualiza o processo histórico, justamente por situar os seus biografados no tempo em que viveram e explorar as redes de poder às quais estiveram ligados, mapeando como influenciaram e foram influenciados na e pela sociedade na qual estiveram inseridos.

Ao afirmar que “A biografia é uma das mais difíceis tarefas do historiador”, o autor está defendendo este gênero como um campo de atuação sob domínio do historiador, ainda que esta fosse uma realidade bem distante, pelo menos expressa uma opinião, aliás, contida nas entrelinhas ao longo do texto, de que o biógrafo deveria ser, via de regra, um historiador.

A ideia de que o ideal seria que o biógrafo fosse sempre um historiador começa a ficar mais evidente quando o autor afirma que a dificuldade apresentada pela biografia é a exigência de “estabelecer as relações entre a personalidade e o mundo que a rodeia” e completa dizendo que “na biografia, mais do que qualquer outro campo da historiografia, o conhecimento histórico se aproxima muito da arte”.

Para o autor, em virtude “dos elementos artísticos e estéticos que contém, porque apela para a imaginação e torna o passado mais concreto, mais real, mais vivido, a biografia é mais lida do que a própria história”, justamente por que este gênero “humaniza o passado e enriquece a experiência do presente”.

No primeiro dia do mês de fevereiro de 1958, no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Wilson Martins assina um texto intitulado “Hipólito José da Costa”, no qual analisa duas biografias, homônimas<sup>32</sup>, recém-lançadas sobre o fundador do *Correio Braziliense*.<sup>33</sup>

Para o crítico, haveria uma grande diferença quanto à qualidade entre as duas biografias. Uma delas, escrita por Mecenias Dourado, apesar de revelar uma exaustiva pesquisa “ressente-se de uma certa estreiteza de visão e de uma falta evidente de unidade”.

---

<sup>32</sup> Ambas as biografias lançadas em 1957 levam o título de *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. A de autoria de Carlos Rizzini é editada pela Companhia Editora Nacional, enquanto a de Mecenias Dourado pela Biblioteca do Exército, em dois volumes.

<sup>33</sup> MARTINS, Wilson. Hipólito José da Costa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 1 de fevereiro de 1958, p. 10.

Segundo o avaliador, a obra assinada por Mecenas Dourado pecaria por soterrar em meio à documentação o personagem biográfico, que ficaria destituído de uma “coexistência, uma simultaneidade”.

Apesar de louvar o empenho de pesquisa, em alguns aspectos com documentação inédita, o autor aponta que narrativa biográfica estaria presa a uma “sucessão de quadros fragmentários e sucessivos”.

O método biográfico empregado por Mecenas Dourado, preocupado com uma clareza narrativa, amputaria do biografado aquilo que Martins denomina de a “terceira dimensão” do homem, ou seja, aquela “coexistência” e “simultaneidade” inerente a todos nós.

Na visão do crítico, o grande equívoco do biógrafo foi tratar separadamente de temas como a atuação do protagonista nos Estados Unidos, na Europa, suas amizades científicas, a reação contra o *Correio Brasiliense*, uma vez que estes temas expostos de forma linear e separados, não correspondem à simultaneidade, à profundidade, à complexidade da vida.

Com toda a cautela e guardada as devidas proporções, poderíamos dizer que, Wilson Martins parece antever aquilo que décadas mais tarde Bourdieu chamaria de “ilusão biográfica”.<sup>34</sup>

Isto porque o autor critica justamente a incapacidade de Mecenas Dourado de captar a chamada “terceira dimensão” do biografado, a simultaneidade de suas ações e reações, das amizades que construiu ao mesmo tempo em que se multiplicavam os seus inimigos.

Apesar de entender como uma possível estratégia metodológica do biógrafo a separação linear dos principais eventos da vida de Hipólito da Costa, o crítico defende que o custo desta estratégia é a perda da possibilidade de captar a principal característica humana: sua “terceira dimensão”.

Existe uma exigência por parte do autor de uma biografia que não apenas ofereça ao leitor uma visão da época em que viveu o protagonista, uma cronologia episódica, fatural, mas sim um texto no qual seja superado estas barreiras e a vida biografada seja contada em suas múltiplas vivências, complexidades, profundidade.

A biografia de Hipólito da Costa escrita por Carlos Rizzini, também baseada em farta documentação, sairia na frente em matéria de qualidade se comparada à de Mecenas Dourado, não apenas por conter um estilo de escrita mais vigoroso e polido, mas por se preocupar em captar e sistematizar “o pensamento” do biografado, cuja vida é narrada de forma “orgânica”, dotada de unidade, simultaneidade, profundidade.

---

<sup>34</sup> BOURDIEU (1996).



O grande equívoco de Rizzini foi o de interromper esta unidade alternando um cuidadoso mapeamento histórico da sociedade brasileira, que seria um "verdadeiro corpo estranho" no interior da narrativa.

O crítico ressalva que este tipo de estudo não deve ser desprezado, pelo contrário, mas esta alternância quebra o ritmo da narrativa, ofusca sua melhor característica: a capacidade de tecer um personagem "tridimensional", se nos permite um trocadilho com o termo de Wilson Martins.

Neste mesmo dia de 1958 em que Wilson Martins tem seu texto veiculado no *Estado de S. Paulo*, Afrânio Coutinho assina uma resenha que aparece na seção de literatura do jornal *Diário de Notícias*.<sup>35</sup>

Como de costume, o texto de Coutinho não recebe título, mas o leitor logo na primeira linha já pode se inteirar do assunto tratado: a biografia de Lima Barreto escrita por Francisco de Assis Barbosa.

O crítico ressalta a qualidade da biografia, feita com a “minúcia do repórter e do clínico” a fim de examinar e registrar os aspectos psicológicos, os anseios, a personalidade do biografado.

O autor esboça uma espécie de perfil esperado do biógrafo: acuidade para pesquisa e o olhar clínico, incisivo, na coleta e análise das fontes documentais. Todavia, não bastaria este faro de pesquisa, o biógrafo deveria ser dotado também de simpatia, haveria necessidade de estabelecer um elo com o protagonista cuja vida está narrando.

Na biografia em questão, Barbosa teria alcançado sucesso por saber dosar o matiz artístico e a “técnica do historiador”. Mais uma vez temos como fator de peso no sucesso de uma história de vida, além da admiração, a capacidade do biógrafo em estabelecer um equilíbrio entre a ficção e história, o difícil trabalho de tanger o caráter híbrido do gênero biográfico.

Aqui cabe um parêntese: anos mais tarde, em 1963, Tristão de Athayde a propósito de um texto sobre Lima Barreto, toca na biografia escrita por Francisco de Assis Barbosa. Apesar da cautela em tomar ao pé da letra as declarações do editor da obra, que sustentara se tratar esta da melhor biografia sobre um escritor publicada no Brasil, Athayde reconhece ser difícil contestar tal declaração frente à qualidade da obra assinada por Barbosa.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> COUTINHO, Afrânio. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Correntes Cruzadas”), 1 de fevereiro de 1958, p. 3.

<sup>36</sup> ATHAYDE, Tristão. *A voz da posteridade. Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 1 de julho de 1963.

Segundo o crítico, a biografia de Lima Barreto de autoria de Francisco de Assis Barbosa foi escrita com “um cuidado, uma objetividade, uma paciência, uma elegância de estilo, um critério de relação documental” e principalmente, “com um amor, sem desvario”, que sem dúvidas merecia os mais efusivos elogios.

O período de quase uma década que separa as ponderações de Coutinho, que escrevera no calor da hora, parece não ter alterado a ideia que se faz da obra, pelo contrário, para Alceu Amoroso Lima a qualidade da obra teria se sedimentado através do tempo.

Se Coutinho, fazendo jus à sua fama de conciso, resume as qualidades do biógrafo em dois termos: sensibilidade artística e a acuidade e técnica do historiador, Alceu Amoroso Lima, por sua vez, se estende mais e faz uma verdadeira lista dos aspectos positivos, que de certa forma se enquadram nos dois termos apontados por Coutinho anos antes.

Ambos concordam que o sucesso desta biografia foi a admiração, sem panteonização, do biógrafo pelo biografado, bem como o cuidado na pesquisa e seleção da documentação, a interpretação, a objetividade e também o estilo, o aspecto artístico da obra.

Afrânio Coutinho volta a tocar no tema do biografismo, dessa vez, a partir de um enfoque mais amplo, traçando algumas linhas, senão teóricas, pelo menos mais gerais, com tons de ensaio acerca do gênero.<sup>37</sup>

O autor considera a biografia ideal impossível de se realizar, porque seria necessário um biógrafo com os “dons do ficcionista” a fim de preencher o dia-a-dia do biografado, e isto é impraticável.

A fim de exemplificar o seu ponto de vista, ele sugere ao leitor refazer de memória os fatos da própria vida, de um determinado ano, mês ou até mesmo de apenas um dia, ao final do exercício o leitor poderia perceber, por analogia, que a “biografia descritiva, monolinear, progressiva” é uma empreitada irrealizável.

O avaliador se revela descrente da possibilidade de se narrar uma vida nos mínimos detalhes cotidianos, de maneira linear, teleológica. Assim como Wilson Martins, Afrânio Coutinho parece – e aqui não agimos com menos cautela em nossas afirmações – vislumbrar, antever aquela famosa “ilusão biográfica” de Bourdieu (1996).

Precisamos guardar as proporções entre as ponderações de Coutinho e as de Bourdieu (1996), afinal, o primeiro está falando cerca trinta anos antes de o sociólogo francês formular o termo “ilusão biográfica” a fim de questionar o tipo de biografia marcada por uma ordem cronológica e linear, que estabelece um sentido teleológico para o indivíduo.

---

<sup>37</sup> COUTINHO, Afrânio. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Correntes Cruzadas”), 1 de março de 1958, p. 3.

Apesar desse hiato de tempo, Afrânio Coutinho parece já estar incomodado com a questão da impossibilidade de a biografia abarcar todo o cotidiano de uma existência e se manter, em muitos casos, descritiva, linear, progressiva.

O autor argumenta que a biografia romanceada tentara romper com esta barreira ao usar o documento como pano de fundo para uma espécie de romance de um indivíduo, a fim de que a vida pudesse ser narrada ao ritmo de seus “movimentos marcantes” e principalmente, “definidores e distintivos” de uma determinada personalidade. Para ele, a biografia ideal deveria ser como a obra de Proust: “o romance da memória e do tempo passado e reencontrado”.

Segundo o crítico, qualquer pessoa que tenha parado a fim de pensar sobre a existência humana acaba por indagar o que seria a vida, de onde viria e para onde iria, o que seria o destino, se temos o poder de traçar a nossa própria trajetória ou se somos joguetes de uma força maior, se nossos atos são previsíveis ou se a vida obedece a alguma lógica ou se a lógica da vida é justamente a falta de um nexos ou de um plano.

Estas questões tomam conta não apenas de quem em algum momento reflete sobre a vida, mas também assaltam a mente do biógrafo, que por sinal, têm o dever de levar em consideração tais questionamentos toda vez que se dispõem a narrar a trajetória de um indivíduo. É dever do biógrafo optar por uma “filosofia de vida”, seja ela qual for, antes de começar a traçar o retrato biográfico, caso contrário corre o risco de jamais ser compreendido.

Ciente de que suas ponderações levam a crer que a biografia ideal é praticamente inatingível, o analista apresenta uma possível solução: um meio termo, um equilíbrio, entre o documento e a criação com o uso de cortes, “semelhantes ao processo cinematográfico”.

Por meio destes “cortes”, seria possível fazer uma espécie de “amostra” que serviria para estabelecer uma interpretação, uma visão da personalidade, com muito mais chance de sucesso do que o método de narrar de forma linear, descritiva, cada acontecimento do começo ao fim. Essa nova “metodologia” oferece uma “visão global, sem deixar que o olhar se perca no detalhe”, muitas vezes “inexpressivo”.

Mais uma vez, o crítico se vale da biografia de Lima Barreto escrita por Francisco de Assis Barbosa a fim de ilustrar suas palavras. Generalizando, ele afirma que os historiadores são péssimos biógrafos, mas como Barbosa não é historiador, a biografia de sua autoria é exemplo perfeito de como a técnica dos “cortes” pode ser bem empregada na montagem do retrato em papel e letras, ao mesmo tempo com a ilusão da sequência dos acontecimentos e a dramaticidade da vida humana.

Múcio Leão, em setembro de 1958, assina a um texto dividido em duas etapas e publicados em sequência. O texto é uma análise da coleção “História dos Fundadores do Império do Brasil”, cujo autor é Octávio Tarquínio de Souza.<sup>38</sup>

Na primeira parte do artigo, ele afirma que a principal falha da coleção reside em não ser exatamente um “estudo de conjunto”, mas sim uma “reunião de biografias, ou de ensaios parciais”.

O autor alerta que não estaria tomando nesta avaliação negativa as biografias de maneira isolada, mas a ideia que a coleção defende, ou seja, a possibilidade de se compreender o período das Regências por meio do estudo da vida de alguns dos seus principais personagens.

Uma das consequências menos positivas de reunir estas biografias seria pelo fato de seus protagonistas terem vivido na mesma época, o quadro histórico é repetido em cada volume e o leitor, à medida que avança na leitura da coleção, se vê obrigado a reprisar fatos e acontecimentos lidos no volume anterior.

Se por um lado isso pode se tornar enfadonho, por outro, têm-se a oportunidade de observar os acontecimentos sempre por um novo ângulo, conforme a objetiva do narrador alterna de um personagem para o outro.

Múcio Leão destaca a monumentalidade da obra em foco e a importância do período tratado para o entendimento de questões do presente. Apesar dos elogios, o autor aponta outro aspecto, senão negativo, ao menos “incoerente” da obra: o título. Isto porque a coleção não abarca *todos* os fundadores do Império, “quando muito, da história de alguns desses fundadores”.

O autor acentua que os volumes em si são boas fontes de leitura, mas a ideia de coleção é que lhe desagrade. A crítica é direcionada à ambição da coleção: contar a história das Regências por meio da narrativa de vida de *alguns* de seus fundadores.

Uma semana depois de publicar esse texto, Múcio Leão volta para concluir seu artigo sobre a coleção. Deixando de lado a questão de a coleção ambicionar mais do que pode oferecer, o crítico chama a atenção para a ocorrência de pelo menos duas consequências do “sentimento de saudosismo” de muitos historiadores brasileiros em relação à Monarquia.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> LEÃO, Múcio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1958, p. 3.

<sup>39</sup> LEÃO, Múcio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1958, p. 3.

Uma das consequências se refere a um aspecto que o crítico afirma não querer tratar por ora, mas que identifica como uma “constante parcialidade de julgamento” toda vez que a questão é a República e os seus homens políticos.

A segunda consequência, esta encontrada na obra de Tarquínio de Souza, é um “certo desejo de atenuação dos erros do passado”. O autor aponta que o historiador não pode se esconder atrás da justificativa de que a sua postura é por prudência ao se afastar de “assuntos melindrosos”.

Esta “prudência excessiva” prejudica o leitor desejoso de se inteirar do passado. O crítico lista dois historiadores que considera de “maior autoridade”: Oliveira Martins e Oliveira Lima, estes sim, perscrutadores da conduta leviana e até mesmo depravada dos grandes homens do passado.

Múcio Leão reitera que Tarquínio de Souza em momento algum retrata os erros de seus biografados e quando o faz é com atenuação ao ponto da justificação dos defeitos. O tom da crítica se assevera a ponto de Múcio Leão afirmar que alguns biografados, ele cita como exemplo D. Pedro I, serem retratados com as mesmas definições encontradas em biografias apologéticas.

Adonias Filho, em um texto publicado no *Diário de Notícias*, resenha a biografia de Saldanha da Gama de autoria de Pedro Lafayette. Pontos merecedores de destaque no livro: resultado de pesquisa obstinada, seleção de dados, captação de episódios chave, sensibilidade para acompanhar a “vida em toda a sua grande experiência histórica e seu sentido humano”.<sup>40</sup>

Segundo o autor, trilhando esta senda, o biógrafo teria a seu alcance a possibilidade de entregar ao leitor uma obra em que tanto o personagem central quanto a época em que viveu são retratados. Enfim, o crítico propõe como a biografia deve ser: “o documento a que não falta a configuração literária”.

O crítico ressalta que no caso em análise, o autor se autointitula ensaísta e biógrafo “à sombra da mesma obra”. Segundo ele, nesse livro, o biógrafo capta a dimensão humana do biografado e suas relações com o tempo e o meio, estabelecendo uma análise de como o social influenciou na configuração do personagem, já o ensaísta, “sempre identificado com o historiador”, pensa as relações do biografado na sociedade e no meio político.

O avaliador observa que o autor da narrativa define o seu trabalho como dividido por duas unidades dimensionais que trabalham juntas: o biógrafo e o ensaísta para no final comporem uma única unidade, a narrativa biográfica.

---

<sup>40</sup> FILHO, Adonias. Saldanha da Gama. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 de outubro de 1959.

O crítico, ao exaltar esta subdivisão no interior do trabalho biográfico, está valorizando um determinado tipo de biografia: a que faz uso tanto dos recursos do método historiográfico quanto dos instrumentos dispostos pela literatura.

O grande mérito da biografia analisada seria o retrato humanizado do biografado ao mesmo tempo em que é narrado como o personagem influenciou e foi influenciado pelo meio histórico e social no qual viveu.

Adonias Filho, dessa vez em um texto intitulado “Biografias”, faz um diagnóstico de que este “complexo gênero literário” vinha ocupando espaço considerável no mercado editorial e tinha “preferência certa em enorme parcela de leitores”.<sup>41</sup>

Mais uma vez, o autor reitera a importância da biografia como via de estudo do passado, para compreensão da sociedade. A biografia é um gênero singular por ultrapassar o conhecimento unicamente histórico e permitir estudar o passado por meio de uma figura humana.

O “documentário”, para usar uma expressão empregada pelo crítico, fica restrito às fontes, à pesquisa e interpretação do historiador. Já a biografia é extraordinária justamente por oferecer, ao lado do conhecimento histórico, também o de uma personalidade.

O tipo de biografia que Adonias Filho tem em mente é a que une a objetividade historiográfica e o recurso literário em sua confecção, sem essa conciliação entre duas categorias diametralmente opostas a biografia se torna apenas “um relatório literariamente morto”.

Antonio Olinto, em novembro de 1961, em um breve texto veiculado na sua tradicional coluna “Porta de Livraria”, do jornal *O Globo*, se debruça sobre a biografia de Hermes da Fonseca.<sup>42</sup>

O fato de ter sido escrita pelo filho do marechal acaba transparecendo na biografia, mas isto é por si só um aspecto positivo: o acesso a documentação que fatalmente seria restrita no caso de ser outro o biógrafo.

O grande mérito do livro, na opinião do crítico, é a captação das “modificações” pelas quais passa o biografado ao longo do tempo, principalmente à medida que se investe do poder.

A utilidade do livro é dupla: fazer justiça à memória do biografado, defendendo-o das “campanhas, calúnias, ataques” e reforçar os “elogios e amizades” que recebera; e também como via de acesso à história da “nossa vida republicana”.

---

<sup>41</sup> FILHO, Adonias. *Biografias*. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 de outubro de 1959.

<sup>42</sup> OLINTO, Antonio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 de novembro de 1961.

Macedo Dantas ao se ocupar da biografia escrita por Saraiva Câmara, *Capistrano de Abreu. Tentativa Bibliográfica*, identifica na obra o reflexo de uma dimensão mais geral: um “interesse sadio pelo nosso passado”.<sup>43</sup>

A biografia escrita por Saraiva Câmara seria um tributo merecido “ao maior intérprete” da sociedade brasileira, esquecido que estava, exceto por alguns eruditos e pela Sociedade que levava o seu nome.

O segredo para o sucesso da obra residiria nas características, em alguns aspectos bastante pessoais, do biógrafo: “conterrâneo [de Capistrano], sensível, frequentador de bibliotecas e arquivos, além de fervoroso admirador”.

O autor parece não compartilhar daquela opinião de Wilson Martins de que a estratégia de subdivisão da narrativa em episódios marcantes da vida do biografado seria um equívoco.

Ao contrário, ele pensa que seria justamente a separação em temas o fator responsável por uma leitura agradável, capaz de reter a atenção do leitor. Porém, Dantas, assim como Martins, também pensa ser desnecessária a demasiada atenção dada a contextualização histórica em períodos, como a infância do biografado, que não contribuiriam para uma melhor compreensão do personagem.

Macedo Dantas defende que o emprego de energia narrativa em episódios da vida que não auxiliariam, verdadeiramente, na construção do retrato do protagonista, acaba por minar a possibilidade de focar em episódios talvez até mais interessantes.

Na opinião do crítico, o grande mérito da biografia analisada seria não apenas o seu estilo, que proporciona uma leitura agradável, mas também a captação que o biógrafo faz tanto do personagem principal como do seu pensamento.

Seria interessante conhecer a forma como Raimundo Magalhães Junior se posicionou de maneira crítica em relação à biografia romanceada em um texto veiculado pelo *Diário Carioca*.<sup>44</sup>

O autor tinha então uma bagagem considerável de títulos biográficos enfileirados em novembro de 1963 quando ataca a biografia de Olavo Bilac assinada por Fernando Jorge: “Custa a crer que ainda se escrevam biografias, no nosso tempo, numa linguagem florida e lantejoulada, que lembra os maus folhetinistas da época romântica”. O tom crítico se acentua:

---

<sup>43</sup> DANTAS, Macedo. Capistrano sem retoques. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 23 de maio de 1970, p. 4.

<sup>44</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo *apud* ANDRADE, Mariza Guerra de. *Anel encarnado: biografia e história em Raimundo Magalhães Junior*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 110.

Poeta infeliz tem sido Bilac. Ainda não encontrou o seu verdadeiro biógrafo. [...] Bem sei que não é justo comparar coisas heterogêneas, mas em face de uma obra assim ainda podendo incidir num anátema de Fernando Jorge, direi francamente: ainda prefiro um bom chute de Pelé.

A biografia de Fagundes Varela, de autoria de Vicente de Azevedo, é resenhada por Carlos Penteado de Rezende no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 11 de fevereiro de 1967.<sup>45</sup>

É valorizado o paciente trabalho de pesquisa, a “simpatia humana e a admiração” do biógrafo pelo biografado, itens receitados como indispensáveis para a confecção de “uma boa biografia”.

O “apaixonante e verossímil” retrato literário de Fagundes Varela seria resultado do estilo adotado pelo biógrafo: mutação rápida das cenas em capítulos propositalmente breves, comentários leves e destituídos do ranço da erudição, apesar de as “peculiaridades sociais do século XIX” estarem cuidadosamente retratadas.

O resenhista compara a atual biografia de Fagundes Varela com outra, escrita por Edgard Cavalheiro – também primorosamente documentada e com lúcidas asserções psicológicas e críticas – mas assevera que a de autoria de Azevedo sairia na frente por ser mais ousada, brilhante e talvez por isso mesmo “mais próxima da verdadeira personalidade de Varela”.

Penteado aponta que se a biografia assinada por Azevedo não esgotou a figura do protagonista, sem sombra de dúvida contribui a fim de “ampliar as dimensões humanas” de Fagundes Varela.

Em 13 de agosto de 1960, Wilson Martins utiliza o espaço de sua coluna “Últimos Livros” no jornal *O Estado de S. Paulo* a fim de comentar a biografia de Juscelino Kubitschek escrita por Francisco de Assis Barbosa.<sup>46</sup>

A crítica tem como alvo o fato de o biógrafo procurando ser “objetivo e completo” acaba se perdendo em detalhes insignificantes. Citando Taine, para quem os pequenos detalhes contribuem para dar autenticidade a um retrato em papel e letras, Martins salienta que nem todos os “pequenos fatos” deveriam ser admitidos, uma vez que apenas alguns deles são significativos e integram a história de vida de forma a trazer-lhe uma verossimilhança com o vivido.

<sup>45</sup> REZENDE, Carlos Penteado de. Biografia [coluna “Resenha Bibliográfica”]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 11 de fevereiro de 1967.

<sup>46</sup> MARTINS, Wilson. JK. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 13 de agosto de 1960, p. 2.



Mais uma vez, é enaltecida a admiração do biógrafo pelo biografado, mas com a ressalva de que a admiração pode ser uma faca de dois gumes: se por um lado pode parecer favorável, por outro, pode-se descambar na “hagiografia”, na “ingenuidade enfastiante das narrativas piedosas”, e, de certa forma, o volume biográfico em questão realmente não consegue fugir de um “ordenamento inconsciente” em que tudo é direcionado a fim de valorizar a exemplaridade da figura de JK na política brasileira.

No aguardo do segundo volume da biografia, que no momento em que escrevia estava para ser publicado, o crítico aponta que uma das deficiências do primeiro tomo seria a exclusão das “linhas definidoras de um caráter” por parte do biógrafo, acarretando numa “ausência” do protagonista. Isso por duas razões: primeiro, o fato de o biógrafo não entretecer a “história familiar” e a “história pública”; segundo, porque a carreira política de JK começaria em 1932, ou seja, exatamente o limite cronológico do primeiro volume biográfico.

É justamente nesse argumento que se baseia Wilson Martins a fim de sustentar sua crítica em relação ao excesso tanto de pormenores fatuais narrados pelo biógrafo quanto o embrenhar-se nos antecedentes familiares.

Mais uma vez o crítico salienta que foi o “demônio da hagiografia” quem dominou o biógrafo na narrativa da vida do menino Juscelino e que o peso demasiado concedido aos predecessores familiares e da vida juvenil do biografado, bem como a pormenorização da história da Primeira República, seriam os pontos negativos da obra.

Chama a atenção o fato de o autor criticar a postura do biógrafo que concebe o biografado como um predestinado. O crítico parece exigir de quem quer que se aventure na escrita de biografias, a postura de não antecipar os fatos relativos à vida do biografado, mas procurar seguir os fios de uma vida conforme ela desenha o tecido, sem prenunciar para o leitor a vida do protagonista, ele próprio desconhecedor do seu futuro, a fim de oferecer uma narrativa verossímil e o mais plausível possível.

Apesar das ressalvas apresentadas, o avaliador pondera a importância da biografia assinada por Barbosa por dois motivos: primeiro, pelo fato de considerar que o país vivera momentos decisivos nos últimos cinco anos – não custa destacar aqui que a inauguração de Brasília, concretização da meta síntese do programa de candidato de JK em 1955, ocorrera cerca de quatro meses antes de a resenha de Wilson Martins ser veiculada; segundo, a vida de Juscelino Kubitschek ilustraria a história democrática recente e abriria as portas para análises do que se esperar do futuro.

Em “Fernando Pessoa Desfigurado”, Adolfo de Casais Monteiro não poupa a biografia do poeta português escrita por João Gaspar Simões. O biógrafo não escapa das duras críticas

de Monteiro por ter abusado das análises freudianas, por ter perseguido a todo custo a ideia de desvendar o “mistério psicológico” de Pessoa, por ter procurado entender a vida pela obra e vice-versa. O grande equívoco de Simões teria sido o de escrever uma biografia romanceada de uma vida “cuja biografia propriamente dita estava ainda por escrever”.<sup>47</sup>

O autor continua a sua crítica e assevera que “romancear uma existência” implica em “falsificação”. Apesar de entender ser necessário condenar “em bloco este sucedâneo do romance”, admite que alguns autores com dotes literários afinados e possuidores também da “erudição indispensável”, além de uma extraordinária objetividade, poderiam, fazendo uso das informações colhidas por investigadores que os precederam, e somando-lhe as suas próprias pesquisas, reconstituir uma vida com o “máximo de probabilidade de acertar”. Considera a escrita biográfica de uma forma geral como algo sempre incompleto, mas que contempla a possibilidade de proporcionar um retrato verossímil da personalidade retratada.

O crítico oferece uma receita para a escrita de biografias romanceadas: o autor deveria se basear em pesquisas anteriores feitas por outrem, para só então somar a estes estudos a sua própria pesquisa a fim de arriscar uma interpretação.

O erro de Simões teria sido assumir o duplo trabalho de “investigador e romanceador”. Em casos como este, em que o biógrafo usa o modelo romanceado em sua obra e ainda não foi precedido no trabalho de pesquisa, o correto, na avaliação de Monteiro, seria ao invés de “afirmar” e “provar”, procurar “supor” e “sugerir”.

O agravo desse “erro” do biógrafo seria que este nem ao menos teria percebido que estava “romanceando”, por se posicionar como se estivesse escrevendo “uma biografia propriamente dita”.

O autor expõe aquilo que considera uma “biografia propriamente dita”: aquela em que cada “afirmação tem por base documentos fidedignos”. Pior do que a metodologia equivocada seria a ausência no biógrafo “[d]aquele amor, [d]aquela humana compreensão, [d]aquela capacidade de se fundir com o objeto”, ou seja, faltaria a Simões a sensibilidade de se transportar, e com isto também o leitor, ao mundo de Pessoa, faltaria o calor necessário a fim de humanizar o gênio da poesia portuguesa.

Para o crítico, o fato de se tratar de uma biografia dividida em dois alentados volumes revela mais do que esconde erros que seriam reduzidos em volumes mais leves, como “nos tempos áureos dos Zweig e Maurois”.

---

<sup>47</sup> MONTEIRO, Adolfo de Casais. Fernando Pessoa Desfigurado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 15 de maio de 1952.

Isto nos permite ponderar que já em início da década de 1950, pelo menos para Monteiro, o “tempo áureo” da biografia romanceada havia passado, quem por este caminho se arriscasse deveria seguir certas regras, como a de se basear em trabalhos anteriores ou na falta destes, o biógrafo deveria deixar claro, no caso de se valer de sua imaginação, que estaria “romanceando” este ou aquele episódio da vida narrada.

Apesar de anteceder em mais de cinco décadas as formulações de Vilas Boas (2008) e Lejeune (2008), Adolfo de Casais Monteiro parece já esboçar a ideia de que a escrita biográfica necessita de uma *transparência* da parte do biógrafo, é exigente, neste caso, de um *pacto biográfico*.

José Condé, em sua coluna “Vida Literária”, mais tarde renomeada como “Escritores e Livros”, assina um texto intitulado “Informação e Apologia”. Ele observa que a consulta de biografias escritas no século XIX e até mesmo no século XX, acaba por deixá-lo “verdadeiramente irritado” com o veio apologético de tais narrativas.<sup>48</sup>

Ao invés de se deparar com informações úteis, são os elogios desmesurados que enchem as páginas e os dados biográficos são “pequenas conchas que com dificuldade logramos apanhar”.

Para o crítico, o leitor desavisado poderia chegar à conclusão de que o século XIX fora repleto de grandes homens, perfeitos, em tudo aureolados pelas suas ações heroicas. Todavia, ele identifica no presente em que escreve, alguns resquícios deste estilo biográfico calcado no panegírico.

José Condé, que se destacou pela sua atuação como jornalista, crítico literário e escritor, foi o fundador em 1949, juntamente com seus irmãos Elysio e João Condé, do *Jornal de Letras*, importante periódico na vida literária brasileira, foi um crítico temido pelo seu estilo seco e a fama de construir ou demolir uma carreira literária com sua reputação de formador de opiniões.

Importa aqui, reter o diagnóstico que do crítico faz da situação do gênero biográfico do século XIX como arraigado na panteonização, embora em “pleno” século XX ainda apareçam algumas biografiaslouvaminheiras, para ele, é ponto pacífico que esta modalidade de narrativa de vida esteja ultrapassada.

É interessante notar ainda, como o analista considera a biografia um local privilegiado de consulta sobre determinada pessoa ou acontecimento histórico, visto que a sua crítica ao

---

<sup>48</sup> CONDÉ, José. Informação e Apologia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 19 de janeiro de 1957, p. 11.

panegírico é justamente por este não oferecer informações fidedignas sobre a época e muito menos sobre o indivíduo, sendo um verdadeiro “achado” as informações mais ou menos úteis.

Múcio Leão na sua coluna “Vida dos Livros”, no *Jornal do Brasil*, resenha a biografia de Clóvis Bevilaqua, cujo autor é Lauro Romero. Um dos requisitos apontados com essenciais para o sucesso da obra é a admiração do biógrafo pelo biografado. Outro ponto destacado é a reconstituição das emoções, da personalidade do biografado por meio da documentação e não apenas da intuição do biógrafo.<sup>49</sup>

Assim como o biógrafo, o crítico também devota grande admiração por Bevilaqua, não procura esconder os seus sentimentos e vê com bons olhos a biografia de autoria de Lauro Romero.

O exercício da crítica literária, apesar de ser parte da vida do profissional, – fosse ele um escritor, poeta, historiador, jornalista, ou ainda tudo isto somado, visto ser comum os literatos polígrafos que esgrimavam pelas páginas dos periódicos da época – não estava isento do prazer que poderia usufruir o seu autor de avaliar um texto que despertasse o seu interesse.

Assim sendo, a crítica muitas vezes adquiria um tom pessoal, exemplo disto, é que Múcio Leão saudava a biografia de Clóvis Bevilaqua tanto pela capacidade do biógrafo em retratar a personalidade de forma fidedigna e verossímil, mas também os sentimentos, o caráter do protagonista quanto por oferecer aos leitores, e porque não dizer, admiradores, do indivíduo cuja vida é narrada, a oportunidade de visitar velhas lembranças, acessar pontos obscuros porventura desvelados, ou entrar em conhecimento com um vulto do passado.

Adonias Filho, no ano de 1958, em sua coluna “Estante” no jornal *Diário de Notícias*, louva a qualidade da biografia de Manuel Vitorino Pereira, escrita por Ordival Cassiano, biógrafo considerado experiente, especialista na área da história da medicina, pesquisador “intransigente”, narra a vida de um indivíduo ao mesmo tempo em que apresenta o tempo em que este vivera.<sup>50</sup>

O autor defende a biografia como um gênero que oferece um caminho para se conhecer determinadas particularidades, neste caso um médico e sua profissão, mas também o geral ligado a este particular: a história de um período de tempo.

Em “Uma Biografia de Alberto de Oliveira”, Raul Xavier analisa a biografia do poeta escrita por Phocion Serpa. No entender do resenhista, o fato de o biógrafo ter sido amigo do

---

<sup>49</sup> LEÃO, Múcio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), 5 de julho de 1957, p. 6.

<sup>50</sup> FILHO, Adonias. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção (coluna “Estante”), 24 de janeiro de 1958, p. 10.

biografado, bem como estar munido de relevante documentação, seriam indicadores de uma narrativa útil e digna de confiança.<sup>51</sup>

Para além das breves asserções acerca da biografia analisada, o artigo assinado por Raul Xavier talvez seja mais interessante pelas ponderações direcionadas à temática do biografismo.

Para o ensaísta, a biografia estaria sob alvo de discussões e teorias. Quanto a estas, afirma manter certas reservas, principalmente no campo da literatura, que ao contrário do terreno científico, as teorias literárias se “originam, via de regra, de idiosincrasias, de pressupostos, quando não da mediocridade de seus criadores”. Além do mais, muitas seriam improvisadas e sobreviveriam graças ao renome ou autoridade de quem as concebera.

Para além da discussão se a biografia é romanceada ou histórica, o mais importante na opinião do autor seria que em qualquer que seja a metodologia biográfica empregada, a figura retratada deve ser humana em seu sentido pleno, “tanto quanto possível aproximada da sua realidade íntima”.

O avaliador reconhece que por mais que o biógrafo se aproxime, nunca conseguiria retratar a realidade. Quase sempre o que a biografia consegue captar seria algumas “tendências”, não todas, e mesmo estas, muitas vezes “torcidas, deformadas, frustradas”.

Para Raul Xavier, a biografia é um esforço sempre incompleto de retratar uma personalidade, um trabalho que por mais que se aproxime, nunca será o retrato fiel e total. Ele compara a variedade estilística dos trabalhos biográficos ao esforço do pintor de quadros: “ainda que dependente da qualidade das tintas e da tela pode dar ao seu trabalho valor estético”.

Antonio Candido, em “Limites da biografia”, tece alguns comentários valiosos sobre a temática das narrativas de vidas. Segundo ele, a biografia tem valor psicológico por oferecer uma via de acesso à personalidade de uma outra pessoa e no espaço de “poucas páginas” transmitir o variado curso de uma vida “em que a nossa se projeta, como aspiração ou nostalgia”.<sup>52</sup>

O crítico aponta que a primeira característica e também objetivo do gênero biográfico, em sua opinião, seria a possibilidade de alteridade, que satisfaria ou uma aspiração pessoal de projetar no outro algo de nós mesmos e vice-versa ou de alimentar a nossa sede de conhecimento do passado.

---

<sup>51</sup> CANDIDO, Antonio. Limites da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 24 de janeiro de 1959, p. 37.

<sup>52</sup> CANDIDO, Antonio. Limites da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 24 de janeiro de 1959, p. 37.

O segundo aspecto seria o “poder educativo”, o viés moralizante da biografia, no sentido de transmitir “valores encarnados em determinada existência, servindo de modelo e estímulo”.

Para o autor, a biografia pode também ter uma função pedagógica. Chama a atenção como esta concepção ainda está apegada, em parte, ao modelo oferecido por Plutarco, Suetônio, biógrafos da Antiguidade, para os quais, as vidas dos grandes homens mereciam uma narrativa com o objetivo de passar para as futuras gerações modelos instrutivos de conduta.

O terceiro aspecto da biografia seria o seu caráter de “método de interpretação histórica”. Assim, seriam pelo menos três os valores do gênero biográfico: acesso a trajetória de uma vida “em que a nossa se projeta”; a oferta de um modelo pedagógico de valores morais; e por último, o caráter historiográfico, uma metodologia para a escrita ou estudo da história.

Em relação ao terceiro aspecto da biografia, o crítico ataca a velha concepção de “varão ilustre”, presente nos antigos modelos biográficos e alerta que muitos autores ainda escorregam nesta ideia ultrapassada ao confeccionarem suas narrativas de vidas. Antonio Candido assume ar professoral e alerta que o gênero biográfico,

metodologicamente, é instrumento perigoso, e o biógrafo-historiador encontra uma série de obstáculos que podem comprometer o seu trabalho. O risco de simplificação, por exemplo, que consiste em reduzir a situação histórica a acessório, não lhe dando importância devida na configuração dos fatos que tocam na vida do biografado. A consequência, em geral, é o estabelecimento de um nexos casual direto entre o personagem e os acontecimentos, que parecem decorrer da sua vontade ou da sua influência. Esta elevação do indivíduo à causa de situações complexas, que o envolvem, constitui a interpretação antropocêntrica vulgar, sempre disposta a explicar por meio de nexos igualmente simples. Assim, gera a atitude quase partidária de atribuir a certas pessoas culpa ou mérito de processos históricos em geral não passaram de atores privilegiados.

Para o avaliador, o oposto é também perigoso. Visto que a razão de ser do trabalho do biógrafo é o estudo de uma personalidade. Assim, “dissolver-se pura e simplesmente a biografia no contexto histórico-social, poderá fazer obra excelente de historiador, mas estará ao mesmo tempo hipertrofiando o que não deve passar de quadro”.

O crítico chega inclusive a denominar de “pseudobiografias” as obras que seguem esta metodologia de eleger uma figura apenas como pretexto de estudo de uma época ou que, inicialmente o objetivo do autor seria realmente o estudo de uma personalidade, mas acaba fazendo “obra de historiador”.

Para o autor, deve haver um equilíbrio no interior da biografia entre a narração da vida do protagonista e o quadro histórico-social no qual estaria inserido. Percebe-se que embora o crítico apregoe este equilíbrio, para ele, em se tratando de biografia, antes de tudo vem o personagem e o contexto histórico-social deve funcionar apenas como pano de fundo.

O outro perigo, “maior e mais sutil”, se trata da

relação pessoal que se estabelece entre biógrafo e biografado, em toda biografia realmente vívida. O estudo das instituições e costumes não envolve tão diretamente as reações individuais do estudioso; mas na biografia trava-se de modo insensível um diálogo entre ele e o biografado, como tudo que pode trazer de aprofundamento humano, mas também de deformação subjetiva. Perigo tanto maior, quanto é este empreendimento que permite as mais das vezes animar o biografado, tornando-se a força suprema da biografia como arte; mas o lastro de arbítrio que implica abre a porta, ao mesmo tempo, para o seu eventual malogro como ciência. Para o crítico, se o historiador mais dificilmente se envolve com seu objeto de estudo, o mesmo não se pode dizer do trabalho do biógrafo, mais suscetível a este tipo de envolvimento.

Ao contrário do que se poderia imaginar de início, Antonio Candido encoraja “todo biógrafo responsável” a estabelecer este vínculo com o biografado, apesar dos riscos. Em muitos casos, o biografado age como se ditasse para o autor as linhas da obra e este, como que “possuído” pelo fantasma, acaba compondo uma narrativa apologética.

Todavia, nem sempre as coisas ocorrem dessa forma e a biografia cujo autor consegue se vincular ao biografado de maneira ao mesmo tempo profunda e controlada, tende a ser obra vigorosa, qualitativamente superior.

Ao findar sua relação dos riscos inerentes à escrita biográfica, o crítico ressalta que os dois principais perigos que rondam este gênero dependem do tipo de biógrafo:

Via de regra, o de vocação histórica mais definida tende a dissolver o indivíduo no tempo, enquanto o de vocação literária se inclina a recriá-lo como personagem fictícia. Mas ambos estão errados, e no limite ambos se servem dele, uma para fazer história, outro para fazer romance. O ideal, todavia, é que a biografia possa funcionar de modo válido como conhecimento e interpretação, cabendo indagar se, uma vez estabelecido o equilíbrio ideal entre os dois perigos, o estudo de uma pessoa eminente pode servir a o mesmo tempo para esclarecer a sua natureza e a sociedade em que viveu.

Aqui podemos identificar o tipo ideal de biografia que Antonio Candido tem em mente: a que consegue dosar, equilibrar ambos os perigos em pratos opostos da balança. Sobre a questão aventada de se o “estudo de uma pessoa eminente pode servir ao mesmo tempo para esclarecer a sua natureza e a sociedade em que viveu”, o crítico alega não ser o

espaço em que ora escreve suficiente o bastante para responder esta questão de uma forma mais detida.

Mesmo assim, elenca alguns pressupostos relativos à modalidade de biografia histórica: “(a) valor explicativo do individual; (b) critério de compreensão deste por meio do documento, a referência, a inferência; (c) relação do individual e do coletivo na configuração dos acontecimentos, etc.”

Segundo o autor, “A biografia histórica é realmente método quando o biógrafo tem plena consciência do contexto em que se insere o biografado, de modo a resultar não apenas uma interpretação da personalidade, mas a compreensão do seu papel e, através dele, da época”.

Antonio Candido oferece uma espécie de receita para a confecção de uma biografia que possibilite a compreensão de uma determinada época e também de um protagonista, na qual os principais ingredientes seriam pelo menos três e estariam de tal maneira imbricados que na falta de um os outros se tornam insuficientes.

Em primeiro lugar, a escolha acertada de um indivíduo-tipo, capaz de servir com sua trajetória pessoal a um pretexto explicativo do tempo em que viveu, depois, deve-se adicionar a base documental que sustentará as interpretações, para, finalmente, estabelecer as ligações entre o personagem e o meio social. Para o crítico, o ideal na biografia é o estudo do papel do indivíduo, que por sua vez, serve de acesso para a análise da época em que viveu.

Cerca de um mês após conduzir estas análises, Antonio Candido volta novamente a sua atenção para a temática em um artigo intitulado “Perenidade da biografia”. Conjetura que desde que o “homem é homem”, deve ter sentido a necessidade de contar histórias sobre outros homens a fim de entender melhor os seus atos por meio da narração de ações alheias; a biografia serviria sempre como “motivo de exemplo”, isto é, teria atada a si uma função pedagógica.<sup>53</sup>

As ponderações iniciais do texto são parecidas com as do artigo anterior, a ideia de que o ser humano busca no outro algo de si próprio, a noção pedagógica da biografia: “sem o apoio de referência da personalidade não nos ajustamos às coisas”, uma vez que “os nossos próprios atos se tornam mais nítidos quando imitados dum alto modelo”.

Além de sustentar a tese do “motivo de exemplo” da biografia, o crítico deixa implícita a ideia de *quem* biografar: o indivíduo que tivera destaque na e para a sociedade em que viveu, sendo considerado um “alto modelo”.

---

<sup>53</sup> CANDIDO, Antonio. Perenidade da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 28 de fevereiro de 1959, p. 37.



É interessante como o autor considera “notória a voga imensa da literatura biográfica” na contemporaneidade em que escreve e aponta que o gênero assumira uma das mais “generosas fontes de prestígio autoral e êxito editorial”. O sucesso é tanto do modelo biográfico que segue o aspecto “rigorosamente objetivo da investigação” quanto o dessa “transposição da lenda” que é a “biografia romanceada”.

Dessa vez, Candido parece deixar mais evidente o seu apreço pela biografia histórica, considerada em melhores termos do que a expressão “transposição da lenda” designada para adjetivar a biografia romanceada. O diagnóstico para o sucesso tanto de um modelo quanto de outro seria a assunção simultânea do “gosto pela documentação rigorosa e pela desenfreada exploração romanesca”.

A importância da biografia não é apenas como “motivo de exemplo”, mas também como instrumento para “conhecer a história e os costumes”. O autor recua no tempo até o Montaigne, Maquiavel, a fim de demonstrar a forma como o estudo das trajetórias individuais era o meio de se conhecer o passado e assim entender o presente. Para o crítico, a historiografia moderna seria tributária dessa tradição, cujo método consistia em narrar “fatos à luz dos feitos”.

Todavia, aos poucos a historiografia foi reconhecendo que o estudo da cultura e das instituições seria um caminho mais frutífero, com isto, altera-se a posição da biografia, que deixa de ser o instrumento para se esclarecer o humano e o presente para ser uma via de acesso ao estudo do passado.

Antonio Candido exemplifica essa nova etapa a que chega a biografia com a atuação de Montesquieu, Voltaire, Vico, que tiveram de escolher entre o “próprio e o comum, o individual e o coletivo, a biografia e a instituição”.

Em tempo, o crítico ressalva que não foi exatamente uma questão de escolha, mas de incorporação: uma “fusão admirável do pessoal e do social”. Candido afirma que esta forma de encarar o gênero biográfico se estenderia até o presente em que escreve: uma fusão de “trabalho entre o historiador propriamente dito e o biógrafo”.

Assim como no texto anterior, o autor propõe uma questão central e procura respondê-la:

Qual o sentido e o destino da biografia, como método, numa era de triunfo da filosofia da história, da história econômica e social, da sociologia? A resposta seria, mais ou menos, que ela se tornou, de um lado, a busca do pitoresco pessoal, motivada pelo fascínio que sempre nos causa o conhecimento do homem, de qualquer homem que sirva para receber a projeção dos nossos problemas; de outro, uma técnica para interpretar a história e os fatos sociais, do ângulo das pessoas neles

envolvidas. A constituição da historiografia contemporânea em disciplina de tipo científico libertou por assim dizer a biografia das suas peias, dando-lhe mais liberdade ao lhe dar categoria de gênero autônomo. Doutra lado, o romance histórico emprestou-lhe algumas de suas técnicas que serviram sobretudo para sugerir fatos omissos, dar explicação plausível aos atos, imaginar motivos. A mistura entre personagem fictício e personagem real (elemento básico da verossimilhança no romance histórico) contaminou de certa forma a biografia, reintroduzindo, ou mantendo o perene coeficiente lendário. Em muitas dentre elas, sentimos a marca do ponto de vista romanesco ao lado do esforço sistemático de investigação, pois acabou-se por admitir que uma conjectura aceitável cabia nos seus limites.

Na visão do crítico, as mudanças sofridas pela biografia ao longo do tempo fizeram com que surgisse, na contemporaneidade em que escreve, uma tripartição de rumos, sendo os dois primeiros, extremos opostos: o primeiro, seria mais chegado à “história objetiva”, a exemplo do que faz Octávio Tarquínio; o segundo, pende mais para a ficção e procura “transformar o indivíduo em personagem”, como a obra de Emil Ludwig e a de Stefan Zweig; o terceiro, realiza a fusão entre os dois primeiros tipos extremos, “combinando rigor documentário e fantasia”.

Ao lado da “evolução interna” sofrida pela biografia ao longo do tempo, o crítico chama a atenção para a importância de um fator ideológico de peso na configuração desta evolução da biografia moderna: a elaboração de teorias “revalidando o papel” dos indivíduos “eminentes no processo histórico”.

Em Carlyle o “varão ilustre” é remodelado e novamente lançado no centro da interpretação histórica; tempos depois é a vez de Dilthey contribuir no sentido de elevar a biografia a um patamar de onde seria possível conhecer a “realidade histórica e social”.

Ao finalizar seu texto, Antonio Candido ressalta que a biografia histórica apesar de todas as influências e alterações sofridas ainda guarda em seu bojo duas características básicas oriundas dos séculos XVIII e XIX: ou se preocupa com o conhecimento em si dos indivíduos ou se preocupa em conhecer o tempo por meio do estudo dos homens. Talvez seja esta perenidade que o crítico estava pensando ao atribuir o título de seu texto.

Wilson Martins assina um artigo do Suplemento Literário da edição de 24 de maio de 1960 do jornal *O Estado de S. Paulo* cujo título é “Juca Paranhos”, nele, o crítico estabelece um comparativo entre duas biografias do patrono da diplomacia brasileira: a primeira, de autoria de Álvaro Lins, publicada em 1945, toma a perspectiva do “Barão do Rio Branco”; a segunda, de autoria de Luís Viana Filho, lançada em 1959, toma a perspectiva de “Juca Paranhos”.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> MARTINS, Wilson. Juca Paranhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 5 de março de 1960, p. 10.

Para o autor essa tomada de perspectiva faz a “diferença entre o homem e o grande homem, entre a ‘existência’ e a ‘vida’, entre a cronologia e o Destino”. Isto porque se “há muito de Juca Paranhos no Barão do Rio Branco, pouco haverá do Barão do Rio Branco em Juca Paranhos.

O crítico considera que Álvaro Lins em muitas passagens se deixou levar pelo matiz apologético, mas considera que o biógrafo deve ser compreendido, já que em casos como o de Rio Branco, figura de destaque, de grandeza humana, o tom enaltecedor é o único capaz de oferecer com sua “ilusão de ótica” o estabelecimento das “verdadeiras proporções”, a exata “impressão de sua grandeza”.

Seria na projeção de suas realizações, enquanto grande homem, que Rio Branco deve ser lembrado, fora disso, “já não se trata de interpretação biográfica”, mas de anedotário pitoresco, rol de curiosidades, inseparável de qualquer pessoa e que “não chega a definir uma personalidade”.

O avaliador defende que tanto Álvaro Lins quanto Luís Viana Filho seriam detentores de uma “verdade” diversa sobre o biografado. Enquanto o primeiro faz o retrato do grande homem, o segundo narra a existência, “senão de um ‘pequeno homem’”, pelo menos de um homem comum.

No entender do crítico, enquanto Lins percebe que o “Juca Paranhos” aos poucos vai se tornando o “Barão do Rio Branco” a partir do convite para a sua missão em Washington, Viana Filho continua vendo “apenas o Juca Paranhos”.

O autor discorda claramente do retrato em papel e letras realizado por Luís Viana Filho, que narra a vida do seu biografado como a de um homem comum, coisa que em sua visão ele não fora, enquanto Álvaro Lins consegue captar a aura do “grande homem”, uma vez que de “Juca Paranhos ao Barão do Rio Branco há uma parábola em que a alienação do tempo social e mental sucede à integração completa nos valores de uma época”.

Josué Montello, em maio de 1966, a propósito de resenhar a biografia de Artur Azevedo escrita por Raimundo Magalhães Junior, escreve algumas linhas sobre o atual estado das questões referentes à biografia.<sup>55</sup>

Mais adiante no texto iremos tratar das avaliações da crítica acerca da obra biográfica de Magalhães e retomaremos as ponderações de Montello em relação a esta biografia de Artur Azevedo, mas por ora, nos contentaremos com os argumentos mais gerais do crítico sobre a temática biográfica.

---

<sup>55</sup> MONTELLO, Josué. Uma vida romanesca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 5 de maio de 1966.

Segundo ele, a biografia estava voltando para “os domínios da história” depois de ter sido “atraída pelo romance”. A biografia histórica é identificada como a volta do gênero para a objetividade dos documentos.

Apesar de voltar a se pautar pelo método histórico, a biografia continuaria arrastando o biógrafo para o caminho da criação ao oferecer a técnica da ficção, por meio do levantamento de hipóteses e conjecturas, como meio de completar as lacunas deixadas pelas fontes.

O crítico alerta, não se tratar de “fantasia livre”, mas atrelada a um compromisso com a verdade histórica. Ele chama a atenção no sentido de que um dos perigos da faceta fictícia da biografia é que o “leitor comum” pode ficar sem entender se o que está “lendo corre à conta da veracidade dos documentos ou da leviandade do narrador”.

Percebe-se que a biografia romanceada, se não perdera totalmente o seu apreço entre uma fatia de autores, pelo menos teve a identificação do seu momento áureo aos poucos substituído pela volta do gênero aos “domínios da história”.

O crítico, dessa vez em um outro texto, intitulado “Uma nova experiência biográfica”, relembra a velha advertência de Taine de que o maior pesadelo de um biógrafo que escreve sobre alguém ainda vivo é que o biografado possa vir desmenti-lo.

A lembrança, segundo Montello, ocorre por ocasião da leitura da biografia de André Maurois de autoria de Jacques Suffel. A inovação presente nesta biografia de um contemporâneo reside no método empregado pelo autor: cada capítulo, em um total de 11, é seguido de um depoimento de André Maurois, “confirmando ou esclarecendo o que acabou de afirmar o biógrafo”.

Assumindo uma postura, de certa forma crédula, o autor argumenta que este recurso impede que a biografia “corra o risco de dar curso a uma informação equívoca do biógrafo”. Ele parece não levar em conta que o próprio biografado não está isento de equívocos sobre si mesmo, ou de manipulações do passado e do presente.<sup>56</sup>

Concordamos com Josué Montello quando este afirma que o recurso de dar voz ao biografado na biografia para que esclareça este ou aquele ponto e apresente a sua versão acrescenta um “sabor novo, que lhe torna mais sedutora a leitura”.

Quem lê fica com a sensação se estar diante da “verdade”, pelo fato de o próprio biografado estar ali, presente, seja completando, seja retocando, ou até mesmo discordando. O próprio Suffel denomina o método empregado como “retrato-diálogo”.

---

<sup>56</sup> MONTELLO, Josué. Uma nova experiência biográfica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 8 de outubro de 1964, p. 6.

Todavia, devemos ficar alertas para que a ideia de um texto com um “sabor novo” não redunde na falsa ideia de que o fato de o próprio biografado emitir, no interior da obra, a sua opinião sobre a narrativa que trata da sua trajetória de vida, signifique que por isto a obra em si constitua uma verdade absoluta, já que o próprio personagem central é convidado a conferir veracidade ou corrigir o narrador em determinados aspectos.

Josué Montello ressalta que o Suffel tentou fazer uma junção de dois tipos de narrativa: a biografia e a autobiografia. Resta saber, segundo o crítico, se com a nova modalidade viria a ocorrer o mesmo que sucedera à biografia romanceada: depois de um tempo áureo ser deixada de lado. Como visto, o crítico depõe que a biografia romanceada perdera o primeiro lugar na lista de preferência dos biógrafos como uma metodologia para as narrativas de vida.

Temístocles Linhares assina uma série de quatro artigos publicados no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, na qual o foco é analisar alguns aspectos do gênero biográfico a partir de uma troca de uma espécie de debate com um interlocutor que no texto é apresentado apenas como um “amigo leitor”.<sup>57</sup>

O primeiro ponto discutido é sobre a existência de uma biografia moderna, a exemplo do que ocorrera com o romance e a poesia, e caso haja, seria possível falar em “libertação” tanto para o biógrafo quanto para o leitor?

A resposta do interlocutor é que não teria cruzado o caminho da biografia tantas inovações como no caso do romance e da poesia, sendo assim, o biógrafo continuaria limitado e preso entre a documentação e as tímidas investidas da imaginação.

Nesse sentido, o biógrafo estaria mais próximo do historiador do que do romancista, ainda que o seu trabalho seja mais o da pequena história ou história individual. Linhares contrapõe que a biografia passara sim por transformações, em alguns momentos fora apenas panegírico, em outros mais romanceada, agora com uma vertente mais histórica em alguns casos.

Sobre quem “merece” ser biografado há também discordância: o autor defende que a perspectiva do leitor mudara, não aceita mais apenas as virtudes, os grandes gestos, as ações

---

<sup>57</sup> LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 1. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 25 de julho de 1970, p. 45.

LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 2. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 1 de agosto de 1970, p. 46.

LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 3. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 8 de agosto de 1970, p. 50.

LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 4. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 29 de agosto de 1970, p. 51.

que enaltecem, quer saber também, e talvez principalmente, sobre as fraquezas, as indecisões, os fracassos, do biografado, seja ele um grande político, um grande industrial, poeta, escritor, ou homem que se torna “grande homem” a partir do retrato feito pelo biógrafo.

Por sua vez, o interlocutor pensa o oposto: apenas o “homem de projeção” merece ser biografado, apesar de salientar não querer cair em extremos de afirmar que apenas o rei, o maior escritor, poeta, estadista, deva ter sua história de vida narrada, atenua afirmando que todo homem, “no sentido rigoroso d[est]a palavra” merece uma biografia.

As opiniões convergem quanto à biografia possuir como um de seus elementos o valor educativo, pedagógico de transmitir lições de vida. Ambos entendem que a biografia praticada no presente em que dialogam não deixaria de retratar os aspectos negativos do personagem.

Sendo assim, ao invés de sair humilhado pelos defeitos, a contribuição do gênero seria oferecer exemplos senão de como proceder, pelo menos no sentido de inspirar e demonstrar “que tudo depende de nossa força de vontade”.

No texto existe a ideia de destacar como o conceito herói passara por alterações: o “super-homem e o herói” mudaram de figura, antes o grande homem, virtuoso, exemplar, agora, o herói “já pode ser criatura mais despida de qualidades” chegando ao extremo de ser “possuidora apenas de defeitos”.

É interessante o debate que surge em torno da ideia de que em alguns casos a biografia se aproxima mais da ciência do que da arte. A biografia científica, segundo o interlocutor, deve se basear mais em Freud, assumir a responsabilidade da pesquisa, sustentar-se em documentação.

Por sua vez, Temístocles Linhares indaga se em se tratando de biografia seria possível a verdade científica ou mais especificamente, a verdade sobre o biografado. Sim, é a resposta que recebe. O crítico então coloca a questão sob um outro ângulo: seria possível uma biografia ao mesmo tempo científica e também artística?

A questão provoca a cautela do interlocutor, que se vê obrigado, senão a capitular, pelo menos a admitir que se trata de uma tarefa difícil, espinhosa, mas que todo biógrafo deve no mínimo enfrentar: retratar o seu personagem com uma verdade poética, baseando-se nos pressupostos metodológicos da pesquisa, da documentação, mas nunca se desgarrar de uma perspectiva sensível, artística, indispensável no trato do biografado.

Os pontos essenciais desse debate-diálogo seria que a constatação de que biografia se tornara um “gênero cada vez mais difícil”, uma vez que se exigia dela “os escrúpulos da ciência e a magia da arte”.

Há a cobrança de um equilíbrio sempre idealizado e dificilmente alcançado de retratar “cientificamente”, leia-se historicamente, de forma documentada, o personagem, sem abrir mão da dosagem artística, da profundidade e complexidade humana.

Poderíamos listar e correlacionar mais análises da fecunda crítica literária levada a cabo por diversos intelectuais envolvidos na discussão acerca do gênero biográfico nas décadas de 1950 a 1970.

Todavia, acreditamos que as opiniões e análises até aqui inter-relacionadas tenham sido capazes de oferecer uma visão panorâmica de alguns temas do debate em torno do biografismo, mais especificamente, de uma biografia histórica.

As “dificuldades para biografar”, identificadas por alguns autores, se referem, principalmente, a dois desafios: a documentação escassa, cuja responsabilidade pela escassez recaía sobre os “grandes homens” do nosso passado, acusados de pouco cultivarem o hábito de conservar seus arquivos pessoais; e também questão de conciliar o inconciliável: história e ficção, elemento concebidos como opostos que se autorrepelem.

Neste caso, a fórmula do sucesso estaria na necessária capacidade de cada biógrafo em desenvolver e empregar a habilidade de utilizar os fios da sensibilidade artística e também da acuidade, objetividade do historiador a fim de costurar ambos os tecidos: da história e da ficção, e assim, apresentar como resultado final uma única peça, ao mesmo tempo síntese de um homem e de uma época.

As expressões “biografia histórica”, “biografia como interpretação histórica” e “biografia como via de acesso ao passado” de certa forma são um rearranjo da ideia contida no segundo desafio das “dificuldades para biografar”, ou seja, se referem à difícil tarefa de conciliar história e ficção.

Trata-se, em suma, de variações de uma mesma concepção cujo escopo é a proposta de uma biografia embasada na metodologia histórica. Esta é uma concepção bastante difundida, realçada, elogiada, no período em que Raimundo Magalhães atuou com sua escrita biográfica.

Esta biografia histórica comportaria duas possibilidades: sintetizar o homem e o tempo ou exagerar e sufocar o indivíduo em meio à massa documental, aos quadros sucessivos, desligados da simultaneidade da vida, que retiram do personagem aquilo que Wilson Martins chama de “terceira dimensão” do homem.

A saída seria fazer um uso seletivo das fontes, privilegiando os aspectos mais significativos, exemplares do comportamento do sujeito biografado, realizar cortes com amostras que possibilitassem uma visão ao mesmo tempo geral e específica da figura retratada.

Nesse caso, o segredo para o sucesso residiria na acuidade de historiador que o biógrafo deveria possuir a fim de recortar o essencial da documentação e realizar não apenas a transcrição do que encontrara nas fontes, mas sim uma interpretação, a sua visão do biografado, ao mesmo tempo em que a faceta de romancista preenchia os espaços deixados pelas lacunas documentais.

Além disso, o escritor de biografias deveria assumir uma postura sempre vigilante, fugindo da “literaticese”, identificada nos arranjos da biografia romanceada. Em suma, deveria estabelecer o equilíbrio entre a dose de matiz artístico e a “técnica do historiador”.

A ideia de biografia como “método de interpretação histórica” é vista com algumas ressalvas por Antonio Candido, defensor de uma narrativa cujo foco principal fosse o indivíduo. Ele aponta que deve haver um equilíbrio entre a narração dos eventos ligados ao protagonista e o quadro histórico-social no qual estaria inserido.

Para tanto, três componentes interligados são necessários: primeiro, a escolha acertada de um indivíduo-tipo, capaz de servir com sua trajetória pessoal a um pretexto explicativo do tempo em que viveu; segundo, deve-se adicionar a base documental que sustentará as interpretações; para finalmente, estabelecer as ligações entre o personagem e o meio social.

A pesquisa documental é considerada a pedra angular do edifício biográfico. Isto porque a biografia histórica é nesse período encarada como uma fórmula narrativa capaz de suprir as exigências em relação a uma escrita de vida em que tanto o homem quanto a época em que viveu sejam retratados de maneira fidedigna e verossímil.

Gonçalves (2009) demonstra em sua análise que nos anos 30 e 40 houve uma cobrança por parte da crítica literária para que o biógrafo explorasse o seu pendor artístico. A partir de nossas análises, podemos afirmar que nas décadas de 1950 a 1970 também há a exigência de uma sensibilidade artística da parte do biógrafo.

Há também a cobrança de um equilíbrio das duas forças, história e ficção, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando o veio literário parecia se sobrepor ao histórico. Mas esta exigência de equilíbrio parece-nos que se trata de uma ideia um tanto paradoxal.

Isto em razão de que por mais que seja requerido um equilíbrio, seria justamente a história, a técnica do historiador, o documento, os responsáveis por garantir à narrativa a confiabilidade demandada.

Ou seja, há a reivindicação de um equilíbrio entre história e ficção na composição biográfica, mas ao mesmo tempo, o fiel da balança seria o elemento histórico, é o documento o gabarito que guia as ações do biógrafo mesmo quando este faz uso de seus atributos literários, artísticos.



Vale notar que os “detalhes reveladores” seria outro elemento extremamente valorizado. É difundida a ideia de que os detalhes seriam mais demonstradores da personalidade do que as grandes ações. Porém, o lado obscuro deste recurso é que quando mal executado poderia fazer com que o foco narrativo se perdesse em meio à avalanche de detalhes.

O sucesso estaria na capacidade individual do biógrafo de coletar, selecionar e elencar, os detalhes que oferecessem amostras, como dito acima, reveladoras do comportamento do biografado.

A cronologia ainda que não abordada diretamente pela maioria dos que se debruçaram sobre a questão biográfica, ainda que tratada pela tangente, é possível identificar dois posicionamentos antagônicos: se por um lado a abordagem cronológica facilitaria a montagem da narrativa para o biógrafo e também a leitura, uma vez que sua lógica é didática; por outro, a multiplicidade, a profundidade, a “terceira dimensão” homem, para usar um termo caro a Wilson Martins, ficaria comprometida na confecção da narrativa biográfica.

Uma parcela significativa dos críticos, ensaístas, jornalistas, literatos, que deram atenção à discussão sobre a biografia nos anos 1950 a 70, destacaram a necessidade de admiração, afeição, ou ainda, um sentimento como o de fazer justiça ao biografado.

Como na maioria dos assuntos e temas abordados pela crítica literária, a admiração é também encarada como uma moeda de duas faces: a afeição desmesurada pode gerar uma biografialouvaminheira; todavia, se bem executada, explorada de maneira comedida, o resultado final é a humanização do biografado.

O panegírico é totalmente rechaçado, visto como ultrapassado, incapaz de refletir um personagem verossímil. De certa forma contrária a esta concepção, podemos apontar a ideia de “biografia como exercício da memória”, cujo principal objetivo seria homenagear, focar nas ações gloriosas, que *personalizariam* o indivíduo.

Esta seria uma das “atribuições” da biografia com a menor adesão por parte dos interlocutores envolvidos neste debate e Julio Romão exemplifica esta voz dissonante, para quem, as contradições, os defeitos, os erros, quando narrados, deveriam *universalizar* o indivíduo ao reforçar a condição de falibilidade inerente ao ser humano.

No período de 1950 1970, a “biografia romanceada”, quando não é totalmente lançada para o escanteio, é tratada com desconfiança pela crítica literária. Em diversas ocasiões é possível notar o tom revelador da ideia de que esta modalidade narrativa perdera o seu espaço de glória ocupado cerca de duas décadas atrás para aquilo que passa ser denominada de biografia histórica.

No início dos anos 50, Adolfo de Casais Monteiro assevera que a biografia seria sempre um “mal necessário”, mas prefere a biografia histórica ao malefício ainda maior da biografia romanceada, acusada de levar ao extremo as deficiências do gênero, já que romancear uma vida implicaria em “falsificação” e cita como exemplo os “tempos áureos dos Zweig e Maurois”, ou seja, no mínimo para Monteiro, o “tempo áureo” da biografia romanceada havia passado.

Temístocles Linhares, por sua vez, alerta que apesar do termo “romanceada” a lhe adjetivar, não seria, necessariamente, falseadora dos fatos. Para ele, a biografia romanceada, não seria dominada pela falta de verdade ou fidelidade aos fatos, o termo “romanceada” seria antes de tudo pela maneira de tratar a narrativa: com “gesto e limpeza de expressão”, isto é, se refere mais à *forma* que ao *conteúdo*.

Contudo, ao identificar Edgard Cavalheiro como um antigo adepto da biografia romanceada, mas que agora passara para a biografia histórica, o crítico, ao que indica, considera isto uma espécie de mudança significativa e sinal dos tempos: a era da biografia romanceada parecia estar aos poucos cedendo espaço para a biografia histórica e nada mais sintomático do que um biógrafo consagrado como Edgard Cavalheiro, alterar as suas “preferências” metodológicas em prol da biografia histórica.

Apesar das opiniões continuarem divididas a respeito da biografia romanceada, assim como nos anos 30 e 40, durante as décadas de 50 a 70, a balança já começa a pender visivelmente para a biografia histórica, considerada como a melhor maneira de se narrar uma existência individual.

O esquadrihar de alguns depoimentos veiculados pela crítica literária no período focado, revela a fecundidade de diversas opiniões, algumas diametralmente opostas, outras que se complementam e dialogam.

Um olhar mais atento, permite compor um painel com alguns temas que se sobressaem, se repetem, se rearranjam: “biografia, gênero híbrido”, “as dificuldades para biografar”, “biografia histórica”, “biografia romanceada”, “admiração pelo biografado”, “pesquisa documental”, “equilíbrio entre história e literatura”, “biografia como via de acesso ao passado”, “detalhes reveladores”, “alteridade biográfica”, “poder pedagógico”, “estilo polido”, “ferramentas do romance”.

Os temas expostos acima, de alguma forma, se aglutinam em torno de uma ideia central: a biografia enquanto gênero híbrido. Gonçalves (2009) identifica nos anos 1930 e 40 um debate cujo epicentro é a epidemia de uma biografia romanceada e sobre o caráter híbrido deste gênero.

Nesses anos havia o convencimento de uma “epidemia biográfica” percebida pela crítica literária. A epidemia chegara ao Brasil, mas a opinião dos críticos se dividia, uma parcela se mostra mais otimista quanto o futuro do gênero em terras brasileiras, entendia que a narrativa aos poucos se modernizava, ainda que não tivesse alcançado plenamente as transformações que sofrera na Europa.

Já uma parcela da crítica se mostra pessimista. Como voz ativa desta opinião temos Gastão Cruls, para quem as transformações do gênero no Brasil dificilmente seriam alcançadas. Salvo raras exceções, como Álvaro Lins, Maurois e Strachey são os autores europeus mais citados pela crítica como modelos de modernização da biografia.

A ideia da biografia como gênero híbrido foi estimulada, visto que, a exemplo de Tristão de Athayde, esta seria a sua marca registrada, desde que mantivesse a busca pela verdade e ao mesmo tempo assumisse as ferramentas do romance na sensibilização e humanização do personagem.

Enquanto Álvaro Lins desqualifica o caráter híbrido identificado como inerente à renovação da biografia, Humberto de Campos apregoava uma aproximação com o romance como saída para uma biografia que soterrava o biografado em documentação, defendia que sem o auxílio das ferramentas da ficção seria impossível ressuscitar o fantasma.

O fio condutor do debate foi o diagnóstico de uma epidemia biográfica, para além do fenômeno quantitativo, a discussão foi alimentada pelos questionamentos acerca da renovação do gênero biográfico, designado como biografia romanceada.

A partir dos testemunhos colhidos dos principais interlocutores da crítica literária, podemos afirmar que de certa forma este debate continua efervescente nos anos 1950 a 1970. Mas ocorre um deslocamento, a biografia romanceada já não é mais tão apreciada como fora nas duas décadas anteriores.

Conforme o tempo vai se afastando dos anos 30 e 40, se intensifica a defesa de uma biografia histórica, fortemente baseada na documentação, exigente de uma escrita em que história e ficção sejam habilidosamente manipuladas a fim de comporem uma sinfonia biográfica cuja melodia soe harmonizada ao ritmo constante da busca pelo equilíbrio interno.

Como dito, é o caráter híbrido da biografia, a sua formação parte de história, parte de ficção, que desperta a atenção da crítica literária, dos autores, leitores nos anos 1950 a 1970 no Brasil.

Quando observamos mais de perto, percebemos que os diversos temas debatidos se reúnem em roda da discussão sobre a configuração híbrida da biografia, mas se nos determos

um pouco mais, notamos que estes temas se ligam por teias quase imperceptíveis a um ou a outro componente deste gênero híbrido: à história ou à literatura.

Exemplifica-se: “as dificuldades para biografar”, “biografia histórica”, “pesquisa documental”, “biografia como via de acesso ao passado”, são termos que se ligam à componente *história*, pelo fato de a essência destas expressões ser o método histórico, o processo de escrita da história, o trabalho do historiador.

Já “admiração pelo biografado”, “detalhes reveladores”, “alteridade biográfica”, “estilo polido”, “ferramentas do romance” são termos que se vinculam à componente *literatura*, em virtude de a essência destas expressões ser o dote literário, a sensibilidade artística, os recursos literários, a capacidade criadora do romancista.

Na verdade, estes temas não podem ser desvinculados, tratados separadamente, uma vez que surgiram no contexto de uma discussão em que se tiramos um, ou se o analisamos de maneira isolada, o teor da mesma se perde justamente porque é na confluência da variedade e na projeção de uma dualidade, história e ficção, que se complementa mutuamente na composição da biografia que reside a riqueza do debate.

A identificação dos termos como ligados ou à história ou à literatura, serve mais para apontar que são estes elementos a mola propulsora das opiniões, tomadas de posição, comentários, fios condutores do debate travado pela e na crítica literária acerca da condição híbrida da biografia e sobre quais seriam os modelos, a metodologia, que a escrita biográfica deveria seguir, mirar, buscar inspiração, no caso, a biografia histórica.

### **2.3 – Raimundo Magalhães Junior: aspectos de uma jornada e a recepção crítica de suas biografias.**

Na última semana o mês de novembro de 1981 Raimundo Magalhães Junior contraiu um forte resfriado e ficou em casa convalescendo. Aos 74 anos era extremamente ativo, não aguardou a recuperação total e na manhã do dia 1 de dezembro se dirigiu para a revista *Manchete*, onde ainda trabalhava.

Ele desceu do ônibus que fazia a linha para o centro da cidade nas pistas da Praia do Flamengo, tendo por objetivo seguir caminhando em direção às dependências da revista. Como o sinal para os carros se encontrava fechado, ele iniciou a travessia das faixas quando foi surpreendido com a abertura do semáforo, sendo atropelado pelo carro conduzido por

Antônio Salgado, médico, que prestou socorro imediato e o levou para o Hospital Souza Aguiar, onde chegou já em estado de coma. Raimundo Magalhães Junior nunca mais acordou, na manhã do dia 12 de dezembro de 1981 ele faleceu.<sup>58</sup>

Os principais jornais brasileiros noticiaram a sua morte, destacando a sua enorme capacidade de trabalho e a eficiência com que se desdobrou em diferentes frentes: teatrólogo, contista, poeta, cronista, jornalista, vereador pelo PSB, biógrafo, historiador, editor, tradutor, ativo defensor dos direitos autorais.

O jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou um texto com título bastante expressivo: “Raimundo Magalhães Jr., o fim da biografia”.<sup>59</sup> Austregésilo de Athayde, francamente emocionado com a perda recente “de um amigo e companheiro”, faz uma longa saudação elogiosa das virtudes e singularidades, daquele que “desde o alvorecer da juventude até os dias às vezes de ímprobo labor mas sempre fecundos, de uma maturidade surpreendentemente vigorosa, chegou à plenitude do seu destino, combatente indefeso, autêntico e leal, espírito livre como os que mais o foram”.

Austregésilo de Athayde lembra ainda a sua participação na política, sua defesa do ideal socialista, sua contribuição nos debates na Academia Brasileira de Letras (ABL), o seu compromisso com as fontes, com a verdade na construção de seus retratos biográficos, principalmente os quatro volumes dedicados a Machado de Assis.<sup>60</sup>

Para seus contemporâneos, colegas de trabalho, críticos, amigos e confrades na ABL, como José Honório Rodrigues, Pedro Calmon, Tristão de Athayde, Barbosa Lima Sobrinho, Afonso Arinos, Aurélio Buarque de Holanda, Austregésilo de Athayde, Múcio Leão, Josué Montello, a sua energia intelectual e o cuidado para com a pesquisa são comprovados pela sua vasta produção: “Trabalhava sempre, constantemente, e estava sempre trazendo uma contribuição nova à cultura brasileira”, dizia José Honório Rodrigues. Destacam o seu brilhantismo a até mesmo certo “inconformismo em aceitar o que a história oficial apresentava como verdade”.<sup>61</sup>

Barbosa Lima Sobrinho, ressalta que “Tinha sempre alguma coisa a acrescentar ou a retificar. Como se ele próprio constituísse a recordação de todo o nosso passado, com a incumbência de revelar assuntos e episódios ignorados. Sempre e sempre com uma precisão

<sup>58</sup> Magalhães Junior sofre acidente e está em coma. *O Globo*, Rio de Janeiro, Grande Rio, 2 de dezembro de 1981, p. 9.

<sup>59</sup> Raimundo Magalhães Jr., o fim da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 1981, p. 48.

<sup>60</sup> ATHAYDE, Austregésilo de. *Adeus a Raimundo Magalhães Junior*. (Texto sem a indicação de qual jornal fora publicado, contendo apenas a data: 15/12/1981). In Pasta de *Clipping*, Arquivo de Raimundo Magalhães Junior, 1941-1982, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>61</sup> Raimundo Magalhães Jr., o fim da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 1981, p. 48.

impecável...”. Destaca o escritor como um “trabalhador infatigável”, que logo cedo estava nas redações dos jornais preparando a crônica diária, depois, “À tarde estava sempre na Biblioteca Nacional, na seção de periódicos, anotando tudo, numa imensa cópia de assuntos (...)”.<sup>62</sup>

Sobre o método de trabalho do biógrafo, comenta que “Não tinha tempo para se deter na análise da psicologia das personagens, tantos eram os fatos que reunia, para que deles se extraísse uma conclusão fundamentada”.

Cinco dias depois da morte de Magalhães Junior, Carlos Drummond de Andrade assina um texto intitulado “O homem que era trezentos”.<sup>63</sup> O artigo se inicia destacando a faceta do trabalhador incansável:

(...) o cearense me fazia imaginar uma estranha figura que simultaneamente pesquisava na Biblioteca Nacional, presidia reuniões na SBAT, assistia à sessão da Academia Brasileira, trabalhava na redação de *Manchete*, telefonava para confrades ou escrevia cartas para jornais, retificando este ou aquele engano fátual, e redigia alentados volumes de biografias literárias. Para não falar no tempo em que discursava e apresentava projetos como vereador do Rio de Janeiro, compunha e traduzia comédias, dirigia revistas, escrevia contos, poetava, antologiava... Eram muitos Raimundos num só, e esta imagem dele perdurou a vida inteira. Não conheceu cansaço ou declínio. Só um acidente o faria parar, no momento em que lançava os quatro volumes do seu *Vida e obra de Machado de Assis*, repertório opulentíssimo de dados sobre o escritor que teve nele o seu mais completo estudioso. Por sinal que o quarto volume não chegou às livrarias em vida do autor. E ao sair em breve, nos possibilitará a sensação de que, mesmo morto, Magalhães continua escrevendo.

Sobre a obra biográfica do autor, o poeta afirma o seguinte:

Não sei se nele havia o impulso consciente de reescrever a história literária do Brasil, através da biografia de figuras principais, evidenciando tudo que a tradição oral ou escrita conservou de falso, e dessacralizando os medalhões, expostos na banalidade ou nos desvios e fraquezas de suas vidas. O certo é que, sucedendo-se essas biografias iam gradativamente esboçando um painel bem diferente daquele que as histórias literárias, classificatórias e generalizadoras, nos proporcionam.

Carlos Drummond de Andrade destaca ainda o traço retificador presente no biógrafo:

Magalhães não escondia nada nem disfarçava. O fato anotado por ele era o que ressaltava de documentos da época. [...] Retificou inúmeros pontos considerados pacíficos na historiografia literária, e desvendou mistérios e segredos. Tudo provado e comprovado. [...] Reunindo o sexto sentido de pesquisador a vigilante senso crítico (...).

<sup>62</sup> SOBRINHO, Barbosa Lima. Um país perdulário? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 28 de fevereiro de 1982, p. 11. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>63</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. O homem que era trezentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, 17 de dezembro de 1981, p. 7.

O autor do texto considera o biógrafo o “primeiro, em atividade, produção e rendimento, dos farejadores brasileiros de dados histórico-literários. O exemplo que ele nos deixou é de uma eterna curiosidade vivificada pelo método e apoiada em produtividade intelectual”. Afirmar que Raimundo Magalhães investigava: “registros civis e eclesiásticos, arquivos públicos e de associações privadas, bibliotecas gerais e especializadas, – de onde ele escarafunchava, trazia sempre o dado seguro, esclarecedor”.

Carlos Drummond de Andrade sugere a criação de uma instituição cultural voltada para o serviço de documentação literária que apurasse nos arquivos oficiais, bibliotecas públicas e outros depósitos, de documentação bibliográfica e individual, os dados referentes à criação literária nacional. A documentação reunida ficaria à disposição de pesquisadores, professores, críticos e escritores, sendo que Drummond via nessa sugestão uma homenagem ao

(...) trabalhador braçal do fato literário, carregador de pedras suportadas com ânimo infatigável, se daria por satisfeito se viesse a saber que seu esforço frutificou num órgão como o sugerido mais acima. O que Magalhães executou foi tarefa para muitos homens. [...] Tarefa para 300, 350 homens e mulheres habilitados.

Francisco de Assis Barbosa relembra que Raimundo Magalhães Junior, Ribeiro Couto, Dante Costa, Odylo Costa Filho e ele próprio, se autointitulavam “a nova geração da literatura e do jornalismo” e tinham por “amigo-orientador” comum Sérgio Buarque de Holanda. Barbosa recorda que teria conhecido Magalhães por volta dos anos 1932-33 e “já naquela época era considerado um dos maiores jornalistas do Rio”.

Ele conta que Magalhães Junior tinha chegado havia pouco tempo e já e entrara para a “Esquerda Democrática, em seguida para o *A Noite*”. Barbosa comenta que o jornal “*A Noite* entregou-lhe a criação de duas revistas, *Carioca* e *Vamos Ler?*, revistas notáveis na época”. E complementa que o autor entre várias peças teatrais, traduções, contos e textos que marcaram a sua produção intelectual escreveria “as numerosas biografias”.<sup>64</sup>

Rachel de Queiróz, recorda como conheceu o escritor em 1931. Ele, então jovem repórter, fora esperá-la no cais quando viera receber um prêmio literário e foi de certa forma o seu “cicerone nos meios literários”, levando-a para conhecer “Humberto de Campos, José Américo de Almeida, Procópio, e mais notabilidades” da literatura.

---

<sup>64</sup> Adeus a Raimundo Magalhães Junior. In *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 82, v. 143, janeiro a junho, Rio de Janeiro, Anais de 1982, p. 12-13.

Quando ela fixa residência no Rio em 1939, encontra o autor já casado desde 1933 com a também escritora Lúcia Benedetti, que ele “conhecera durante um concurso literário no qual ela fora a premiada e ele o juiz”.

Raquel de Queiróz comenta que a amizade com Magalhães se fortaleceu e ela pode testemunhar o nascimento de “Rosa Lúcia, Rosinha, a filha única que seria mais tarde a grande artista plástica e cenógrafa, Rosa Magalhães”.

A autora confirma a impressão que os contemporâneos desenvolveram sobre o escritor: “ia se multiplicando em inúmeros, infinitos outros: o teatrólogo, biógrafo, o ensaísta, o historiador, o jornalista, o tradutor, o pesquisador de curiosidades da grande e da *petit histoire*”.

Além de ser o “animador por excelência da defesa do direito autoral”, um dos mais ativos membros e também presidente da SBAT. Raquel de Queiróz recorda ainda aspectos como as provas de lealdade dispensada por Raimundo Magalhães a amigos em “fase de perseguição e desemprego”.

Provavelmente ela se referia aos momentos de perseguição durante o governo Vargas e também durante o regime militar vigente desde 1964 e que se encontrava em processo de abertura gradual quando o biógrafo faleceu em 1981.

Claramente chocada pela morte repentina do amigo, a autora termina o texto apontando que a perda era muito recente para um balanço crítico da vasta produção de Raimundo Magalhães, o que restava no momento era lamentar a ausência duramente sentida.<sup>65</sup>

O escritor teve a sua vida bruscamente interrompida quando começava mais um dia numa rotina que tivera início há cerca de 57 anos. O marco inicial do seu trabalho com as letras é na *Folha do Comércio*, pequeno jornal existente na cidade de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, neste periódico ele alcança, antes de sair, o posto de redator-chefe.

Rosa Magalhães, filha do autor, conta que a atividade de jornalista foi a paixão que sempre animou o pai e que ele se realizou profissionalmente militando nos periódicos em trabalhou ao longo da vida.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> QUEIRÓZ, Raquel de. *Magalhães Junior*. (Grifos do autor. Texto sem indicação de periódico ou local de publicação, consta apenas a data: 21 de dezembro de 1981). In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>66</sup> AQUINO FILHO, Jorge de. Meu pai Magalhães Junior. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1982. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.



Nascido na cidade cearense de Ubajara, em 12 de fevereiro de 1907, Raimundo Magalhães Junior foi criado pela avó, após a morte prematura da mãe. Ele tinha 17 anos quando migra para Campos, junto com o tio Alkindar Magalhães, com o objetivo de se encontrar com o pai, jornalista, autor do “Vocabulário Popular”, publicado em 1911.

O encontro entre os dois Raimundos Magalhães nunca foi contado em detalhes pelo filho, o que sabemos se resume ao desejo deste em também ser jornalista, mas ir além e conquistar o seu espaço de escritor.

Em Campos é acolhido por um outro tio, deputado, empresário e dono de jornal. Nesta cidade completa os estudos no Liceu de Humanidades e encerra aí a sua vida escolar, não seguindo mais tarde nenhuma carreira acadêmica. Era um leitor voraz, tinha orgulho de ser autodidata, inclusive em línguas estrangeiras, como inglês, francês e italiano, cujo aprendizado serviu como base para se tornar anos depois um tradutor reconhecido.

Nessa cidade, ao mesmo tempo em que trabalhava na *Folha do Comércio* dava expediente numa farmácia para completar a renda, além disso, encontrava energia para se aventurar, com sua escrita ágil e de consumo imediato, pelo mundo do teatro.<sup>67</sup> Foram tempos difíceis para Magalhães, que chegou a dormir no balcão da farmácia em que trabalhava por exclusiva boa vontade do proprietário.<sup>68</sup>

Em 1930, após quase sete anos em Campos, Raimundo Magalhães Junior migra para a cidade do Rio de Janeiro. Seria um ano emblemático para a história do país, ano do movimento revolucionário que culminou no Golpe que levou Getúlio Vargas ao poder após assumir a chefia do Governo Provisório da nação.

Provavelmente era difícil de imaginar na época que Vargas permaneceria no poder por quase 15 anos. Isto porque os primeiros anos do novo regime seriam marcados por confrontações e incertezas, tendo como pano de fundo a Crise Econômica de 1929. Tinha início aquilo que ficaria conhecido como “Era Vargas”, assim denominada por ser o período de construção e consolidação da figura de seu líder máximo.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Sobre aspectos biográficos de Raimundo Magalhães Junior ver ANDRADE (2013); WERNECK (2006); o site da ABL também fornece algumas informações sobre o escritor: <<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=270&sid=317>>>. Consultado em 19 de abril de 2014.

<sup>68</sup> AQUINO FILHO, Jorge de. Meu pai Magalhães Junior. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1982. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>69</sup> FAUSTO (2011).

O Rio de Janeiro a que chega o jovem Raimundo Magalhães Junior, com apenas 23 anos de idade, era um centro urbano que incorporava aos poucos a imagem de centro político, financeiro, comercial e cultural do país.

É inegável que a cidade já havia conquistado o *status* de “República das Letras” desde o século XIX, funcionando como atrativo para a fixação de escritores e intelectuais (CARVALHO, 1994). Este fluxo migratório continua crescente à medida em que a pauta cultural pretendia afirmar a civilização e a cultura nacionais.

Estes dois termos foram interligados por uma ponte: o livro. Este artefato era identificado como o “lugar de expressão das culturas literárias e das tradições do saber”, pedra fundamental da construção de uma cultura da língua brasileira, arca receptora da cultura nacional e “indicador do grau de civilização” do país.

O livro passa a ser o centro dos debates intelectuais, o ponto de partida para decisões e proposições de políticas públicas que “desaguaram na institucionalização de uma política cultural”, consolidada a partir do Estado Novo.

Esta política, preocupada sobretudo com uma pedagogia da nacionalidade, se esforçou na formação do leitor ao mesmo tempo em que fomentou o diálogo entre as diversas modalidades de impresso (livro, revistas, jornais, cartilhas) com outras manifestações culturais, como o rádio, o cinema e o teatro (DUTRA, 2011, p. 229).

O intenso processo de aburguesamento da paisagem da cidade do Rio de Janeiro, iniciado no começo do século XX, com novos contornos dos espaços públicos e de moradia, a alta do preço do metro quadrado urbano, o surgimento das favelas, o alto índice demográfico, o aumento dos níveis de exclusão social, todos estes aspectos ganham intensidade nos anos 1930, com o crescimento mercantil, os impactos das mudanças no paisagismo e urbanização, do aumento populacional (CARVALHO, 1994).

Raimundo Magalhães Junior era um recém-chegado a este cenário urbano de alterações efervescentes e logo começou a trabalhar no jornal *A Noite*, periódico de renome, cujo proprietário era Irineu Marinho, mas que desde 1929 passara para o controle do empresário Geraldo Rocha.

Já se disse que ele foi o criador das revistas *Carioca* e *Vamos Ler?*, mas não se deve esquecer que foi também diretor destas e ainda da *Revista da Semana*. Ocupou o cargo de secretário de *A Noite Ilustrada*, de colunista da *Folha Carioca* e participa do grupo fundador do *Diário de Notícias*, do qual também foi redator, escrevia em periódicos com forte vertente política de esquerda como *A Batalha* e *A Esquerda*, enquanto fazia matérias para a *Revista Ilustrada*.

Apesar da intensa atividade jornalística, Magalhães não deixa de contribuir com sua pena para o teatro: entre 1933 e 1940 escreve doze peças de sucesso que são imediatamente encenadas.

Nos idos de 1940, a atividade jornalística ainda era a maior vitrine para um escritor, apesar de problemas como a instabilidade, oferta de trabalho limitada, baixo salário, entre outros. Conta-se sobre Magalhães, que vivia reclamando dos reduzidos vencimentos e que certa vez, em plena redação, colou na testa, durante vários dias, uma página de papel, com letras garrafais: “QUERO AUMENTO!!!”, retirando-a somente quando foi atendido.

Quem lembra este episódio é Murilo Melo Franco, acadêmico, companheiro de Magalhães na revista *Manchete*, onde testemunhou sua imensa capacidade de trabalho e o hábito característico de usar apenas o dedo indicador na máquina datilográfica, cujo teclado martelava a uma velocidade vertiginosa.<sup>70</sup>

Raimundo Magalhães costumava afirmar que vivia do jornalismo: “Meus livros são cerejas do sorvete da minha sobremesa. É uma atividade muito pouco remunerada”. Conta que depois de receber o prêmio Luiza Cláudio de Souza, no valor de Cr\$ 500,00, pela publicação da biografia de José do Patrocínio, fora a uma festa na embaixada do Senegal e levou uma multa quase no valor integral do prêmio por ter estacionado em local proibido. Por outro lado, revela que *Rui, o homem e o mito*, rendera-lhe um bom dinheiro, suficiente inclusive para viajar com a filha pela Europa.<sup>71</sup>

Considerando de uma forma geral, a imprensa não era favorável ao governo durante o Estado Novo. Neste período, os periódicos do país estiveram sob censura, encurralados pela forte vigilância exercida pela Agência Nacional, além das vozes silenciadas pelos subsídios oferecidos pelo governo.

Os órgãos de imprensa que se alinharam ao novo regime tinham como missão divulgar a ideologia do governo de Vargas e enaltecer os seus atos. Todavia, aos poucos o jornalismo empresarial em crescimento passaria a se relacionar de maneira mais profissional com o regime em vigor.

A partir do golpe de 10 de novembro de 1937, o governo incorporou a ideia de identidade nacional coletiva, consolidando-se uma política de massas que vinha sendo gestada

---

<sup>70</sup> MELO FILHO, Murilo. R. Magalhães Júnior: Um operário da inteligência. In *Revista Brasileira*, ano XV, n. 58, Fase VII, janeiro-fevereiro-março, Rio de Janeiro, 2009, p. 9-19. Disponível também em <<http://www.academia.org.br/abl/media/REVISTA%20BRASILEIRA%2058-CULTO.pdf>> Acesso em 15 de abril de 2015.

<sup>71</sup> GOES, Tânia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1970. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

desde a chamada Revolução de 30. A censura coibiu qualquer manifestação de oposição ao novo regime baseando-se em duas estratégias: a propaganda política e a repressão aos opositores (CAPELATO, 2007).

De 1941 a 1944, Raimundo Magalhães Junior reside nos Estados Unidos com a mulher, Lúcia Benedetti. O exílio fora motivado pela perseguição do governo de Vargas, devido à posição de esquerda assumida Pelo escritor na imprensa, além de surgirem boatos de que o DIP estaria em seu enalço (ANDRADE, 2013, p. 44).

Durante seu exílio, a fim de alcançar meios de subsistência, trabalhou com Nelson Rockefeller, no Escritório de Assuntos Interamericanos, contribuiu para o *New York Times*, fez tradução de filmes da Metro.

Como jornalista, fez entrevistas com vários exilados importantes, que estavam em Nova York, fugidos do regime nazista, como Jacques Maritain, André Maurois, Geneviève Tabuis, Fernand Leger, Emil Ludwig e Erich Maria Remarque.<sup>72</sup>

O paradoxo dessa situação de perseguição é que o próprio Magalhães Junior fora durante certo período censor cinematográfico, no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, órgão ligado ao DIP, exonerando-se apenas em 1944. Ele não foi o único literato a trabalhar neste setor, Vinicius de Moraes, Pedro Dantas, Nazareth Prado, entre outros também ocuparam esta função.

Em uma entrevista concedida a Gilberto Negreiros da *Folha de S. Paulo*, em 1979, Magalhães relembra alguns episódios ligados à repressão que ele próprio vivenciara durante o governo Vargas. Ele conta que tivera vários problemas com a censura, sobretudo com filmes como *O Regresso*, baseado no romance de Eric Maria Remark. Este filme fora aprovado por Pedro Dantas, Vinicius de Moraes e ele próprio em 1939.<sup>73</sup>

Chama a atenção que esta entrevista é veiculada em janeiro de 1979, mais precisamente, 6 dias depois da extinção dos poderes dos atos institucionais, marcando o fim da ditadura militar e tendo início um período de transição democrática (REIS, 2011).

Em 1945, de volta ao Brasil, Magalhães Junior assinou com João Mangabeira, Hermes Lima, Domingos Velasco e diversos outros intelectuais, socialistas e liberais de esquerda, contrários ao governo de Vargas, um Manifesto de Criação da Esquerda Democrática.

---

<sup>72</sup> MELO FILHO, Murilo. R. Magalhães Júnior: Um operário da inteligência. In *Revista Brasileira*, ano XV, n. 58, Fase VII, janeiro-fevereiro-março, Rio de Janeiro, 2009, p. 9-19. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/media/REVISTA%20BRASILEIRA%2058-CULTO.pdf>> Acesso em 15 de abril de 2015.

<sup>73</sup> NEGREIROS, Gilberto. Os ensinamentos dos anos 30. *Folha de S. Paulo*, 6 de janeiro de 1979. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_2.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_2.htm)>. Acesso em 15 de abril de 2015.

Pelo fato de ter assinado este Manifesto, é demitido do grupo *A Noite*. Em 1947, a Esquerda Democrática se converte no Partido Socialista Brasileiro, pelo qual, em 1949, Raimundo Magalhães foi eleito vereador da Câmara do Distrito Federal, sendo reeleito em 1954.

Desempregado temporariamente, após ser demitido do jornal *A Noite*, o escritor redige anúncios de uma empresa farmacêutica para o rádio, jornais, almanaques, além de traduzir bulas de remédios. Mas nunca deixou de empregar parte do tempo para a pesquisa de documentos e subsídios para os seus livros.<sup>74</sup>

Desde a década de 1930 e ao longo dos anos 40, Magalhães se movimenta no jornalismo e na dramaturgia, mas o início da década de 1950 marca um novo rumo em sua trajetória, aquilo que se tornaria uma das suas atividades literárias mais profícuas: o biografismo. Como já foi apontado, das 21 biografias publicadas por ele, a maior parte, mais especificamente 16, são editadas nas décadas de 1950 e 1960, o restante, pertencem aos anos 1970.

Como veremos, a partir dos anos 1950 Magalhães passa a ser destacado pela crítica literária como um escritor representante do gênero da biografia histórica, crítico ferrenho da biografia romanceada, sendo identificado por alguns como ensaísta, escritor de história, e até mesmo como historiador.

Segundo Andrade (2013, p. 47), em certos espaços acadêmicos universitários, algumas de suas obras chegaram a ser lidas e discutidas nas décadas de 1970, como exemplo, nos cursos de graduação em História, especialmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, com destaque para biografias como *Deodoro, a espada contra o Império* (2 vol), *Três panfletários do Segundo Reinado* e o polêmico *Rui, o homem e o mito*.

Paulo Rónai, editor e tradutor, que manteve vínculos profissionais e de amizade com Raimundo Magalhães Junior, assina o prefácio das biografias que compõem a coleção “Homens e Épocas das Letras e das Artes Brasileiras”.<sup>75</sup>

A coleção conta com 10 volumes, sendo 8 de biografias reeditadas, mas também corrigidas e aumentadas, e ainda, 2 volumes inéditos. Inicialmente, Rónai valoriza o caráter

<sup>74</sup> Que se passa como RMJ? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1957, 1º Caderno, p. 14.

<sup>75</sup> Ver RÓNAI, Paulo. R. Magalhães Junior, o biógrafo das letras brasileiras. In MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Poesia e vida de Cruz e Sousa*. 2 ed. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S/A, 1971, pp. XI-XX. (Homens e Épocas das Letras e das Artes Brasileiras, v.1)

polígrafo da obra de Magalhães, a sua atuação na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais-SBAT, e a atividade jornalística.<sup>76</sup>

O autor comenta que o período preferencialmente focado pelo biógrafo é a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Aponta ainda o fôlego para pesquisa, o hábito de ir direto à “fonte”, consultando arquivos de jornais, bibliotecas, museus, arquivos pessoais, coletando depoimentos, reexaminar obras sobre o assunto que o interessa, sempre munido de uma visão crítica e revisionista.

Sobre a metodologia biográfica do autor, Paulo Rónai avalia que sempre conseguira equilibrar a difícil dosagem entre história pública e história privada, mas com forte oposição à biografia romanceada: “com rigor científico de historiógrafo e não de biografias romanceadas, fato sobre o qual o próprio autor insiste, por exemplo nas relações bibliográficas constantes de seus volumes”.

Ele esclarece que Raimundo Magalhães soubera “dobrar a imaginação, que tem forte e fértil, preferindo ao levantamento de hipóteses vistosas e ao esboço de afrescos de traços largos uns mosaicos minuciosos, compostos com longa paciência, sem poupar tempo nem engenho no esclarecimento de minudências”.

Seria tributária deste empenho de pesquisa, seleção, fidelidade às fontes, rigor historiográfico, a façanha do biógrafo de “derrubar mais de uma vez teorias aparentemente plausíveis, mas baseadas em fundamentos frágeis ou em interpretações apressadas.

Paulo Rónai conta que em uma reunião, o editor Leonídio Balbino da Silva enumera as biografias até então publicadas por Magalhães e observa que era uma pena serem oito narrativas de vidas de personalidades ligadas à literatura brasileira, e não dez, conforme pensava ser o ideal para compor a coleção.

A fala do editor “foi interpretada como um desafio e – em menos de um ano – lá estavam, prontas as biografias de Martins Pena e José de Alencar. Essa tarefa, (...) só pode ter sido realizada em tão curto espaço de tempo por pessoa intimamente familiarizada com a vida política e literária do Império”, além de ser “possuidora de forte intuição e de um método de trabalho eficientíssimo”.

O autor do prefácio relata também que o editor da coleção propõe a Raimundo Magalhães apenas uma reimpressão das oito biografias já publicadas. Contudo, o biógrafo

---

<sup>76</sup> As biografias reeditadas são de Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Machado de Assis, Cruz e Souza, Artur Azevedo, José do Patrocínio, José do Patrocínio Filho e Leopoldo Froés; as duas inéditas, são de Martins Pena e de José de Alencar.

discorda e obtém permissão de rever e inserir acréscimos para as reedições, “incorporando-lhes os resultados de pesquisas novas, suas e alheias”.

O escritor deixava os editores, tipógrafos e revisores apreensivos por conta do prazo, devido a uma situação que se tornara corriqueira: o fato de uma obra já se encontrar no prelo e ele, após a descoberta de um novo documento, exigir o direito de remodelar os originais.

Paulo Rónai descreve estes episódios a fim de reforçar o perfil descrito de Magalhães como um biógrafo amante da pesquisa, trabalhador incansável, revisionista intransigente, e, principalmente, adepto da biografia histórica em detrimento da romanceada.

Joel Silveira, jornalista, escritor e editor, sobre esta mesma coleção lançada pela editora LISA em 1972, ressalta que “O biógrafo Magalhães Junior prova que o vestígio sempre existe e que através de (e por menor que seja) é possível reformular conceitos, corrigir, dar a uma personalidade ou a um acontecimento um aspecto ou um sentido novo”. Silveira critica que:

é essa falta de persistência (ou seriedade) na pesquisa (...) é que tem feito a ruína de muito biógrafo que pretende aceitar o que foi convencionalizado como certo e verdadeiro a encarar com suspeita e desconfiança (o que conseqüentemente, o levaria a novas buscas) essa mesma certeza e verdade. Resultado disso (...) são as pavorosas biografias romanceadas, culpadas por tanta distorção histórica. De R. Magalhães Junior, se pode dizer exatamente o contrário, entre nós, assumiu o papel de biógrafo revisor por excelência<sup>77</sup>.

Algum vestígio autobiográfico de Magalhães pode ser encontrado nas anotações do autor em um documento encontrado na Pasta de Manuscritos de seu arquivo no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. O autor, quinto ocupante da Cadeira nº 34, destaca do *Anuário 1957-1959 da Academia Brasileira de Letras* as páginas referentes à sua biografia e faz cuidadosas correções no texto do documento.<sup>78</sup>

A faceta revisora do escritor entra em ação e ele inclui dados omitidos na edição em questão, acrescenta informações mais precisas sobre atividades profissionais, como a sua atuação no jornalismo, acrescenta dados em relação à sua produção intelectual, atualiza a bibliografia, altera parágrafos inteiros aos quais confere a sua própria versão.

Os traços da pena corretiva de Raimundo Magalhães marcam as margens e os parágrafos ao longo das 5 páginas da pequena publicação, alterando datas, inserindo informações mais detalhadas, retificando equívocos no tocante à sua produção intelectual. É

<sup>77</sup> SILVEIRA, Joel. As boas biografias de R. Magalhães Junior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Mercado, 17 de junho de 1972, p. 11.

<sup>78</sup> *Anuário 1957-1959 da Academia Brasileira de Letras*. Versão impressa e com anotações manuscritas realizadas pelo autor. Pasta de Manuscritos, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

uma pequena amostra do seu zelo revisor dedicado à elaboração de suas biografias, constantemente reeditadas com acréscimos e correções.

José Condé, em sua coluna no jornal *Correio da Manhã*, assina um texto que leva o título “Magalhães, o incrível”. O autor destaca a multiplicidade de trabalhos e a fecundidade literária de Raimundo Magalhães Junior: “além da sua atividade diária na imprensa, na Câmara Municipal, na SBAT e não sei mais onde, ainda descobre tempo para escrever um livro atrás do outro”, e mais: “livros que exigem do autor pesquisas exaustivas”.<sup>79</sup>

Nos últimos três anos, observa o crítico, Magalhães havia publicado “a excelente biografia” de Artur Azevedo, “revista e melhorada na segunda edição”, lançou o *Machado de Assis, Desconhecido*, “também reeditado com novos capítulos”, e ainda, “a biografia do caudilho boliviano Dom Manuel Mariano Melgarejo e recentemente *Dom Pedro II e a Condessa de Barral*”. Como se não bastasse, a “Editora Nacional e a Civilização Brasileira acabam de anunciar dois novos livros”, tratava-se de *Três Panfletários do Segundo Reinado* e ainda, *O Império em Chinelos*, volumes de “pesquisas históricas”.

O crítico alerta que a lista continua: o incansável Magalhães estava às voltas com a biografia de Deodoro e ainda encontrava tempo para escrever um estudo que serviria “de introdução à tradução servo-croata de *Dom Casmurro*. “Não resta dúvida: o homem possui fôlego de gato”.

O pequeno texto de José Condé serve como exemplificação de uma imagem que desde cedo foi construída de Raimundo Magalhães Junior: trabalhador incansável, pesquisador nato, revisor intransigente de si mesmo e dos outros, autor bissexto, historiador e literato por excelência, o hábito de nunca parar de pesquisar sobre um biografado, seja pelo gosto da pesquisa, seja pela oportunidade de efetuar acréscimos em futuras reedições. São estes e outros aspectos a respeito de Magalhães que objetivamos sondar ao nos debruçarmos sobre os depoimentos da crítica literária sobre o biógrafo e sua obra no período em que atuou.

Eneida, em um longo artigo no rodapé literário do *Diário de Notícias* sobre a biografia de Machado de Assis, corrobora essa imagem que José Condé esboça de Raimundo Magalhães.<sup>80</sup>

A autora se mostra admirada ante a operosidade de Magalhães: “Até parece que o dia dele tem mais do que vinte e quatro horas”, afinal, “escreve crônica diária, peças teatrais, traduz livros e poemas, faz política, é infalível na Câmara dos Vereadores, e ainda tem tempo

<sup>79</sup> CONDÉ, José. Magalhães, o incrível. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno (coluna “Escritores e Livros”), 9 de março de 1956, p. 12.

<sup>80</sup> ENEIDA. Machado de Assis Desconhecido. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário, 27 de março de 1955, p. 2.



de fazer pesquisas nas bibliotecas e nos arquivos mais variados”; “é ainda visto nas primeiras representações teatrais, nas exposições de arte, frequenta livrarias. É espantoso”; “podemos catalogar R. Magalhães Junior, como um dos mais ativos trabalhadores intelectuais do Brasil”.

Segundo Eneida, a principal característica da biografia em questão é o cuidadoso trabalho de pesquisa, sendo que outro aspecto bem característico do autor destacado é sua faceta revisora.

Como dificilmente poderia deixar de ser, essa faina revisora de trabalhos alheios e seus também, faz do biógrafo um escritor de certa forma indigesto pelas polêmicas que suscitava com os autores cujos livros apontava necessidade de revisão.

No caso da biografia de Machado de Assis, entrou em rota de colisão com Lúcia Miguel Pereira, afamada biógrafa do escritor de *Quincas Borba*. Eneida ressalta que o interesse do autor pelo biografado é antigo, desde 1938 Magalhães já trazia nas colunas do *Diário Carioca* alguns resultados de suas pesquisas.

Ao lado do amplo trabalho de pesquisa, ela aponta o tom polemista da biografia, cujo autor se recusa a aceitar as opiniões estabelecidas e propõe uma releitura da figura do biografado.

Temístocles Linhares louva a atitude de Magalhães de enfrentar biógrafos anteriores de Machado de Assis, mas alerta que o autor acaba tratando o personagem de “um modo meio lírico, com evidente intenção apologética”.<sup>81</sup>

Para o crítico, apesar de bem executada, a biografia assinada pelo autor em questão peca pelo excesso com que procura defender o biografado, eximindo-o de qualquer tipo de lacuna; outro exagero, na visão de Linhares, é a intenção de polemizar do biógrafo.

O grande mérito da obra, sem dúvida, aponta o crítico, é o cuidadoso trabalho de pesquisa e o tratamento de algumas facetas de Machado de Assis negligenciada ou passada ao largo por outros biógrafos, como exemplo, a sua atuação jornalística.

Wilson Martins, poucos meses depois do falecimento de Raimundo Magalhães Junior, escreve um artigo sobre os 4 volumes de *Vida e obra de Machado de Assis*, lançados pela Civilização Brasileira.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> LINHARES, Temístocles. Vida e obra em Machado de Assis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário, 30 de outubro de 1955.

<sup>82</sup> MARTINS, Wilson. De Pujol a Magalhães Junior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Especial, 30 de maio de 1982, p. 5

Trata-se de uma obra reeditada dos quatro livros dedicados a Machado de Assis que o biógrafo escrevera ao longo da sua carreira, agora, aumentada e revisada, como era característico do autor.

A publicação desta edição, iniciada quando o autor ainda era vivo, mas concluída apenas depois de sua morte, é na opinião do crítico literário obra definitiva em se tratando de biografia: “não só pela minúcia da investigação exaustiva e sistemática, mas também por incorporar o resultado de pesquisas feitas nos últimos 30 anos”.

Estes 30 anos a que se refere Wilson Martins seriam contados a partir da publicação do primeiro livro sobre Machado de Assis em 1955, mas conforme o próprio biógrafo, o seu interesse pelo biografado somava mais de 42 anos, ou seja, desde 1938, quando começou a pesquisar a vida do escritor.<sup>83</sup>

Entre tantos biógrafos de Machado de Assis, Martins elege Raimundo Magalhães como o que melhor compôs uma narrativa de sua trajetória de vida. Apesar dos elogios, o crítico aponta que o aspecto negativo da obra seria a proposta de tratamento crítico levada a cabo pelo autor, considerada bastante deficitária.

No dia 9 de agosto de 1956, aos 49 anos de idade, Raimundo Magalhães elegeu-se para a Cadeira nº. 34 da Academia Brasileira de Letras. Em 6 de novembro desse mesmo ano, Viriato Correia em um longo discurso com matiz apologético, bem característico deste gênero de texto, faz a recepção ao novo membro e ressalta que a Academia se achava devedora para com o autor de *Machado de Assis, Desconhecido* e que a eleição de Magalhães fora o pagamento desta dívida.

Viriato Correia ressalta que aos 49 anos de idade Magalhães já contava com mais de 30 publicações de sucesso, sendo que seria exatamente esta produção, diga-se de passagem, não apenas vultosa, mas também de “qualidade, profundidade e composição meticulosa” a responsável pela candidatura e eleição naquela instituição.<sup>84</sup>

A produção literária de Magalhães, como visto, causava espanto em seus contemporâneos. Em 1957, com interlúdio de poucos meses, lança quatro livros, a saber, *Deodoro, a espada contra o Império* (2 vol.), *O Império em Chinelos*; *O fabuloso Patrocínio Filho* e *Antologia de humorismo e sátira*. Este conjunto correspondia a 30 mil exemplares

<sup>83</sup> CAMBARÁ, Isa. Magalhães Jr. revive a figura de Machado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de setembro de 1981. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>84</sup> Discurso do Acadêmico Viriato Correia em recepção ao Acadêmico Raimundo Magalhães Júnior. Disponível em <<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=12682&sid=302>>>. Acesso em 09 de dezembro de 2014.

disponíveis no mercado por duas importantes editoras: a Companhia Editora nacional e a Civilização Brasileira (ANDRADE, 2013, p. 55).

Plínio Barreto em 1956 resenha *O Capitão dos Andes: história pitoresca de um Caudilho*, a segunda biografia de autoria de Magalhães, a única sobre uma personalidade estrangeira. O crítico acredita que a vida de Melgarejo, repleta de “aventuras jocosas, dramáticas ou trágicas”, despertasse a “curiosidade do homem de teatro que é o sr. Raimundo Magalhães Jr.”.<sup>85</sup>

O autor comenta que o biógrafo, “procurando fazer obra de historiador”, deixou-se levar em diversas ocasiões por seus “penderos de dramaturgo”, criando diálogos fabricados, considerando este o ponto fraco da obra. Porém, a narrativa prende a atenção, os episódios centrais da vida do biografado são “evocados com fidelidade histórica”.

Nessa análise o biógrafo, até então, afamado pela sua atuação como contista, cronista e principalmente, teatrólogo, apesar de ter publicado em 1953 uma biografia de Artur Azevedo, continua com seu nome ligado à produção de dramaturgo.

É creditada à faceta de teatrólogo a elaboração de uma biografia, senão romanceada, pelo menos fortemente permeada pela criação intuitiva de diálogos, vista como influência do “homem de teatro” sobre o biógrafo.

Outro aspecto interessante no texto de Barreto é a identificação de Magalhães como alguém que *procura* realizar obra de historiador e acaba se deixar levar pelos dotes de dramaturgo, apesar de nos aspectos mais importantes da vida do biografado a ficção ter dado lugar ao cuidado com a pesquisa e o respeito pela “fidelidade histórica”.

Temos a dupla dimensão da biografia bem delineada: a composição artística a cargo da faceta do “homem de teatro” e a “fidelidade histórica” sob a responsabilidade de um autor ainda identificado com o mundo do teatro, mas que ainda assim, *procura* fazer o trabalho do historiador.

Wilson Martins confessa que jamais ouvira falar de “A Conferência dos Divinos”, texto de Antonio Ferreira Viana, de nunca ter lido por inteiro nem o “Libelo do Povo”, de Sales Torre Homem e tampouco “Ação; Reação; Transação”, de Justiniano José da Rocha.<sup>86</sup>

Estes textos são reunidos em um ensaio biográfico sob o título de *Os Três Panfletários do Segundo Reinado*, de autoria de Raimundo Magalhães. Na introdução a cada

---

<sup>85</sup> BARRETO, Plínio. Livro de ouro do banditismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 7, 22 de janeiro de 1956.

<sup>86</sup> MARTINS, Wilson. Panfletos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 6 de setembro de 1956.

panfleto, o escritor tece uma longa introdução biográfica do respectivo autor, estabelecendo a figura biografada na história política e literária da época.

Astrojildo Pereira ao se debruçar sobre este mesmo ensaio, elogia a iniciativa de retirar a poeira de textos importantíssimos pelo seu valor como documento político, histórico e literário. Pode-se afirmar que tanto para Wilson Martins quanto para Astrojildo Pereira este ensaio de Magalhães vale mais pelo esforço historiográfico do que biográfico, propriamente dito.<sup>87</sup>

Eneida, em sua coluna “Encontro Matinal”, mantida no jornal *Diário de Notícias* desde 1951, escreve um texto cujo título é; “Fabuloso...”, em referência à biografia de José do Patrocínio Filho.<sup>88</sup>

A crítica literária comenta que o título “O fabuloso...” dado à biografia cabe perfeitamente a seu autor, capaz de “lançar em quarenta dias, quatro livros”, sendo que um deles, a biografia de Deodoro figura em dois volumes, somando ao todo cerca de oitocentas e cinquenta páginas.

Eneida salienta que para escrever a biografia de Machado de Assis, Magalhães estudou por vinte anos, enquanto pesquisava sobre o biografado, aconteceu algo como a “pesquisa da pesquisa, assim os livros foram nascendo como o trigo em campos lavourados”.

Aqui cabe destacar a imagem de trabalhador incansável que se apegara ao biógrafo bem como o seu hábito de pesquisa em arquivos quando a crítica literária comenta: “Uma coisa posso afirmar como velha traça da Biblioteca Nacional: raras vezes indo lá não encontro debruçado em velhos jornais o nosso fabuloso Magalhães Junior”.

Eneida observa que não é apenas a vida de Patrocínio Filho que surge das páginas, mas a “história da época que Zeca viveu, seu meio ambiente, seus amigos”. O valor inerente ao livro é a possibilidade de se estudar não apenas a figura do biografado, mas também a história que o cercou. Raimundo Magalhães Junior é valorizado como um talentoso retratista em papel e letras, capaz de captar tanto uma personalidade quanto o tempo em que esta viveu.

No ano de cinquentenário da morte de Machado de Assis, o embaixador Barros Pimentel é convidado a colaborar com suas recordações a respeito do grande escritor brasileiro.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> PEREIRA, Astrojildo. Três Panfletários do Segundo Reinado. (Sem indicação de jornal e data). In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>88</sup> ENEIDA. O Fabuloso... *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4ª Seção (coluna “Encontro Matinal), 4 de agosto de 1957, p. 7

<sup>89</sup> De casaca e “Pince-Nez”, Machado de Assis descia do bonde no Cosme Velho. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1958, p. 19.

Entre várias anedotas lembradas sobre o autor de *Dom Casmurro*, Pimentel destaca que o conheceu quando jovem e residia com seus pais na casa ao lado da de Machado de Assis.

Sendo assim, se vê em situação privilegiada: “todos os biógrafos e estudiosos de Machado pecaram sempre na fixação da sua figura humana”, na sua visão, a vantagem que leva em relação a estes residiria em seu “contato pessoal com o homem”, ao passo que “aqueles que somente estudaram Machado” não estariam em condições de fazer um retrato fidedigno.

Aparenta que Machado de Assis usava o *pince-nez* sempre na ponta do nariz e não tão próximo dos olhos como é retratado, a barba era rala, circunscrita ao queixo e não volumosa, as roupas que usava já eram antiquadas, era tímido sem ser modesto.

Após criticar os biógrafos de Machado de Assis, Pimentel expõe uma ressalva, queria fazer referência àquele que considerava “o maior historiador brasileiro e o melhor pesquisador da obra de Machado: Raimundo Magalhães Junior”.

Segundo o embaixador, este biógrafo merecia ser valorizado em função de “sua tenacidade, de seu espírito inquisidor e de sua perseverança, que tem dado à vida intelectual do país um retrato fiel e perfeito” de Machado de Assis.

Podemos imaginar a força de uma declaração como esta entre os leitores da época. Alguém, no caso o embaixador Barros Pimentel, que convivera com o Machado de Assis e fora um observador *in loco* refuta todas as biografias sobre o escritor, salvo uma, a de autoria de Magalhães Junior, considerada pelo entrevistado como a que apresentaria um retrato à altura do biografado.

Muito se poderia discutir sobre as afirmações do embaixador, sobre se realmente estaria com plena razão ao colocar Magalhães acima dos demais biógrafos de Machado de Assis, mas fica difícil discordar do possível impacto de tais afirmações.

Em muitos textos de crítica literária, logo nas primeiras linhas, era comum o autor tecer algumas considerações preliminares mais gerais sobre o assunto em questão, em nosso caso, a temática biográfica.

Isto ocorre em texto de Antonio Olinto ao afirmar que a biografia é um gênero “de certa maneira ingrato”, por pertencer ao “plano da pura criação literária” e mesmo assim “exige pesquisas tão densas, exaustivas e exatas como as destinadas a uma obra puramente científica”.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> OLINTO, Antonio. *O Globo*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Porta de Livraria”), 13 de novembro de 1961, p. 5.

Segundo o crítico, tanto o romancista quanto o biógrafo contam uma história. Mas ao contrário do primeiro, o biógrafo realiza uma interpretação criativa controlada pela fidelidade ao documento. Ao mesmo tempo, não pode se valer de toda a documentação reunida, pois nem todos os detalhes são significativos para a narrativa biográfica.

Antonio Olinto destaca que, no Brasil de então, Raimundo Magalhães Junior seria o mestre no setor da escrita de biografias. Considera sua obra prima a narrativa da vida de Deodoro, sendo que nesta, “atingiu a estabilidade de um retrato bem traçado e cuidadoso”.

As considerações do crítico, ao comentar a biografia de Cruz e Sousa, recém lançada pelo autor sob encomenda da Editora Edameris em comemoração do centenário de nascimento do poeta brasileiro, permitem-nos identificar alguns aspectos valiosos do debate acerca da biografia em nosso país no período de atuação de Magalhães Junior.

O primeiro ponto a ser destacado é o comentário do crítico sobre a biografia constituir um gênero espinhoso devido à sua condição híbrida: apesar de ter suas raízes fincadas na literatura, não deixa de exigir um cuidadoso trabalho de pesquisa, e, mesmo abrindo espaço para a criação, não permite que o biógrafo se valha de sua imaginação além dos limites impostos pelo documento, ou seja, trabalha com um regime de verdade interpretativa.

O segundo ponto, trata-se do reconhecimento da obra biográfica de Magalhães e o seu autor rotulado como um “mestre” neste gênero de escrita. Em um período de menos de uma década, Raimundo Magalhães alcançara, aos olhos de um crítico exigente como Antonio Olinto, uma estabilidade na escrita de retratos biográficos.

Em 24 outubro de 1961, um texto bem curto e sem assinatura é veiculado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. O texto se debruça sobre a biografia de Cruz e Souza e destaca três aspectos positivos da obra: a fundamentação em documentos rigorosamente pesquisados e inéditos; a narrativa da vida e do tempo do biografado; e por último, o encaixe da produção poética no contexto de vida do autor, o que traz uma sensação de acompanhar a curso de vida e também a trajetória criativa do poeta.

Antonio Olinto volta a resenhar uma biografia de Raimundo Magalhães, o livro analisado dessa vez é a biografia de Artur de Azevedo, em terceira edição, “refundida e aumentada”. No começo do texto, Olinto recorda uma conferência sua na Universidade de Columbia, em Nova York.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> OLINTO, Antonio. O tempo e a Vida de Artur. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 de maio de 1966.

Nesta conferência, Olinto afirma ter discorrido sobre a importância da obra de “pesquisador, historiador e ensaísta de Magalhães Junior”. Ao se deparar com a biografia de Azevedo reeditada, o crítico se recorda do simpósio nova-iorquino.<sup>92</sup>

O autor do texto destaca que por meio da narrativa da vida do protagonista, aparece a história social do Brasil e principalmente de um Rio de Janeiro em tempos de mudanças, muitas delas sob influência do próprio biografado.

Olinto chama a atenção que os personagens das biografias assinadas por Raimundo Magalhães “não são pessoas mortas, mas personagens vivos”, afirmando que “é como se tudo revivesse”. O crítico vai além: “eu diria que Magalhães Junior escreve biografias como quem fizesse um romance, isto é, dá a um gênero mais ou menos parado a agitação ficcional dos que inventam histórias”. Todavia, “sem perder – ou, ao contrário, aumentando – a precisão científica de suas pesquisas”.

A primeira coisa a se destacar da análise de Antonio Olinto é a observação do crítico de que a terceira edição da obra seria “refundida e aumentada”. Poderia ser um dado apenas informativo, não fosse uma característica marcante em Raimundo Magalhães: a sua preocupação constante em continuar pesquisando sobre determinada personalidade mesmo depois de publicada a sua biografia a fim de realizar acréscimos ou revisões em possíveis edições futuras.

Outro aspecto digno de menção é que em 1956, como visto, Plínio Barreto considera Raimundo Magalhães mais pelo viés de um teatrólogo que *procura* fazer obra de historiador do que o de um historiador propriamente dito.

Todavia, Antonio Olinto, já em 1952 por ocasião de sua visita aos Estados Unidos, faz uma declaração identificando Magalhães como “pesquisador, historiador e ensaísta”. Pode parecer preciosismo, mas vale destacar que não se trata apenas de uma denominação qualquer, o fato de ser considerado não “apenas” um biógrafo, mas também um historiador, eleva a consideração pela obra, uma vez que a onda das biografias históricas estava percorrendo as praias literárias brasileiras no período de atuação de Raimundo Magalhães Junior.

Passaram-se alguns anos desde 1952, ocasião da conferência internacional de Olinto, passando pela apreciação de Barreto em 1956, até chegar a 1966, e o biógrafo parece ter consolidado, aos olhos da crítica, a vertente historiográfica do seu texto biográfico.

---

<sup>92</sup> A conferência a que se refere Antonio Olinto ocorreu, provavelmente, durante o período que o escritor usufruiu de um convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos para que percorresse o país em 1952 fazendo uma série de conferências sobre a cultura brasileira.

Assim como Barreto, Olinto também ressalta o matiz literário da escrita biográfica de Magalhães, mas ao contrário do primeiro, não encontra nenhum tipo de problema nesta abordagem, pelo contrário, é justamente a vertente literária a responsável por engrandecer o trabalho de pesquisa.

Antonio Olinto entende que a biografia deve se valer de suas raízes fincadas na literatura e retirar disto o maior proveito: a seleção cuidadosa do material pesquisado, o recorte de momentos realmente significativos, criando uma narrativa envolvente pela “agitação” própria do romance, do drama, sem se descuidar da “precisão científica”.

O crítico, ao afirmar que a biografia de Artur Azevedo é também uma janela para o tempo do biografado, reforça o seu pensamento de que a obra de Magalhães Junior é a narrativa de uma vida por meio da qual há a possibilidade de se estudar uma época, o que faz de seu autor um “pesquisador”, um “historiador” e um “ensaísta”.

Josué Montello, no artigo que mencionamos anteriormente e que leva o título “Uma vida romanesca”, tece alguns comentários sobre a biografia de Artur Azevedo e levanta a hipótese de que o biógrafo se deparara com o biografado em suas constantes pesquisas em fontes ligadas à história do século XIX no Brasil.<sup>93</sup>

Não só se encontraram, como o escritor “cedeu ao propósito de lhe contar a vida e historiar a época”. Quanto ao estilo, Montello observa que o biógrafo segue a “linha das grandes reportagens jornalísticas”, em que consegue unir as ferramentas da função enquanto jornalista e o talento de homem de letras.

Podemos elencar algumas das características que os contemporâneos identificavam em Magalhães Junior: do historiador, a tenacidade para a pesquisa; do jornalismo, o estilo leve e envolvente; da experiência de escritor, a “alma” de literato.

Montello observa que fora o próprio Raimundo Magalhães quem lhe enviara um exemplar da biografia, que por sinal, em nova edição contava com acréscimos do autor. Esta observação deixa entrever a faceta do biógrafo revisor, que após escrever uma narrativa de vida, continuava pesquisando sobre o seu protagonista com o objetivo de realizar acréscimos em possíveis reedições futuras.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> MONTELLO, Josué. Uma vida romanesca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 5 de maio de 1966.

<sup>94</sup> Raimundo Magalhães Junior tinha o hábito de enviar livros de sua autoria para críticos e amigos. Todavia, em Raimundo Magalhães este hábito era uma espécie de ritual, não se tratava apenas de interesse de divulgar sua obra entre aqueles que dispunham da pena da crítica, o biógrafo chegava a enviar livros para fora do Brasil, como presente para amigos e colegas de ofício. Sobre este aspecto ver Pasta CP (Correspondência Pessoal), arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.



Eduardo Portella, ao analisar a biografia de Olavo Bilac escrita por Raimundo Magalhães, afirma que o protagonista é “dramaticamente atirado contra o espelho do tempo”.<sup>95</sup>

Assim como Olinto e Barreto, Portella também concede amplo destaque para os dotes literários do biógrafo. O autor do artigo compartilha a ideia de Olinto no tocante à vertente literária presente nas biografias de Magalhães ressaltarem o trabalho de pesquisa, as escolhas de determinados episódios e os recortes na documentação.

Segundo o autor, o teor literário, no caso de Magalhães, confere movimento à narrativa, cria um clima de “ressurreição” do biografado, pela capacidade do biógrafo em dosar a criação e o trabalho de pesquisa.

O crítico ressalta que não apenas a vida, mas também o tempo do biografado é reconstituído pelo biógrafo. Reforçando a ideia de um biógrafo historiador. Segundo Portella, o Bilac que “emerge destas páginas é um personagem de carne e osso, com suas grandezas e suas misérias, intimamente comprometido com a moldura da época”.

Eduardo Portella louva o compromisso de Magalhães de não criar um monumento impecável, “perigo inerente ao gênero” biográfico, pelo contrário, o biógrafo é elogiado por humanizar Bilac, retratando-o em suas contradições e paixões.

Antonio Olinto, sobre esta mesma biografia, afirma em sua tradicional coluna “Porta de Livraria” que o retrato biográfico de Bilac efetuado por Magalhães “pega o homem, sua obra e seu tempo, num estilo direto, sem literatice, sem demasiados apegos ao retratado, mas também sem desapegos”.<sup>96</sup>

O título do texto de crítica é sugestivo: “Eis o verdadeiro retrato de Bilac”, indicando que quaisquer outras apostas biográficas sobre o mesmo personagem estariam fadadas a serem superadas pelo trabalho assinado por Raimundo Magalhães.

Olinto segue a linha de pensamento de Portella no tocante ao autor realizar uma obra na qual a figura central é humanizada ao mesmo tempo que ao seu redor a época em que viveu é reerguida.

Tanto Antonio Olinto quanto Eduardo Portella exaltam o “desapego” do biógrafo em relação ao biografado, apontam que o autor procura construir uma narrativa em que os acertos e os erros são relacionados, mas com a seguinte ressalva: desapego não significa falta de admiração, mas sim uma certa neutralidade, ausente no “biógrafo comum”.

---

<sup>95</sup> PORTELLA, Eduardo. Linguagem e ideologia. *O Globo*, Rio de Janeiro, Literatura, 2 de junho de 1974, p. 9.

<sup>96</sup> OLINTO, Antonio. Eis o verdadeiro retrato de Bilac. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 3 de abril de 1974.

Se existe o “biógrafo comum”, haveria o acima da média, rol no qual estaria inserido Magalhães Junior. Apesar de Antonio Olinto não mencionar o termo “historiador”, fica subentendido que o biógrafo realiza este tipo de trabalho ao retratar também a época: finais do século XIX e começo do século XX, período dos literatos que cercaram Machado de Assis, tempo de labor em torno do projeto e realização de uma Academia de Letras no Rio de Janeiro, tempo da campanha abolicionista e do advento da República, tudo isto convertido em um painel cujo foco privilegiado para observação é a vida de Bilac.

Fausto Cunha em “A poesia e os tempos de Olavo Bilac”, considera Magalhães uma autoridade no período que vai de meados do século XIX até as primeiras duas décadas do século XX, visto o muito que pesquisara e transforma em livros, como as biografias de Rui, de Machado de Assis, de José do Patrocínio, de Cruz e Sousa, de Artur Azevedo e a mais recente, na época, a de Bilac.<sup>97</sup>

O crítico assevera que apesar de o poeta ter sido alvo de muitos biógrafos e de estudiosos, as informações contidas em tais livros nem sempre são fidedignas, “muita coisa vem envolvida em suposições e literatice”.

Contudo, segundo o autor, Raimundo Magalhães fizera as suas próprias pesquisas e o resultado aparece desde as primeiras páginas com as correções de erros de outros biógrafos. Além de refazer o quadro da época em que viveu o poeta, o biógrafo assume também o trabalho de crítico ao refazer o caminho percorrido pelo protagonista em sua criação poética.

Oscar Mendes no *Estado de Minas*, aborda esta biografia de Bilac e também destaca a operosidade tão característica a Magalhães, elenca as várias biografias escritas por ele até então como fruto do seu infatigável trabalho, apesar das dificuldades de se pesquisar no Brasil visto a que a “indiferença e o desprezo pelos papéis e documentos antigos chegam a extremos verdadeiramente criminosos”<sup>98</sup>.

Assim como vários críticos, ensaístas, jornalistas e literatos, entre eles Fausto Cunha citado logo acima, Mendes reitera a tenacidade de Magalhães Junior e o veio revisionista que habitava seu estilo de escrita, o seu não contentamento com o que outros biógrafos afirmavam e se encarregando de realizar a sua própria pesquisa.

O crítico aponta também o caráter deveras polemista de muitas de suas obras biográficas e o seu compromisso mais com a “verdade do que com os Platões”. Ele elogia a

---

<sup>97</sup> CUNHA, Fausto. A poesia e os tempos de Olavo Bilac. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Guia Quinzenal de Ideias e Publicações, 6 de abril de 1974, p. 1.

<sup>98</sup> MENDES, Oscar. Bilac e sua época. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 de abril de 1974. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

lealdade do biógrafo para com a empreitada de reproduzir um retrato humano do biografado, sendo que em meio à farta documentação que embasa a narrativa, salta o personagem vivo, repleto de contradições, amigos, inimigos, pontos altos e baixos.

Haroldo Bruno é o mais enfático defensor da ideia de que a obra biográfica de Raimundo Magalhães se funde com o trabalho historiográfico. Segundo o crítico, isto se deve ao afastamento que o autor propõe de uma narrativa cronológica, descritiva e linear.<sup>99</sup>

O ingrediente mais importante da metodologia do biógrafo, segundo Bruno, seria o zelo pela pesquisa, sempre com elementos novos e em interpretações originais. A pesquisa amplamente levada a cabo garante a reunião de uma massa descomunal de documentação que é então trabalhada, refinada e lapidada em seu estado bruto por um escritor paciente, que metaboliza e assimila a fim de transmitir ao leitor suas interpretações.

Segundo este crítico, a obra biográfica de Magalhães dificilmente traria satisfação a um leitor que procurasse apenas uma “dramaticidade episódica”, já que o compromisso do biógrafo vinha se mostrando ser para com o documento, para com as marcas mais profundas deixadas pelo biografado e não para com as futilidades corriqueiras ou para com as anedotas dos amigos.

Lausimar Laus, ao se debruçar sobre a biografia de João do Rio, comenta que Magalhães com esta obra além de conseguir refletir o “homem e uma época” ainda “alarga os horizontes para pesquisa dos que se dedicam à difícil arte de escrever biografias”.<sup>100</sup>

A crítica literária destaca as diversas ocupações do biógrafo: membro da Academia Brasileira de Letras, mestre em crítica, jornalista, teatrólogo, contista, pesquisador histórico, um “escritor invejável e invejado”.

Laus recorda que fora colega de trabalho do biógrafo na revista *Manchete*, sendo testemunha do seu “talento criador e de sua capacidade de trabalho”, mas seria na *Revista da Semana*, que ela o conheceu um pouco melhor.

Segundo a autora, a estrutura da biografia em análise prende a atenção do leitor, que “mergulha no livro” como se estivesse lendo um romance. Mas ressalva que apesar do estilo envolvente, o conteúdo da pesquisa nunca é adulterado.

A dramaticidade da narrativa fica por conta da sensibilidade do biógrafo em extrair do documento as informações sem que com isso crie uma cópia, dando a estas informações um tratamento literário fidedigno para com a pesquisa.

<sup>99</sup> BRUNO, Haroldo. Onde o crítico completa o biógrafo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 21 de setembro de 1975.

<sup>100</sup> LAUS, Lausimar. O novo livro de Magalhães Junior. *O Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Suplemento Literário, 4 de agosto de 1979. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que retrata João do Rio, o biógrafo também ofereceria ao leitor um panorama da época. Lausimar Laus aponta ainda, que o autor consegue captar algo do passado do biografado que continua no presente em que escreve: “uma peculiaridade bem nossa, a da bajulação sem limites (...) de quem vai liderar os destinos do país”.

H. Pereira da Silva, também sobre a biografia de João do Rio, comenta sobre a facilidade com que o biógrafo prende o leitor com uma narrativa ágil, que humaniza o biografado e que abre uma panorâmica da época do biografado e a sensação é de se estar caminhando pelas mesmas ruas, praças e avenidas, de poder se encontrar com os contemporâneos do protagonista e de reviver a *Belle Époque*, além.<sup>101</sup>

Em geral muito calado a respeito de sua metodologia biográfica, Raimundo Magalhães Junior concede entrevista a Tânia Goes pouco antes de a Editora LISA a coleção “Homens e Épocas das Letras e das Artes Brasileiras”.

O autor revela que quando surgiram as biografias de André Maurois sobre Shelley, Disraeli, se interessou muito e passou então para outros biógrafos, como Strachey. Percebeu que muitas personalidades brasileiras não eram bem conhecidas por faltar quem as biografasse: “passei então a aplicar o método de Strachey na biografia brasileira, que era o de eu me preocupar ao mesmo tempo com a figura biografada, com o ambiente da época e com os acontecimentos históricos do seu tempo”.<sup>102</sup>

Em uma outra entrevista, desta vez para o suplemento literário do jornal *Correio da Manhã*, ao ser indagado sobre como desenvolvia suas pesquisas, Raimundo Magalhães responde: “Pesquisa não só as vidas, mas o meio, a época, as relações”.

E confirma ainda a faceta revisora de sua metodologia biográfica: “quando procuro uma coisa às vezes acho outra. Ainda há pouco, quando pesquisava a vida de Bilac, descobri uma nova poesia ignorada de Álvares de Azevedo, que sairá na terceira edição do livro que lhe consagrei”.<sup>103</sup>

Como dito, é fato raro Magalhães expressando-se sobre o seu método biográfico. Por mais que a crítica literária de um modo geral identificasse em seu biografismo uma renovação no gênero, pela maneira como dosa a narrativa da vida e o quadro histórico em que estava

<sup>101</sup> SILVA, H. Pereira da. A vida vertiginosa de João do Rio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1979. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>102</sup> GOES, Tânia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1970. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>103</sup> R. Magalhães Junior: o biógrafo recompensado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Literatura, 11 de dezembro de 1972, p. 5. In Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

inserido o biografado, é gratificante poder “ouvir” do próprio biógrafo sobre as fontes de suas inspirações, sobre os seus modelos metodológicos.

Exemplo disto, é quando o escritor comenta que foi inspirado em Strachey que procura entretecer a vida, o ambiente e os acontecimentos históricos do tempo do protagonista. Na mesma entrevista, o biógrafo aponta os endereços de suas fontes: Museu Imperial de Petrópolis, Arquivo Nacional, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era membro, na Biblioteca Nacional e no Arquivo e Biblioteca da Academia Brasileira de Letras.

O biógrafo se valia também de sua rede de contatos no mundo literário, jornalístico, editorial, confrades na ABL, no IHGB, para obter documentos, entrevistas com pessoas ligadas de alguma forma à figura que por ventura estivesse biografando.

A inter-relação das análises, opiniões e depoimentos da crítica literária sobre o biografismo de Raimundo Magalhães Junior apresentadas aqui são apenas uma parcela do volume total de material produzido e veiculado pelos periódicos da época.

Contudo, julgamos que os textos analíticos relacionados são suficientes para nos oferecer um panorama do teor das discussões que movimentaram diversos intelectuais, jornalistas, críticos, escritores, ensaístas que se debruçaram sobre as biografias assinadas por Raimundo Magalhães Junior.

Apesar de a quantidade de material produzido ser consideravelmente vultosa, elencamos os textos mais significativos, que expunham uma opinião original ou compartilhada, a fim de compor um mosaico com uma imagem daquilo que os contemporâneos pensaram sobre a escrita biográfica do autor.

Márcia de Almeida Gonçalves é bastante feliz ao apontar que algumas explanações da crítica literária da época em que a obra de Octávio Tarquínio foi publicada acaba por realizar diagnósticos de um “estado atual das questões” concernentes ao debate do fazer biográfico.<sup>104</sup>

O mesmo pode-se afirmar acerca da crítica literária no período de 1950 a 1970, uma vez que esse debate não cessou, mas adquiriu novos contornos à medida em que outras questões foram discutidas e antigas indagações continuaram em pauta.

Vale ressaltar, como argumentamos ao longo deste capítulo, que a principal diferença entre os anos 1930-40 e 1950-70 quanto às opiniões veiculadas pela crítica literária seria com relação à maneira como a biografia foi discutida.

---

<sup>104</sup> GONÇALVES, 2009, p. 107.

Em relação aos anos 1930-40, como demonstrado por Gonçalves (2009), houve um debate em torno de uma proliferação de biografias como um fenômeno não apenas quantitativo, mas também associado a um intenso debate acerca da renovação do gênero, sob a chave de uma biografia moderna ou romanceada.

Já no período em que Raimundo Magalhães Junior atuou com sua escrita biográfica, nas décadas de 1950 a 1970, o eixo da discussão foi sobre esse gênero enquanto uma modalidade de escrita da história, mais especificamente, uma biografia histórica em detrimento de uma biografia romanceada.

Vale notar, que o próprio Octávio Tarquínio de Sousa, como tivemos oportunidade de relacionar a sua opinião e como também demonstrado por Gonçalves (2009), procurou se distanciar da modalidade de biografia romanceada tão em moda no período em que escreveu suas histórias de vida, sendo que o próprio Raimundo Magalhães em determinada oportunidade, como vimos, elogiou a opção de Tarquínio de Sousa por uma biografia histórica.

Gonçalves (2009, p. 151, grifos do autor) afirma que este biógrafo produziu biografias históricas, ou seja, “narrativas de vida limitadas pela fidelidade ao *curriculum vitae* do biografado, presas à metodologia de trabalho do historiador, e afastadas das liberdades do romancista ou dos artífices do suprarreal”. Todavia, aparteia Gonçalves (2009, p. 151), Octávio Tarquínio soube também fazer uso de uma narrativa “temperada pelo valor literário”, contribuindo para a renovação do gênero biográfico.

Como conclusão preliminar, podemos destacar que Raimundo Magalhães Junior foi avaliado como escritor de biografias históricas, no sentido do que foi caracterizado por Antonio Candido, isto é, um gênero cujo objetivo é a compreensão do papel da personalidade e, através dele, da época; uma técnica para interpretar a história e os fatos sociais a partir das perspectivas dos indivíduos neles envolvidos.

Ou ainda, como pressupõe José Honório Rodrigues, que o biógrafo não deveria individualizar o processo histórico, mas situar o biografado no tempo em que viveu e explorar as redes de poder às quais esteve ligado, mapeando como influenciaram e foram influenciados na e pela sociedade na qual estiveram inseridos.

Vale lembrar que Paulo Rónai comenta que Magalhães sempre conseguira equilibrar a difícil dosagem entre história pública e história privada e que Antonio Olinto, sem meias palavras, o define como um “mestre” na escrita de biografias e também historiador.

Andrade (2013, p. 12) afirma que a obra biográfica de Raimundo Magalhães

transita por uma produção intelectual diversificada (na dramaturgia, literatura, tradução, imprensa), produzida mais fortemente entre as décadas de 1950 e 1970. Ela continua atual. À primeira hora, pela qualidade do seu texto conciso, com ar de reportagem, e à reflexão posterior, pela escrita mais próxima da narrativa historiadora a partir de questões de interesse para uma História da cultura no Brasil. Também chama muita atenção o conjunto documental pesquisado, além do tratamento interpretativo que oferece do seu presente sobre a sociedade brasileira do século XIX.

Raimundo Magalhães Junior ficou famoso como escritor polêmico, acusado de ter gosto por posições anticonservadoras e muitas vezes na contramão de seus contemporâneos, confrades e colegas de trabalho, como exemplo, os da Academia Brasileira de Letras, e os do jornalismo.

Meticuloso ao extremo em suas pesquisas, revisor intransigente de obras suas e alheias, norteado sempre pela perspectiva de compreender melhor a sociedade brasileira de seu tempo a partir do exame histórico do período de transição da Monarquia para a República, como poderemos refletir com base nas biografias aqui analisadas.

Conforme as impressões de seus contemporâneos, a imagem projetada, comentada, compartilhada de Raimundo Magalhães Junior, como destaca José Condé, é a do trabalhador incansável, pesquisador nato, revisor intransigente de si mesmo e dos outros, autor bissexto, historiador e literato por excelência, possuidor do hábito de nunca parar de pesquisar sobre um biografado, seja pelo gosto da pesquisa, seja pela oportunidade de efetuar acréscimos em futuras reedições.

Josué Montello avalia que as histórias de vida assinadas por Raimundo Magalhães são tributárias de algumas facetas próprias deste biógrafo: do historiador, a tenacidade para a pesquisa; do jornalista, o estilo leve e envolvente; da experiência de escritor, a “alma” de literato.

No capítulo que se segue o nosso objetivo é chegar mais perto da metodologia utilizada por Raimundo Magalhães Junior em sua operação biográfica, parodiando o termo cunhado por Certeau (1982) em referência ao trabalho do historiador.

Nos moveremos com perguntas como: qual a história editorial das biografias enfocadas (onde foram publicadas, dentro de quais projetos editoriais, intelectuais e políticos)?; qual a circulação dessas biografias?; quais referências intelectuais fomentavam esses escritos biográficos?; quais as fontes utilizadas? São estas questões principais, o nosso norte na reflexão de como se deu a escrita da história nas narrativas biográficas de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e José do Patrocínio.

### Capítulo 3 – A operação biográfica em Raimundo Magalhães Junior: os retratos de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e José Do Patrocínio.

Raimundo Magalhães Junior, como vimos no capítulo anterior, procurou escrever retratos biográficos assumindo o desafio de *pari passu* contar a história de uma época. As narrativas de vida desenvolvidas por esse autor estão cuidadosamente ancoradas na superfície irregular, diga-se de passagem, do terreno histórico do tempo em que viveram os seus protagonistas.

A base da operação biográfica de Magalhães Junior é a pesquisa nos arquivos e, caso fosse possível, entrevistas com familiares, amigos, colegas de trabalho e contemporâneos do biografado.

Tivemos a oportunidade de relacionar diversos depoimentos de contemporâneos que reforçam a ideia de um biógrafo que destinava uma parcela considerável de seu tempo para o garimpo de fontes em arquivos como os da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Museu Imperial de Petrópolis, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Seria valioso, para a nossa análise, destacarmos algumas considerações que o próprio Raimundo Magalhães Junior expressa sobre as suas andanças pelos arquivos. O autor assina um texto, publicado no *Anuário Brasileiro de Literatura* de 1940, intitulado “Preciosidades bibliográficas ignoradas da Biblioteca Nacional”, no qual afirma o seguinte:

Na Biblioteca Nacional, de que, desde o ano de 1923, me fiz assíduo leitor, e onde entrei no conhecimento da obra literária de Dickens, Daudet, Anatole France, Balzac, Zola, Flaubert e outras figuras na época quase ignoradas pela minha adolescência de sertanejo, tenho encontrado muitas vezes preciosidades bibliográficas que nunca sonhei ali existirem. Verdade é que há, em certos assuntos, uma catalogação muito deficiente, muito confusa. Muitas vezes tenho contribuído para melhorar a classificação de certas obras. Tenho encontrado biografias nas seções de romances, e romances na seção de biografias. Não raro, os encarregados da fichagem dos livros tomam a nuvem por Juno, e catalogam, por exemplo, “Memórias do escrivo Isaiás”, na seção de “Memórias”, em vez de o fazerem na de “Romance”, e nessa seção é bem possível que um dia venha a ser encontrado “Nilo – o romance de um rio” de Emil Ludwig. Mas, para os iniciados, os leitores hábeis, que sabem prevenir essas possíveis trocas e confusões, é ainda um lugar delicioso para leitura, e sobretudo sossegadíssimo. Pena é que o horário noturno seja tão limitado, quando poderia ir até às 11 horas, e que aos domingos e feriados, – que são os dias em que os leitores ocupados em empregos durante o dia podem aproveitar melhor o seu tempo, – fique o expediente limitado a quatro horas apenas. [...] São



preciosidades bibliográficas que muita gente, – mesmo esses parentes das traças que são os amantes de preciosidades do gênero, – decerto ignora que ali existam.<sup>105</sup>

Segundo o depoimento do autor, ficamos sabendo que data do ano de sua chegada ao Rio de Janeiro em 1923, quando tinha 17 anos, a sua presença assídua nos recintos da Biblioteca Nacional.

Uma quase onipresença se dependesse apenas dele, já que reclama uma extensão do horário de funcionamento da instituição e sugere para o período noturno o fechamento às 23 horas e que nos finais de semana e feriados fosse prolongado o expediente para além do total de 4 horas de funcionamento.

Ao tocar na questão do funcionamento da Biblioteca Nacional, o escritor deixa transparecer a imagem do trabalhador incansável, que se dedicava à diversas atividades diárias e exigia da instituição um horário mais flexível para que pudesse pesquisar com maior dedicação não apenas à noite, mas também nos finais de semana e feriados.

É um leitor voraz, que ao se recordar dos primeiros contatos com o acervo da Biblioteca a imagem que lhe vem à mente é a do rapaz sertanejo praticamente ignorante dos autores clássicos, principalmente da literatura francesa, desejoso de retirar o atraso da leitura.

Do autor, é possível perceber a faceta revisora, inconformada com equívocos e pronta a sugerir correções até mesmo no sistema de classificação de componentes do acervo, como os livros erroneamente distribuídos pelas prateleiras.

Magalhães não apenas se incomodava passivamente com imprecisões, mas tratava de entrar em ação: nesse caso, sugerindo melhorias na classificação dos volumes constantes do acervo da Biblioteca Nacional.

Anos mais tarde, em uma entrevista concedida em 1957, o biógrafo confirma a imagem de um pesquisador cuidadoso e interessado em desbravar arquivos, principalmente os intocados, mas rejeita os qualitativos de “extraordinário” e “espantoso” dados à sua atividade:

O que acontece é que tenho o hábito de trabalhar e fico profundamente entediado, se não faço alguma coisa. Há oito anos, eleito vereador, passei a ter períodos de férias legislativas, de três meses, que em geral passo em Petrópolis, numa modesta cabana do bairro do Valparaíso. Ali aproveito o meu tempo o melhor que posso e tive a fortuna de descobrir tesouros quase indevassados no Museu Imperial, cujos arquivos ainda estão, em grande parte inéditos. De lá saiu, inteiro, o volume *D. Pedro II e a Condessa de Barral*, com quase 300 cartas do imperador, comentadas e anotadas. Em *O Império em chinelos*, para citar outro exemplo, volume de *petite histoire*, verá que há muitas referências ao Museu Imperial. Vejamos: no capítulo “A cidadania do

<sup>105</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Preciosidades bibliográficas ignoradas da Biblioteca Nacional. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940, pp. 161-162.

Capanga de D. Carlota”. É um assunto que me apaixonou quando era mocinho e só me libertei dele quando escrevi a peça *Carlota Joaquina*, [...] Ali focalizei a morte misteriosa de D. Gertrudes Pedra Carneiro Leão, morte atribuída a D. Carlota Joaquina. Ora, nenhum dos que se ocuparam do fato, como Vieira Fazenda, Henrique Leal, Moreira de Azevedo e outros, explicara quem era o tal capanga, nem qual fora o seu destino. Levantei, no Museu Imperial, documentação que prova ter ele fugido para a África, de onde só voltou depois da queda de D. Pedro I. E, mais, seu nome não era Orelha, mas Orelhas. E como esse posso citar muitos exemplos ainda. Chega, porém, de falar de *O Império em chinelos*. Basta acrescentar que esse livro apareceu como resultado de um lento processo de documentação.<sup>106</sup>

Algumas estratégias de produção intelectual podem ser notadas no trecho citado acima. Segundo Werneck (2006, p. 26), há, em primeiro lugar, um processo de migração oportuna entre espaços e tempos diferentes: da residência no Rio de Janeiro para a casa de veraneio em Petrópolis e desta para o Museu Imperial. Assim como no Rio de Janeiro, saía da Câmara dos Vereadores e atravessava a praça para a Biblioteca Nacional; de uma sessão na Academia Brasileira de Letras, se dirigia para a redação da revista *Manchete*.

Werneck (2006, p. 26), entrevê nesses trajetos diários ou periódicos, em constante contato com os arquivos, uma postura diferente da empregada pelos transeuntes urbanos que, enquanto leitores, agem com uma espécie de cegueira intelectual diante das práticas urbanas, como permite entender a reflexão de Certeau (1998, p. 171).

Segundo a autora, ocorre o contrário: Raimundo Magalhães cria uma

(...) disciplina observadora, de modo a fazer uma grande economia de todas as informações que recolhe nos acervos. A errância entre documentos, artigos de jornal, cartas e outros papéis responde a certas astúcias, uma forma de inteligência sempre mergulhada na prática. [...] Com astúcias da inteligência, R. Magalhães Junior dá a um feixe de informação várias formas diferenciadas: a peça de teatro, o compêndio epistolar, a biografia, mas ainda guarda munição para outra prática, a do revisionismo histórico. [Esta prática] toma proporções estruturantes na maior parte de suas biografias, que surgem com a intenção de corrigir informações, desmontar mitos, criar uma luta entre admiradores de uma personalidade artística. Estabelecem-se, dessa forma, redes de vigilância que se voltam, em alguns casos, contra o próprio biógrafo, que se obriga a corrigir e aumentar seus textos produzindo não só vários livros em torno de um mesmo autor [...] como sucessivas edições, revistas e aumentadas. [...] Mas o preço da fidelidade obsessiva pelo arquivo, o preço do poder sobre a verdade é a falta de narratividade romanesca. (WERNECK, 2006, p. 26)

Na entrevista supracitada, o biógrafo revela que o seu interesse pela figura de Machado de Assis correu o risco de ficar perdido em uma ou outra conferência ou em meia dúzia de artigos de jornais que provavelmente ficariam sepultados nas coleções dos periódicos. Em suas palavras: “Foram os conselhos de minha esposa, Lúcia Benedetti, que me levaram a optar pelo livro, abertamente revisionista” sobre o bruxo do Cosme Velho.

<sup>106</sup> Que se passa com R.M.J.? 4 livros em 40 dias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1957, 1º Caderno, p. 14.

Raimundo Magalhães Junior explica que o surgimento simultâneo de quatro livros de sua autoria seria em função tanto do seu empenho para com a pesquisa, o hábito de trabalhar muito e também a figura do amigo e editor Ênio Silveira, que ao mesmo tempo em que editava suas obras também incentivava o desenvolvimento de livros inéditos e oferecia suas valiosas indicações para protagonistas em potencial para as biografias, como a de José do Patrocínio Filho, que o autor garante ter escrito em apenas 30 ou 40 dias.

O curto prazo para a confecção de uma biografia como a de Patrocínio Filho se deu em razão da ampla pesquisa realizada pelo autor no Brasil, entrevistas com amigos e conhecidos do biografado, e em Londres, por meio das relações do Itamarati.

Esse depoimento indica um autor cuidadoso com a pesquisa, como as entrevistas, que caracterizam uma valorização de fontes orais; segundo ele próprio, guiado sempre pelo faro jornalístico a fim de confrontar depoimentos de diversas fontes. Além disso, um pesquisador zeloso, que se desloca do Brasil à Inglaterra, que se vale de suas redes de relações nos altos escalões da diplomacia brasileira a fim de obter a documentação sobre o biografado nos arquivos ingleses.

Em outra entrevista, o biógrafo ao ser questionado se o seu dia tinha 48 horas responde que

O dia dura 36 horas, quando sabemos esticá-lo por ambas as extremidades. Uma consiste em acordar cedo. Felizmente, contento-me com 4 ou 5 horas de sono, quando não estou em férias, isto é, sem projetos urgentes para realizar. Às 6 horas da manhã, escovo os dentes, faço a barba, tomo café e leio pelo menos dois jornais, para saber o que se passa no mundo e no Brasil. Quando trabalho para os outros, chego sempre cedo e procuro ser rápido, a fim de me desprender também cedo da máquina de escrever. Então, posso aproveitar o período de 4 horas em diante para pesquisas na Biblioteca Nacional e outros lugares e visitas a livrarias no Centro e em Copacabana. No verão, as pesquisas, em geral, são no arquivo de biblioteca do Museu Imperial, em Petrópolis, onde tenho uma pequena casa.<sup>107</sup>

Na mesma matéria, indagado sobre qual conselho daria aos jovens escritores baseando-se em sua produção prolífera e altamente qualificada, o autor reponde: “Talvez o melhor fosse dizer: ‘Não aceite conselhos. Viva a vida à sua maneira’”. Como o entrevistador insistisse, meio a contragosto aconselha:

Leia o melhor e também o pior, para poder comparar, criticar, optar. Não tenha medo de pensar coisas novas. [...] Mas nunca tente ser novo por imitação, por adesão a fórmulas ou esquemas da moda. Nada mais triste, no mundo, que ser um carbono, seja um carbono de Marcel Proust ou de Guimarães Rosa.

---

<sup>107</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O dia de 36 horas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, 9 de outubro de 1974, p. 4.

Os relatos em primeira pessoa do biógrafo são valiosos, uma vez que ao se permitir comentários autobiográficos ele expressa sua opinião sobre a imagem que seus contemporâneos construíram sobre ele: o leitor voraz, o pesquisador zeloso e interessado, o trabalhador múltiplo e infatigável, o revisor intransigente.

As entrevistas revelam também um autor que não concordava totalmente com a imagem construída sobre ele: de alguém com uma capacidade de trabalho acima da média ou uma inteligência superior.

Poderia se afirmar que em situações como essa o biógrafo seria tomado por acessos de demonstrações públicas de falsa modéstia. Todavia, não acreditamos nessa possibilidade, uma vez que Magalhães não nega que a sua produção intelectual fosse vasta, que cultivava um hábito revisionista extremado ou que se desdobrava em diversas frentes de pesquisa.

Na verdade, ele justifica as obras seguidamente publicadas em função do hábito de acordar cedo e dormir tarde, além da curiosidade que o motivava a sempre estar às voltas com os arquivos.

O autor parece naturalizar uma rotina longa de trabalho que se iniciava nas redações dos jornais, prosseguia à tarde na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, entre outros locais de pesquisa. À noite e nos finais de semana o material pesquisado era lido, selecionado, analisado e empregado nos projetos literários em andamento, sendo que as informações não utilizadas eram arquivadas para trabalhos futuros. Vale lembrar que durante as férias o biógrafo dedicava também o seu tempo à pesquisa e à escrita na casa de veraneio de Petrópolis.

Quando as biografias assinadas por Raimundo Magalhães começaram a surgir na década de 1950 juntamente com outras obras de sua autoria, apesar de a imprensa e de alguns de seus contemporâneos se mostrarem surpresos com sua operosidade, ele explica que há 30 anos, enquanto pesquisava para escrever contos, percebeu que poderia utilizar o material levantado nos arquivos para escrever peças para o teatro.

Em seguida, chegou à conclusão de que as pesquisas para as peças poderiam servir para a elaboração de livros com temática historiográfica, como *O Império em chinelos* ou ainda, para a confecção de biografias.

Não custa ressaltar que Magalhães Junior lançava ao mesmo tempo contos, peças, crônicas, ensaios e biografias. Ou seja, a constatação de que a pesquisa poderia gerar obras mais extensas e complexas, como as biografias, não o levou a interromper a produção de outros gêneros textuais de menor fôlego, como os contos; além do trabalho diário nos periódicos.

Sendo assim, os lançamentos quase simultâneos de obras de sua autoria (biografias, dicionários, antologias) e que poderiam provocar espanto em leitores e na crítica literária, para o autor eram o resultado de três décadas de investigação e acumulação de um capital de pesquisa continuamente ampliado e aprofundado, reservado para o momento em que algum projeto literário o reclamasse.

Por ocasião do lançamento de sua primeira biografia sobre Machado de Assis, em 1955, Magalhães confessa que cerca de vinte anos antes havia pretendido lançar uma narrativa de vida do escritor, mas que desistira da empreitada pelo fato de vários autores, entre eles Lúcia Miguel Pereira, terem pensado a mesma coisa em virtude da proximidade das comemorações do centenário de nascimento de Machado.

Temos um indício de que o então jovem Raimundo Magalhães Junior, a crer em seu depoimento, por volta dos trinta anos de idade, já experimentava uma atração pelo gênero biográfico, mas talvez se sentira intimidado pelo número e qualidade dos escritores que lançaram suas versões da vida de Machado de Assis.<sup>108</sup>

Mais tarde, em 1953, perto do centenário de nascimento de Artur Azevedo em 1955, Raimundo Magalhães, agora com 46 anos, lança uma biografia daquele que em seu tempo de vida foi o principal autor do Teatro de Revista, sendo o próprio biógrafo um teatrólogo de renome, estreante em um gênero que seria uma de suas principais contribuições para as letras brasileiras ao longo de sua carreira de escritor.

A escrita biográfica de Magalhães Junior se insere em um período em que o gênero era figura central no debate sobre a necessidade de uma biografia histórica em oposição à vertente romanceada. No debate propriamente dito, o autor pouco interfere, mas ainda assim é possível identificar a sua resistência, ou melhor, sua total desaprovação à biografia romanceada e o seu apreço pela biografia histórica.

Ele acreditou na possibilidade de adentrar o passado recente da história do Brasil utilizando como ponte a narrativa de trajetórias individuais, sendo que cada uma de suas biografias se trata de um esforço intelectual no sentido de equilibrar, da melhor maneira possível, a narrativa biográfica e a escrita da história.

Chama a atenção o fato de que parte significativa de suas biografias levar no título o complemento “e sua época”, como por exemplo, os volumes dedicados a Artur Azevedo (1953), Martins Pena (1971), José de Alencar (1971) e Olavo Bilac (1974), como indício,

---

<sup>108</sup> A biografia de Machado de Assis assinada por Raimundo Magalhães foi lançada em 1955, após duas décadas de estudos e cerca de três anos antes do cinquentenário de morte do escritor, cujo biógrafo, provavelmente, se antecipa a possíveis narrativas de vida dedicadas ao bruxo do Cosme Velho.

nessas e em outras de suas obras biográficas, da preocupação em narrar a vida do personagem mapeando o contexto histórico, suas relações sociais, como influenciou e foi influenciado na e pela sociedade na qual viveu.

Algumas histórias de vida assinadas por Magalhães Junior recebem um prefácio ou introdução do autor. Vale a pena destacarmos algumas informações contidas em tais textos pelo valor que trazem ao refletirem algumas considerações do biógrafo sobre a obra em questão e sobre o próprio gênero também.

O prefácio da narrativa de Arthur Azevedo, publicado em 1953, é breve, mas oferece a oportunidade de percebermos algo da maneira como o autor concebe o gênero em que estreava:

Este livro não é a biografia de um homem, nem a história de uma época. Pretende ser um pouco de cada coisa, mostrando um escritor do povo em relação com os grandes acontecimentos do seu tempo. [...] A época que retrata é a da campanha abolicionista, do movimento republicano, do encilhamento, dos pronunciamentos da esquadra e da revolução federalista, da consolidação da República, da pacificação com Prudente de Moraes, do saneamento, e do progresso com Rodrigues Alves. É também a época dos movimentos intelectuais no sentido da criação de sociedades literárias e da paixão pelo teatro. [...] Sem o intuito de estabelecer uma perfeita ordenação cronológica, preferimos caminhar através dos fatos, seriando episódios em vez de datas. E quisemos sobretudo explicar o escritor, o mais possível, através de suas próprias palavras e das indicações biográficas que deixou em tantos dos seus escritos. [o livro] aparece agora em segunda edição, ilustrada, refundida e aumenta. (MAGALHÃES JUNIOR, 1953, p. 2).

Na introdução a *Três panfletários do Segundo Reinado*, o autor manifesta a sua indignação com as dificuldades para o trabalho de pesquisa: “Só à custa de muito esforço e de muita paciência conseguem os estudiosos de assuntos históricos obter, hoje em dia, exemplares de algumas peças essenciais ao conhecimento do ambiente político do Segundo Reinado” (MAGALHÃES, 1956, p. 1).

Segundo o autor, os três personagens cujas obras e vidas são narradas “encheram toda uma época, quer como jornalista políticos, quer como parlamentares e homens de Estado”. O que teria motivado o escritor a reunir em um mesmo tomo não apenas os panfletos produzidos por Francisco de Sales Torre Homem, Justiniano José da Rocha e Antônio Ferreira Vianna, mas também um esboço biográfico destes indivíduos, foi o fato de que muitos historiadores como Oliveira Lima, Silvio Romero, Taunay, terem citado os panfletários e suas obras, mas até mesmo em bibliotecas públicas ter se mostrado difícil o acesso a tais panfletos.

No texto prefacial da biografia de José do Patrocínio Filho, lançada em 1957, o autor afirma que a vida do protagonista “é mais pitoresca, anedótica, dramática, do que edificante. Só seria própria para servir de exemplo pelo aspecto negativo”. Nas palavras do biógrafo: “Além da vida de Patrocínio Filho, procurei reproduzir aqui, um pouco da época e do meio jornalístico em que ele se agitou” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. XI-XII).

Em seguida, o autor relaciona quase duas dezenas de nomes que lhe cederam documentos ou concederam entrevistas por terem sido amigos, contemporâneos ou colegas de trabalho do biografado. Pelo fato de o personagem ter vivido até o final da década de 20, ou seja, falecido há cerca de 25 anos do momento em que Magalhães escreve a narrativa de sua trajetória pessoal, havia vários de seus contemporâneos ainda dispostos a falarem sobre o Zeca.

Em *Machado de Assis, desconhecido*, que figura na coleção “Homens e Épocas das Letras e das Artes Brasileiras”, lançada pela editora LISA em 1972, Raimundo Magalhães assinala no prefácio que o livro representa

o levantamento de alguns aspectos da vida e da obra de Machado de Assis que permaneciam obscuros, ou ignorados, e um esforço no sentido de ampliar algumas das pesquisas já iniciadas, mas não aprofundadas, por vários dos seus comentadores e biógrafos. Sob certos aspectos, constitui uma refutação a conceitos e afirmações que, há longo tempo impressos, ganharam foros de uma autenticidade que estão longe de possuir. Em grande parte, esses falsos conceitos nascem do desconhecimento de uma parcela da vasta produção que Machado de Assis deixou dispersa, em jornais e revistas, nas quais poderia ser recolhido material para pelo menos mais uma dezena de volumes. Juntamos a estas notas uma cronologia que nos parece necessária à melhor compreensão de sua genialidade. [...] As notas que aqui reunimos são o resultado de aproximações e interpretações baseadas nas nossas pesquisas em velhos jornais e revistas, bem como da leitura minuciosa e atenta do que o próprio Machado de Assis deixou em livro ou foi postumamente reunido em volume. Oferecendo-as aos leitores, acreditamos ter começado a obra necessária de revisão de julgamentos apressados e de ideias errôneas atualmente em curso sobre a vida e a obra de Machado de Assis, cuja vida se eleva majestosamente em nosso panorama literário, à medida que o tempo nos vai dando a perspectiva e o senso dos valores imprescindível à formação de juízos definitivos. (MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p. 4-5).

No prefácio à biografia de Augusto dos Anjos, publicada em 1977, o biógrafo logo no início indica sua gratidão àqueles que antes dele se ocuparam da vida do poeta, como Humberto Nóbrega, autor de *Augusto dos Anjos e sua época*, e Ademar Vidal, que assina o livro *O outro eu de Augusto dos Anjos*.

A crítica do narrador atinge a primeira obra, identificada como tumultuada e desordenada, mas valiosa como “depositório de informações sobre o poeta e seu ambiente provinciano”. O segundo livro “teve o mérito de divulgar as cartas de Augusto dos Anjos à

mãe, de 1900 a 1914”. O autor ressalva que “De nenhum modo exprimem despreço a seus esforços pioneiros os reparos que oferecemos a um e a outro, sobretudo na retificação de textos deturpados em várias de suas transcrições” (MAGALHÃES JUNIOR, 1977, p. 11).

O prefácio do primeiro volume da biografia de Machado de Assis, de 1981, revela que a obra foi “Elaborada com a preocupação de evocar, com maior rigor cronológico e com mais ampla documentação, a vida e a obra de Machado de Assis, na sua formação intelectual e o meio em que desenvolveu sua intensa atividade” (MAGALHÃES JUNIOR, 1981, p. 1).

O biógrafo explica que os volumes ora apresentados abrangem em grande parte o que já publicara nas três biografias anteriores (*Machado de Assis, desconhecido; Ao redor de Machado de Assis e Machado de Assis*) além do que escrevera em “mais de uma centena de artigos, ensaios e prefácios. Mas, além disso, encerra também os resultados menos conhecidos de sua existência”.

O autor cita a longa bibliografia que se ocupou de analisar aspectos da vida e da obra de Machado de Assis, destacando os trabalhos de Lúcia Miguel Pereira, Afrânio Coutinho e Josué Montello, autores que se desdobraram na pesquisa de fontes e no levantamento da obra dispersa do escritor nos periódicos e arquivos.

A faceta revisora de Magalhães vem à tona: “Em alguns casos – felizmente bem poucos – escaparam equívocos a retificar. Mas a retificação de um ou outro desses deslizos não importa de modo algum em despreço a qualquer desses autores, ou desconhecimento do que suas obras possam conter de útil ou construtivo” (MAGALHÃES JUNIOR, 1981, p. 2).

O biógrafo agradece diversos estudiosos da vida e da obra machadiana que cederam documentos, como Sílvio Silveira, Josué Montello, José Honório Rodrigues, Alfredo Puyol, entre outros, pela cessão de microfilmes, cartas, volumes raros, fotografias. Agradece ainda a funcionários das embaixadas brasileira em Londres e em Portugal pelo auxílio à pesquisa nestes países e ainda, aos arquivistas do Arquivo Nacional, do IHGB, da Biblioteca Nacional e do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Os excertos dos prefácios citados aqui revelam um autor preocupado com a pesquisa de fontes, motivado pela necessidade de retificar equívocos, ciente das dificuldades de investigação de documentos, muito bem relacionado com outros biógrafos, escritores, funcionários de arquivos, tecendo uma rede de relações que o serviam em suas empreitadas de pesquisa e coleta de dados para a escrita de suas biografias.

Os trechos citados evidenciam também um biógrafo interessado em investigar as relações entre os protagonistas que elegia para suas narrativas de vida e a época em que viveram. Se é discutível a afirmação de que o autor tinha um projeto claro e definido de



escrever a história do Brasil de meados do século XIX ao início do século seguinte por meio dos seus biografados, dificilmente se pode negar que o seu biografismo contemplou o desafio imposto pelo autor ao seu narrador de acompanhar não apenas os passos das personagens centrais, mas também o estudo da época em que viveram.

Antes de nos dedicarmos à análise das biografias elencadas para a nossa pesquisa, gostaríamos de, sucintamente, tecermos algumas considerações sobre um texto intitulado “Historiadores do Brasil do século XIX”, resultado de uma aula que o autor ministrou sob a iniciativa da ABL em 1958 e que figura na publicação da *Revista da Academia Brasileira de Letras*.<sup>109</sup>

O texto é uma síntese concisa, elaborado de forma a atender as recomendações para a publicação, sendo que, para tanto, não deveria ultrapassar 25 páginas. A essência da narrativa é uma crítica, trazendo à tona a faceta revisionista do autor. Sob uma perspectiva do presente em que escrevemos, o artigo não traz interpretações inovadoras, todavia, permite acompanhar algumas formulações do biógrafo sobre a historiografia brasileira.

Não se trata de um texto que se proponha a uma análise profunda, pelo contrário, os autores e obras visitados pelo narrador são orquestrados de maneira a oferecer ao leitor uma visão panorâmica da topografia historiográfica brasileira do século XIX. Sendo assim, pensamos que muito mais do que afirmar, Magalhães estaria interessado em alavancar um debate e suscitar questionamentos que se mostrassem férteis para uma análise mais cuidadosa e profunda da historiografia nativa.

Capistrano de Abreu e João Ribeiro são os dois historiadores brasileiros mais valorizados pelo texto, são constantemente acionados pelo narrador para sustentar um certo conceito de história: baseada em pesquisa rigorosa, pela recuperação e pelo levantamento de fontes em arquivos, pela interpretação e não apenas remontagem do material investigado.

Raimundo Magalhães inicia o texto com a seguinte afirmação: “O século XIX foi decisivo para a formação da nacionalidade”, período em que a sociedade brasileira passou por transformações profundas. O traço jornalístico do autor é visível na descrição que faz do período anterior à chegada da Corte em 1808, daquilo que ele identifica como o “Brasil antes do Brasil”: uma colônia atrasada, sem as menores condições de progresso, ao contrário da América espanhola com universidades já centenárias. Segundo ele, “tudo começou com D. João VI, inclusive a própria história do Brasil como nação soberana”.

---

<sup>109</sup> MAGALHÃES JUNIOR, R. Historiadores do século XIX: conferência do acadêmico R. Magalhães Junior: sessão de 17 de julho [1958]. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v. 96, p. 41-66, jul./dez., 1958.

O recorte temporal do texto é confortável para o autor, que aos poucos estava demarcando a imagem do biógrafo escritor de história que não se interessou pelo período colonial, uma vez que sua obra, sobretudo a biográfica, contemplou meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

O texto começa com uma menção à obra de Robert Southey, *História do Brasil*, publicada entre 1810 e 1819, depois se refere aos escritos de James Anderson, *History of Brazil*, passando pela obra de José de Souza Azevedo Pizzaro e Araújo e se detendo de maneira mais detalhada em Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, com suas *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, publicada em 1825.

Os nomes elencados acima, os quais o biógrafo procura analisar nas primeiras páginas do texto, permitem-nos ler nas entrelinhas que Raimundo Magalhães desejava transmitir um determinado ponto de vista a respeito da escrita da história. O autor rejeita o panegírico, apontando de maneira crítica que os autores citados até então escorregavam em seus escritos e acabavam descambando para o elogio e a glorificação de reis e governantes.

Chama a atenção que Rugendas e Debret são destacados por suas contribuições iconográficas, “decerto superiores aos textos”, sendo que o trabalho de ambos os artistas é valorizado como campo de possibilidades para análises historiográficas.

Os historiadores regionais também recebem ao menos a relação de seus nomes e obras, bem como breves comentários do narrador, geralmente com críticas às abordagens da história política eivada do tom episódico e pelos métodos antiquados: José Feliciano Fernandes Pinheiro, autor de *Anais da Província de São Pedro*; João Francisco Lisboa, com sua *História do Maranhão*; João Manuel Pereira da Silva, com seu *Plutarco brasileiro*, servem de exemplo dos nomes elencados no rol dos historiadores regionais.

É sensível como Magalhães Junior concede espaço e valor historiográfico às obras memorialistas por apreciar a tradição de seus autores de consultarem os arquivos, afirmando que a própria obra serviria para futuros trabalhos historiográficos.

Não poderia o autor se furtar de mencionar Karl Friedrich von Martius, a quem considera um “estudioso e um mestre” e que teria influenciado profundamente “os nossos historiadores por todo o século XIX e também o próprio século em que vivemos”.

O biógrafo, apesar de não considerar Martius um historiador, credita à sua monografia vencedora do concurso do IHGB a influência fundamental sobre obra de outra figura importantíssima para a historiografia brasileira: Francisco Adolfo de Varnhagem, que recebe cuidadosa atenção por parte do autor, principalmente a sua *História Geral do Brasil*.

O autor valoriza a obra de Varnhagem pelo pioneirismo, pelo conhecimento, pela divulgação dos documentos, pelo empenho de sistematização, pela capacidade de trabalho, mas, principalmente pela valorização do documento, constantemente investigado em bibliotecas, museus, cartórios, arquivos e coleções por onde quer que tenha passado em suas várias missões diplomáticas. Talvez Magalhães visse algo de Varnhagem em si próprio: o zelo pela pesquisa, a paixão pelo documento e a energia invejável para o trabalho intelectual.

A análise sobre Capistrano de Abreu é o próximo item da abordagem elaborada pelo autor. As comparações entre o historiador cearense e Varnhagem são estabelecidas e Magalhães Junior destaca a admiração do primeiro pelo segundo, bem como a crítica de Capistrano por entender que o autor da *História Geral do Brasil* ter “desconhecido ou desdenhado o corpo de doutrinas criadoras que, no seu tempo, se haviam constituído em ciência, sob o nome de sociologia”, sendo que isto teria impedido que Varnhagem pudesse acompanhar como se elabora a vida social e as diferentes formações sociais.

O biógrafo identifica Capistrano como o sucessor legítimo de Varnhagem,

(...) porque tinha a mesma paixão pelo documento, o mesmo entusiasmo de pesquisador. Estava, além disso, armado de uma teoria sociológica que lhe deviam assegurar superioridades sobre Varnhagem. Mas ficaria no campo das monografias, dos estudos esparsos, nas análises profundas, mas parceladas. (Ibid, p. 57).

Raimundo Magalhães Junior era um admirador de Capistrano e o qualifica em termos como: dotado de uma “cultura invulgar”, “leitor infatigável em vários idiomas”, “personalidade quase insociável”. Fiel a esta admiração, o autor destaca alguns aspectos da contribuição de Capistrano de Abreu à historiografia brasileira como o campo da atribuição de autoria, como exemplo, o caso de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de André Antonil; os estudos sobre a atuação do jesuíta José de Anchieta, entre outros.

Todavia, o biógrafo critica severamente o descaso de Capistrano para com a Inconfidência Mineira e principalmente em relação a Tiradentes, cuja figura, segundo o autor, teria resistido ao tempo por ter se tornado lendária, por isto mesmo devendo ser discutida pelos historiadores.

Magalhães lamenta que Capistrano teria iludido algumas expectativas:

(...) um dos homens que mais sabiam a nossa história, a muitos espantou que não ousasse escrever uma história geral. E a decifração das charadas históricas, o desafio do incerto e do não provado obcecavam-lhe a inteligência, desafiando-lhe a atenção, afastando-o das tarefas maiores para as menores, do geral para o particular. Dispersou o seu enorme talento em trabalhos fragmentários. (Ibid, p. 58).

Ao inserir as críticas de Silvio Romero em relação a Capistrano, sendo que o primeiro em determinada oportunidade classificara o segundo como um “pontífice máximo da história da pátria” para mais tarde o chamar de “alfarrabista ilusionista”, o autor aproveita o ensejo para concordar com a tese de Paul Guérande defendida em *Lamentable Clio*, de 1957, segundo a qual, “Em suma: não há história, há apenas historiadores”.

Ao concordar com o escritor francês, o biógrafo parece expressar sua posição na contramão de uma história dogmática, oficial e conceber uma pluralização da interpretação historiográfica.

Na etapa final do texto o autor tece algumas considerações sobre a tendência de alguns autores, próximos à virada do século XIX para o XX, se dedicarem às efemérides, como o fez Teixeira de Melo, José Pedro Xavier da Veiga e o Barão do Rio Branco. Além desse aspecto, o texto contempla também escritores que “fizeram história sem intenção de fazê-la. Nesse sentido, valoriza a obra memorialística de Joaquim Nabuco com sua *Minha Formação e Um estadista no Império*.

O fecho do artigo é construído em torno da *História do Brasil*, livro de autoria de João Ribeiro, lançado em 1900. O biógrafo considera que o autor “desde logo descartava as velhas interpretações românticas e corajosamente apontava rumos novos, sem intuítos polêmicos, nem agressivos, mas com a serena convicção de quem detinha a verdade e não se arreceava de dizê-la”.

O autor destaca a análise crítica de João Ribeiro sobre a questão da “descoberta” do Brasil, a invasão holandesa, as revoltas do período colonial, as bandeiras paulistas, se esquivando “dos velhos esquemas dos textos didáticos, que não passavam de uma sucessão de datas e nomes ou de uma série de fantasias líricas e heroicas”.

Ao finalizar o texto, o biógrafo valoriza o trabalho de João Ribeiro afirmando que “Feliz, muito feliz é o livro de ensino que, mais de meio século depois de sua primeira publicação, ainda não foi considerado obsoleto, nem se tornou inservível” (Ibid, p. 66).

Como já alertamos, o artigo de Magalhães não tinha o propósito de ser reflexivo e profundo sobre a historiografia brasileira do século XIX, embora o biógrafo se interessasse pela temática. O seu objetivo parece o de alguém que se vale do espaço concedido para suscitar em outros pesquisadores o desejo de se lançarem à tarefa de analisar de maneira mais detida e sistemática o tema da historiografia brasileira.

Um aspecto relevante no texto é a clara opção do autor por João Ribeiro e Capistrano de Abreu, autores que representariam os novos rumos da historiografia brasileira e que se mostrariam contrários a uma história dogmática, oficial. Além disso, percebe-se uma grande

admiração do biógrafo por Capistrano no tocante à sua paixão pelo arquivo, pela emoção da descoberta de fontes inéditas, pela sua preocupação retificadora.

Talvez o fantasma de Capistrano é que tenha despertado, incentivado ou guiado o biógrafo em suas aventuras pelos arquivos e na descoberta de documentos, bem como a faceta revisionista, sempre alerta aos deslizes alheios e de si próprio, resultando não só em obras retificadoras como em reedições de suas biografias, aumentadas e revisadas.

No presente em que Magalhães Junior ministrava a aula que resultou no texto apresentado aqui, a história, como disciplina acadêmica, ainda era incipiente a configuração de um campo de estudo universitário no Brasil bem como os frutos dessa organização começavam a se ser colhidos. Esta configuração, podemos dizer, tardia, talvez tenha influenciado a concepção da biografia como possibilidade de escrita da história, como preconizava Octávio Tarquínio de Souza (GONÇALVES, 2009).

Apesar de se envolver com a escrita da história por meio de suas biografias, de elaborar palestras e textos sobre a historiografia brasileira, Raimundo Magalhães foi um pensador de história e não um historiador profissional, foi alguém interessado pela historiografia, como demonstrado em aulas concedidas a convite da Academia Brasileira de Letras.

Magalhães inicia sua produção biográfica na segunda metade do século XX, a partir de algumas concepções historiográficas em vigor e de outras ainda ligadas ao século anterior. Seria frustrante a tentativa de colocar sob ele uma legenda classificatória, assim como o seria em relação a outros intelectuais polígrafos de seu tempo que também produziram biografias, apesar de ser evidente a opção que faz pela biografia histórica.

É notável a preocupação do autor com o trabalho de pesquisa, assim como, antes dele, o fizeram Varnhagem e Capistrano. Ele dedicava uma porção considerável do seu tempo a fim de investigar documentos para fundamentar os seus textos. Esta faina pela pesquisa nos faz indagar sobre suas veredas metodológicas, sobre a maneira como conduzia suas investigações pelos arquivos e como digeriria os seus “achados”.

Raimundo Magalhães Junior tinha prazer e até mesmo certo orgulho pelas descobertas de documentos inéditos, de acervos intocados, o que lhe abria espaço para asserções interpretativas sobre a cultura, sociedade e política de uma história recente, de meados do século XIX e início do século XX.

O estudo do seu biografismo é uma oportunidade de discutir sobre o gênero biográfico e suas relações com a narrativa literária e a escrita da história. Além disso, podemos questionar a temporalidade e a noção de história compartilhada pelo texto, bem como sobre o

método biográfico, a forma como acontece o aproveitamento dos resultados das pesquisas nos arquivos.

Sobre os indivíduos interessados em história, contemporâneos do biógrafo Raimundo Magalhães, Falcon (1997, p. 143) afirma que esses escritores “eram, salvo honrosas exceções de sempre [como exemplo, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda], ‘presentistas’, competentes na manipulação de biografias, textos e juízos de valor, mas não eram, em geral, historiadores profissionais”.

O mesmo autor identifica, de maneira generalizadora, nesses historiadores não profissionais, uma ojeriza aos arquivos: “que representam uma das marcas indeléveis do ‘ofício’ do historiador - e também uma de suas ‘servidões’” (FALCON, 1997, p. 143).

Magalhães Junior escapa à essa classificação, pelo menos no tocante a evitar o trabalho nos arquivos, uma vez que é evidente o seu apreço pelo documento, tendo demonstrado essa paixão na prática, como assíduo frequentador de arquivos, bibliotecas, museus, tanto no Brasil como no exterior.

É perceptível a influência sobre o biógrafo de uma concepção historiográfica fortemente voltada para a análise da vida política no estudo do período da Monarquia brasileira, com ênfase na formação do Estado/nação bem como as transformações que ocorreram na transição do antigo regime para a República. Para tanto, haveria a valorização da biografia como um dos instrumentos de escrita da história (GOMES, 1996, p. 185).

Todavia, essa concepção historiográfica voltada para a análise política não era a única influência sobre o biógrafo. Escrevendo entre os anos 1950-60, o autor entra no quadro de escritores de história e dos primeiros historiadores profissionais que nesse momento não se moviam em uma mesma direção.

Os estudos historiográficos desenvolvidos eram conduzidos por pontos de vista distintos e considerados sob a ótica das preocupações que divergiam conforme a interpretação de cada um dos seus intérpretes, da localização geográfica, das opções filosóficas, das posições teórico-políticas, da escala de valores, da inserção social de cada um dos analistas (KONDER, 1998).

Raimundo Magalhães Junior assina suas biografias inserido em um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, circunscrito por determinações próprias de sua atuação de literato, jornalista, intelectual, socialista, sendo reconhecido como historiador, procurou o convívio com os tais em ambientes como o IHGB; foi amigo por longos anos de Pedro Calmon até que a biografia de Rui provocasse a ruptura entre ambos; cultivou a amizade com José Honório Rodrigues (CERTEAU, 1982).

Na proposta para sócio do IHGB é destacada a sua atuação jornalística e de dramaturgo, mas o que realmente é apontado como relevante para a proposta são os trabalhos de pesquisas históricas: a peça *Carlota Joaquina*, a biografia *Deodoro, a espada contra o Império*, e estudos históricos como *Três Panfletários do Segundo Reinado* e *D. Pedro II e a Condessa de Barral*.<sup>110</sup>

No parecer favorável emitido à sua candidatura como sócio do IHGB é afirmado que o autor, membro da ABL como consequência de sua grande contribuição literária, teria se dedicado recentemente “às investigações históricas, ansioso de triunfar também nesses domínios” e mais uma vez cita as obras relacionadas na proposta para sócio efetivo.<sup>111</sup>

O parecer valoriza que tais obras “merecem aplausos dos sabedores, especialmente empenhados em esclarecer os sucessos do Brasil Imperial e de sua transformação em República” e justifica a aceitação de Magalhães sustentando que: “Se as contribuições meramente literárias lhe permitiram a entrada na Academia Brasileiras, as que interessam à História, sem dúvida, lhe franquearão o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.<sup>112, 113</sup>

Apesar de tudo, o biógrafo se situou fora dos muros acadêmicos e ao longo da vida não pareceu estar inclinado a se colocar como um historiador *profissional*, apesar do reiterado interesse pela história: “Escrevo biografias porque a vida me interessa e é o meu modo de estudar e de fazer história” (MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo *apud* ANDRADE, 2013, p. 298).<sup>114</sup>

No cenário histórico e social em que o autor circulou e produziu, a biografia histórica se somaria a uma série de estudos sobre a sociedade brasileira, uma vez que era não apenas discutido, como vimos na análise do debate na crítica literária, mas também compreendida a

---

<sup>110</sup> Proposto para sócio efetivo do IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 249, p. 330-331, out./dez., 1960

<sup>111</sup> Sócio efetivo do IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 249, p. 331, out./dez., 1960.

<sup>112</sup> *Ibid.*

<sup>113</sup> Apenas para constar, Raimundo Magalhães é autor de dois artigos veiculados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, um dos textos é sobre José Bonifácio e a imprensa e o outro sobre a atuação política do Visconde de Ouro Preto. Ver MAGALHÃES JUNIOR (1962; 1963).

<sup>114</sup> Haroldo Valladão, em seu discurso na Sessão Magna do IHGB em 21 de outubro de 1982, como de praxe, faz um necrológio dos sócios falecidos no último ano social, entre eles, Raimundo Magalhães Junior, valorizado na fala de Valladão como notável jornalista e historiador, como também literato, sendo destaca a sua vultosa produção de peças teatrais e de traduções, sendo que a sua intensa produção biográfica, cujo ápice, na opinião do orador, seria os quatro volumes de *Vida e Obra de Machado de Assis*, de 1981, “veio consagrar-lhe definitivamente como historiador e biógrafo”. Ver Discurso do professor Haroldo Valladão, orador oficial, na Sessão Magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 21.10.1982. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 337, p. 233-243, out./dez. 1982.

fluidez das fronteiras entre a escrita da história e a narrativa literária por meio de textos como o ensaio, a crítica e a própria biografia.

Devemos chamar a atenção para a resistência de alguns autores, como também tivemos a oportunidade de acompanhar ao nos debruçarmos sobre a crítica literária, que tomavam a biografia histórica sob a ótica de ser focada em um indivíduo, rasa de interpretação historiográfica, insípida de questionamentos, tendenciosa e até mesmo sob o risco constante de descambar para o panegírico.

Contudo, temos as ponderações de Antonio Candido, que destaca a perspectiva de a biografia histórica eleger uma vida e por meio da narrativa de sua trajetória também estudar uma época e as relações entre protagonista e a sociedade em que viveu.

Elencamos como objetos de análise deste esforço as biografias de Manuel Deodoro da Fonseca, de Rui Barbosa e de José do Patrocínio. As três obras refletem a perspectiva de escrever história por meio de biografias e, apesar de terem sido escritas ao longo da carreira do biógrafo, guardam consigo um fio condutor que as une: o ápice da vida de cada um dos retratados em papel e letras ocorre nos conturbados anos de agonia do Império, nas vésperas do advento da República e em sua efetiva implantação.

De todas as biografias assinadas por Magalhães Junior, estas três são, senão as únicas, pelo menos algumas das raras exceções que o biógrafo concede a protagonistas que não atuaram no campo das letras especificamente. Pode-se argumentar que Deodoro, não é preciso nem mesmo assinalar, trata-se do militar por excelência e sem nenhum pendor literário, pelo menos ao que se sabe; que Rui foi um grande jornalista, um jurista, ensaísta, mas trata-se de um trabalhador das letras de um tipo diferente, não se enquadra em um autor de literatura, ou ainda que Patrocínio até lançou um ou outro romance ou escreveu poesias, além de também ser jornalista, mas nada que se compara à sua atuação de líder abolicionista.

Dessa forma, estas seriam as raras exceções que Raimundo Magalhães Junior abre, em sua extensa lista de obras biográficas, para protagonistas que, apesar de não terem se notabilizado pelos seus dotes puramente literários, ainda assim ocuparam papéis de destaque nos episódios circundantes à transição da Monarquia para a República e imprimiram as suas marcas em tempos conturbados, mas também saíram marcados pelos acontecimentos que vivenciaram e pela sociedade na qual estavam inseridos.

Essas biografias podem ser consideradas obras que se inserem em uma renovação do gênero e que resultaram na consagração do autor como biógrafo em uma temporalidade específica: os anos 1950 a 1970, período marcado pelo intenso questionamento direcionado às



formas da narrativa biográfica e também pela quantidade de esforços de interpretação do Brasil.

### 3.1 – A espada contra o Império: o narcisista Deodoro da Fonseca

*Deodoro, a espada contra o Império* foi publicado em 1957, figurando como décimo segundo volume da coleção *Brasiliana*, lançada pela conceituada Companhia Editora Nacional e concebida por Octalles Marcondes Ferreira, presidente da editora, como “quinta série” (Série 5ª) e parte integrante de uma coleção mais ampla, intitulada *Biblioteca Pedagógica Brasileira*.<sup>115</sup>

A coleção *Brasiliana* trata-se de um projeto pioneiro, servindo de exemplo seguido por diversas outras iniciativas do gênero, como as coleções *Documentos Brasileiros*, da Editora José Olympio, *Azul*, da Editora Schmidt, *Reconquista do Brasil*, da Editora Itatiaia, *Memória Brasileira*, da Melhoramentos, *Corpo e Alma do Brasil*, da Difel, *Dimensões do Brasil*, da Vozes, *Retratos do Brasil*, da Civilização Brasileira.

Os dois volumes de *Deodoro, a espada contra o Império*, somados, perfilam cerca de 850 páginas, sendo que em nosso estudo utilizamos o exemplar número 1179, no caso do primeiro volume e o exemplar do segundo volume numerado como 3031.<sup>116</sup> Apesar das escassas informações, ao que tudo indica, teriam sido colocados no mercado algo entre 6 e 10 mil exemplares, um número nada desprezível para os padrões editoriais dos anos 50.

O primeiro tomo leva como subtítulo “O aprendiz de feiticeiro” e demarca logo abaixo o recorte temporal: “da Revolta da Praieira ao Gabinete Ouro Preto”. O segundo tem como subtítulo, “O galo na torre” e o recorte temporal é especificado como sendo do “desterro em Mato Grosso à fundação da República”.

Vale destacar que na contracapa, em ambos os volumes, logo após a autoria, no caso do biógrafo, gostava sempre de ser indicado como R. Magalhães Junior, entre parênteses está

<sup>115</sup> Ao todo, a *Brasiliana* é composta de 387 volumes, acrescidos de 26 da série Grande Formato, da qual faz parte os dois volumes da biografia de Deodoro, e mais 2 da Série Especial, sendo assim, ao todo a coleção conta com 415 títulos. A *Brasiliana* foi lançada logo após a Revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação, sendo que Fernando de Azevedo foi seu diretor por mais de 25 anos, depois substituído pelo historiador Américo Jacobina Lacombe que estava à frente do projeto por ocasião do lançamento da biografia do militar.

<sup>116</sup> Ambos os volumes da biografia de Deodoro estão disponíveis para consulta integral, on-line e de forma gratuita em: << <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/417/Deodoro-a-espada-contra-o-Imperio-T1>>>, volume 1; e << <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/418/Deodoro-a-espada-contra-o-Imperio-T2>>>, volume 2. Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

grafado: “da Academia Brasileira de Letras”, o que figura como um evidente uso da recente eleição para a imortalidade no panteão das letras como uma condição legitimadora para o escritor.

O uso da prerrogativa de membro da ABL chama a atenção pelo fato de que em diversas ocasiões o biógrafo ter diminuído a importância da instituição em sua vida, considerada em termos como um “simpático clube de velhos”.<sup>117</sup>

Em uma rara demonstração de preocupação em externar seu ponto de vista a respeito de como conceituava o gênero biográfico, Raimundo Magalhães escreve, à guisa de prefácio, um texto denominado “Antes do Livro”, no qual, sinteticamente em duas páginas, esboça ao leitor alguns comentários, começando por traçar desde já o lugar de Deodoro como: “uma das figuras brasileiras de maior relevo histórico [...] Contudo, até hoje não se animaram os nossos biógrafos e historiadores a traçar-lhe a biografia, fielmente documentada e imparcialmente escrita”. Os poucos esforços biográficos que existiam sobre o marechal seriam “trabalhos de natureza fragmentária e algumas vezes de caráter meramente louvaminheiro” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 7).

Em meio aos seus argumentos que justificavam a necessidade de uma biografia de Deodoro, o autor oferece pistas de sua metodologia:

Procuramos, neste trabalho, fazer um levantamento da vida de Deodoro, à luz de documentos pouco conhecidos e, em alguns casos, inteiramente inéditos. [...] Não seria possível, porém, historiar a sua vida, sem historiar a evolução da campanha abolicionista e da ideia republicana, as quais, juntamente com a chamada ‘questão militar’, precipitaram a queda do regime monárquico no Brasil. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 8).

O biógrafo identifica em Deodoro “um temperamento narcisista” nos termos “da psicanálise moderna” que conceitua tal comportamento como “uma inflação do eu”, neste caso, um conglomerado de aspectos da personalidade, tais como seu “amor-próprio, sua autoconfiança, o sentimento de dignidade e de superioridade” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 8).

---

<sup>117</sup> Em entrevista o biógrafo supõe que “as motivações que levam o escritor a pretender a imortalidade são diferentes de um para o outro: uns são atraídos por amigos, para o convívio intelectual. Outros lutam com unhas e dentes para conquistar um *status* mais elevado no meio literário. Ou pela ilusão de que seus nomes ficarão e eles se tornarão, realmente, imortais. A academia pode elevar socialmente um escritor, mas não assegura a sua sobrevivência *post-mortem*. O que a assegura é a sua obra. É a fidelidade de seus leitores. Ver EDNALVA. Magalhães Junior um combatido biógrafo do acadêmico Rui. *Diário do Grande ABC*, São Paulo, 2º Caderno, 12 de janeiro de 1974. In Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Estes excertos do texto prefacial nos permitem apontar desde já alguns aspectos interessantes tanto da obra quanto da projeção que o próprio biógrafo lança sobre ela.

Primeiro, a justificativa para a escrita de um perfil biográfico de Deodoro ser pela falta de estudos críticos, já que os existentes se tratavam de obras meramente louvaminheiras; segundo, o conceito, um pouco ingênuo, que Magalhães persegue na sua escrita: *fielmente documentada e imparcialmente escrita*; e aí entra o terceiro aspecto, uma narrativa baseada em uma pesquisa que levantara fontes já utilizadas e outras ainda inéditas, corroborando com a imagem construída de um biógrafo escrupuloso em suas pesquisas documentais; o quarto ponto é o próprio biógrafo deixando claro que para escrever a história de vida do biografado teria de percorrer as sendas históricas do tempo em que este vivera, estabelecendo uma estreita ligação entre história individual e história de uma época.

Chama a atenção que logo no início da apresentação do livro o autor afirma que Deodoro com “Sua espada encerrou um ciclo da nossa história”, carregando um pouco nas tintas personalistas, e procura deixar evidente que será o soldado que alcançara o mais alto posto da hierarquia militar, o proclamador da República e seu primeiro presidente, enfim, o homem público que será biografado.

Ao exaltar as qualidades do biografado, Raimundo Magalhães Junior flerta com um dos grandes desafios a serem superados na empreitada biográfica: a admiração. Todavia, tendo este risco em mente é que o biógrafo se defende alegando que a obra fora “fielmente documentada e imparcialmente escrita”, mas como veremos esta afirmação, pelo menos com relação à questão de imparcialidade, não foi seguida tão à risca como faz pensar uma leitura menos atenta a tais detalhes.

A crítica literária se posicionou de duas maneiras bem distintas em relação à biografia de Deodoro, o que pode ser exemplificado com dois textos publicados “no calor do momento”.

O primeiro, assinado por Brito Broca e veiculado pelo jornal *Correio da Manhã*, tem como cerne a caracterização de Raimundo Magalhães como um possuidor das “qualidades de historiador”, qualidades estas, que teriam começado a florescer nos temas históricos de várias de suas peças teatrais já no início de sua carreira de escritor, passando pela biografia de Machado de Assis e culminando “em elevado grau” com a de Deodoro da Fonseca. O tom geral do artigo é elogioso, destacando o amplo trabalho de pesquisa, o cuidado em traçar as linhas da época do biografado, compondo “antes de tudo, uma obra histórica”.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> BROCA, Brito. Deodoro – A espada contra o Império. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno (coluna “Um Passeio pelos Livros”), 20 de julho de 1957, p. 11.

O segundo texto, de Wilson Martins e publicado poucos meses mais tarde pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ataca severamente do início ao fim a biografia do militar, sendo que para o crítico paranaense, a obra estaria fragilizada pela enorme desproporção entre o espaço dedicado à história e o esforço interpretativo do biógrafo em relação ao biografado.

Ao invés de enxergar na expressiva massa documental um aspecto positivo, o crítico, pelo contrário, entende que a figura de Deodoro fica “soterrada” pelo excesso de documentação. O autor aponta as boas intenções do biógrafo em sua alentada pesquisa mas afirma que a biografia em si ocuparia apenas uma terça parte dos dois volumes, o restante é destinado ao arrolamento de fontes e à construção do panorama histórico.<sup>119</sup>

Estas duas posições claramente opostas possuem algo em comum: a constatação, óbvia por assim dizer, do esforço de pesquisa levada a cabo pelo biógrafo bem como o seu intento de escrever uma narrativa que situa, de forma minuciosa, o personagem no tempo em que viveu.

Para o primeiro articulista, Magalhães teria alcançado plenamente os seus objetivos, para o segundo, não consegue uma coisa e nem outra. Ambos os textos servem no sentido de exemplificar a polaridade das análises da crítica literária ao focar o gênero biográfico.

A nossa proposta aqui é analisar aquilo que chamamos no capítulo anterior de “operação biográfica”, ou seja, procuramos interpretar o empenho do autor em escrever história por meio de uma narrativa biográfica, sem perder de vista qual seria o lugar das biografias que escreveu no horizonte historiográfico em que trabalhou, quais suas escolhas e referências intelectuais no período em que atuou.

A história contada em *Deodoro, a espada contra o Império*, tem como eixo as ações públicas do protagonista no âmbito do exercício de sua profissão de soldado, tendo como aros deste eixo, a condução de episódios que pouco a pouco, não sem entraves, rodeios e reviravoltas acabaram levando aquele simples soldado alagoano ao papel que ocupou nos eventos dramáticos da instauração da República.

O recorte temporal é longo, entre 1785 e 1892, cobre desde os antecedentes familiares do personagem até o seu falecimento, englobando o nascimento de seu pai, em 1785, passando pelo casamento deste com aquela que viria a ser a mãe do biografado e retratando até mesmo alguns aspectos da carreira militar do progenitor e como esta escolha profissional influenciou Deodoro na decisão de entrar para os quadros do Exército.

---

<sup>119</sup> MARTINS, Wilson. Uma biografia de Deodoro. *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário, 28 de dezembro de 1957, p. 2.

O primeiro volume é composto por 23 capítulos, com uma média de 16 páginas cada, sendo que ao final ainda há um apêndice com alguns documentos oriundos da pesquisa efetuada pelo biógrafo, como cartas da Princesa Isabel e alguns documentos oficiais ligados ao exercício das funções militares do biografado.

O segundo volume é composto por 20 capítulos com média de 19 páginas cada, e aqui também se encontra um apêndice com duas partes, a primeira com uma espécie de “carta aberta” da Princesa Isabel destinada aos filhos, com o objetivo de explicar-lhes os acontecimentos do advento da República, e a outra, é destinada à reprodução de missivas trocadas entre Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa.<sup>120</sup>

Ao longo de ambos os volumes estão presentes diversos tipos de imagens, como fotografias oficiais do biografado e de outras figuras públicas, desenhos satíricos sobre a vida política e social, caricaturas, fotocópias de documentos oficiais, em um conjunto de recursos imagéticos que parecem ter a finalidade de não apenas ilustrar suas palavras, mas também para reforçar a narrativa, de modo que o texto escrito é “comprovado” pelo conteúdo das imagens.

Raimundo Magalhães Junior procura cumprir a proposta, como demonstramos anteriormente, de narrar a vida do biografado ao mesmo tempo em que conta a história da “evolução da campanha abolicionista e da ideia republicana”, bem como da chamada questão militar, fatores que somados “precipitaram a queda da instituição monárquica no Brasil” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 7).

Logo de início notamos o fio condutor da narrativa historiográfica: a campanha abolicionista, o ideal republicano, a questão militar, sendo que este fio será também utilizado a fim de costurar o envolvimento do biografado no processo histórico.

A configuração da narrativa sugere pesquisas em uma bibliografia diversificada, revelando uma preocupação por parte do autor de reunir diferentes abordagens do passado, entre elas a tradição literária, a biográfica, a memorialística e a historiográfica, como nas referências a Amaro Quintas (*A Revolução da Praieira*), Álvaro Lins (*Rio Branco*), André Rebouças (*Memórias e notas autobiográficas*), Gilberto Freyre (*Sobrados e mucambos*), Padiá Calógeras (*Estudos Históricos e políticos*), Euclides da Cunha (*À Margem da História*), Evaristo de Moraes (*Da Monarquia para a República*), Medeiros e Albuquerque (*Quando eu era vivo*), Nelson Werneck Sodré (*Panorama do Segundo Reinado*), Machado de Assis (*Esau e Jacó*), Oliveira Lima (*O Império do Brasil*), Oliveira Viana (*O Ocaso do Império*), Pedro

---

<sup>120</sup> Neste tomo há também uma relação bibliográfica final das obras e acervos consultados e ainda, um índice onomástico.

Calmon (*História Social do Brasil*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Joaquim Nabuco (*Um estadista no Império*).

Na verdade, estes são apenas alguns exemplos de uma relação bibliográfica bastante extensa e eclética, contando também com autores contemporâneos do biógrafo, como Oliveira Lima, Afonso Arinos de Melo Franco, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Barbosa Lima Sobrinho, Osvaldo Orico, entre outros.

A maior parte da documentação trabalhada por Raimundo Magalhães Junior é constituída de “manuscritos”, conforme ele próprio designa, colhidos no *Arquivo Nacional*, no *Arquivo do Ministério da Guerra*, no *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no *Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis*, no *Arquivo da Casa de Rui Barbosa*.

Além destes acervos, existe uma relação de diversos periódicos consultados, entre eles: *Semana Ilustrada*, *O Mequetrefe*, *Fígaro*, *Revista Ilustrada*, *O Mosquito*, *Diário do Rio de Janeiro*, *A Opinião Liberal*, *A República*, *A Reforma*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Diário de Notícias*, *A Província de São Paulo*, *Cidade do Rio*, *O País*.

Destaca-se como único depoimento pessoal, caracterizando a utilização de fonte oral, o do General Mário Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro.

A narrativa biográfica apresenta um estilo que aos poucos foi sendo sedimentado pelo narrador: capítulos curtos e com títulos atrativos, entrecruzamento constante de citações, elaboração de diálogos posicionados de forma a dar ritmo ao enredo, uso frequente de algumas formas verbais e expressões linguísticas que transmitem a ideia de possibilidade, verossimilhança (“se”, “decerto”, “deve ter provocado”, “não é difícil imaginar-se”, “deve ter sido”, “talvez”, “devia ter”).

O uso deste recurso permite ao narrador apontar de maneira sutil, mas identificável, o ponto em que a narrativa baseada na documentação cede lugar à imaginação do biógrafo ancorada sempre nas fontes que pesquisou.

A biografia de Deodoro não conta com muitas notas de rodapé, pelo contrário, as notas são raras, sendo que os documentos e fontes são citados ao longo do texto, à medida em que o narrador faz uso dos resultados da pesquisa. Isto não significa que o trabalho de investigação tenha sido deficiente ou insuficiente, pelo contrário, talvez a relação de documentos seja até mesmo um tanto excessiva, truncando em muitas ocasiões a fluidez narrativa.

Esta preocupação com a robustez documental em sua obra biográfica reforça a imagem que a crítica literária, os confrades, amigos e colegas de trabalho identificavam como característica marcante no biografismo de Magalhães: a legitimação documental, que expressa uma preocupação de antes pecar pelo excesso do que pela escassez de material pesquisado.

A participação de Deodoro em diversos episódios da história nacional, em muitas ocasiões retratada com matizes heroicos, como no caso de suas ações na Revolta da Praieira, na Guerra do Paraguai, o veto à participação do Exército na captura de escravos fugidos, o seu papel na proclamação da República, o período em que foi o primeiro presidente do novo regime, entre outros, compõe um painel cujos contornos é a história das experiências que marcaram o advento da República e os seus primeiros anos de vida em solo nacional.

No primeiro capítulo, o objetivo do narrador em recuar até os progenitores de Deodoro é por considerar que foi o ambiente de privações um dos fatores para o ingresso deste na vida militar, apesar de sofrer as influências do pai, também teria sido a busca por uma carreira que pudesse financeiramente emancipá-lo desde logo da casa de seus pais.

O segundo capítulo “da Escola Militar ao Batismo de Fogo” narra o início da carreira profissional de Deodoro por meio dos estudos preparativos para o exercício de suas funções e o envolvimento do biografado na chamada Revolta da Praieira.

Com o pretexto de contar a participação do protagonista nas ações militares destinadas a conter a Revolta da Praieira, o narrador se alonga sobre o contexto histórico que marcou o país com revoltas eclodindo em diversas regiões, sendo que o biografado, muitas vezes, fica um pouco diluído em meio à narrativa, sendo bastante escassas as menções da atuação de Deodoro naquilo que ficou marcado como o seu “batismo de fogo”.

Para se ter uma ideia de como o narrador se preocupa em situar o leitor sobre o contexto histórico em que viveu o protagonista, o capítulo que citamos que trata da participação do biografado na Revolta da Praieira tem cerca de 20 páginas, enquanto que o seguinte, que acompanha os passos de Deodoro após a sua participação vitoriosa como oficial do Exército no combate aos revoltosos, período em que se casa, e o país conhece uma paz de quase quinze anos, merece “apenas” nove páginas.

Isto ocorre, talvez, pelo fato de o narrador perseguir a ideia de retratar um herói, alguém destinado a fazer grandes intervenções nos acontecimentos de seu tempo por meio de sua conduta militar, o que dificilmente poderia acontecer em tempos de paz. Tanto é que, após estes anos de calmaria, segue Deodoro para o sul a fim de enfrentar os problemas nas fronteiras com o Uruguai e em seguida, ao invés de retornar para o lar, segue diretamente para as operações militares contra o Paraguai de Francisco Solano Lopez.

A participação de Deodoro na Guerra do Paraguai ocupa nada mais nada menos do que cinco capítulos, um total de 71 páginas. Mesmo como protagonista central, o biografado assume, pelo narrador, a posição de sujeito em meio ao caos dos desdobramentos do conflito.

Aproveitando o ensejo de narrar a participação do militar nesta guerra o biógrafo procura retratar desde os eventos que a originaram, contando as condições precárias do Exército brasileiro, as desgraças e mazelas do conflito, passando pelas venturas e desventuras do biografado, por vezes exaltado de forma heroica, mas sempre na condição de agente participante de um todo, até chegar ao desfecho conhecido da vitória da chamada Tríplice Aliança.

Entendemos que a decisão do biógrafo, por meio do narrador, de se estender longamente pelo tema da Guerra do Paraguai foi o de demonstrar como este terrível conflito teria favorecido a “ascensão social e política de uma força nova, representada pelos militares”, prestigiados pelo triunfo nos campos de batalha (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 123).

O narrador sustenta que a guerra acaba contribuindo para a expansão das ideias republicanas e para o fortalecimento da campanha pelo fim da escravidão, sendo que em 1871, um ano após o fim do conflito, é aprovada a chamada Lei do Ventre Livre.

Em alguns momentos, a operação biográfica de Magalhães Junior concede espaço para a ideia de *fatalismo*, provavelmente de maneira inconsciente, mas, constantemente presente.

Originalmente *fatalismo* é uma “doutrina” segundo a qual os acontecimentos são fixados com antecedência pelo destino, a vida humana é concebida no interior da ideia de um rígido determinismo, as coisas apenas acontecem se e porque tem de acontecer, nada pode alterar os acontecimentos.

Vilas Boas (2008, p. 85) enfatiza que, no biografismo, o “senso fatalista coloca o biografado em função de sua obra. Ele/ela existe por causa de sua obra. Sendo assim, em vez de parte considerável da vida, sua obra se torna a sua própria vida”.

Gostaríamos de relacionar desde já alguns trechos em que a ideia de fatalismo se faz presente, mas isto não nos impede de, ao longo do texto, na medida em que se fizer necessário, apontarmos algum excerto em que esta forma de interpretar o biografado ocorra. Nos trechos citados os grifos são sempre nossos:

Seu amor-próprio, sua autoconfiança, o sentimento de dignidade e de superioridade, mosaicos que compunham o caráter de Deodoro, *prepararam o ilustre soldado para a missão histórica que lhe coube realizar, convertendo-o em símbolo de sua própria classe.* (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 7-8).

[...] a candidatura [do biografado ao Senado] nascera de um pronunciamento militar e tinha representado a primeira tomada de contato, no terreno político, entre Benjamin Constant e Deodoro. E, *sem dúvida*, a impressão que este deixou no espírito daquele, *como homem capaz de expor-se e de aceitar responsabilidades*, há



*de ter sido elemento decisivo no reencontro de ambos, pouco mais de dois anos depois.* (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 295).

*A candidatura de Deodoro a senador forjou um elo importante da cadeia de acontecimentos políticos que se iniciou com sua elevação a primeiro vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul e terminaria por fazer dele o sucessor imediato do imperador”* (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 296).

[...] militar cioso de sua independência, orgulhoso de sua condição e de sua carreira, incapaz de ceder, de vergar, de transigir [...] É o homem de carta branca, alguém que reclama o direito de deliberar sozinho, de resolver as coisas à sua maneira, e *é sem dúvida esse forte individualismo, essa maneira pessoal de ver os problemas, que o tem colocado em choque com os três últimos gabinetes e que o levará aos gestos mais extremos e às situações mais irremediáveis.* *Explica essa entrevista [...] tanto o homem de 15 de novembro de 1889 como o homem de 3 de novembro de 1891.* (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 16-17)

A psicologia de Deodoro era a de um autoritário e de um narcisista. O fundo de narcisismo, tão característico de sua personalidade, foi que *o levou a assumir a posição que lhe era concedida*, contra tudo quanto outrora havia pregado. Antes, o movimento republicano se lhe apresentava como um sonho de alguns visionários civis e de alguns moços militares, imaturos e irrefletidos. Agora, esse movimento já não lhe parece tão desdenhável e *a ideia de uma república feita por ele próprio começava a seduzi-lo.* Nesse momento, via tudo aquilo como caudal que se represava inesperadamente à porta de sua própria casa, *para que ele utilizasse a sua força em estado potencial no momento em que muito bem quisesse. A um aceno seu, a torrente se despenharia, como uma catadupa, destruindo as instituições, atirando por terra o trono e a dinastia bragantina.* Seria ele o denominador comum dos republicanos, militares e civis. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 29-30).

A leitura destes trechos nos faz indagar: será que é possível saber com certeza se Deodoro tinha mesmo em mente que somente ele poderia colocar por terra a Monarquia, ou melhor, seria possível determinar se ele realmente desejava este desfecho? Os episódios de sua vida, então, apenas serviram de coadjuvantes para essa certeza fatal, calcada em determinação, em um espírito narcisista, autoritário, na coragem, na sua incapacidade de ceder, de vergar, de transigir, em sua liderança, em seu rigor, em sua disciplina?

Parafraseando Vilas Boas (2008, p. 87), o Deodoro construído por Raimundo Magalhães Junior saíria melhor do que se fosse encomendado à uma fábrica de heróis, pois em muitas passagens existe um afã de realçar várias qualidades supostamente inatas, que explicam um biografado virtuoso e vitorioso.

A trajetória do personagem seria um mosaico composto de amor-próprio, autoconfiança, sentimento de dignidade e de superioridade que foi construído como uma missão que estava reservada ao biografado.

O narrador seleciona episódios que mostram situações de heroísmo, de ações sobre-humanas, em evolução constante rumo a um destino especificamente preparado para ele, e

este teleobjetivismo fica evidente também em alguns títulos de capítulos, tais como: “Da Escola Militar ao Batismo de Fogo” e “De Tenente a Capitão”.

Em algumas oportunidades o narrador abre espaço para a interpretação humanizadora do biografado, como exemplo, a maneira como Deodoro superara a doença para sair na passeata cujo desfecho seria a proclamação da República, ou ainda, no relato das dúvidas e hesitações do protagonista que resistiria até o último instante para se posicionar claramente contra a Monarquia. Ainda assim, prevalece o tom heroicizante, que procura transmitir a ideia de que se fosse qualquer outro indivíduo não teria superado os obstáculos que se impuseram no caminho do biografado, especialmente o precário estado de saúde de seus últimos anos de vida.

Seria oportuno indagarmos se Raimundo Magalhães Junior se moveu pelo desejo, talvez oculto, de atender a uma possível demanda de leitores ávidos por explicações de como a natureza imprimiu o êxito e o heroísmo na natureza do biografado, e que esta vocação para a vitória, para a superação, para as ações salvacionistas, seriam inatas a Deodoro, responsáveis únicas pela sua conduta, guia para as escolhas do biografado cujo ápice foi a derrubada, com o potente golpe de sua espada, do antigo regime.

Prosseguindo em nossa análise, outra faceta da operação biográfica de Raimundo Magalhães é a de escritor de história, interessado nas causas que concorreram para a “marcha para a República”.

O narrador chama a atenção que “os nossos historiadores em geral se preocupam apenas com os acontecimentos internos” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 126) e propõe uma revisão historiográfica que levasse em consideração que o Brasil, nos anos imediatos ao fim da Guerra do Paraguai, apenas assistia enquanto vários países latino americanos postergavam a Monarquia em favor da República.

Sendo assim, o biógrafo entende que na medida em que seus vizinhos no continente aos poucos iam alterando a forma de governo, isto teria contribuído para que os ventos da mudança comessem a soprar com mais intensidade no Brasil, inflando as velas da nau republicana, sendo um dos marcos deste sopro renovado o Manifesto do Partido Republicano. Todavia, neste momento, Deodoro, segundo o biógrafo, ainda não pensava em se envolver com a política e como nela veio a envolver-se é o que narrador se incumbem de contar.

O primeiro volume da biografia de Deodoro pode ser dividido, para fins didáticos, em duas partes: a primeira, narra o nascimento, juventude e amadurecimento do protagonista, tendo como entrada para a vida pública a sua participação na contenção da Revolta da Praieira

e termina com um ápice, ou seja, o seu regresso vitorioso e condecorado da Guerra do Paraguai.

A segunda parte, apesar de também tocar na “questão religiosa”, é destinada, principalmente, à narrativa da chamada “questão militar”, por entender o narrador que seria justamente esta crise, aliada à campanha abolicionista e ao recrudescimento das ideias republicanas, o fator principal para a queda da Monarquia, sendo que republicanos e abolicionistas procuraram tirar o maior proveito possível da crise militar.

A pergunta a ser feita é: e onde entra o biografado? O narrador se encarrega de responder: no seio da “questão militar”. Assim como fizera ao tratar da Guerra do Paraguai, o biógrafo, em alguns momentos, sobrecarrega a narrativa com explicações historiográficas, em certos pontos, o biografado é diluído no enredo das causas e consequências políticas do desprestígio sofridos pelos militares em função das disputas entre os partidos Conservador e Liberal.

Todavia, apesar do ônus de diluir em algumas passagens o personagem central em meio ao contexto histórico, esta seria uma das principais características do biógrafo: a grande preocupação em situar o biografado no terreno da época em que viveu.

Vale destacar que não era hábito comum entre os biógrafos antecessores e contemporâneos de Raimundo Magalhães Junior retratar não apenas os episódios envolvendo o protagonista, mas também traçar um panorama da época.

Como apontamos anteriormente, didaticamente, o primeiro volume da biografia de Deodoro pode ser subdividido em duas grandes porções, sendo que a segunda, ao se ocupar da “questão militar” procura narrar os passos do biografado em meio às turbulências deste período.

Mesmo após o fim da famosa “questão militar”, aquilo que o narrador identifica como “formação de um espírito de classe”, cujo germe advinha da Guerra do Paraguai e que desenvolvera raízes durante a crise, não fenece, ao contrário começa a crescer rapidamente e frutificar: os militares, apesar de encerrada a crise e sem bandeira aparente de luta que os unissem, ao invés de se dispersarem, criaram uma forma de se coadunarem: fundaram o Centro Militar, congregando elementos da Marinha e do Exército.

Em algumas passagens, o biógrafo buscou transmitir, por meio da ideia de simultaneidade dos acontecimentos, a dramaticidade dos eventos que ocorriam, como por exemplo, ao mesmo tempo em que os militares criavam o Centro Militar, acontecia o Congresso Republicano, em julho de 1887, e paralelo a isto, o trabalho pertinaz dos

abolicionistas. O narrador procura identificar Deodoro como o denominador em comum para os abolicionistas, os republicanos e os militares.

Mais uma vez, por meio do narrador, o autor cioso de uma revisão historiográfica aponta um detalhe, na sua visão, de extrema importância sobre o biografado ser a conjugação de forças entre abolicionistas, republicanos e militares por ocasião de sua candidatura a senador do Império: “tal episódio tem significação expressiva e não sabemos como possa ter sido desdenhado pelos que até aqui se ocupam da história da República” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 289).

A proposta de se lançar tal candidatura surgiu no recém-criado Clube Militar, sendo que Deodoro aceita não só a sua indicação, como também o programa apontado por Benjamim Constant e aprovado pela assembleia: a abolição da escravidão, a autonomia das províncias, o casamento civil, a separação da Igreja e do Estado, a secularização dos cemitérios. Deodoro ressalta que apesar de não estar ligado a partido algum, assumia o compromisso de lutar por tal o programa e sustenta que de longa data era já adepto das ideias expressas pelo mesmo.

A notícia de que Deodoro aceitara a candidatura para o senado é aclamada pelos jornais, principalmente a *Gazeta da Tarde*, órgão que contava com a pena de José do Patrocínio, que ao saber que Deodoro abraçara a causa abolicionista se coloca a seu inteiro dispor. Aos abolicionistas se juntam os republicanos, veiculando seu apoio por meio do jornal *O País*. O lançamento da candidatura era simbólico, já que o tempo para propaganda eleitoral era curto, já que Deodoro aceita participar do escrutínio apenas seis meses antes do pleito.

Além disso, tanto militares quanto abolicionistas e republicanos tinham plena noção de que dificilmente o seu candidato, sem partido, seria eleito. Todavia, o alvoroço foi intenso, uma oportunidade raríssima de explorar, cada um conforme os seus ideais e bandeiras de luta, um acontecimento como este em que se mostrava o descontentamento em relação ao governo.

Como previsto pelos seus próprios companheiros e aliados o candidato militar não é eleito mas, segundo o narrador, o resultado negativo da votação em si é bem menos importante do que algo muito mais significativo: representou a primeira tomada de contato, no terreno político, entre Benjamim Constant e Deodoro.

Por ocasião dos festejos populares em comemoração à aprovação da lei que aboliu a escravidão, Deodoro fez parte do cortejo que saiu do Paço da Cidade, local em que a Princesa Isabel assinara o decreto, e o narrador não perde a oportunidade, mais uma vez, de reforçar a ligação entre Deodoro e os abolicionistas, uma vez que este, ocupando a presidência do Clube

Militar, sustentara que o Exército não era composto de capitães-do-mato, em episódio no qual manifestou oposição a proposta de que soldados perseguissem escravos fugidos.

O narrador ressalta, que Deodoro, apesar de procurar evitar contato com os partidos tradicionais do Império, ainda assim não se desligava da ideia da Monarquia, conservando intacta a sua fidelidade ao imperador, chegando a afirmar que o Brasil, “se mal com ela [monarquia], pior sem ela [monarquia]”, ou ainda, que “República, no Brasil, e desgraça completa é a mesma coisa” (Deodoro *apud*. MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 333-334). Todavia, ressalva o narrador, nos quartéis o ideal republicano tomava conta dos alunos da Escola Militar e da oficialidade jovem.

O narrador sustenta que o “nome de Deodoro, a sua personalidade, sua figura de líder militar, seu prestígio incontestável nas classes armadas, eram um centro de constantes explorações políticas” e completa: “para ele convergiam os descontentes, os que tinham reclamações a veicular ou reivindicações a satisfazer” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 337).

Diante deste panorama, o Ministro da Guerra, Tomás Coelho, convida Deodoro para que assumisse o posto de Comandante das armas de Mato Grosso. Na visão do narrador, este convite se trata de uma deportação dissimulada, a fim de afastar o biografado do ambiente da Corte e do Clube Militar.

O último capítulo do primeiro volume trata sobre o clima de insurreição que se instaura na capital do Império logo após a partida de Deodoro:

O estado de espírito da época podia ser traduzido, em meados de 1889, pela soma de parcelas da opinião nacional que, diversificadas na aparência, tendiam, no entanto, para o mesmo fim. De uma parte, os conservadores a pregar a falência do regime, sempre que não estavam no poder [...] de outra parte, os fazendeiros, antigos donos de escravos, voltados contra a monarquia [...] doutra, os militares ressentidos, renovando os pretextos para evitar a reconciliação com o poder civil [...] e ainda, os próprios liberais dissidentes, como Rui Barbosa, acusando o gabinete de seu próprio partido [...] finalmente, a minoria republicana, ativa vigilante, tenaz, em crescente progresso, procurando tirar proveito de todos os atritos e cisões. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 1, p. 380).

Se o primeiro volume da biografia se encerra com aquilo que o narrador entende ser uma deportação dissimulada do biografado, o segundo volume da obra se inicia justamente com o regresso de Deodoro à Corte.

O biografado, segundo o narrador, vinha melindrado em razão de o gabinete de Ouro Preto ter designado para presidente da Província de Mato Grosso um major, ou seja, alguém hierarquicamente abaixo de si próprio, que, ferido em seu orgulho, parte da capital de Mato

Grosso sem nem mesmo esperar o ofício que o liberava de seus serviços como Comandante de armas da província citada.

Após a chegada à Corte, Deodoro concede uma entrevista da qual o narrador extrai o seguinte juízo de valor a respeito da conduta política do biografado (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 16-17): “era um conservador, declarava-se conservador, mas na realidade não obedecia a injunções, não respeitava os vínculos partidários, desprezava os candidatos conservadores para votar em candidatos liberais quando se tratava de colegas de farda”, continua: “o que falava nele, pois, não era o espírito conservador, que não o tinha, mas o sentimento de classe, a solidariedade profissional”.

Parece um tanto paradoxal as afirmações do narrador que ora define o biografado como conservador ora não conservador. Entendemos, que a mensagem que o biógrafo quer passar seria que Deodoro apesar de se autodefinir como conservador, leal ao trono, ainda assim seria capaz de passar por cima de suas convicções pessoais em prol do bem comum do grupo a que pertencia: os militares. Aquilo que parece paradoxal se esclarece pela afirmação, por parte do narrador, de que o biografado sacrificaria suas opiniões e crenças por “solidariedade profissional”.

O primeiro volume da biografia de Deodoro é configurado de maneira a oferecer ao leitor um panorama histórico e político do Brasil entre o período marcado pelas revoltas do último quartel do século XIX, sendo que em uma delas, a da Praieira, o próprio personagem central esteve presente, passando pela Guerra do Paraguai e pela chamada “questão militar” e encerrando com a ida de Deodoro para o Mato Grosso, naquilo que o narrador entende ser uma manobra política a fim de manter o protagonista longe do ambiente conturbado da Corte.

Sendo assim, efetuamos uma divisão em duas partes deste primeiro volume, como dissemos anteriormente, a fim de expor didaticamente como o biógrafo concebeu a estrutura deste tomo.

Agora, em relação ao segundo volume, é também possível inserir uma subdivisão: a narração dos eventos antes e pós a proclamação da República, na visão do biógrafo, por meio do narrador, o advento do novo regime seria um divisor de águas na história do Brasil.

O recorte temporal desse volume é dedicado exclusivamente a fim de narrar o último ano de vida do Império e os dois primeiros anos da República, fechando com a morte de Deodoro, em 1892.

Vale ressaltar, que enquanto o primeiro tomo da biografia cobre um período, se tomarmos o recorte que o próprio biógrafo institui, de 41 anos, correspondente a “da revolta da Praieira ao Gabinete de Ouro Preto”, mas levando em conta que o narrador recua até o

nascimento do pai do biografado a fim de retratar as suas origens, teríamos um longo período de tempo narrado. Já o segundo tomo cobre um recorte temporal de pouco mais de dois anos.

Pensamos que o fato de o biógrafo escrever um segundo volume em que um curto período de tempo é narrado em um texto de grande fôlego, seria uma opção de oferecer ao leitor o máximo de informação histórica possível, de relacionar os resultados de suas constantes pesquisas e ainda, por meio de minuciosos detalhes, desenvolver uma narrativa, bastante descritiva, é verdade, mas dramaticamente configurada, estabelecendo os elos entre as principais figuras que protagonizaram o 15 de novembro, entretecendo os tecidos dos episódios históricos que marcaram a transição da Monarquia para a República.

Das três biografias por nós analisadas, a de Deodoro é a única cujo objetivo central do biógrafo é o estudo da transição Monarquia-República a fim de acompanhar os passos do biografado, apesar de as vidas de Rui e de Patrocínio também se enquadrarem no mesmo contexto histórico de Deodoro, os objetivos do narrador, como veremos, são outros, apesar de este momento de transição também ocupar um lugar de destaque na construção do enredo.

O segundo volume da obra sobre Deodoro, no contraste entre o curto período abordado e a extensão da obra, é uma narrativa praticamente diária dos passos do biografado em seus três últimos anos de vida, sendo que os detalhes, as frentes narrativas trabalhadas, os personagens secundários, os episódios históricos, a trama social, são exaustivamente relacionados, analisados, descritos, interpretados, compondo um panorama rico e amplo, no qual o centro é a figura do protagonista mas cuidadosamente fixado e entretecido na sua época.

Mena Barreto é um destes personagens secundários, mas cuja atuação nos bastidores faz o narrador identificá-lo, ao lado de Benjamin Constant, como uma das figuras mais importantes das articulações que movimentaram a conspiração para derrubada da Monarquia.

Mena Barreto, então capitão de cavalaria, entra para a lista dos indesejados de Silveira Martins, governador daquilo que hoje é o Rio Grande do Sul, sendo designado para a Corte. Chegando à capital, procura Deodoro queixando da maneira como fora tratado por Silveira Martins.

O narrador acredita que frente ao estado de coisas reinante no país, “o detonador, a espoleta, foi, sem a menor dúvida, o capitão Mena Barreto”, que ciente do ressentimento de Deodoro contra a política de Ouro Preto, começa a fazer as articulações por conta própria: “procura camaradas, promove reuniões, agita-se, com um agudo senso de oportunidade e um dinamismo raro” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 21).

A narrativa apresenta Mena Barreto se reunindo com o personagem central, que apesar de acamado o recebe. A conversa entre ambos, inicialmente, é um monólogo do capitão que retrata em cores bastante carregadas e sinistras a maneira como o Exército estava sendo enxovalhado, maltratado, até produzir o efeito que queria: Deodoro exaltado, exasperado, sendo tudo verdade o que dizia o capitão ou não, a exclamar que aquela situação teria de ter um fim.

Um outro incidente que repercutiu de maneira extremamente negativa entre os militares foi a demissão do tenente-coronel Medeiros de Mallet após se chocar com o Ministro da Guerra do Gabinete Ouro Preto.

Após esse incidente, Benjamin Constant, tendo recuperado a saúde, visita Deodoro depois de um ano de separação. Segundo o narrador, o vice-presidente do Clube Militar “entendia que tal estado de coisas não podia continuar. E o caminho a seguir seria um só: o da instituição de um novo regime” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 21).

Deodoro ainda se mostrava reticente e indeciso, estimava o imperador, queria que o novo regime fosse implantado somente depois da morte do monarca, sua revolta era contra o ministério. Benjamin decide então que era o momento de aproximar o biografado dos elementos civis, ligados de longa data à propaganda republicana.

O biógrafo, por intermédio do narrador indaga:

Por que a figura de Deodoro parecia tão indispensável? Por que o movimento não marchou independentemente de sua participação, isolando-o ou colocando-o à margem? Por que Benjamin Constant, por tantos chamados de “o fundador da República” – título oficializado pelo Congresso, – foi tão repetidamente à casa do marechal, insistindo por entregar-lhe a chefia do movimento? (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 28).

Segundo o narrador, a resposta é que a figura de Deodoro poderia arrebanhar a alta oficialidade, até então, ao que indicava as pesquisas do biógrafo nas atas do Clube Militar e outras fontes que ele identifica vagamente como “outros documentos”, ainda não tinha esposado a ideia de República, muito difundida e aceita entre os oficiais jovens.

O biografado era um nome de prestígio, “diante dele curvavam-se todos, passando-lhe o bastão do mando, aceitando-lhe as ordens, submetendo-se ao seu arbítrio” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 29).

Um pouco adiante, o narrador se aventura em uma descrição física do protagonista já muito doente e entregue aos cuidados da esposa: “fronte calva, barbas embranquecidas, rosto



cavado e olhos fundos, marcado pelos mais atrozes sofrimentos físicos” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 34).

Apesar do estado de saúde precário, o narrador identifica em Deodoro um centro de energia capaz de inspirar os que o cercavam, de alimentar o ânimo de um combalido Benjamin Constant, cuja ação era “antes de tudo, um reflexo da presença de Deodoro no centro dos acontecimentos políticos do Império” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 35).

Como se vê, há uma supervalorização do papel de Deodoro como elemento aglutinador de forças, há uma heroicização do personagem, uma atribuição quase que ilimitada de poder de inspiração em sua figura de chefe militar.

O narrador procura articular no enredo como que na medida em que os dias vão passando, os elementos da conspiração vão se articulando e agindo: Benjamin Constant, Aristides Lobo, Mena Barreto, Lopes Trovão, Quintino Bocaiúva, decidem que era chegado o momento de agirem frente às manobras do governo, como a decisão de armar a Guarda Nacional e a Guarda Cívica com os melhores equipamentos bélicos da época, ao passo que o Exército vinha, paulatinamente sendo enxovalhado, reduzido o seu efetivo e dispersos os seus elementos divergentes.

O narrador descreve com riqueza de detalhes, com diálogos que permitem um vislumbre de como se davam alguns dos encontros na casa de Deodoro entre os personagens da conspiração e como o movimento contrário ao governo estava previsto para ser deflagrado em 10 de novembro, data em que um navio partiria rumo ao Amazonas com soldados acusados de rebeldia contra o governo. Todavia, altera-se a data, em virtude de os conspiradores pensarem não haver tempo hábil para articular elementos suficientes para alcançarem êxito.

O biógrafo procura retratar também a aproximação entre Deodoro e Rui Barbosa. Este, jornalista combativo, contundente, vinha já há algum tempo defendendo a causa dos militares e do próprio Deodoro, contra o regime vigente, na concepção do narrador, nada melhor do que isto para a aproximação entre ambos.

O ponto alto, segundo o biógrafo, da atuação jornalística de Rui foi o artigo veiculado no *Diário de Notícias* intitulado “Plano contra a Pátria”. Diante de tamanha audácia, frente às críticas severas dos argumentos de Rui contra o regime vigente e em defesa dos militares, Benjamin Constant, “num rasgo de confiança e franqueza”, o coloca a par da conspiração e o convida a tomar parte do movimento contra a Monarquia.

O narrador elabora um enredo praticamente diário das atividades dos conspiradores e aos poucos vai retratando os encontros secretos, os efeitos dos artigos de Rui na imprensa, a

última reunião no Clube Militar, ocasião em que Benjamin Constant é investido de plenos poderes a fim de acelerar o movimento contra a Monarquia, cujo ponto de saturação estava bastante próximo e tem seu momento decisivo na reunião em que estavam sob o mesmo teto nomes como Bocaiúva, Aristides Lobo, Benjamin Constant, Mena Barreto, Rui, Francisco Glicério, Frederico Lorena, Eduardo Wandenkolk, Sólon Ribeiro.

Esses indivíduos procuravam, cada um à sua maneira, persuadir Deodoro a proclamar a República, mas este, conserva-se hesitante, devido à sua lealdade para com o Imperador, mas acaba convencido e declara em um diálogo (re)construído pelo narrador: “Façamos a República. Benjamim e eu cuidaremos da ação militar. O senhor Quintino e seus amigos organizem o resto...”.

Quintino Bocaiúva aceita a incumbência e propõe que Deodoro seja o chefe do novo governo, mas o biografado recusa e indica o próprio Bocaiúva. Porém, todos insistem que ninguém além de Deodoro deveria assumir o alto posto. O narrador ajuíza que: “sua autoridade, seu prestígio, seu nome, imporiam mais confiança e mais respeito do que qualquer um outro” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 47).

Uma nova data para a investida contra a Monarquia é marcada: 20 de novembro de 1889. Deodoro, apesar de enfraquecido pela doença continuava recebendo visitas dos conspiradores, apesar dos protestos da esposa e do médico que o assistia: “o marido não pertencia mais à esposa. Deodoro pertencia aos seus camaradas de farda e aos novos amigos civis que vinham buscá-lo a todo instante” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 55).

O narrador procura interpretar os sentimentos do biografado, a hesitação diante da alternativa de se voltar contra o trono ou não, a angústia despertada pela espera do momento oportuno de sair para as ruas de proclamar a República. Apesar de todo esforço em construir uma imagem heroica de Deodoro, há também uma humanização de sua figura em termos como: “continuava hesitando...”, “foi tomado de cólera”, “foram dias de agonia para Deodoro”.

Expressões usadas em uma tentativa de interpretação subjetiva do biografado, uma leitura do que se passava no mais íntimo do personagem central, conferindo à sua imagem constantemente heroicizada na narrativa, os matizes de um ser de carne e osso.

O dia que antecede à proclamação da República é cuidadosamente descrito pelo narrador desde o amanhecer. O biógrafo se esmera na reconstrução dramática do último dia de vida do Império. Nesse sentido, o recurso utilizado pelo narrador é um passeio pelas matérias dos principais jornais da Corte, como o texto assinado por José do Patrocínio em que se

especulava sobre a abdicação do imperador dentro de poucas semanas, passando por outros periódicos como *O País*, que criticava violentamente o regime vigente.

O narrador conta ainda como foi o dia do imperador, os trabalhos no Senado, procurando, por meio da simultaneidade de eventos, imprimir um tom dramático aos episódios que se sucederam neste dia.

Mais uma vez, o biógrafo busca retratar a subjetividade do biografado em uma sequência narrativa que visa também explorar a faceta heroica do militar:

parecia esquecido de sua doença. Era como se os padecimentos tivessem cessado de súbito. O homem que passara a noite arquejando, numa cadeira, com o peito coberto de sinapismos, levantava-se, vestia-se, metia os arreios de sua montaria num saco, punha o revólver no bolso e saía. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 66).

É recorrente neste ponto da narrativa o uso do recurso de diálogos a fim de conferir à biografia um certo ar de romance, cujos personagens estão vivenciando o anticlímax dos acontecimentos. O narrador acompanha passo a passo as ações dos principais personagens, mas com o foco sempre voltado para o protagonista.

A fim de deixar claro como o movimento que proclamou a República pegou a todos, exceto os seus conspiradores, desprevenidos, o narrador retrata como tanto a cidade quanto a própria família imperial se encontravam alheios enquanto a coluna de soldados e civis, encabeçada por Deodoro, desfilava pelas ruas da capital.

Termos como “o momento era agitado”, “febril”, “entusiasmo geral”, são utilizados a fim reconstituir o clima de tensão e de expectativa gerado pela marcha da coluna de revoltosos até o ponto em que Floriano Peixoto se volta contra a autoridade de Ouro Preto e a cidadela governamental se rende a ao personagem principal, que na saída das dependências do prédio do governo é aclamado pelos transeuntes aglomerados.

O narrador descreve em cores vivas aquele que pode ser considerado o clímax do enredo: o momento, em meio aos soldados revoltosos, aos civis que conspiraram contra a monarquia, à multidão que se juntara e que até aquele momento tinha se mostrado alheia aos acontecimentos, Deodoro “leva a mão ao quépi, arranca-o da cabeça, agita-o no ar e grita: Viva a República Brasileira!” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 66).

Conforme vai narrando os acontecimentos imediatamente posteriores ao 15 de novembro, como a reunião na Câmara Municipal de um grupo de republicanos liderados por José do Patrocínio que propõe a elaboração de um texto de apoio ao novo regime, o alheamento de Ouro Preto e do imperador em relação à gravidade dos fatos e depois como

ficaram inteirados da situação, tratando, finalmente, do embarque da família imperial para o exílio, o autor procura, documentando minuciosamente, descrever os acontecimentos que marcaram o nascimento da República.

O narrador apresenta um Deodoro fatigado, abatido pela saúde e extremamente debilitado após a proclamação da República, mas lança sobre ele as expectativas do novo Governo: “era o primeiro cidadão da República, chefe do Estado, o fundador de um novo regime a que faltava, ainda, organicidade e que precisava, portanto, de sua tutela” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 119).

A partir deste ponto, aquilo que podemos identificar como sendo uma segunda parte da obra começa a ser trabalhada.

Trata-se da narração de como se deu a organização do novo regime sob o comando de Deodoro, chefe do Governo Provisório, que diante de seu precário estado de saúde entende ser necessário a designação dos vice-chefes Rui Barbosa e Benjamin Constant.

Nesta altura da obra, o narrador, a cada menção de um ato ou decreto do novo regime, relaciona o respectivo documento demonstrando uma enorme preocupação em basear suas análises nas pesquisas que efetuou, mas este recurso tem um ônus: acaba por interromper o fluxo narrativo, o que poderia ser evitado com uma indicação em nota de rodapé, e, se necessário, assim como procede em relação a outros documentos, disponibilizar o material em apêndice.

Pelo fato de ser consideravelmente reduzido o recorte temporal focado neste segundo volume, os episódios históricos que marcaram o início da República são esmiuçados pelo narrador, que tem o cuidado de movimentar a lente de sua objetiva sempre tendo em vista a ligação entre o biografado e os eventos narrados.

Podemos citar alguns episódios em que o narrador procura estabelecer a ligação entre o biografado e o desenrolar dos fatos: a primeira crise do Governo Provisório, cujo desdobramento foi o “encilhamento”; o declínio de Benjamin Constant, sua saída do Ministério da Guerra e a ascensão de Floriano Peixoto; o processo de elaboração da Constituição Provisória; a instalação do Congresso Constituinte; a eleição para a presidência da República; a oposição entre o biografado, recém eleito presidente da República, e o Congresso; o agravamento da crise e a conseqüente dissolução do Congresso, resultando no Golpe de Estado; a dramática renúncia de Deodoro ao poder; e, finalmente a descrição de seu falecimento.

Cada um destes episódios citados corresponde a um capítulo ricamente detalhado, transbordante de citações de documentos oficiais e excertos de matérias de periódicos, utilizados a fim de conferir uma impressão do clima político da época.

O narrador, após a descrição da primeira grave crise do Governo Provisório e como, tendo ao centro o biografado, cada personagem envolvido se comportou, externa mais um importante juízo de valor sobre a subjetividade de Deodoro:

Firme nas decisões tomadas, incapaz de um recuo ou de uma tergiversação; corajoso em arrostar opiniões contrárias, sem temer consequências; disposto a renunciar, quer para forçar a união do ministério, talado pelas rivalidades e ciúmedas, quer para evitar transigências com os pontos de vista que firmara. A luta que Rui sustentou foi grande, mas talvez saísse vencido nessa luta se não estivesse escudado no caráter rijo e na intransigência quase agressiva do proclamador da República. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 160).

O narrador se desdobra a fim de apresentar como se deu o processo de formulação da carta constitucional e sua subsequente aprovação, explorando a oportunidade de evidenciar as pesquisas do biógrafo bem como a sua longa descrição e análise dos principais aspectos da nova Constituição. Mas a essa altura, o cerne da narrativa é a preocupação do biógrafo em relacionar os elementos mais importantes da eleição presidencial.

A primeira eleição para presidente da República, disputada entre Deodoro e Prudente de Moraes, é narrada com recursos literários, como as reticências, o uso recorrente de diálogo, de termos que expressam suspense e o drama da situação.

Apesar de o desfecho ser conhecido – Deodoro é eleito presidente e Floriano Peixoto vice-presidente –, nem por isso o biógrafo perde a oportunidade de explorar seus dotes literários, arrebatando o leitor por meio de uma narrativa cativante, ditada ao ritmo da disputa eleitoral, da atmosfera de suspense que cerca o escrutínio, da expectativa de cada um dos envolvidos e dos interesses em jogo.

Sobre a escolha do protagonista para concorrer às eleições, o narrador emite o seguinte juízo de valor: “o regime ainda não estava consolidado e não podiam os republicanos dar-se ao luxo de dispensar, desde logo, o concurso da espada prestigiosa do velho marechal que a 15 de novembro destruíra a monarquia e implantara a República”. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 283).

Fica evidente a heroicização de Deodoro pelo narrador. É ponto pacífico que o biografado desempenhara papel importante na deflagração do golpe, mas atribuir a ele quase

que exclusivamente a responsabilidade pela queda do antigo regime é personalismo pura e simplesmente.

Expressões como: “a tensão é cada vez maior”, “a impressão que se tem, por momentos, é a de que periga a candidatura de Deodoro”, “os deodoristas aplaudem”, “os aplausos reboam, entusiásticos, irrefreáveis”, “é um verdadeiro delírio” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 302-303), representam o sucesso de traduzir em palavras e com o uso de recursos literários, mas também com base em fontes pesquisadas, o clima político do momento das eleições.

Este pode ser considerado um exemplo de como Magalhães Junior alcança êxito, na maioria das vezes, de estabelecer um equilíbrio entre literatura e história, explorando ao máximo o caráter híbrido do gênero biográfico.

O Governo Provisório chegava ao fim, tinha início o governo constitucional da República. Mas os ânimos, segundo o narrador, estavam exaltados, desde que Deodoro ainda durante o Governo Provisório, entrara em choque com os membros do seu ministério em razão do incidente do empastelamento do jornal *A Tribuna*.

A situação se agrava pela insistência do personagem cuja vida é narrada em aprovar a concessão do Porto das Torres, até que chega ao ponto em que os ministros combinam entre si e entregam uma carta com um pedido de demissão coletivo sob o pretexto de que a aprovação do projeto de Constituição era o limite para a existência do ministério.

Deodoro não se dá por vencido, e, imediatamente convoca aquilo que desde logo é alcunhado como “ministério dos áulicos”, composto por homens ilustres, mas incapazes de fazer frente ao protagonista, dóceis demais para contradizerem, debaterem, contra-argumentarem com o chefe do governo.

Ficamos sabendo pelo narrador que a crise enfrentada por Deodoro logo depois das eleições para presidente advinha das disputas entre dois grupos: os “áulicos e os históricos, os deodoristas e os antideodoristas” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 322).

Quando se iniciam os trabalhos das casas legisladoras em meados de 1891, as hostilidades para com o novo governo têm início, gerando uma situação delicada, que ameaçava o regime recém-fundado.

A situação se agrava pelo fato de Deodoro ter uma saúde debilitada, sendo que Floriano Peixoto, também enfermo, coloca a todos de sobreaviso, dada a ausência total de elementos de confiança no ministério que se encontrava no poder, principalmente o Barão de Lucena, identificado como o velho conservador dos tempos da Monarquia.

O governo tinha todos os seus projetos rechaçados nas duas casas do Congresso e ao mesmo tempo era criticado duramente por seus opositores. O narrador retrata o temperamento do biografado ao enfrentar a crise política: “não era de molde aceitar situações desta natureza [...] voluntarioso, autoritário, por vezes mesmo obstinado” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 322).

Deodoro vinha de um período, o Governo Provisório, em que era ao mesmo tempo a encarnação do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Todavia, enfrentava agora homens que dantes se inclinavam à sua autoridade. Os sentimentos do biografado são assim retratados pelo narrador:

Deodoro, evidentemente, estava ferido em seu amor próprio, em seu orgulho não apenas de militar, mas de proclamador da República, de organizador do regime, para o qual olhava como se fosse obra sua, e muito sua, agora fugindo de suas mãos, deturpada por influências estranhas, voltada contra ele próprio como um feitiço contra o feiticeiro... Porque Deodoro tinha amor próprio, porque o velho marechal tinha orgulho, porque gostava de fazer prevalecer vaidosamente a sua opinião, é que tinham recorrido a ele os seus companheiros de classe na “questão militar” e os dirigentes republicanos, em outubro e novembro de 1889. A força que o impelia, agora, na sua reação contra o Congresso era a mesma força elementar, fruto de uma vontade forte, de um personalismo inequívoco, de uma sólida obstinação. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 333).

O narrador explica que a decisão de Deodoro de dissolver o Congresso é fruto de sua obstinação, de seu forte temperamento, da sua dificuldade de aceitar opinião contrária. É reproduzido no texto, na íntegra, o extenso documento em que o biografado se dirige à nação explicando as razões de sua decisão autoritária.

Não apenas este documento é inteiramente reproduzido como também o que externa a opinião do Congresso em um “contra-manifesto”. O narrador, deixando de lado quaisquer outros aspectos, considera que se não fosse o temperamento do biografado, o Golpe não teria sido desferido.

Os dois últimos capítulos da obra são dedicados a narrar os eventos históricos que envolveram a articulação da oposição; a cisão entre Deodoro e Floriano Peixoto; as reuniões secretas entre os membros do Congresso recém-dissolvido a fim de combinarem ações contra o governo ditatorial; Floriano Peixoto se tornando o centro da resistência legalista, sua ação antes dissimulada passava agora a ser legítima aos olhos dos que lutavam contra Deodoro.

Os opositores não podiam colocar o Exército contra o protagonista, sendo assim, se viram obrigados a “catequizar” as forças da Marinha. Esta ação, somada a um levante contra o presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, é o sinal que os conspiradores do contragolpe aguardavam para prosseguir.

O narrador permite-nos entrar em contato com toda a admiração que o biógrafo devota ao biografado em rompanes como este quando fala da última parada militar de que participa Deodoro no aniversário do segundo ano do novo regime:

Aos olhos do povo, o proclamador da República apareceria cercado do prestígio extraordinário com que, apoiado nesse mesmo Exército, dois anos antes investira contra a monarquia, velha de quase setenta anos, destruindo-a com a simples ameaça de sua gloriosa espada. [...] as energias íntimas daquele homem quase moribundo eram em verdade extraordinárias e, em certos momentos, conseguiam transfigurá-lo, dando-lhe singular expressão de marcialidade, de vigor, de entusiasmo. [...] uma vez sobre a sela, porém, readquirira o prumo, a compostura varonil e heroica dos velhos tempos que contemplamos na figura, em bronze, de sua estátua equestre. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 333).

No trecho acima há uma heroicização do biografado, exemplo de autosuperação, que a todos enchia de entusiasmo com sua energia, seu garbo militar, sua postura varonil, a ponto de o narrador identificá-lo como um herói mesmo, aquele que com apenas a ameaça de sua espada destruíra não apenas uma dinastia, mas todo um antigo regime.

À primeira vista, pode parecer uma certa simplificação, naturalização dos acontecimentos históricos, mas parece que o narrador objetiva repassar ao leitor uma ideia de como a população, de um modo geral, e o Exército, em específico, concebiam a imagem do biografado.

Isto fica comprovado nas diversas ocasiões em que destaca o porte militar, a postura heroica do deflagrador do golpe contra a Monarquia, o narrador sempre procura usar expressões como “aos olhos do povo”, “para a população”, “para o exército”, “para os seus camaradas”, em uma preocupação de transmitir em papel e letras um retrato verossímil do biografado, um vislumbre da maneira como os seus contemporâneos reagiram à sua presença.

Foi a última aparição pública de Deodoro como chefe do seu governo. Em seguida, o narrador descreve os eventos marcantes da revolta da Marinha, orquestrada pelos republicanos “históricos” e os congressistas destituídos pelo Golpe.

A crise se agrava até a iminência de guerra civil, mas Deodoro é demovido de sua intenção de resistir aos opositores e entrega o cargo de presidente da República ao vice-presidente, Floriano Peixoto.

O narrador aproveita o ensejo para narrar dramaticamente o comportamento do biografado diante das ações dos opositores que desfecharam o contragolpe, a forma como Deodoro se portou com extrema valentia e teimosia, características de sua personalidade.



Depois de deixar o Governo, o ressentimento, a amargura, a sensação de ter sido incompreendido e injustiçado, a ingratidão de que fora vítima, assaltam com mais intensidade os últimos dias do personagem central.

Em 23 de agosto de 1892, Deodoro, cercado de amigos e familiares, falecia em sua residência. Segundo o narrador, após a sua morte, acabam as divergências: “todos viam nele apenas o servidor da Pátria, o herói da Guerra do Paraguai, o líder militar que desafrontara os brios da classe, o valoroso proclamador da República” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 386).

Existem pelo menos duas questões principais que podemos levantar, que funcionam como uma espécie de mapa do tesouro para o trabalho do biógrafo ao longo dos dois volumes e que servem de base para o enredo.

A primeira, pertence à alçada do trabalho do historiador: qual a perspectiva historiográfica que orienta a escrita da história em Raimundo Magalhães Junior em suas opções metodológicas, teóricas, a fim de analisar a transição da Monarquia para a República na biografia de Deodoro?

A segunda questão é de ordem específica, como o biógrafo concebe o biografado: Deodoro da Fonseca influenciou ou foi influenciado no e pelo desenrolar dos episódios cujo desfecho foi a extinção do regime monárquico no Brasil e a proclamação da República?

Sobre a primeira questão, desde o texto prefacial o biógrafo deixa explícito que se orienta pela tese de que a queda da Monarquia se deu em função de três fatores: a Questão Militar, a Questão Religiosa e a Abolição. Mas o narrador esclarece que seria a Questão Militar o principal fator para a derrubada do trono imperial.

Ao assumir esta perspectiva historiográfica, Magalhães Junior se revela tributário das interpretações de Oliveira Viana em sua obra *O ocaso do Império*, que continua, de certa forma, a tradição monárquica dos “sebastianistas”, ressaltando o caráter eminentemente militar do movimento do 15 de Novembro, deixando o papel do partido republicano e dos positivistas em segundo plano (COSTA, 1999).

Duas perspectivas de interpretação surgiram logo após a proclamação da República: a dos republicanos e a dos monarquistas, aos quais vieram se somar com o tempo alguns republicanos, que, desiludidos com a experiência, aumentaram o rol dos descontentes, exaltando as glórias do Império e ressaltando os vícios do regime republicano (COSTA, 1999).

Os monarquistas entenderam o 15 de Novembro como o resultado de um levante militar alheio à vontade do povo, fruto da indisciplina das classes armadas que contaram com

o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a Abolição, já os republicanos enxergaram a queda do antigo regime como a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de idealistas corajosos que conseguiram implantar no país as mudanças necessárias (CARVALHO, 1990).

Vicente Licínio Cardoso em sua análise do advento da República procura estudar a história de maneira mais científica do que se fizera até o momento em que escreve, procura vincular os acontecimentos políticos com as mudanças ocorridas na economia e na sociedade.

Sendo assim, procura demonstrar que a proclamação da República se tornara incontornável desde o momento em que faltou à Monarquia uma base social, sendo assim, a extinção do Império foi resultado, principalmente, de razões econômicas e sociais (COSTA, 1999).

Vale destacar que Magalhães Junior relaciona a obra de Licínio Cardoso na bibliografia, e, a crer nos depoimentos de contemporâneos de que Magalhães era um autor dedicado à pesquisa, sendo isto comprovado em seus trabalhos, podemos presumir que o biógrafo, apesar de ciente das novas abordagens historiográficas, prefere esposar a tese, entre outras, de Euclides da Cunha, Oliveira Viana, José Maria dos Santos, Pandiá Calógeras, autores que ainda defendiam uma concepção historiográfica que exagerava a importância da Questão Militar para a proclamação da República.

Todavia, o biógrafo, ao contrário do que postula Oliveira Viana e também José Maria dos Santos, não considera a ação dos militares como fruto de indisciplina que grassava no Exército, mas sim como um processo conspiratório em que os civis republicanos persuadiram os elementos militares, sob a liderança Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, de que a única saída era a extinção do Império.<sup>121</sup>

Apesar do contato com outras perspectivas historiográficas, como por exemplo a de Vicente Licínio Cardoso, que critica o exagero concedido para o papel desempenhado pelos militares para a mudança de regime, Magalhães Junior elege a obra de Oliveira Viana como a principal orientação para a composição do contexto histórico em que viveu Deodoro justamente porque esta obra oferecia o respaldo necessário para a afirmação da atuação não apenas das forças armadas, mas principalmente do biografado no curso dos episódios que culminaram na proclamação da República (COSTA, 1999).<sup>122</sup>

O autor se mantém fiel às abordagens primitivas sobre o advento da república, apesar de citar em sua bibliografia, além da obra de Licínio Cardoso, também a de Nelson Werneck

---

<sup>121</sup> Ver SANTOS (1930).

<sup>122</sup> O biógrafo cita duas obras deste historiador na bibliografia: CARDOSO (1924; 1933).

Sodré, que, em *Panorama do Segundo Império* (1939), ao explicar a queda do Império, afirma que a Monarquia desapareceu menos pela oposição que lhe moviam do que pela própria fraqueza, pela sua falta de base, pela indiferença, apatia e neutralidade de muitas das forças que lhe haviam apoiado no passado. A queda da monarquia assemelhou-se ao desprendimento de um fruto maduro (COSTA, 1999).

Na verdade, Sodré (1939) é influenciado diretamente pela obra de Caio Prado Junior, que rompe com a perspectiva historiográfica mantida até então sobre o processo histórico brasileiro com o livro: *A Evolução Política do Brasil* (1933), no qual propõe uma análise histórica que não fosse a glorificação das classes dirigentes.

O autor, influenciado pelas ideias marxistas, apresenta o conjunto de mudanças que levaram à superação do regime monarquista. A principal razão apresentada para o 15 de Novembro foi a inadequação das instituições do antigo regime ao progresso do país, como o Senado Vitalício e o Conselho de Estado, sendo que a luta contra essas instituições conduziria à República.

As ideias de Caio Prado Júnior seriam desenvolvidas por outros historiadores, que passaram a se analisar os elos entre a proclamação da República e as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país durante o Império (COSTA, 1999).

Chama a atenção, que o biógrafo relaciona a obra de Sodré (1939) em sua bibliografia, mas não parece inclinado a absorver as propostas de revisão historiográfica desse autor, já que se mantém fiel à tese desenvolvida por Oliveira Viana.

A respeito da segunda questão que apontamos, apesar de reconhecer que “Não teve a República um fundador, apenas, mas vários”, o narrador ressalva e ressalta que “se um deles sobressai entre os demais, pela ação decisiva que teve no curso dos acontecimentos, esse foi, sem sombra de dúvida, Deodoro da Fonseca...” (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, v. 2, p. 197).

Isto em parte responde à pergunta sobre se Deodoro, para o biógrafo, foi uma figura preponderante para a proclamação da República. Como procuramos demonstrar até aqui, sem sombra de dúvidas o narrador considera a participação do biografado de fundamental importância para os eventos que precederam o 15 de Novembro, o agente que seria o denominador comum da conspiração, o elo que reunia os diversos elementos, civis republicanos, militares e abolicionistas.

Vale lembrar, que o narrador ao longo de toda a obra, principalmente no segundo volume, alerta que Deodoro apesar de ter tido um papel influente no curso dos acontecimentos, também foi persuadido, adulado, houve insistência e até mesmo quem afirmasse que sem ele nada seria feito.

Sendo assim, não foi o biografado quem tomou a frente da conspiração e sim elementos como Benjamin Constant, Aristides Lobo, Mena Barreto, Lopes Trovão, Quintino Bocaiúva, além de Rui Barbosa, Francisco Glicério, Frederico Lorena, Eduardo Wandenkolk, Sólon Ribeiro, personagens secundários que se articularam e procuraram o apoio de Deodoro a fim de que este oferecesse o seu prestígio apenas no momento de ação final.

Como já apontamos, o narrador salienta que sem o biografado nada do que foi feito se fez, já que era ele o elemento aglutinador das diversas frentes: abolicionistas, republicanos, militares. Há um esforço interpretativo do biógrafo, por meio do narrador, de penetrar na subjetividade do personagem central, de desvendar as suas emoções e não apenas as suas ações.

No caso de Deodoro, é evidente a admiração do biógrafo pelo biografado, mas sem exageros que conduzam a uma narrativa panteonista. No modo de entender de Raimundo Magalhães, Deodoro foi um narcisista, e teria sido justamente esta faceta de sua personalidade, intransigente, inflexível, com veios ditatoriais, autoritário, marcial, orgulhoso, que teria favorecido a sua escolha como líder dos militares descontentes, teria sido esta personalidade tão marcante que teria feito dele o denominador comum entre militares, civis republicanos e abolicionistas e que sem a sua figura de proa o movimento que derrubou a Monarquia e instituiu a República provavelmente não teria acontecido.

Existe uma tese pré-concebida? Sim, existe. A discussão em torno desta questão vai longe. Alguns autores como Vilas Boas (2008) se posicionam contrários a este tipo de abordagem. Todavia, pensamos que é muito mais honesto da parte do biógrafo logo de início informar o leitor sobre a sua concepção acerca do biografado do que ficar se escondendo por trás de uma falsa neutralidade.

Raimundo Magalhães Junior assume o que pensa de Deodoro e toda a trama narrativa é construída a fim de dar conta desta concepção. Por defender como extremamente decisiva a participação das forças militares dissidentes no 15 de Novembro é que temas como a Guerra do Paraguai, a Questão Militar, a recusa de Deodoro em permitir que o Exército participasse na captura de escravos fugidos, as atividades do Clube Militar, os episódios que envolveram a Escola Militar, são explorados ao máximo, são os carros-chefes do enredo por demonstrarem a participação dos militares e, o mais importante, de Deodoro no curso dos acontecimentos.

Pode-se apontar que Magalhães Junior carrega nas tintas ao descrever a participação de Deodoro e a sua importância para o movimento republicano? Talvez, ainda assim, deve-se deixar claro que esta é a *versão* do biógrafo para as ações do biografado e para a época em que viveu.

Procurando basear-se sempre em farta documentação, o autor objetiva criar um personagem conforme o interpreta a partir das fontes. O mérito desta biografia reside nesta atitude criadora, reside na possibilidade de estudar aspectos de uma época da história do Brasil a partir da atuação de um dos seus atores.

A biografia de Deodoro é uma narrativa que em muitas ocasiões destaca as atitudes do protagonista de maneira a heroizá-lo, mas também o humaniza, ao procurar retratar os seus estados de espírito, as mudanças súbitas em seu humor, a maneira como pensava o seu papel no 15 de novembro, como concebia o cargo de primeiro presidente da República.

O biógrafo se arrisca, não fica restrito ao terreno seguro da descrição linear, rasa, de fatos e efeitos, e é justamente por isso que às vezes outorga ao biografado uma influência exagerada, um poder de persuasão inflacionado, mas este é o preço do risco calculado de perseguir uma interpretação não apenas das ações externas, mas também das motivações internas do protagonista.

### **3.2 – O homem e o mito: um perfil iconoclasta de Rui Barbosa**

Em dezembro de 1964 é publicada a biografia *Rui, o homem e o mito*. No dia 15 de janeiro de 1965, na Livraria São José – um salão literário de Walter Alves da Cunha e Carlos Ribeiro, frequentado pela nata letrada do país e também internacional – ocorre o lançamento oficial da biografia em uma tarde de autógrafos de Raimundo Magalhães Junior.<sup>123</sup>

Trata-se do volume de número 27 da coleção *Retratos do Brasil* lançada pela editora Civilização Brasileira. Chama a atenção o fato de uma biografia revisionista, extremamente polêmica como esta, ter sido publicada justamente em um período de crise política no país, uma obra que contestava um dos maiores ídolos do panteão brasileiro, Rui, cuja figura fora alvo de glorificação e ataques desde quando ainda era vivo.

A biografia em questão é permeada do começo ao fim por uma crítica ferrenha de Magalhães Junior, por meio do narrador, em relação à mitificação construída ao redor de Rui Barbosa.

Transparece ao longo do livro uma postura do biógrafo de contestador dos excessos de autoritarismo dos governos, imperial e depois republicano, ao narrar as ligações do biografado

---

<sup>123</sup> CONDÉ, José. Rui – O Homem e o Mito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2º Caderno (coluna “Escritores e Livros”), 15 de janeiro de 1965, p. 2.

com o Governo Provisório, o afastamento que se deu entre o protagonista e Deodoro, primeiro presidente da República; sobre a “questão Dreyfus”; sobre o armamentismo naval; o episódio dramático da vacina obrigatória; sobre a Revolta da Chibata; sobre a abolição da escravatura.

Todos esses temas envolveram excessos autoritários dos governos, seja na manutenção de um sistema, escravocrata, seja na contenção ou combate de episódios como as Revoltas da Vacina e a da Chibata ou ainda, a decisão de Deodoro de dissolver o Congresso em um ato ditatorial. Parece implícito uma crítica ao presente em que o biografado escreve, tempo em que o país vivia uma intensa crise política.

Essa biografia lançada em dezembro de 1964 obviamente estava sendo concebida antes desta data, em um período tumultuado, cuja atmosfera política carregada envolvia a expectativa de quem iria dar o golpe no país.<sup>124</sup>

A ideia em relação à data pode ser confirmada na informação que segue a identificação de autoria do prefácio, texto que acompanha as três edições da obra, logo abaixo de R. Magalhães Junior, estão indicados o local e o período: “Rio, março de 1962 a março de 1964” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 9).

O lançamento da biografia de Rui foi anunciado por meio de notas em periódicos, principalmente cariocas, em ação conjunta com a *Civilização Brasileira*. Meses antes de vir à público o livro já era comentado por José Condé na sua coluna “Escritores e Livros” sob um título instigante “Livro-bomba sobre Rui Barbosa”.

O crítico anuncia que “R. Magalhães Junior entregou à *Civilização Brasileira* os originais de ‘Rui, o homem e o mito’, livro que a exemplo do que aconteceu com ‘Machado de Assis, desconhecido’ vai surtir o efeito de uma bomba nos arraiais das letras”. E retoricamente questiona: “Por quê? Simplesmente pelo fato de que, nessa obra, o conhecido escritor e pesquisador traça-nos um perfil de Rui Barbosa que foge inteiramente aos moldes adotados por quase todos os biógrafos do estadista brasileiro”.

Na mesma matéria, Raimundo Magalhães é entrevistado por José Condé que indaga se o autor pretendia destruir um mito, em resposta, o biógrafo nega e declara que:

Seria uma pretensão estulta. Os mitos não se deixam abater facilmente. Dotados de sete fôlegos, possuem uma validade excepcional. O meu intuito apenas é dar aos brasileiros a oportunidade de reavaliar a figura de Rui, bem diversa, como provarei, daquela que a imaginação popular aceitou: o Rui oracular de cuja boca saía ouro de

---

<sup>124</sup> Exemplo disto é o livro profético de Wanderley Guilherme dos Santos, cujo título é justamente *Quem dará o golpe no Brasil?*, lançado em 1962 pela *Civilização Brasileira*.

lei, o assombro de Haia com o mundo inteiro a seus pés, o homem que sozinho decidiu o destino de Dreyfus.<sup>125</sup>

Ao longo do mês de lançamento do livro, em dezembro de 1964, uma matéria contendo uma entrevista com o biógrafo foi veiculada por diversos periódicos espalhados pelo país. O conteúdo do texto da entrevista se mantém o mesmo em cada uma das publicações, o que se altera é apenas o título e o primeiro parágrafo em que cada editor ou colunista responsável insere uma pequena nota introdutória com informações sobre o autor, a obra em si ou sobre ambos.

Tudo leva a crer que esse seria um texto escrito pelo próprio biógrafo ou sob orientação deste, provavelmente em parceria com os responsáveis pela edição do livro e que no fim se trata de uma estratégia que visava a publicidade da obra em todo o território nacional a partir dos principais veículos de informação de cada capital de estado.

No texto da entrevista, veiculada em diversos jornais, as perguntas e respostas são as mesmas, das quais, podemos destacar a primeira, que indaga sobre o que teria motivado o autor a fim de escrever uma biografia de Rui. A resposta é objetiva:

Por duas razões. A primeira, por ter durante longo tempo recebido e anotado as publicações da Casa de Rui Barbosa, sem as quais é impossível ter uma visão de conjunto da obra e do pensamento de seu patrono. Essas publicações, ao fim de certo tempo, se tornaram para mim, motivo de escândalo, tal a variação das opiniões de Rui, a essência conservadora de suas ideias e a falta de originalidade de seu espírito, geralmente atrasado em relação a seu tempo. A segunda, a de que, quando se se chega a tais conclusões, parece necessário um ato de coragem: o de reagir contra as ideias feitas e propor revisões capazes de corrigir as distorções ou desfiquações correntes.<sup>126</sup>

O que nos chamou a atenção, desde os primeiros contatos com esta pesquisa de mestrado, seria sobre a editora que se arriscou a lançar uma obra tão polêmica quanto *Rui, o homem e o mito*. Uma possível resposta estaria em Ênio Silveira, figura de relevo na história

<sup>125</sup> CONDÉ, José. Livro-bomba sobre Rui Barbosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2º Caderno (coluna “Escritores e Livros”), 22 de setembro de 1964, p. 2. In Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>126</sup> No *Jornal do Comércio*, de Pernambuco, a matéria é intitulada como: “‘Rui o homem e o mito’, não é uma obra contra o homem, mas contra o mito”; em *O Diário*, de Belo Horizonte, o texto veiculado tem como título: “Um livro contra Rui Barbosa?”; n’ *O Estado*, de Fortaleza, o título do artigo é: “Homens, Ideias e Paisagens”; o *Diário de Minas* publica uma matéria intitulada: “Rui – um mito?”; o título do texto veiculado por *A Notícia*, do Rio de Janeiro é: “Obra contra Rui?”; já *O Estado do Paraná*, Curitiba, leva à público um artigo com o seguinte título: “R. Magalhães Junior: ‘foi montada ao redor de Rui uma grande e aparatosa máquina de mistificações’”. Ver Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

editorial no país. Quando ele assumiu o comando da Civilização Brasileira no início da década de 1950,

deu início a toda uma renovação nos processos editoriais da empresa, incorporando novos autores, modificando o padrão gráfico dos livros e, sobretudo, dando destaque a problemáticas brasileiras dentro de um enfoque nacionalista de esquerda. [...] A Civilização Brasileira firmou-se no mercado editorial como uma casa voltada sobretudo para a publicação de autores nacionais e de temáticas ligadas às ciências sociais e à política, à análise da realidade brasileira assim como também para a divulgação de obras de conteúdo marxista, dos clássicos do socialismo aos pensadores contemporâneos. (VIEIRA, 1996, p. 8-10).

Raimundo Magalhães Junior encontrou no amigo e editor Ênio Silveira a porta aberta para a publicação de uma obra concebida para efetuar uma “Tentativa de revisão histórica e política”, o que dificilmente não suscitaria polêmicas.

O texto da orelha do livro em sua terceira edição, provavelmente escrito por Ênio Silveira<sup>127</sup>, elogia a proposta do autor e deixa transparecer o clima de debate que envolveu a obra por ocasião de sua primeira edição cerca de uma década e meia antes:

A elaborada pesquisa do ilustre acadêmico e *scholar* foi tida como “infâmia assacada contra um dos maiores brasileiros de todos os tempos”; o fato de ter sido publicada por nós (“agentes de Moscou, Pequim e Havana” no entender de direitistas fanáticos), era evidência adicional de que continuávamos “subvertendo a ordem e menosprezando os grandes nomes da História do Brasil”. (Editora Civilização Brasileira. [Orelha]. In MAGALHÃES JUNIOR, 1979).

Não custa mencionar que a terceira e última edição da obra foi lançada exatamente no início de 1979, ano em que o regime militar começava a abertura democrática (REIS, 2011). É interessante como esta biografia tem sua primeira edição lançada justamente no ano em que se iniciava a ditadura em 1964 e sua derradeira edição quando o governo dos militares iniciava o período decisivo da abertura democrática, com atos como a Lei da Anistia.

Em entrevista, Raimundo Magalhães Junior declara que a primeira edição de *Rui, o homem e o mito* já se esgotara em apenas dois meses após o lançamento, pois, segundo o autor, a tiragem fora pequena (cerca de 5 mil exemplares). A segunda edição, lançada poucos meses depois, em março de 1965, contou com o dobro de exemplares; enquanto que a terceira, e última, edição, só foi publicada em 1979.<sup>128</sup>

<sup>127</sup> Segundo Vieira (1996, p. 4) Ênio Silveira: “lia, traduzia, fazia as vezes de copidesque e em alguns casos chegava mesmo a interferir no conteúdo da obra, opinando e dialogando com o autor”, além disso, teria escrito inúmeras orelhas de livros para lançamentos da Civilização Brasileira.

<sup>128</sup> MACHMAN, Flora. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.



A principal diferença entre a primeira edição e as duas seguintes seria que nestas há a adição de mais dois capítulos: um, intitulado “Rui e os empréstimos externos ao Estado”, em que narra a responsabilidade de Rui no endividamento dos estados no exterior e outro: “A oratória de Rui”, no qual discute a construção de toda uma mitologia em torno da capacidade de orador do biografado.

Na última edição há a adição de mais um capítulo ainda: “Rui, advogado do filho de López”, em que o autor procura narrar atuação de Rui como advogado de um dos filhos do ditador Francisco Solano López.

Estes acréscimos estão de acordo com uma das características do biografismo desenvolvido pelo autor: continuar pesquisando a vida do personagem mesmo após o lançamento das biografias a fim de poder revisar e ampliar futuras edições.

Os motivos para o sucesso editorial desta biografia não se explicam apenas pela celeuma provocada pela obra, seria simplista pensar assim, mas que a polêmica em torno do livro responde em grande parte pelas vendas, não podemos duvidar. Sobre esta questão, o próprio biógrafo nos socorre em nota à segunda edição:

A primeira edição deste livro, que logo se esgotou, produziu uma espécie de choque: foi comentada em páginas inteiras de jornais, em debates da Academia Brasileira de Letras, em artigos estampados nas colunas literárias e fora delas, nas seções sociais como nas teatrais e esportivas, em programas de rádio e de TV. Quase sempre com muito alarido, exaltação romântica e, em alguns casos, com típicas manifestações de intolerância e dedo-durismo. Devo dizer que contava com todas estas reações, inclusive com as da estupidez e da má fé. E reconheço que até a estas devo certo agradecimento, pois o silêncio é que poderia ter sido mortal para este livro, cujo mérito, se tem algum, é o de ter reaberto um debate histórico e político, esclarecedor sobretudo para as novas gerações brasileiras. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 11).

Como afirma o escritor, a segunda edição foi lançada em razão de ter se esgotado rapidamente os exemplares da primeira. Segundo o autor, a razão para a publicação de uma terceira edição seria que depois da anterior “saíram alguns livros que reeditam velhos exageros apologéticos e mistificações patrioteiras, já pulverizadas nestas páginas, que, portanto, permanecem de pé, sem contestações válidas, ante as quais tivesse de curvar-me.” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 11).<sup>129</sup>

Além da discussão e polêmica, ingredientes que contribuíram para a vendagem de exemplares, o sucesso da obra se deu também pela fama que Raimundo Magalhães Junior

---

<sup>129</sup> Provavelmente o biógrafo se refere a JORGE (1965) e a ORICO (1965).

construía de biógrafo minucioso, revisionista, amante da pesquisa, adepto de um estilo narrativo leve e envolvente.

A obra provoca fortes reações, tanto a favor quanto contrárias. A justificativa do biógrafo de que sua intenção é pôr novamente em questão a personalidade, a mitificação, a carreira política e a atuação diplomática de Rui Barbosa, e que o livro seria uma “Tentativa de revisão histórica e política, [cujo objetivo] é o de contribuir para que sejam traçados, futuramente, retratos mais autênticos de Rui” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 7), demonstra uma preocupação em indicar desde o texto prefacial os objetivos revisionistas da obra.

O autor tinha plena consciência do vespeiro em que estava bulindo quando se lançou na empreitada de escrever um livro com o enredo com um teor crítico sobre Rui: “Para os seus idólatras, a tarefa parecerá herética e iconoclasta. E incorrerá, sem dúvida, na veemente reprovação dos que professam o culto do ruísmo. Essa certeza, porém, não nos ata as mãos. A tais reações oporemos a força dos fatos” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 7).

A polêmica que o livro provoca na época se estende por vários anos, nesta discussão se envolveram simpatizantes de Rui, seguidores do chamado “ruísmo”, conforme o próprio Magalhães denomina, em oposição aos que de alguma forma compartilhavam o pensamento do biógrafo como um todo ou em parte.

Segundo Silva (2012) essa biografia é exceção às obras anteriores que tinham por objetivo glorificar a imagem do protagonista.<sup>130</sup> Raimundo Magalhães Junior busca em seu trabalho demonstrar que o culto ao mito intelectual liberal de Rui Barbosa encobria um homem de práticas políticas ultrapassadas e ultraconservadoras.

Efetuamos um levantamento de algumas críticas, notas, crônicas e entrevistas veiculadas em periódicos da época em que a biografia foi lançada. Não se trata aqui de expormos de maneira exaustiva o debate, mas procuramos elencar os principais textos, alguns dos quais já citamos, que podem nos oferecer uma ideia do clima de discussão que cercou a obra.

---

<sup>130</sup> Silva (2012, 1128), inclusive, destaca que “Carvalho (2000, p. 18) reafirma a avaliação dos intelectuais da época quanto ao valor de *Rui: o homem e o mito*, vaticinando, nas críticas documentadas, que, se Rui Barbosa beneficiara parentes pelo empreguismo, ‘Magalhães Júnior estava mais interessado em desmoralizar Rui Barbosa do que em estudar o clientelismo’, embora Galvão (2005, p. 363) não identifique de forma negativa nenhuma das diversas biografias que o jornalista escreveu, como *Dom Pedro II e a Condessa do Barral*, *Deodoro – a espada contra o Império* e a já citada obra sobre o jurista”. Ou seja, passados três décadas e meia Carvalho (2000), reitera a posição de uma grande parcela dos contemporâneos de Magalhães Junior contrários à tese defendida pelo autor na biografia de Rui, enquanto que Galvão (2005) entende de maneira totalmente inversa e se coloca ao lado do grupo de defende a tese da interpretação de Magalhães sobre Rui Barbosa.

Ao conceder entrevista ao programa “Roteiro das Artes”, na TV-Rio, Raimundo Magalhães Junior afirma que a reação ao seu livro pode ser dividida em quatro atitudes:

a dos que não leram e não gostaram; a dos que não leram e gostaram; a dos que leram e não gostaram; e a dos que leram e gostaram. Muitos condenaram a minha obra ou a defenderam sem ter lido o livro. Prefiro que os juízos sejam feitos após a leitura. Não tive a intenção de escandalizar, mas sim de manifestar minha opinião sincera, formada após longa pesquisa e sedimentação. Pretendi mostrar o Rui verdadeiro, não o que é apontado pelos apologistas.<sup>131</sup>

Em geral, foram escassas as análises positivas sobre o biógrafo e sua obra. A opinião de Odylo Costa Filho é de interesse, sendo que o próprio título do texto já indica o teor do mesmo: “Testemunho de amigo na briga sobre Rui”.

Segundo Odylo Costa Filho, o biógrafo “não escreveu para ganhar dinheiro ou fazer escândalo, mas na fervorosa sinceridade de quem luta contra os valores assentados. Contra o que lhe parecia o mais assentado dos valores da história republicana do Brasil” e completa: “o que levou Magalhães a escrever esse meio milhar de páginas foi uma convicção apaixonada e forte, como é do seu feitio combativo e tenaz”.<sup>132</sup>

Em *O Fluminense* sai um texto assinado por Emmanuel de Bragança Macedo Soares, o qual aponta que a obra de Magalhães “revolucionou e ainda está revolucionando os meios literários do país, suscitando os mais diversos comentários críticos e provocando as mais acirradas polêmicas, a respeito da realidade de Rui e da figura apresentada de Rui”.<sup>133</sup>

No começo de 1965, cerca de um mês após o lançamento da biografia, Mauricio de Medeiros escreve um artigo para o jornal *Tribuna do Ceará*, no qual defende que o biógrafo “lançou um livro corajoso” e assevera que “Em todos os seus capítulos (...) é impiedoso, mas todas as suas afirmações se apoiam em documentos, a maioria dos quais haurida na Casa de Rui Barbosa” e valoriza ainda o trabalho de pesquisa do escritor: “Essa qualidade de paciente pesquisador, demonstrada pelo autor, dá ao livro um sabor de verdade de difícil contestação”.<sup>134</sup>

<sup>131</sup> Magalhães Jr. promete mais dois capítulos na segunda edição do livro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>132</sup> COSTA FILHO, Odylo. Testemunho de amigo na briga sobre Rui. *Jornal do Comércio*, Recife, 8 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>133</sup> SOARES, Emmanuel de Bragança Macedo. Bagdocimo, precursor de Magalhães na destruição de Rui. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>134</sup> MEDEIROS, Mauricio. “Rui, o Mito e o Homem”. *A Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 28 de janeiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Mário Martins assina um texto no *Jornal do Brasil* e aprecia a biografia nos seguintes termos:

O autor, dentro de uma rigorosa honestidade de historiador, resolveu nos mostrar o avesso do famoso estadista, exibindo uma estarrecedora documentação, não só com relação às gritantes contradições daquele vulto histórico, como, ainda, as suas fraquezas humanas que desfiguram inteiramente, ou em grande parte ao menos, a imagem que a Nação construiu sobre Rui Barbosa. [...] o sr. Magalhães Junior podia ter fechado os olhos, sobretudo nesta época em que o nome de Rui é invocado como um dos nossos numes tutelares. Magalhães Junior, entretanto, com aquela coragem profissional que sempre o destacou, pensa de modo diferente. Considera um erro se cultivar um erro. E abre a polêmica, exibindo a radiografia histórica do lendário compatriota.<sup>135</sup>

De maneira artilosa, o autor do texto aproveita o ensejo e critica o governo militar da ditadura recém instalada:

[na obra] há um dado que poderá ser de grande alcance para o Brasil de hoje: mostra, a seus homens, como é difícil se esconder aos pesquisadores de amanhã aquilo de que na atualidade não se tem notícia. Antes de decorrido meio século da morte de Rui seu retrato começa a ser pintado com tintas terrivelmente realistas. Que diremos daqueles que não são tão grandes quanto ele e que, muito mais do que ele, andam a pecar nestes dias de tanta farsa?

Antônio Gomes de Pereira assina um artigo publicado no jornal *O Povo*, de Fortaleza, no qual considera que não poderia ser outro o clima de debate após “tamanho abalo na figura, na estátua, nos bronzes e medalhas da ‘águia de Haia’”.

Segundo ele, “se a obra amadurecida de Raimundo Magalhães Junior, fruto de tantos anos de pesquisa paciente e criteriosa, vem derrubar o Mito para reintegrar o homem nas suas circunstâncias, ao escritor as nossas palmas sinceras”. Afirma o colunista que nesta biografia, “o homem Rui Barbosa aparece dentro da moldura autêntica, humana, sem hipertrofias que caracterizam inchações e pavoneamentos”.

Pereira tece o seguinte comentário: “desde o berço o homem aprende a construir seus mitos, grandes e pequenos, particulares e universais. E vai pela vida em fora com as imagens que irrompem dessa mitologia de bolso ou com as figuras de uma simbologia estratificada pela mitologia maior e mais difundida”.

Após esta curta explanação de ordem mais geral, o autor explica que a República recém fundada era ainda um “menino titubeante” e precisava de “alguém que corporificasse e

---

<sup>135</sup> MARTINS, Mário. A polêmica do ano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1965. Ver Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

simbolizasse seu anseio de afirmação e glória. Precisava heroizar-se, fugir à sua impotência. Alguém que gritasse ao mundo o valor da jovem sul-americana”.

Ninguém melhor do que Rui para assumir tal papel: “persistente, estudioso, inquieto. E orador”. Apesar de reconhecer a importância do papel político, jurídico, abolicionista de Rui Barbosa, o autor critica que este em vida aceitou a inflação de sua personalidade e colheu satisfeito as homenagens pomposas que recebeu ao avultar aos olhos do país como o “ponto culminante da cultura”.

Antônio Gomes Pereira justifica que a celeuma acerca da biografia se deu porque os adoradores do mito “não permitem fraquezas no seu ídolo, não consentem em fragilidade. Querem vê-lo sempre onipotente”, explica ainda, que justamente por não aceitar estas fraquezas é que surgem “os relatos de sua infalibilidade linguística, de sua precocidade intelectual, de suas inerrâncias administrativas”.

O autor, sinceramente, afirma não saber se fora Bérqson ou Einstein quem dissera que “gênio é 1% de inspiração e 99% de transpiração”, apesar de se equivocar quanto a ambos, já que a expressão é atribuída a Thomas Edison, a intensão é válida uma vez que Pereira desejava transmitir a ideia de que “de Rui apenas se falava na inspiração, na intuição, no *insight*, sem se colocar em pose de destaque a sua transpiração, o seu labor”.

Segundo o articulista, exatamente neste aspecto o trabalho de Magalhães Junior teria “o mérito sem preço de quebrar os pés de barro do ídolo, de devolver o intelectual, o político, o estudioso, o tributo à sua condição de mortal, de falível, de transitório, de mutável, em suma, de homem”.<sup>136</sup>

Quando saiu a terceira edição da obra em 1979, apesar dos ânimos já se encontrarem abrandados, algumas críticas contrárias e a favor voltaram a surgir nos jornais.

H. Pereira da Silva escreveu um texto a fim de comentar o lançamento da derradeira edição da biografia e afirma que a obra reabria uma cicatriz na “magoada alma dos idólatras ruístas e, ao mesmo tempo, agita a sanha dos adversários gratuitos da chamada Águia de Haia”, o autor opina que se trata de um livro sem “o propósito sensacionalista a ele atribuído na primeira edição, chegando alguns insultos pessoais ao seu autor, causaria estremecimento de velhas amizades e até rompimentos”.

Metaforicamente H. Pereira da Silva explica os motivos da celeuma em torno da biografia e ironiza que,

---

<sup>136</sup> PEREIRA, Antônio Gomes. Rui e o mito de Rui. *O Povo*, Fortaleza, 30 de janeiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Os pardais da inteligência certamente aspiram os altos voos das águias e, fazem por isso, um barulho dos diabos quando o pássaro maior é ferido na sua majestosa altitude. E isto contém algo de tributo aos méritos de um homem águia, também, por outro lado, esconde – ou mais exatamente – revela, um sentimento de inferioridade inegável: o da mediocridade subserviente a tudo o que a águia falante, pesada de verbosidade, aos encantados ouvidos dos pardais desovou.<sup>137</sup>

É interessante como o autor propõe uma explicação para os duros juízos de valor do biógrafo em relação ao biografado ao supor que o escritor, na parte interpretativa, deixa

transparecer certo antagonismo político, sendo como o foi, eleito pelo Partido Socialista, de João Mangabeira e [...] Rui – como negá-lo? – foi elitista, mesmo quando em arroubos oratórios, defendia uma causa que não era, estritamente, a sua ou do seu interesse como advogado da Light, acionista de várias companhias, com lucros certos, etc., afora gordos honorários em sua banca na rua do Rosário.

H. Pereira da Silva questiona a razão de Rui ser, para muitos, intocável: “figuras proeminentes sofreram e sofrem revisão, sem que, com isso, deixem de ser proeminentes. Por que Rui Barbosa estaria isento?”.

Segundo o analista, Magalhães Junior decidiu insurgir-se contra a consagração de Rui, tirando-lhe o caráter de exclusividade, denunciando algo pouco ou nada conhecido até então: “a fabricação da glória de Rui”. Para o autor do artigo, a grande contribuição da obra é desfazer o mito e assentar o homem.

Em 23 de dezembro de 1981, alguns dias depois da morte de Raimundo Magalhães Junior, Manoel Hygino dos Santos toca novamente no assunto da publicação da biografia de Rui Barbosa.

Para o escritor, esta biografia poderia ser inserida entre os trabalhos que mais lograram êxito na carreira de seu autor e lembra que foi exatamente esta obra que permitiu a Magalhães voltar à Europa para uma nova temporada.<sup>138</sup>

O artigo de Manoel Hygino dos Santos é uma recapitulação dos principais episódios da enorme polêmica suscitada pela biografia, relembra, por exemplo, o lançamento de “Rui, o Homem e o Mico”, de Osvaldo Orico que faz uma “candente e veemente defesa do ilustre baiano” ou ainda, “O piolho na asa da Águia”, de autoria de Salomão Jorge.

O jornalista recorda também a grande campanha publicitária, que precedera a obra em todo o Brasil, em diversos veículos de informação como os jornais e revistas impressos, os programas de rádio e de televisão.

<sup>137</sup> SILVA, H. Pereira da. Rui, o homem e o mito. *Jornal do Comércio*, Recife, 14 de outubro de 1979. Ver Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>138</sup> Livro sobre Rui garante viagem a Magalhães Junior. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1967. p. 4.

Por fim, após retomar várias opiniões de combatentes pela causa de Rui, cita o acadêmico Ivan Lins, que de maneira mais sóbria defende que após as duras críticas de Magalhães Junior e das obras dos defensores do estadista baiano, fora Rui quem saíra ganhando do debate: limpo de possíveis exageros de ambos os lados, o jurista baiano se apresentava ainda em “proporções invulgares”.<sup>139</sup>

As críticas desfavoráveis à biografia de Rui se mostraram mais agressivas que as opiniões favoráveis à obra. Américo Jacobina Lacombe escreve em 1965 um texto intitulado *A propósito de Rui, o homem e o mito*, no qual critica veementemente a obra de Magalhães.

Lacombe faz questão de esclarecer que não é um seguidor do culto ao ruísmo, salientando que em algumas questões se posiciona em lado oposto a Rui. O autor ataca a postura do biógrafo, a ponto de afirmar que “O método empregado pelo Sr. Magalhães para deformar sua vítima inclui a fraude”. Além disso, afirma ser a obra fruto de um “ímpeto historicista” (LACOMBE, 1965, p. 3).

A crítica exaltada, contundente, pontua o texto inteiro e pode ser explicada pelo lugar de onde fala o seu autor: Américo Jacobina Lacombe se ligava a Rui Barbosa por laços de parentesco, sua avó materna era Barbosa de Oliveira, além disso, desde jovem se mostrara um fervoroso ruísta, depois, para coroar seus esforços, Lacombe é designado para o cargo de diretor da Casa de Rui Barbosa em 1939, posto em que permaneceu até 1967, quando a instituição passa a ser Fundação Casa de Rui Barbosa e ele se torna o seu presidente até 1993, ano em que falece. Não é de se espantar, portanto, a tomada de posição de Lacombe perante a biografia revisionista.

Na cidade de São Paulo, no *Diário Comércio & Indústria* é publicado um texto de Mário Júlio Silva, em que o autor procura disfarçar inicialmente sua revolta com o livro em questão, mas acaba por empregar indagações carregadas de ironia:

Será que todos os biógrafos de Rui enfeitaram o seu caminho com as rosas louvaminheiras, ocultando os espinhos do público? Será que o homem que fez de sua vida um verdadeiro apostolado, aquele que cresceu demais na admiração de todos como estadista, filósofo, jurista, orador, jornalista, diplomata e escritor deixou apenas um amontoado de erros para sua lembrança na posteridade?<sup>140</sup>

<sup>139</sup> SANTOS, Manoel Hygino dos. Rui visto por Magalhães Junior. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 23 de dezembro de 1981. Ver Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>140</sup> SILVA, Mário Júlio. Rui, o homem e o mito. *Diário Comércio & Indústria*, São Paulo, 14 de março 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Pedro Calmon se manifesta em defesa da memória de Rui por meio de artigo publicado nas páginas de *O Jornal*. Data dessa época o rompimento entre ele e o biógrafo, até então amigos próximos, sendo que a presença do historiador em jantares na residência de Raimundo Magalhães era rotineira.

Pedro Calmon acusa o autor de não ter sido fiel à documentação e nem à pesquisa como costumeiramente procedia em seus trabalhos. Em um primeiro momento louva a atitude de humanizar o personagem “retirando-o da atmosfera enevoada de incenso a que se recolhem os santos do calendário político”.

Aproveita para tecer um comentário de ordem mais geral sobre o gênero: “A biografia é hoje uma revisão: vale pela verdade, provada, trabalhada, lucidamente exposta pelo escritor que com ela tem o honrado compromisso do ofício”. E prossegue: “Perde de seu equilíbrio, senão de sua dignidade, se em vez da preocupação da verdade, se espraia, apaixonada, no elogio, espécie impertinente de entusiasmo, ou na condenação, forma rancorosa de antipatia”. Segundo Pedro Calmon, nesta última categoria estaria inserida a biografia de Rui assinada por Raimundo Magalhães.<sup>141</sup>

Armando Alcântara adjetiva como “bela, instrutiva, nobre e altamente enternecedora, a obra de arte, de cultura e, em substância, de justiça” o livro *Um piolho na asa da Águia*, assinado por Salomão Jorge.

Alcântara aponta que tal livro surgira como resposta à biografia de autoria de Magalhães Junior, e deixa nas entrelinhas a ideia de que o biógrafo revisionista assim se comportara apenas tendo em vista “tirar vantagem de sensacionalismos pouco recomendáveis”.

O artigo é recheado de expressões qualitativas (“excelente ensejo”, “fonte límpida”, “proveitosos ensinamentos”, “brilho”, “cultura”, “presteza”, “entusiasmo”, “emoção”, “carinho”) para se referir à obra de Jorge, que viera para combater o autor desse “mesquinho, injusto, insólito e inverídico repositório de imputações falsas, nascidas, ao que parece, de doentia e inusitada presunção, como evidencia esse temerário ‘Rui, o homem e o mito’”.<sup>142</sup>

Alfredo Buzaid concede uma entrevista ao *Diário de São Paulo* poucos meses depois do lançamento de *Rui, o homem e o mito*. O jurista esclarece que a decisão tomada pelos

<sup>141</sup> CALMON, Pedro. O mito de Rui. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1965. Ver Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>142</sup> ALCÂNTARA, Armando. Rui no altar da Pátria. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 14 de julho de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.



professores da Faculdade de Direito de São Paulo, de promover uma série de palestras sobre Rui Barbosa teria como finalidade principal “restabelecer a verdade histórica”.<sup>143</sup>

Difícilmente poderia ser outra a atitude dos professores da tradicional Faculdade do Largo de São Francisco perante “as injustas acusações” feitas a Rui, aluno da referida instituição, paraninfo da turma do centenário e também professor honorário.

É irônico e paradoxal a maneira como Buzaid, que menos de quatro anos depois passa a ocupar o cargo de Ministro da Justiça, logo após a promulgação do AI-5, em total conviência com o regime militar, argumenta que as palestras tinham a pretensão de “preservar o nome do apóstolo da democracia e da liberdade no Brasil” faltando menos de uma semana para que o golpe de 1964 completasse o seu primeiro aniversário.<sup>144</sup>

Em termos parecidos com os de Alfredo Buzaid, um outro jurista, Moacir Orsini de Castro, em uma matéria publicada em *O Globo*, externa a sua indignação e assevera que “A destruição de Rui, caso fosse possível, não interessaria, senão aos inimigos da Democracia e da Liberdade, para os quais a sua longa doutrinação representa intransponível obstáculo”; o indignado advogado, estudioso da vida de Rui, afirma ainda que

Esse revoltante episódio não terá maior duração. E Rui, mais conhecido, mais compreendido, mais exaltado, continuará a ser, segundo as palavras de Bastos Tigre, o que era e sempre foi: ‘Para a Pátria, uma glória e para a Humanidade, uma consciência’.<sup>145</sup>

Thiers Martins Moreira, em entrevista ao jornal *Correio da Manhã* sustenta que Magalhães Junior falhara terrivelmente ao tentar derrubar o “ídolo ou desfazer o mito” e que a memória de Rui deveria merecer respeito, mesmo que o objetivo fosse o de atacá-lo por seus erros, seria necessário não se esquecer dos benefícios que prestou “à própria liberdade de pensamento daqueles que o atacam”.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> Alfredo Buzaid ocupou funções importantes durante a ditadura militar, como o posto de Ministro da Justiça durante o governo Médici e o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal por indicação de João Figueiredo

<sup>144</sup> É dever dos professores defender a glória de Rui. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 27 de março de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>145</sup> Só aos inimigos da Liberdade interessa a destruição de Rui. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>146</sup> Thiers Martins Moreira se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, foi diretor do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa no período de 1952 a 1970.

Segundo Moreira, Rui fora consagrado pelo povo, que no presente em que escrevia ainda buscava maiores conhecimentos sobre a sua personalidade, sendo assim, considera que “Rui continuará sendo e jamais deixará de ser um mito”.<sup>147</sup>

Merece destaque a opinião de Luís Viana Filho, na época chefe da Casa Civil da Presidência da República e também biógrafo de Rui, que classifica o livro como “altamente impatriótico” e que a obra “nada tem de novo. Repete apenas acusações feitas a Rui por seus adversários políticos e que foram por ele mesmo respondidas”.<sup>148</sup>

O mérito da reportagem em que aparece a opinião de Luís Viana Filho é o de procurar relacionar os dois lados do debate, já que coteja a opinião do presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, segundo o qual, a biografia de Raimundo Magalhães teria por objetivo “restaurar a parte humana existente em todas as grandes figuras da história”.

Edgard Batista Pereira, irmão do genro de Rui, também critica a biografia como sendo “trabalho de mau patriota, sem assento algum na verdade histórica”.<sup>149</sup> Em termos semelhantes, os membros da Academia Sul-Mineira de Letras classificam o livro como sendo “injusto, impatriótico e inoportuno”.<sup>150</sup>

Mário Piva, PSD, usou da palavra na tribuna da Câmara dos Deputados da Bahia a fim de acusar o autor de estar “arrebatado por um desejo mórbido de faturamento, tão comum aos literatos em estado de estagnação”, a crítica recrudescer e o deputado acusa o biógrafo de escrever obra encomendada, por fim, afirma que faltaria estatura ao escritor para destruir o mito de Rui.<sup>151</sup>

---

<sup>147</sup> Professor defende Rui contra livro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>148</sup> Livro sobre Rui é acusado de altamente impatriótico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>149</sup> Rui – o homem e o mito: livro seco como uma caatinga. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>150</sup> Literatos do Sul de Minas condenam livro sobre Rui, chamando-o de “inoportuno”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>151</sup> Falta estatura para destruir o grande mito. *A Tarde*, Salvador, 10 de fevereiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Um outro parlamentar, dessa vez um vereador, em seu discurso na Câmara Municipal de Salvador apelou aos livreiros no sentido de não procederem à vendagem da biografia assinada por Magalhães.<sup>152</sup>

Até mesmo o ambiente da Academia Brasileira de Letras foi perturbado em uma sessão fechada em que Osvaldo Orico, Luís Viana Filho e Pedro Calmon fizeram “violentas críticas ao livro”. Orico defende que os processos de argumentação eram um exemplo de “dialética marxista”, ao que Magalhães Junior, presente à sessão, rebate dizendo que não era comunista e sim socialista, acusando, por sua vez, o seu colega de querer indispor-lo com os órgãos de censura ao taxá-lo de comunista.<sup>153</sup>

A celeuma chegou a um ponto que até mesmo o afastamento do biógrafo da ABL foi solicitado, mas o presidente, Austregésilo de Athayde, afirmou que isso seria “inteiramente impossível”, já que o Estatuto da Academia não permitia o afastamento de nenhum de seus membros.<sup>154</sup>

Na pasta de Correspondência do arquivo pessoal de Raimundo Magalhães Junior há uma carta datilografada, datada de 22 de fevereiro de 1965, e assinada por Alberto Dines, então editor-chefe do *Jornal do Brasil*.<sup>155</sup>

Na carta, Dines afirma o seguinte:

Surpreende-me que você esteja magoado com o espaço que estamos dedicando a um inimigo seu que pede a supressão do seu movimentado livro sobre Rui. É injusta a sua mágoa porque o *Jornal do Brasil*, desde os primeiros momentos [...] tem publicado a maior e melhor cobertura sobre a obra.

Infelizmente não temos a provável carta endereçada pelo biógrafo, mas a resposta de Alberto Dines nos faz imaginar que Raimundo Magalhães, em plena efervescência provocada pela obra revisionista, teria manifestado o seu descontentamento com o espaço que o *Jornal do Brasil* estaria concedendo aos críticos da biografia de Rui.<sup>156</sup>

---

<sup>152</sup> Vereador pede a livreiros que não vendam o livro de Raimundo Magalhães Junior. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 de janeiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>153</sup> Rui tira a calma da Academia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>154</sup> Rui. *Jornal da Bahia*, Salvador, 7 de março de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>155</sup> DINES, Alberto. Carta para Raimundo Magalhães Junior. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1965, 1 f. Ver Pasta Correspondência Pessoal, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>156</sup> Não custa lembrar que o *Jornal do Brasil* era um dos periódicos de maior circulação na época e que também se aliou à ditadura militar, auferindo assim, enormes lucros com o apoio ao novo regime.

O biógrafo não apenas defendeu a sua obra em entrevista e nas reedições aumentadas, mas procurou se valer das redes de relações e do seu prestígio de jornalista consagrado para conquistar também as simpatias dos periódicos da época, principalmente os que concediam espaço para os críticos da obra polêmica.

No final da década de 1960 o debate ainda não tinha esmorecido. Na *Folha de São Paulo* sai uma nota anunciando a recente publicação de um livro intitulado *Rui e a questão Dreyfus*, de autoria de Soares de Mello, professor de Direito Penal da USP, que toma partido em defesa de Rui em uma questão específica, como anuncia o título da obra, mas que pretendia lançar uma série de volumes voltados para combater ponto a ponto as críticas do autor da narrativa revisionista.

A nota, assinada por Nogueira Moutinho, avalia que a biografia de Rui tivera, pelo menos, a função de deflagrar no Brasil uma série de estudos que procuraram “louvavelmente retificar com contra-provas e argumentos inéditos, as afirmações menos primorosas de R. Magalhães Junior sobre o autor da ‘Réplica’”.<sup>157</sup>

Convenientemente veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, por ocasião da eleição de Raimundo Magalhães Junior como “Intelectual do Ano” em concurso promovido pela *Folha de São Paulo*, uma matéria assinada por Salomão Jorge deixa evidente como as feridas, reabertas pela recente publicação da terceira edição da biografia de Rui ainda incomodavam.

Jorge volta à carga contra o biógrafo e cita diversos críticos da obra como Orico, Viana Filho, Lacombe, Levi Carneiro, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Calmon, Carlos Lacerda, entre outros, bem como os principais argumentos destes defensores da memória de Rui, aos quais junta os seus próprios, a fim de desqualificar a eleição do biógrafo, que por sua vez, vê novamente lançadas contra si as antigas farpas que recebera quando do lançamento da biografia quase uma década e meia atrás.<sup>158</sup>

Os depoimentos elencados até aqui correspondem apenas a uma parcela mínima do total de textos veiculados em jornais e revistas, de entrevistas concedidas a programas de rádio e de televisão, de livros e ensaios publicados sobre a polêmica narrativa de vida.

A leitura de tais análises e opiniões, nos permitem apontar dois extremos no debate provocado por esta biografia: de um lado, as manifestações contrárias à posição do biógrafo

---

<sup>157</sup> MOUTINHO, Nogueira. A Águia de Haia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de maio de 1969. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>158</sup> JORGE, Salomão. O “Intelectual do Ano” e a fraude contra o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Seção Livre, 14 de março de 1979.

em relação ao seu personagem principal; e, do outro, aqueles que louvaram a iniciativa do autor.

No geral, os críticos da obra eram biógrafos de Rui, como Luís Viana Filho; ou familiares ligados direta ou indiretamente ao biografado, como é o caso do irmão do genro de Rui e também Américo Jacobina Lacombe; ou juristas como Moacir Orsini de Castro e Alfredo Buzaid; ou ainda, indivíduos que por alguma razão se condoeram com os duros golpes desferidos contra a figura de Rui Barbosa.

Os que se jubilaram com a obra, no geral, eram companheiros, colegas de trabalho, do biógrafo, e, talvez em função dos laços de amizade se posicionaram a favor, como é o caso de Austregésilo de Athayde, Odylo Costa Filho, José Condé; outros, que se mostram favoráveis podem ter sido persuadidos pela campanha publicitária levada a cabo pela Editora Civilização Brasileira, ou ainda, apenas manifestaram a sua genuína aprovação diante de uma biografia revisionista.

Vale notar, que no geral, as opiniões em defesa de Rui e, portanto, contrárias à tese defendida por Magalhães, são duras, ácidas, e até mesmo exaltadas, enquanto que aqueles que viram de forma positiva a obra biográfica, defenderam de forma menos incisiva seus argumentos.

A inter-relação de alguns textos dos atores que se envolveram no caloroso debate serve como um termômetro indicador do culto à memória de Rui Barbosa na contemporaneidade em que vivia Raimundo Magalhães Junior.

Não poderíamos encerrar esta etapa da discussão sem destacar dois ótimos textos em que ambos os autores se posicionam de maneira a destacar que a discussão sobre a biografia de Rui seria um desperdício de tempo e de energia intelectual.

Segundo os autores desses artigos, tanto os que se propuseram a defender Rui como os que se posicionaram ao lado do biógrafo nem sempre estariam preocupados com a obra em si, uma vez que grande parte dos que se envolveram no debate nem ao menos tinham lido o livro, mas apenas desejam resguardar suas posições: ou de seguidores de Rui ou de seus detratores. A sugestão de ambos os autores foi a de que a discussão deveria se ater à obra e aos objetivos pretendidos pelo biógrafo.

O artigo de autoria de Fausto Cunha intitulado “Por trás do mito”, publicado nas páginas do *Correio da Manhã*, logo no início afirma que duas coisas precisam ser ditas sobre a obra: primeiro, que “é um livro extraordinariamente inteligente, um dos livros mais inteligentes que me lembro de ter lido; e é um livro admiravelmente bem escrito”; segundo, que a “Sua argumentação é lenta, copiosa e desenvolvida, com a elegante astúcia de um

pescador”. Na concepção do crítico, o biógrafo escrevera a sua melhor obra com “uma pena de urânio enriquecido”.

O mais interessante do texto de Fausto Cunha começa em seguida a estas apreciações iniciais. O crítico destaca um terceiro aspecto, em sua visão, uma característica sutil sobre essa biografia de Rui seria que: “se trata de uma interpretação, e não de uma biografia”.

Fausto Cunha esboça sua ideia acerca do gênero biográfico e o aplica à obra em questão: “Se fosse uma biografia, Raimundo Magalhães Junior deveria ser apenas o narrador mais ou menos imparcial dos fatos; de alguma forma, a biografia é uma canonização”, enquanto que o “intérprete é livre para lidar com os fatos e os fenômenos e tirar deles a lição que comportem. Pode situar-se de qualquer ângulo e estabelecer as relações que quiser, pois a História e o homem dentro da História são verdades variáveis”.

Para Cunha, a interpretação do autor sobre Rui seria não apenas uma homenagem maior a um homem, que nos últimos anos, vivia praticamente “entregue aos humoristas de futebol e aos cômicos de rádio”, mas também a libertação do estadista baiano em relação aos seus biógrafos, “que o viram com as lentes da admiração sentimental”.

Confessa que ele próprio, na juventude, idolatrara Rui, sendo que já naquela época ouvia as anedotas e as críticas direcionadas ao autor da “Réplica”. O autor questiona: “podemos exigir de um homem a perfeição que ele nunca se arrogou? Deve ele pagar por seu próprio mito?”.

Segundo Fausto Cunha, a resposta negativa a tais interrogações é mostrada na obra em questão. O autor critica que toda a discussão em torno da biografia revisionista é artificial: “não se destina especificamente a defender o homem e nem o mito”, uma vez que para ele, o “estudo não é contra nem a favor de Rui: é sobre Rui”.

Vale destacar um argumento utilizado por Fausto Cunha: “Aqueles que defendem Raimundo Magalhães Junior porque ‘arrasou Rui’ são tão perigosos quanto os que o atacam por igual motivo”. Para ele, a atitude fundamental seria “não aceitar o jogo do ‘contra’ e do ‘favor’”. O que estaria em debate não seria o mito de Rui, “afinal um mito”, mas a discussão da “nossa história, uma história muito próxima, que [na contemporaneidade em que Cunha escreve] nem completou 50 anos”.

O autor afirma que Rui teria sido apenas “uma das rodas da engrenagem, triturando o país com a mesma impaciência e a mesma indiferença” e que o

severo ordálio a que o submete Raimundo Magalhães Junior como que recompõe todos os pedaços do espelho partido. Espelho contra espelho... Um Rui patético e vulnerável, procurando no fim da vida reconstruir sua imagem à semelhança de seus

ideais. O método de Raimundo Magalhães Junior é quase sempre contrapor Rui a Rui, partindo da “verdade” final para a “verdade” primitiva. É um método astutamente dialético contra o qual se dismantela a incoerência do homem. [...] Para mim, a importância do livro de Raimundo Magalhães Junior – e a celeuma prova-o agressivamente – é desmascarar o lento e subterrâneo processo de criação de mitos identificáveis com os interesses dominantes. [...] O que importa é a capacidade de transformação dos mitos em instrumento coercitivo. Atrás deles se esconde todo o passado de um país, que é longínquo para o indivíduo desprevenido, mas muito próximo e muito estratégico para certas mentalidades e certos grupos de vida mais longa. Estes mitos estão ligados por fios secretos e campanhas de alarma: quando tocamos neles, as sirenas uivam dos pontos mais imprevisíveis. O essencial não é desenterrar os mitos. É enterrá-los de uma vez, para descobrir os vivos que se escondem debaixo deles.

Gostaríamos de destacar, ainda, a opinião de Henrique Pongetti, que se manifesta por meio de sua coluna “O Show da Cidade”, no jornal *O Globo*. O escritor procura esclarecer desde o princípio que não é contra Rui e nem a favor de Raimundo Magalhães. Ele considera “provinciano e ridículo” o tom de batalha que se formou pró e contra um livro no qual,

Em última análise se submete ao julgamento dos pósteros um homem que foi julgado pelos seus coetâneos através dos mesmos documentos favoráveis e desfavoráveis. Nada é novo e nada foi fabricado contra Rui nesse livro. Tudo é material de arquivo e compete aos analistas de hoje avaliarem se as gerações de hoje devem ou não confirmar tudo quanto os seus fanáticos excluíram ou perdoaram para torná-lo um mito acima do bem e do mal, dos homens e dos deuses.<sup>159</sup>

Henrique Pongetti critica os defensores de Rui afirmando que estes se aproveitaram da oportunidade para cada um marcar presença em defesa do jurista baiano, e ironiza: “cada um escrevendo o livro dos livros, a Bíblia sobre Rui; cada um arrancando da Águia a sua pena; cada um desafiando o outro a repor, com mais solidez, o gênio no seu pedestal”.

Os opositores de Rui também não escapam, são acusados de, em sua maioria, fugir ao combate, se mostrando reticentes e temerosos de desafiar o mito. Para o autor, toda a celeuma provocada em torno da biografia provou que Rui não é apenas um mito, mas um tabu também, e com isso: “o apequenaram, o amesquinham com o seu fetiche”.

Finaliza afirmando que a “maior prova de amor e fé em Rui é submeter o tabu a uma prova de humanização e racionalização como a que o livro de Raimundo Magalhães Junior proporciona”.

A tese defendida tanto por Fausto Cunha quanto por Henrique Pongetti é de que a discussão polarizada entre seguidores de Rui e opositores de Rui deveria deslocar o foco do debate do biógrafo para a obra em si.

---

<sup>159</sup> PONGETTI, Henrique. Mito ou tabu? *O Globo*, Rio de Janeiro, coluna “O Show da Cidade”, 23 de março de 1965, p. 3.

Ambos os autores concordam que o biografado saíra ganhando com a interpretação revisionista de Magalhães Junior e que o valor primordial da obra é oferecer um panorama histórico e a humanização do protagonista ao retratá-lo na época em que viveu, seguindo os seus passos nas principais passagens da sua vida.

O próprio autor confirma em entrevista ao jornal *Correio da Manhã* que *Rui, o homem e o mito* “é um livro de caráter polêmico, mais retificador dos exageros de outros biógrafos e da mitologia ruibarbosiana, do que mesmo uma biografia” no sentido usualmente dado ao termo.<sup>160</sup>

O interesse de Raimundo Magalhães Junior pela figura de Rui Barbosa datava de muito antes de a biografia ser lançada. Desde o final da década de 1940 o autor escrevia na imprensa artigos sobre a história brasileira nos quais algumas das ações públicas de Rui são discutidas. A maioria das matérias são veiculadas pelo *Diário de Notícias*, do qual Magalhães foi um dos fundadores.

O autor, em 2 de agosto de 1949, ano do centenário de Rui, assina um texto intitulado “O monumento a Rui Barbosa”, em que o caracteriza como um “homem pequenino, de cabeça excessivamente grande, um pouco curvado ao peso de seu próprio talento, de sua cultura e de suas responsabilidades políticas”, quanto à maneira de se vestir, era “geralmente um fraque, que hoje nos pareceria pré-histórico ou anti-diluviano, sem nada de marcial, sem nada de atlético, sem nada de fisicamente agressivo”.<sup>161</sup>

Para o escritor, a figura de Rui em nada ofereceria como material para uma estátua com valor plástico, uma vez que, sem espada, cavalo e farda, as suas “armas eram os livros e livro também não é material para monumentos”. O futuro biógrafo crítico da mitificação criada em torno do jurista baiano, neste momento, o elogia:

uma das melhores formas de homenagear Rui Barbosa ainda é – e há de ser por muitos anos – a de respeitar-lhe os ensinamentos cívicos, a de seguir-lhe as ideias políticas e os postulados morais. Rui Barbosa era um inimigo declarado da mentira, do embuste, da fraude, da corrupção. Era um adversário da violência, da intolerância, do despotismo. Era um inflexível moralista, a pregar contra o jogo e contra outros males sociais.

<sup>160</sup> R. Magalhães Junior: o biógrafo recompensado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Literatura, 11 de dezembro 1972, p. 5. Ver Pasta de *clippings* de 1941 a 1982, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>161</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. O monumento a Rui Barbosa. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 2 de agosto de 1949, p. 3. Ver Pasta PI (Produção Intelectual) Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.



Em setembro de 1951 Raimundo Magalhães volta a tocar no assunto das ações de Rui e aproveitar o ensejo para criticar o atraso de dois anos de uma publicação organizada pela Casa de Rui Barbosa em comemoração ao centenário do seu patrono.

O livro comentado no artigo é *Ruy*, assinado por francês Michel Simon. Segundo o articulista, um dos seus temores teria sido o de que o “autor se tivesse deixado levar por um entusiasmo fácil com relação à intervenção de Rui no famoso caso Dreyfus, dando importância desmedida a um acontecimento banal, mas quase sempre exagerado pelos panegiristas do ilustre homem público brasileiro”.<sup>162</sup>

Os temores do biógrafo não se confirmam, já que Michel Simon parece compartilhar com ele a ideia de que Rui nada fizera além de comentar as notícias sobre caso Dreyfus publicadas pelos jornais ingleses. Para Magalhães Junior, as suposições sobre o papel de Rui em tal caso seriam ridículas porque “são os fatos reais que engradem a vida de Rui e não as lendas, as mentiras, as invenções”.

O autor volta a comentar o livro de Simon sobre Rui como pretexto para criticar o oportunismo dos políticos brasileiros no presente em que escrevia. O texto é uma crítica aos políticos sem uma “convicção firme, uma base doutrinária, uma ideia diretora”. Afirma que para tais indivíduos, “os partidos nada significam para eles senão meras legendas, simples siglas, espécie de fórmula oficial de licenciamento de candidaturas”.<sup>163</sup>

No entender do autor, o deslocamento de um partido para outro, a falta de lealdade para com uma base de ideias, seria em função do despreparo e da indisposição para perder dos políticos. Neste aspecto é que estes deveriam aprender com Rui Barbosa, que talvez tivesse “sido sempre derrotado por falta, precisamente, de uma política de oposição organizada, de um partido nacional permanente e de bases sólidas”, uma vez que a “Sua candidatura sempre emergiu de circunstâncias ocasionais, num país dominado por oligarquias e privado do sufrágio secreto. Rui Barbosa, em verdade, foi usado como limão por facções contrariadas”.

Em um texto publicado em 1953, Raimundo Magalhães critica aquilo que em seu modo de entender era o novo encilhamento, com a diferença de que “este novo encilhamento não é escancarado como o dos tempos de Deodoro e da administração de Rui Barbosa na

---

<sup>162</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Rui visto por um francês. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 30 de setembro de 1951, p. 3. Ver Pasta PI (Produção Intelectual) Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>163</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. A coragem de perder. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 2 de outubro de 1951, p. 3. Ver Pasta PI (Produção Intelectual) Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

pasta da Fazenda. Este é subterrâneo, desenrolando os seus episódios nas antecâmaras do Catete, nos gabinetes dos diretores do Banco do Brasil...”.<sup>164</sup>

Em 1954, a referência do autor a Rui muda sobremaneira ao compartilhar algumas das opiniões de Capistrano de Abreu sobre o jurista baiano. A ocasião era festiva, o Instituto Nacional do Livro (INL) encarregara José Honório Rodrigues de organizar a *Correspondência de Capistrano de Abreu*, em comemoração do seu centenário.

Magalhães tinha grande admiração por Capistrano, para ele um grande historiador, um ser humano “hipersensível e cheio de melindres em relação à sua própria pessoa”. O biógrafo afirma no texto que o historiador cearense era “Ácido e severo em seus julgamentos, desabusado em suas opiniões” e que emitiu “conceitos depreciativos em relação a vários brasileiros que, aos homens do nosso tempo, parecem figuras modelares, acima de quaisquer críticas”. Segundo o biógrafo,

basta citar o que ele [Capistrano] escreveu sobre Rui Barbosa, a quem criva de agudas farpas: “Gênio nunca será; a mim só lembra uma cobaia prolifera e múltipara”. Queria colocar-lhe um til no u, para que se lesse “ruim” como os caboclos do Norte pronunciam deturpadamente esta palavra. Diminui-lhe o valor da atuação em Haia, dizendo que nada fizera que não fosse soprado pelo Itamatí, onde pontificava Rio Branco. Comparando-o a um banheiro suntuoso, com duas torneiras, de onde jorrava água quente e fria, à vontade do freguês. Atribui-lhe uma enorme vaidade: “Considerava-se o primeiro dos brasileiros; promoveu-se depois a primeiros dos contemporâneos”.<sup>165</sup>

Citamos apenas alguns textos de Raimundo Magalhães veiculados na imprensa sobre determinados aspectos da vida de Rui Barbosa a fim de indicar como o interesse do biógrafo pelo biografado datava de um período bem anterior à publicação da biografia.

É possível perceber como em um primeiro momento o biógrafo nutre algumas considerações bastante positivas sobre o futuro biografado, mas conforme o tempo passa, talvez ocorra exatamente como Magalhães afirma em entrevistas por ocasião do lançamento da biografia: o aprofundamento das pesquisas produziu o efeito de reformulação da concepção que tinha da figura de Rui, que se torna objeto de uma história de vida revisionista.

No primeiro texto que citamos, Rui é valorizado pela sua conduta íntegra, pelo seu desprezo pelo jogo, pela corrupção, enquanto no último texto, escrito anos depois em relação

<sup>164</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. O novo encilhamento. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 7 de junho de 1953, p. 3. Ver Pasta PI (Produção Intelectual) Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

<sup>165</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Capistrano de Abreu e o “Corsário”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 29 de dezembro de 1954, p. 3. Ver Pasta PI (Produção Intelectual) Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

ao primeiro, Magalhães compartilha das críticas ferinas de Capistrano de Abreu sobre o ilustre baiano.

Além disso, se tomarmos o próprio conteúdo revisionista da biografia assinada por Magalhães, trata-se de uma espécie de espelho reverso dos elogios contidos no texto em que discorre sobre o monumento a Rui, os capítulos parecem contradizer cada aspecto positivo elencado neste texto.

Podemos agora passar para a análise da operação biográfica de Raimundo Magalhães em *Rui, o homem e o mito*. O livro possui 500 páginas, com 23 capítulos que variam entre 20 e 30 páginas cada um, com algumas exceções, nas quais a média do número de páginas é cerca de 10.<sup>166</sup>

Ao contrário do que ocorre na biografia de Deodoro, na qual os títulos dos capítulos geralmente deixam implícito a participação do biografado no assunto abordado na seção, na de Rui é explícito, assim, em cada um dos capítulos o protagonista tem seu nome indicado já no título, em uma espécie de listagem dos episódios selecionados pelo narrador que teriam a possibilidade de sustentar a sua tese revisionista sobre o biografado.<sup>167</sup>

Uma das primeiras indicações de que a biografia de Rui escrita por Magalhães não obedece ao tradicional esquema: nascimento-infância/juventude-vida adulta- envelhecimento-morte, está logo no primeiro capítulo, intitulado “Rui e a Igreja Católica”.

Nesta seção, o biografado surge atacando veementemente a Igreja por ocasião daquilo que ficou conhecido como a “questão religiosa”. Ao aparecer na cena pública, Rui conta já com quase 27 anos. O autor não se preocupa em narrar o hiato que separa o nascimento de Rui até a sua “irrupção no cenário literário e político do país” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 13).

Isto já dá o tom que percorrerá toda a obra, não é sobre o Rui privado, aquele do âmbito familiar, das anedotas dos amigos, mas é o homem público, o intelectual, aquele cuja atuação política e profissional abrangeu as últimas décadas do Império e as primeiras décadas da República que ocupará a atenção do biógrafo.

<sup>166</sup> Os capítulos são temáticos, a título de exemplo, o primeiro é sobre Rui e suas relações com a Igreja Católica, o terceiro sobre o Encilhamento, o sexto é sobre a atividade jornalística de Rui, o décimo terceiro trata o caso da Vacina Obrigatória, o décimo sexto versa sobre a participação do biografado na Conferência de Paz de Haia, o último capítulo se debruça sobre a oratória do personagem eleito.

<sup>167</sup> Alguns exemplos desta opção de indicar logo no título dos capítulos o nome do biografado e o episódio narrado na seção: “Rui e a Igreja Católica”, “Rui e o sistema eleitoral”, “Rui e o Encilhamento”, “Rui e a Questão Dreyfus”, “Rui advogado da Light”, “Rui e o jornalismo”, “Rui e a jogatina”, “Rui a favor e contra os militares”; sendo que a única exceção é o último capítulo: “A oratória de Rui”.

A explicação para que Raimundo Magalhães não escreva sobre outro aspecto da vida de Rui que não esteja ligado à sua atuação pública seria a própria proposta do autor em contribuir com um retrato revisionista histórico e político.

Isto aponta para o conceito de biografia que o escritor tinha em mente: uma história de vida só valeria a pena ser escrita se aquilo que fosse narrado de alguma forma permitisse entender melhor a época do protagonista ao mesmo tempo em que se desvendasse um pouco mais a personagem eleita.

A biografia é elaborada de maneira a obedecer a tese exposta pelo narrador, já no prefácio, de construir uma revisão histórica e política. Sendo assim, cada capítulo temático é organizado a fim de atender ao propósito do biógrafo de desconstruir a imagem mitológica de Rui Barbosa:

Figura que se projetou no último decênio da vida do Império, ajudou a fundar a República e encheu os primeiros trinta anos de existência do novo regime, absurdo seria negar o relevo da passagem de Rui pela vida pública e pelo cenário intelectual do país. Mas igualmente absurda é a mitificação de sua personalidade e a magnificação de todos os seus atos, iniciada por seu próprio genro, o publicista Batista Pereira, e engrossada por uma legião de seguidores, em dezenas de obras de caráter meramente apologético, em que seus erros, contradições, fraquezas morais, ideias antiquadas, preconceitos enraizados, visão limitada, falta de senso de medida e ausência de realismo são, em geral, omitidos ou dissimulados por trás de uma catadupa de adjetivos sonoros ou de uma desfiguração romantizada dos acontecimentos. Já houve até quem lhe desse, em publicação oficial, o qualitativo de *augusto!* (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 7).

O narrador deixa transparecer o trabalho de pesquisa de Raimundo Magalhães Junior na construção não somente de um personagem verossímil, mas também da trama histórica e social do período em que o protagonista viveu.

Apesar de não contar com uma relação das fontes, locais de pesquisa e de referências bibliográficas ao final da obra, como ocorre na biografia de Deodoro, é possível rastrear ao longo do texto o minucioso trabalho de investigação do biógrafo, principalmente em locais que poderiam reunir documentação sobre o Rui.<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> É raro encontrar uma página na narrativa sobre Rui que não conte com pelo menos uma nota de rodapé indicando algum resultado da pesquisa realizada pelo autor. As notas são variadas: com explicações para termos utilizados pelo narrador; referências a artigos de periódicos da época do biografado; discursos tanto de Rui quanto de diversos outros parlamentares seja no Senado ou na Câmara dos Deputados; obras historiográficas consultadas; troca de correspondência do personagem principal com familiares, com membros do Governo Provisório, com letrados, com clientes, com membros das Casas Legislativas; documentos oficiais como as atas do Governo Provisório, decretos e ofícios; obras memorialísticas e biografias, o narrador cita ainda, entrevistas realizadas com Elmano Cardim e Barbosa Lima Sobrinho.

Os locais de pesquisa seriam: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, Casa de Rui Barbosa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional da França.<sup>169</sup>

São endereços frequentemente visitados pelo biógrafo, como fica exposto em suas entrevistas e nos depoimentos de seus contemporâneos, que relatam como ele dedicava grande parte do seu dia para pesquisa e também, nos finais de semana, quando coligia as anotações e refinava os “achados” nos arquivos, relacionando-os entre si, aplicando a sua interpretação e transformando a massa documental em textos como crônicas, peças, contos e biografias.<sup>170</sup>

Os principais periódicos citados no texto são: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O País*, *A Gazeta de Notícias*, *La Patria*, *A Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *A Tribuna*, *Jornal do Comércio*, *Cidade do Rio*, *A Notícia* e também a revista *O Direito*.

Entre as biografias citadas, podemos destacar as de autoria de Luís Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa*, e, ainda, *A vida do Barão do Rio Branco*; além destas, o narrador indica ter consultado também: *Rui, estadista da República*, de João Mangabeira, *Um estadista da República*, de Afonso Arinos de Melo Franco, *Rui Barbosa perante a história*, de Moniz Sodré, *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*, de autoria de Carlos Sussekind, *O Tigre da Abolição*, de Osvaldo Orico Memórias.

Quanto às obras memorialísticas, as principais seriam: *Memórias*, obra póstuma de Oliveira Lima, *Da Propaganda à Presidência*, livro assinado por Campos Sales, *Lado a Lado de Rui*, de Carlos Viana Bandeira, *Alguns homens do meu tempo*, de J. Castro Nunes.

Os livros de cunho historiográfico, ou sociológico, como é o caso de *Ordem e Progresso*, de Gilberto Freyre, são pouco citados ou utilizados pelo narrador se compararmos com a maneira como são explorados na biografia de Deodoro, os mais indicados no corpo do

<sup>169</sup> Raimundo Magalhães Junior talvez tenha visitado a Biblioteca Nacional da França durante sua viagem à Europa em 1952. A estadia no continente europeu durou cerca de seis meses e rendeu dois volumes de crônicas de viagem: *Europa 52*. Sobre esta passagem da vida do biógrafo, Viriato Correa, em seu discurso de recepção a Raimundo Magalhães na ABL, declara que “Em *Europa 52* lá está a todo instante, a revelação da vossa operosidade incorrigível. Quem vai à Europa, em viagem de recreio, está claro, vai para divertir-se. Mas, nas vossas crônicas, há dados de tão difícil colheita, informes de tão trabalhosa consecução, que a vossa viagem de recreio, à Europa redundou num extenuante mourejar pelas ruas, pelas fábricas e pelos museus”. Sobre este aspecto da vida de Magalhães ver: CORREA, Viriato. Discurso de Recepção ao Acadêmico Raimundo Magalhães Júnior. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inleid=12682&sid=302>>. Acesso em 15 de abril de 2015. Ver também: NEGREIROS, Gilberto. Os ensinamentos dos anos 30. Folha de S. Paulo, 6 de janeiro de 1979. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_2.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_2.htm)>. Acesso em 15 de abril de 2015.

<sup>170</sup> Em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, o biógrafo informa que o seu interesse por Rui nascera das pesquisas que realizava para escrever outras biografias, como a de Deodoro, a de Artur Azevedo, sendo que para a biografia de Rui dedicou parte de seu tempo em pesquisas, principalmente, na Casa de Rui Barbosa e na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional como também na de periódicos do período focado. Ver *Diário de Notícias*, Suplemento Literário (coluna “Autor e Livro da Semana”). 24 de janeiro de 1965, p. 2.

texto são: *A história do Positivismo no Brasil*, de Ivan Lins, *Pan-Americanismo*, de Oliveira Lima, e *O Império em chinelos*, de autoria do próprio Raimundo Magalhães, *A chave de Salomão e outros escritos*, obra organizada por Gilberto Amado, serve de exemplo de texto de teor ensaístico. Vale destacar ainda, a obra *Mocidade e Exílio*, organizada por Américo Jacobina Lacombe que reúne uma parte da correspondência ativa e passiva de Rui, outro exemplo deste tipo de texto seria *Correspondência*, volume organizado por Homero Pires.

É no prefácio que o biógrafo compartilha com o leitor um pouco de sua experiência de pesquisa ao criticar a mitificação de Rui:

Essa desmedida idolização criou uma imagem tão monumental quanto falsa. Uma imagem que não corresponde, de forma alguma, à impressão que se colhe, a frio, quer da leitura dos seus trabalhos quer do atento exame da conduta pública de Rui. A leitura meditada e contínua de tais trabalhos, graças sobretudo à gentileza da Casa de Rui Barbosa, impeliu-nos à realização desta tentativa de revisão, completada por longas pesquisas nos arquivos e na imprensa da época. Quanto mais líamos as suas obras e aprofundávamos as nossas investigações, tanto mais nos convencíamos de que o verdadeiro Rui não era o das biografias louvaminheiras, às vezes tocadas de uma ingenuidade basbaque. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 7-8).<sup>171</sup>

Um dos documentos mais valorizados pelo biógrafo em toda a obra se refere às atas do Governo Provisório divulgadas por meio de reportagem do jornal *O Dia*. A questão é: por que Magalhães considera estes documentos tão importantes? A seguinte passagem pode nos dar uma ideia:

O verdadeiro problema, a nosso ver, não se situa no fato de terem sido divulgados os documentos por notório desafeto de Rui, mas sim em estabelecer-se se eram autênticos ou não. E isto não pode ser posto em dúvida por qualquer pessoa de boa-fé. Luís Viana Filho diz que, “impotente, talvez desesperado, por vezes cheio de desprezo, Rui via a versão oficial tecer a história deturpando a verdade”. Mas onde pode ser buscada essa verdade relativa, senão no texto das próprias atas, que contam na sua linguagem típica o que se passou nas reuniões secretas dos membros do Governo Provisório? Lapsos, infidelidades ocasionais na interpretação das notas, pequenas omissões, podem ter ocorrido, mas nada de intencional. Tal pode acontecer com todas as atas, que depois de lidas não são mais retificadas. Nem por isso elas se tornam inúteis, ou desprezíveis, em seu todo, como documentos (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 148-149).

<sup>171</sup> Ao mencionar a Fundação Casa de Rui Barbosa, o autor cobra, em nota de rodapé, que a instituição promovesse a publicação de toda a correspondência ativa e passiva de Rui e não apenas as coletâneas elaboradas por Homero Pires e Afonso Rui. Apesar de bastante ligeira, esta observação corrobora com a imagem criada pela atitude de Raimundo Magalhães Junior de um pesquisador preocupado com as fontes, visto que nesta passagem se mostra interessado na divulgação de um material pouco valorizado por biógrafos brasileiros de sua época, mas que ele já vinha demonstrando um cultivado zelo, passível de verificação em suas biografias, a de Deodoro e a de Rui são exemplares, e ainda, na obra *D. Pedro II e a condessa de Barral* (1956), que se trata de uma reconstituição das relações entre o Imperador e a condessa com base nas missivas trocadas entre ambos.

O biógrafo idealiza como “documento perfeito” os de origem de arquivos oficiais. E por que se pode confiar neste tipo de documento? Segundo o narrador, porque estariam praticamente isentos de interesses externos em sua confecção, sendo que por isso conteriam um grau muito elevado de confiabilidade.

O narrador externa a criticidade do autor em relação a este tipo de fonte, revelando que o biógrafo estaria ciente de que manipulações seriam uma possibilidade a ser levada em conta, mesmo assim, considera as atas como documentos valiosos em função de uma possível neutralidade de quem as produzira, desinteressado em manipulações que alterassem de maneira substancial o conteúdo de tais documentos, o que permitiria uma interpretação muito mais confiável.

Em relação ao enredo, o biógrafo se esforça em compor uma narrativa que ofereça não apenas a história de uma vida, mas também a história de um tempo:

Evidentemente, seria este livro desnecessário, se o trabalho de mitificação não fosse, como é, porfiado e constante, contribuindo para dar aos brasileiros de hoje uma versão profundamente deformada da época em que Rui viveu, como se ele tivesse sido um verdadeiro mártir, um grande injustiçado, um colossal gênio incompreendido, superior à sua época infecunda e aos seus invejosos ou despeitados contemporâneos, quando, na verdade, embora homem de inegável talento e cultura, era ele um político entranhadamente conservador, ao mesmo tempo ambicioso, comodista e inconstante, omissos em seus deveres parlamentares, raramente frequentando o Senado, sem real capacidade de liderança, tão longe de suscitar devoções duradouras quanto de assegurar lealdade definitiva a alguma ideia ou pessoa.

Em vez de ter sido mal julgado, injustiçado e incompreendido por sua época, a impressão que temos é a de que aqueles que lhe barraram sistematicamente o caminho para a presidência da República não procederam movidos por mero impatriotismo, ou por uma vil conspiração da mediocridade vitoriosa contra o gênio altivo e solitário, mas pelo bem fundado temor de que Rui levasse para o governo as suas qualidades negativas, as suas hesitações e intermitências de opinião, a sua parentela ávida e toda uma carga de malquerenças e incompatibilidades, contrastadas embora por sua devoção à liberdade individual que, de resto, só adquiria real ênfase nos períodos em que ressentimentos insopitáveis o impeliam para a oposição. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 8).

O narrador parece inverter um pouco a lógica que acompanha muitas biografias. Uma vez que é comum em empreitadas deste gênero a justificativa do biógrafo de que o protagonista fora mal interpretado por seus contemporâneos, argumentando que a biografia de sua autoria é em resposta a um sentimento de ingratidão para com o biografado e que o seu objetivo seria reparar os danos que o personagem central sofrera de seus detratores.

Mas aqui, Magalhães parte do princípio de que a época ou pelo menos grande parte dos contemporâneos de Rui é que teriam sido mal interpretados, acusados de não terem valorizado o biografado, de não terem enxergado nele todo o seu potencial, quando na

verdade, apenas reagiram perante as falhas, as limitações, os defeitos que o narrador procura retratar.

Além desta inversão, ou melhor, desta fuga aos padrões estabelecidos pela tradição biográfica, o autor se mostra também preocupado com o presente em que vive: “Evidentemente, seria este livro desnecessário, se o trabalho de mitificação não fosse, como é, porfiado e constante, contribuindo para dar aos brasileiros de hoje uma versão profundamente deformada da época em que Rui viveu” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 8).

O autor parte do seu presente para escrever a biografia, munido de questões como a maneira pela qual os seus contemporâneos na década de 1960 entravam em contato com a figura de Rui Barbosa e a época em que viveu.

Preocupado com aquilo que considera uma mitificação de Rui é que o biógrafo se embrenha pela vida do protagonista, tendo em mente a tese da desmitificação, pensando sempre na geração do tempo em que vive, em oferecer uma outra versão, revisada, da vida do jurista baiano

Enquanto na biografia de Deodoro o autor esclarece que a cronologia seria uma preocupação metodológica, na narrativa da vida de Rui o biógrafo opta por construir um enredo que fuja das amarras que uma ordenação cronológica muitas vezes impõe ao texto.

Sendo assim, a trama biográfica é tecida por meio dos temas abordados. O período abrangido pela obra vai de 1876, que é quando Rui aparece em cena pela primeira vez, até o falecimento deste em 1923.

Pelo fato de os capítulos serem construídos em torno de um tema, é comum o avanço e o retorno no tempo. O resultado é uma teia narrativa na qual fica a sensação de multiplicidade e de simultaneidade dos acontecimentos.

Este é o efeito perseguido por Magalhães: ao invés de enfileirar fato atrás de fato, numa linearidade que não corresponde aos avanços e reviravoltas da vida, o narrador conduz o leitor através dos capítulos que são verdadeiros microcosmos das ações do biografado em relação àquele tema ao longo da vida. Trata-se de uma diferença significativa em relação à biografia de Deodoro, concebida em torno de um enredo cronologicamente ordenado.<sup>172</sup>

O narrador assume que a tese a ser comprovada pela obra é justamente que o Rui Barbosa que a contemporaneidade em que escreve conhecia era uma farsa, um mito, uma

---

<sup>172</sup> Sobre a distribuição da narrativa em temas, como exemplo, ao tratar da questão religiosa, no primeiro capítulo, o narrador apresenta o “nascimento” político de Rui em 1876, descreve e analisa suas ações no âmbito deste tema até o ano de 1910. No capítulo seguinte, a fim de tratar do pensamento político de sua personagem, o autor retrocede até o ano de 1880. Isto ocorre ao longo de toda a obra e serve de amostra da intenção do biógrafo de não seguir uma trilha linear e sim elaborar uma narrativa que prima muito mais pela simultaneidade dos fatos.



construção que correspondia a um interesse de passar para posteridade uma imagem desproporcionalmente maior do que o original.

Assim sendo, o fio condutor principal do enredo biográfico é a tese de desconstruir o mito Rui Barbosa. Este fio se ramifica de maneira que cada capítulo é elaborado a fim conter um ou mais dos juízos de valor que o biógrafo emite sobre o biografado: suas limitações, hesitações, mudanças absurdas de opinião e posição, a acusação de nepotismo, a oratória enfadonha, suas ideias fixas, sua miopia política, a inteligência posta à serviço da obstrução, sua ambição, seu comodismo, sua omissão nos deveres parlamentares, etc.

Como dissemos, um dos fios condutores da narrativa é a busca do narrador em provar que o biografado foi um indivíduo extremamente incoerente: “Mudou de opinião sem se constringer, pois sustentava que só os cretinos não mudam. Quanto a ele, Rui, alta inteligência, verdadeira ventoinha, seria variável ao infinito. E foi” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 33).

Uma das passagens mais célebres da biografia é a que trata da tradução efetuada por Rui de *O Papa e o Concílio*, de autoria do teólogo alemão Joseph Ignaz Von Döllinger. Além de traduzir, Rui escreve ainda um prefácio e vai além, juntando a este uma “introdução do tradutor”, não menor do que o livro do teólogo germânico”, aponta maliciosamente o biógrafo (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 14).

Um dos pontos defendidos por Rui contra a Igreja era a necessidade de se criar uma lei que garantisse o casamento civil, já que na época da edição de *O Papa e o Concílio*, em 1877, o monopólio do casamento era da Igreja.

A incoerência que o narrador de Magalhães identifica em Rui está ao mesmo tempo imbuída de um juízo de valor e de uma suposição: a de que o biografado se apressa com o seu próprio casamento, receoso de que depois do aparecimento do livro nenhum padre quisesse realizar sua união matrimonial (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 15).

Outra medida reclamada por Rui na introdução de *O Papa e o Concílio* era a extinção do juramento de fidelidade à religião do Estado pelos que ingressassem em cargos públicos ou mandatos legislativos:

Contudo, quando se empossa como deputado geral, cai na mais espantosa das contradições. Quer abolir tal juramento e manda, no entanto, que os deputados vão prestar o de fidelidade à Constituição e à dinastia perante uma autoridade... eclesiástica. E, mais ainda, ao fim de uma missa! (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 18).

O narrador se esmera em reunir episódios da vida do biografado flagrado em mudanças súbitas de posicionamento, não enxergando em tal comportamento uma atitude típica do ser humano: as alterações de humor, de pensamento, as escolhas, sejam elas motivadas por ambição, orgulho, senso de oportunidade, coerção, convencimento, etc.

A tese que norteia o biógrafo é provar a mitificação e até mesmo a mistificação criada ao redor do nome de Rui Barbosa e um dos principais recursos utilizados é narrar as situações em que o protagonista se mostra contraditório.

Segundo o narrador, após anos de ataque à Igreja, Rui resolve dar mais uma mostra da sua notável incoerência quando passa a defende-la:

Nesse ano [1893], a 22 de fevereiro, vai Rui realizar, no Teatro São João, de Salvador, uma conferência em benefício do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, de feira de Santana. A autoria da tradução, prefácio e introdução de *O Papa e o Concílio*, em linguagem tão desabusada, tão panfletária, tão apaixonada, representava tremenda desvantagem em suas lutas políticas. Quer na Bahia, ultracatólica, onde durante o Império sofrera sucessivas derrotas, quer m âmbito federal, quando nele buscasse projetar-se. No início da conferência, Rui tenta conciliar a atitude antiga com a nova, que a partir daí vai tomar. Todo o seu trabalho consiste em atenuar o alcance dos ataques pretéritos, em fazer crer que não falara tão mal assim da Igreja [...] que fora, antes, um defensor da fé verdadeira contra os que a falsificavam ou desvirtuavam. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 24).

Mais adiante no texto, o narrador salienta que a mudança de comportamento de Rui em relação à Igreja fora motivada por interesses:

É o frio e calculado conservador, não o homem cuja fé religiosa se tivesse revigorado, ou voltado a imperar sobre o espírito antes rebelde. Seus argumentos, suas deduções, cada uma de suas palavras reflete, não fervor de crente sincero, ou desejo de aproximação com a fonte de sua crença, mas o político empenhado em descobrir armas eficazes contra a transformação de uma sociedade a cuja elite se incorporara e de cujos privilégios então gozava. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 24)

Existem diversas passagens na biografia nas quais o narrador apregoa que uma das características da personalidade de Rui era a incoerência. Em cada capítulo há pelo menos duas ou três referências à mudança de posição da personagem estudada.

Outro episódio narrado a fim de comprovar a inconstância do protagonista é sobre a ocasião em que Rui, durante a gestão do Visconde de Ouro Preto na pasta do Ministério da Fazenda, criticava duramente as políticas de emissão de moeda adotadas pelo governo e que beneficiava uns poucos banqueiros, entre eles o Conde de Figueiredo, alvo certo e corriqueiro dos ataques do jurista baiano.

Todavia ao assumir o mesmo ministério pouco tempo depois, quando da demissão do Visconde de Ouro Preto – demitido justamente por causa da pressão que o próprio Rui realizara em artigos veiculados pela imprensa –, este último implementa exatamente as mesmas políticas financeiras de seu antecessor e pior, em benefício particular do Conde de Figueiredo, intensamente detratado anteriormente por Rui através de vários artigos em jornal (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 75).

Raimundo Magalhães Junior não faz um retrato em papel e letras de Rui com base apenas em fatos externos, acontecimentos, tomadas de posição do biografado e de pessoas que o cercavam. Mas usa os episódios narrados a fim de interpretar também aspectos da personalidade do biografado.

A constante referência do narrador à incoerência de Rui que marcaria toda a sua trajetória enquanto advogado, parlamentar, diplomata, jornalista, funcionário público é um indício de narrar não apenas as ações, mas o que as teria motivado.

Ou seja, um dado relativo à maneira pela qual o biógrafo concebe o biografado procurando se introduzir em sua personalidade, percorre toda a obra, evidenciando a importância que o narrador atribui aos aspectos psicológicos do protagonista, apesar de não cair na armadilha de uma biografia psicologizante.

Podemos identificar no trecho abaixo a importância que o autor atribui à dimensão psicológica na construção do biografado:

O verdadeiro retrato de Rui ficará incompleto sem o conhecimento desses matizes de sua psicologia. Onde ele perdia, onde sua personalidade não aparecia aureolada, onde transpareciam suas fraquezas, desconhecia a verdade, refugava as provas, estranhava os documentos. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 163).

O biógrafo, por meio do narrador, considera extremo o conservadorismo de Rui quando este nega o sufrágio feminino durante a chamada Campanha Civilista e mais tarde quando a questão ressurge em 1919.

O narrador procura esclarecer que a mentalidade da época, não apenas a do biografado, considerava o homem como o “sexo político” e a mulher o “outro sexo, o não-político”. Os juízos de valor do narrador são cáusticos:

A mentalidade burguesa de Rui não considerava as mulheres com valores próprios, como uma expressão eleitoral em estado latente, ou eliminada dos pleitos pela injustiça e pelos preconceitos masculinos. Via-as apenas como uma massa entusiasmada e impessoal, formando uma espécie de comparsaria da sua campanha, com a simples função de enfeitá-la, de gritar vivas e de bater palmas. Eram, no seu conjunto, o que ele chamava “a sociedade”. Os homens continuariam a ser para ele o

“sexo político” e as mulheres “o outro sexo”. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 53-54)

Mais tarde, em 1919, Rui se refere aos direitos políticos das mulheres não para defender que elas tinham o mesmo direito ao voto que os homens, mas para argumentar em favor da igualdade de salários entre ambos os sexos. Apesar de posar como possuidor de um “espírito progressista”.

O narrador não perde a oportunidade comentar sarcasticamente as ações do protagonista:

E ele, Rui, era tão evoluído, tão evoluído, mas tão evoluído, mesmo, que dera parecer favorável quando, inscrevendo-se uma mulher a concurso para datilógrafos no Itamati, o então chanceler Nilo Peçanha pedira seus conselhos de jurisconsulto... Aliás, sem perda de tempo, tomou da pena e *empistolou* uma sobrinha, para que Nilo a colocasse no Itamati. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 56)

Façamos um pequeno parêntese para tratarmos de algo que fica nas entrelinhas deste trecho: a questão do fenômeno clientelista que aqui o narrador apenas esboça, mas que merece a sua atenção em um capítulo à parte, intitulado “Rui, empreguismo e parentela”. Neste capítulo, o biógrafo narra as ações de Rui a favor de parentes, principalmente do cunhado Bandeira, de um filho deste, do genro Batista Pereira e do concunhado Dobbert.

Uma situação irônica é que boa parte da informação usada pelo biógrafo se encontra no livro de memórias assinado pelo próprio Bandeira.<sup>173</sup> O narrador se vale ainda das opiniões de Medeiros de Albuquerque e de Barbosa Lima Sobrinho a fim de sustentar a sua tese de que a família de Rui tivera papel preponderante nas práticas nepóticas e de clientelismo do biografado.

Carvalho (2000) apesar de concordar que Rui se comportara muitas vezes de maneira a favorecer alguns pedidos feitos em função dos altos cargos que ocupara, fora Ministro da Fazenda e também primeiro vice-chefe do Governo Provisório, afirma que seria incorreto colocá-lo no mesmo nível da maioria de seus contemporâneos no que diz respeito ao clientelismo, discordando assim, tanto de Magalhães Junior como também de Medeiros de Albuquerque e de Barbosa Lima Sobrinho.

Se por um lado, Magalhães Junior atribui a Rui Barbosa uma parcela enorme de responsabilidade na manutenção de um sistema clientelista, que ele chama de “empreguismo”, defendendo ainda que as tentativas malogradas de Rui para ocupar o cargo de presidente da

---

<sup>173</sup> Ver BANDEIRA (1960)

República se deram em virtude de a mentalidade da própria época em que este vivera ter percebido, entre outros defeitos, suas incapacidades administrativas, exemplificadas no pífio desempenho de suas funções legislativas e como Ministro da Fazenda, cargo que ocupou e, na visão do narrador, contribuiu sobremaneira para intensificar a Crise do Encilhamento que desembocou em severa crise econômica.

Por outro, Carvalho (2000), em referência à prática clientelista de Rui e ao seu fracasso em se eleger como presidente do país, supõe que seu desconforto com a prática do clientelismo é que talvez explicasse em parte o fracasso das quatro tentativas de chegar à Presidência. Segundo este autor, Rui seria um estranho no ninho da pequena política.

Voltando ao sufrágio feminino, o narrador de Raimundo Magalhães emite duros juízos de valor nas passagens que retratam a incapacidade do biografado de vencer os preconceitos de sua época em relação à esta questão, criticando a mentalidade androcêntrica tanto do protagonista quando do período em que viveu. Ressalta que o biografado tivera a oportunidade de efetuar mudanças e se esquivara:

Rui acabaria enrolando para sempre a bandeira das suas lutas cívicas, sem que o novo fator do voto feminino, tão digno de respeito quanto o dos homens e, talvez, menos interessado e menos comprometido, tivesse sido incorporado ao nosso processo eleitoral. Mas apenas dez anos depois de sua morte estaria madura tal conquista democrática, que se anunciara ao grande homem por sinais tão inequívocos, sinais que ele, no entanto, não teve o dom de perceber ou de interpretar. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 57)

A crítica do narrador à conduta conservadora de Rui em relação ao direito ao voto das mulheres pode ser considerada uma paródia implícita da crítica que o próprio biógrafo direcionava ao seu presente.

Zeloso defensor do direito de as mulheres se candidatarem à Academia Brasileira de Letras, Raimundo Magalhães Junior lutou por décadas pela mudança no Regimento da instituição que abriria a possibilidade de candidatos do sexo feminino participarem do processo de eleição para ocupar uma cadeira na ABL.

Apenas em 1976 o biógrafo conseguiu ver aprovada na Academia Brasileira de Letras a mudança no Regimento Interno que passou a permitir a candidatura do sexo feminino. No ano seguinte, ele teve o prazer de estar presente na recepção à primeira mulher eleita, sua amiga, a também escritora Rachel de Queiroz, e mais tarde, em abril de 1981, fazer o discurso de recepção à prima desta, Dinah Silveira de Queiroz.<sup>174</sup>

---

<sup>174</sup> Sobre as mulheres na Academia Brasileira de Letras ver o estudo de FANINI (2010).

O aspecto mais atacado, pelos defensores de Rui, nesta biografia assinada por Magalhães Junior, se trata, sem dúvida, do processo de desconstrução do mito proposto pelo narrador desde o primeiro capítulo e que encontra seu ponto máximo em dois capítulos que gostaríamos de discutir a seguir.

No capítulo 15, intitulado “As ‘Águias de Haia’ e o Falso Livro de Willian T. Stead”, o narrador logo no título ironiza a alcunha que seria atribuída a Rui ao apontar que haveria não *a* Águia, no singular, mas sim *as* Águias de Haia.

O narrador procura provar que o mito acerca da grande atuação de Rui na Segunda Conferência de Paz de Haia foi laboriosamente construído pelo próprio biografado com o subsídio financeiro do governo brasileiro e a contratação de um repórter inglês de segunda categoria chamado Willian T. Stead, conhecido por sua perícia em fraudar reportagens e elaborar notícias sensacionalistas.

Acerca da participação de Willian T. Stead na mitificação de Rui o narrador afirma que “Ele foi um beneficiário, pago pelo Itamarati, da campanha de propaganda que Rui Barbosa reclamara e à qual o Barão do Rio Branco prontamente acedera.” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 312).

No Brasil, segundo o narrador, o grande responsável pela glorificação de Rui e pela intensificação do processo de construção do mito em torno de seu nome foi um livro, intitulado *O Brasil em Haia*, cuja autoria foi atribuída a Willian T. Stead.

Na verdade, segundo o narrador, não poderia haver maior engano, já que o falso livro seria uma tradução do inglês para o português das reportagens de Willian T. Stead sobre a atuação de Rui em Haia feita por um jovem brasileiro, considerado ambicioso, chamado Artur Bomilcar que contou com a participação de Rui, responsável pela tradução dos seus discursos do francês para o português.

Assim nasce, segundo o narrador, o mito da Águia de Haia, que na verdade seriam *as* Águias, uma vez que para a construção do mito houve a participação de pelo menos quatro indivíduos: O Barão do Rio Branco, o jornalista inglês Willian T. Stead, o jovem Artur Bomilcar e é claro, o próprio Rui.

Um outro mito acerca do protagonista que a biografia procura desconstruir é justamente aquele que talvez seja o mais conhecido: o seu grande talento de orador. O assunto é tratado no último capítulo da obra, e, acerca deste assunto, o narrador é irônico, sarcástico e em muitas passagens, acidamente crítico da oratória do personagem central.

A primeira coisa que o biógrafo aponta é que Rui seria um grande orador caso não fosse tão prolixo, sendo exatamente esta característica negativa que o narrador vai esmiuçar

utilizando o testemunho de intelectuais, jornalistas, parlamentares, advogados, contemporâneos de Rui, tanto amigos quanto inimigos, mas que tinham a mesma opinião: a incapacidade de Rui em se pronunciar de forma clara, objetiva, profunda, perfeitamente compreensível, e o principal, que não fosse maçante: “quase sempre deslocava o debate do ponto preciso para outras áreas, produzindo longas e exaustivas defesas a increpações, de que ele mesmo se fazia eco” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 25).

O narrador afirma que “No Parlamento do Império, se Rui nem sempre vencia os seus opositores pela força dos argumentos, vencia-os muitas vezes pelo cansaço, em estiradas orações, das quais pouquíssima coisa de útil era possível extrair.” E mais: “Poucos compreendiam, muitos assistiam, todos aplaudiam” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 482; 496).

As últimas páginas da biografia são destinadas a evidenciar que quando Rui chega à velhice ocorre também o ocaso de suas ideias. Para tanto, o biógrafo coteja o depoimento de diversos escritores e intelectuais, como é o caso de Cândido Mota Filho, que afirma: “Por certo, o estilo de Rui, a sua maneira de escrever, o seu processo de composição, o seu gosto pelas citações, já não servem para os nossos dias” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 498).

Segundo o narrador, a morte de Rui foi um acontecimento que não despertou simpatias, foi na verdade tratada com indiferença e alheamento por parte de muitos. Houve é claro a pompa oficial, todavia não houve real sentimento público.

Como nota final, o narrador argumenta, incisivo, que “Rui vivera demais” e conclui com a afirmação de que o personagem principal falecera decaindo na opinião pública pela gritante incoerência que marcara toda a sua trajetória política.

Nem só de críticas é feita a biografia de Rui. Em algumas passagens, bem raras é verdade, Magalhães Junior tece alguns comentários que podem ser considerados exemplos de uma visão que concebe certa *extraordinariedade* no biografado.

*Extraordinariedade* seria enxergar o biografado como “anormal, gênio ou Deus, como se o biógrafo estivesse nos dizendo o seguinte: ‘meu personagem tinha todas as qualidades para vencer, e vejam só: ele venceu, claro’” (VILAS-BOAS, 2008, p. 121).

Este autor questiona a concepção segunda a qual o biografado é revestido com poderes sobre humanos e afirma que as realizações de uma vida não dependem apenas da pessoa em si, já que são inúmeros os fatores envolvidos na projeção de um personagem em seu campo de atuação: mentalidade e cultura regional e da época, condições socioeconômicas, grau de persistência, apoio de pessoas próximas, autoestima, entre outros.

Para fundamentar sua análise, Vilas Boas se apoia na ideia de herói proposta por Joseph Campbell (1999, p. 144) segundo o qual, “um herói lendário é normalmente o fundador de algo, o fundador de uma nova era, de uma nova religião, uma nova cidade, uma nova modalidade de vida”.

Para Campbell (1999) existiria dois tipos de herói: aquele que toma a iniciativa de realizar algo e aquele que é “empurrado” para a aventura. O primeiro tipo de herói se prepara de maneira responsável e intencional a fim de realizar a empreitada, sua escolha é consciente, calculada e refletida. O segundo tipo de herói é aquele que se vê envolvido na aventura, ele é lançado de repente na ação, não era sua intenção, mas ao entrar no meio do turbilhão da aventura procura dar conta do que dele se exige.

Vilas Boas (2008) afirma que não é preciso ser superdotado para realizar uma proeza na qual se lança voluntária ou involuntariamente. Qualquer pessoa pode ser um herói, na verdade, para ele, todos somos heróis pelo simples fato de existirmos e lutarmos pela vida.

Todavia, Campbell (1999, p. 43-44) entende que existem “heróis” e “heróis”, ou seja, apesar de todos terem capacidade de serem heróis, existiriam alguns que se destacariam já que “A coragem de enfrentar julgamentos e trazer todo um novo conjunto de possibilidades para o campo da experiência interpretável, para serem experimentadas por outras pessoas é essa a façanha do herói”.

Sendo assim, apesar de todos termos a possibilidade ou capacidade para sermos heróis, existiria uma “classe” de heróis, que não são melhores nem piores, mas que teriam a competência de mudar não apenas as circunstâncias de suas próprias vidas, mas também de outras pessoas.

Vilas Boas (2008, p. 145) defende que “mesmo quando age pensando em algum benefício próprio, o herói real empurra e é empurrado para a frente por muitas pessoas, próximas ou distantes, pessoas de seu tempo ou de tempos vindouros”. O autor incentiva a busca por um olhar atento aos coadjuvantes do personagem biografado.

O protagonista pode ter se envolvido na aventura sem o querer, ou, ainda, nela mergulhado por vontade própria, e, mesmo que tenha se movido por ideais coletivos e se sacrificado, não importa, é preciso estar atento aos que o rodearam, aos que foram seus parceiros de aventura, àqueles que de alguma forma contribuíram para com sua trajetória de herói (VILAS BOAS, 2008, p. 152).

O autor assevera que “normalidade e extraordinariedade não é nem uma forma nem uma forma; não são concretas nem objetivas; não são virtudes nem defeitos *a priori*” (VILAS BOAS, 2008, p. 152).



Vilas Boas (2008) entende ser legítima a opção do biógrafo em apresentar seu personagem como um herói, desde que também revele suas múltiplas facetas, seus altos e baixos, erros e acertos. O autor se posiciona contrário a uma abordagem biográfica na qual o narrador conta a história da vida de alguém que parecia projetado para vencer e cada ação é vista como norteadada por um senso de heroísmo natural no biografado e não fruto de escolhas, acertadas ou não.

A seguir, vamos transcrever alguns trechos que exemplificam esta questão:

*Assumindo a direção do Diário de Notícias, Rui continuará a fomentar, por todos os meios e modos, a cisão entre as classes militares e o poder civil, isto é, a própria monarquia. [...] Não houve, até então, e talvez até hoje, trabalho tão persistente, tão minucioso, tão eficaz, no sentido de cavar um abismo entre os militares e o regime em vigor. É o grande momento da vida jornalística de Rui, sempre alerta na sua obra desagregadora, não deixando escapar as menores oportunidades para um comentário virulento ou para uma intriga insidiosa. Um artigo, sob o título de “Plano contra a Pátria”, publicado naquele jornal a 9 de novembro, dá curso à versão de que o gabinete pretendia dissolver o Exército, substituindo-o pela Guarda Nacional. [...] Esse artigo malicioso impressiona fortemente os militares de tendência republicana, já em plena conspiração. [...] É o momento em que Rui é afinal admitido no movimento prestes a eclodir. E, assim, a 16 de novembro, o ex-deputado liberal do Império, há vários anos no ostracismo, emerge, subitamente, como prócer neorepublicano, à frente do Ministério da Fazenda e, logo depois, como Vice Chefe do Governo Provisório, de que era sem dúvida, a figura de maior relevo intelectual. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, pp. 335-336).*

*Mas quando o Diário de Notícias publica o artigo “Plano contra a Pátria”, até o contemporizador Benjamim Constant se decide. E sobre as escadas da redação para dizer a Rui: “o seu artigo de hoje fez a República: ele me convenceu da necessidade imediata da revolução”. A pena de Rui, quase tanto quanto a espada de Deodoro, fora responsável pela queda do Império. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 126).*

Nos trechos supracitados os grifos, que são sempre nossos, podem ser considerados hipérboles dispensáveis a respeito da atuação de Rui Barbosa no cenário histórico-social dos dias turbulentos que marcaram o advento da República em nosso país.

Vale ressaltar que o narrador não fica apenas apontando constantemente como o personagem foi importante ou como sua atuação foi decisiva, à medida que destaca o papel desempenhado pelo protagonista, ele também procura reconstituir cenas que dão a possibilidade de interpretação por parte do próprio leitor.

Rui Barbosa, ainda mais nesta biografia contestadora de sua mitificação, foi uma pessoa “normal”, que tinha um cotidiano comum, por mais que suas habilidades possam ser consideradas incomuns.

Ele viveu sua vida com avanços e retrocessos, altos e baixos, ganhos e perdas. E é justamente isto o que o narrador procura retratar ao mesmo tempo em que narra as suas

façanhas. Como exemplo, é narrado as suas seguidas frustrações por não ter conseguido se eleger para o cargo de presidente da República e também sua grande atuação na imprensa a favor dos militares e contra a Monarquia decadente.

Se nos valermos da noção de herói proposta por Campbell (1999), segundo a qual existiriam dois tipos de heróis, um que é empurrado para a aventura e outro que dela participa voluntariamente, Rui Barbosa se enquadra na categoria de herói que procura por si mesmo envolver-se na aventura.

Rui é quem toma a iniciativa de publicar artigos ácidos contra o descaso do governo imperial em relação aos militares do Exército e a Marinha; é ele quem se aproxima dos conspiradores aglutinados ao redor de Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca nos dias que antecedem a passeata que acaba em proclamação da República. Sendo assim, enquanto a Deodoro é praticamente imposto o papel que vai ocupar, já em relação a Rui, suas ações são resultado de iniciativa própria.

Em *Rui, o homem e o mito*, podemos analisar não apenas a forma como o autor o retrata, mas também como que ao redor do jurista a época em que vivia é apresentada, permitindo-nos questionar as relações políticas, sociais, a mitificação e panteonização do protagonista e como isso é tratado no biografismo de Raimundo Magalhães Junior.

A narrativa biográfica e a escrita da história empreendida por Raimundo Magalhães Junior em *Rui, o homem e o mito* circunscrevem um gênero híbrido, não apenas literatura ou somente história, mas ambas, entretidas pelo narrador.<sup>175</sup>

O mérito de Raimundo Magalhães Junior é conseguir conciliar, balancear esse hibridismo, não permitindo que nem a narrativa literária nem o método historiográfico tenham primazia, mas coexistam, completando-se continuamente.

Assim, apesar de a preocupação central do autor ser a de compor uma trama orientada pela “revisão histórica e política” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p.7), ocorre o preenchimento de lacunas através da criação autoral, na qual o foco é a composição de uma história de vida a partir de atentas referências ao método histórico de levantamento, questionamento e interpretação das fontes, para garantir perfeita harmonia com o enredo.

O biógrafo consegue extrair o melhor, tanto da narrativa quanto do método histórico. O resultado é a construção de uma biografia na qual não apenas os eventos são interpretados

---

<sup>175</sup> Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, Dosse (2009) reflete sobre a questão do caráter híbrido do gênero biográfico, mescla de história e “arte”, ou seja, pesquisa histórica e preenchimento criativo das lacunas por parte do biógrafo.

por meio das fontes e encadeados através de um enredo, mas também se contempla uma busca no sentido de tentar desvendar os mistérios da personalidade de Rui.

O ciclo volta a se repetir, pois é por meio do método histórico que as evidências, encontradas por meio de acurada pesquisa, são interpretadas para em seguida serem narradas com o objetivo de construir uma espécie de mapa da trajetória do biografado.

### 3.3 – Uma vida turbulenta: lutas, fracassos e sucessos de José do Patrocínio

*A Vida Turbulenta de José do Patrocínio* saiu do prelo para as livrarias em sua primeira edição em 1969. Trata-se do volume de número 3 da coleção *Hora e vez do Brasil* da editora Sabiá, de propriedade de Fernando Sabino e Rubem Braga, sendo que a segunda edição, de 1971, ficou por conta editora LISA - Livros Irradiantes S.A.<sup>176</sup>

Em relação à opinião da crítica literária sobre a *Vida turbulenta de José do Patrocínio* ocorre o oposto do que sucedera com *Rui, o homem e o mito*, já que a biografia sobre o líder abolicionista não causa nenhuma polêmica na época de seu lançamento, pelo contrário, no geral, são numerosos os elogios e os prêmios que cercam a obra que narra a vida do libelo da luta contra a escravidão no Brasil.

Em nota, a 9 de novembro de 1970, o jornal *O Globo* valoriza o trabalho do autor ao compartilhar do título de “príncipe dos biógrafos brasileiros” atribuído a ele e informa que o livro *A vida turbulenta de José do Patrocínio* havia conquistado os prêmios “Luis Cláudio de Souza” (Pen Clube), “Fernando Cinaglia-I” (União Brasileira de escritores) e “Troféu Jabuti” (Câmara Brasileira do Livro).<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> A segunda edição faz parte da Coleção *Homens e épocas das letras e das artes brasileiras. Biografias de R. Magalhães Junior*, que conta com 10 volumes de biografias. A coleção tinha a ambição de abarcar um período da história do Brasil, segunda metade do século XIX e início do século XX, por meio das narrativas de vida de algumas figuras importantes das “letras e das artes”. Sendo assim, a editora LISA se alia ao pensamento de Magalhães Junior sobre a possibilidade de acessar um período da história tendo como ponte a biografia ou as biografias de alguns dos vultos da literatura, Martins Pena, José de Alencar, Machado de Assis, Artur Azevedo, Cruz e Sousa ou como é o caso de José do Patrocínio, jornalista ativo que usa o seu espaço na imprensa a fim de fazer a campanha abolicionista. Este momento é o ponto alto da carreira de biógrafo de Raimundo Magalhães, então com 64 anos de idade, que via enfileirado na estante uma coleção considerável com 10 volumes de títulos de sua autoria, dois deles inéditos e o restante, como era de seu feitio revisionista, com acréscimos e correções, não apenas reimpressões. Vale lembrar que tivemos a oportunidade de comentar sobre esta coleção da editora LISA no segundo capítulo do presente trabalho.

<sup>177</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1970. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Em *O Jornal*, no dia 25 de janeiro de 1970 saem duas apreciações acerca da biografia de José do Patrocínio, uma, de Raquel de Queiroz, com o título “O Patrocínio de Magalhães Junior”, que classifica a obra como o “mais perfeito trabalho de reconstituição de uma vida e de uma época histórica”<sup>178</sup>, e outra, de Valdemar Cavalcanti, que não fica atrás nos elogios ao afirmar que se trata de: “uma obra definitiva, impressionante como relato e fonte de informação, como compreensão de uma personalidade humana e como interpretação de fatos e episódios não só da vida de Patrocínio como da própria vida brasileira”.<sup>179</sup>

No jornal *O Estado de S. Paulo*, Luís Martins valoriza o trabalho historiográfico do autor: “Como sempre, Magalhães Junior não se limita à biografia do herói, mas enquadra-o na atmosfera do seu tempo, oferecendo-nos uma interessante reconstituição histórica do Brasil dos últimos decênios do Império e primeiros anos da República”.<sup>180</sup>

Austregésilo de Athayde se refere ao autor como “o mais minucioso e persistente investigador da vida dos grandes brasileiros”, e que o escritor não se contentaria em repetir o que outros biógrafos escreveram, para tanto, a saída que encontra seria pesquisar as publicações da época: jornais e revistas, “lidos pacientemente e com o espírito e a visão de quem sabe apreciá-los”. Para ele, o biógrafo oferece “uma nova compreensão da figura do abolicionista, do profissional da imprensa, do escritor, do político e do ser humano fantástico” que foi José do Patrocínio.<sup>181</sup>

Hélio Pólvora na coluna “Livros” no *Jornal do Brasil* apresenta a sua opinião em relação ao gênero:

Não sou muito adepto de biografias. No geral esse gênero se limita a uma sucessão cronológica de fatos e, quando o biografado é um vulto literário de importância, sua vida serve, quando muito, para iluminar alguns trechos da obra. Se, literariamente a biografia é um elemento didático, um meio de se compreender melhor a obra, historicamente ela se justifica sempre que o autor consegue dimensionar a pesquisa em termos de uma época ou de um movimento histórico.

---

<sup>178</sup> QUEIROZ, Raquel de. O Patrocínio de Magalhães Junior. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1970. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>179</sup> CAVALCANTI Valdemar. Patrocínio: a face humana. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1970. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>180</sup> MARTINS, Luís. José do Patrocínio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de fevereiro de 1970. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

<sup>181</sup> ATHAYDE, Austregésilo de. A vida turbulenta de José do Patrocínio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29 de janeiro de 1970. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

O crítico assevera que “O mal das biografias é o seu contorno heroico. Quando alguém se debruça sobre uma vida, é levado por predisposição admirativa ou por um desejo restritivo”, o resultado disto é muitas vezes uma “caricatura romântica”.

Segundo Hélio Pólvora, Raimundo Magalhães Junior soubera contornar os obstáculos da admiração irrestrita, não caiu na armadilha de heroizar o personagem central e resistiu ao apelo romântico que uma vida como a de José do Patrocínio oferece, sendo assim, esta biografia

transforma-se em levantamento histórico de primeira grandeza. Rigoroso na pesquisa, cauteloso nos seus juízos críticos, apoiado sempre em dados que reexamina, compara e coteja, o biógrafo arma aos poucos o esboço e a projeção. Partindo do particular para o geral, a biografia de Patrocínio não se esgota em si mesma, documento de uma vida, é ao mesmo tempo o painel de uma época reformadora. As limitações do gênero se diluem na interpretação correta dos fatos, nos paralelismos certos, na capacidade que tem o autor de, reunindo dados diversos e dispersos, retomar o fio invisível da História.<sup>182</sup>

Em *Da biografia e alguns biógrafos*, texto dividido em quatro partes e publicado em sequência n’*O Estado de São Paulo*, Temístocles Linhares estabelece um diálogo a fim construir um de texto em que duas vozes debatem, concordam e discordam sobre vários temas envolvendo o gênero biográfico.

No artigo, o autor oferece-nos uma análise da biografia de José do Patrocínio e aponta que há uma grande diferença entre esta biografia e outras de autoria de Magalhães pelo fato de o biógrafo nutrir admiração por Patrocínio e com isto, a obra ficou livre das críticas que recebeu, por exemplo, *Rui, o homem e o mito*, livro movido “pelo desejo de polemizar”.<sup>183</sup>

Segundo Temístocles Linhares, duas coisas precisariam ser levadas em conta na biografia: “a pesquisa da verdade histórica e a pesquisa em torno da expressão psicológica de Patrocínio, de sua personalidade”.

Para a questão de se o biógrafo encontrara o perfeito equilíbrio entre a narrativa de uma época e a personalidade do biografado, Linhares responde que na medida do possível, sim: “revelando-nos muitas facetas do biografado bastante curiosas, sem para isso deixar de recorrer a muitos dados concretos”.

---

<sup>182</sup> PÓLVORA, Hélio. A vida de Patrocínio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B (coluna Livros), 4 de fevereiro de 1970, p. 2.

<sup>183</sup> LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 1. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 25 de julho de 1970, p. 45.

LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 2. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 1 de agosto de 1970, p. 46.

O autor aponta ainda a maneira como a figura do jornalista da segunda metade do século XIX e no começo do século XX é dissecada e tipificada pelo biógrafo conforme narra a atuação do biografado na imprensa da época, no combate pela causa abolicionista.

Indagado se haveria polêmica nesta biografia, responde que sim, mas com a diferença de que “o ranço polêmico propriamente dito não existe do lado do biógrafo. O que a sua biografia encerra de polêmico, sejamos sinceros, pertence mais ao biografado, como parte de sua personalidade”.<sup>184</sup>

Antonio Olinto na sua tradicional coluna “Porta de Livraria”, no jornal *O Globo*, analisa a biografia de Patrocínio em termos elogiosos. Discorre o crítico que dentre as diversas classificações que se podem atribuir à prosa, possivelmente a mais evidente seria que temos uma “prosa conceitual e uma prosa narrativa”, sendo que como neste tipo de classificação bipartida, sempre uma parte tem algo da outra: “costuma a prosa narrativa ser igualmente conceitual e vice-versa”. A historiografia, para ele, é exemplo disso: “jungida à fusão conceito-narração [...] porque o historiador se vê na permanente necessidade de narrar filosofando ou de filosofar narrando”.<sup>185</sup>

Tocando especificamente no objeto de sua análise, o crítico valoriza a capacidade de Magalhães de estabelecer um ritmo narrativo que traz no bojo uma dialética entre o biografado e o tempo em que viveu, um ritmo que “funde, ou confunde, nos significados positivos dessas duas palavras, a vida de um homem com a de seu país e de seu povo”.

As considerações iniciais traçadas servem para qualificar a biografia de José do Patrocínio, “sob todos os aspectos excelente”, nos seguintes termos:

Sua prosa é conceitual e narrativa, é a de um ensaísta e a de um narrador, a de um analista e a de um autor de romance. Desde o começo, no exibir o tempo do biografado e no mostrar um Brasil que explodia em termos de conscientização, é com mestria fora do comum que o biógrafo conduz a narrativa. Magalhães Junior domina várias épocas de nossa história. Seus livros sobre Machado de Assis, Deodoro, Rui Barbosa, entre muitos outros, no-lo tem trazido manuseando o fim do Império e o começo da República no Brasil, e de tal modo conseguindo ir ao fundo do que narra e do que conceitua que esses livros acabam sendo um retrato panorâmico de nossas letras, de nossa política, de nosso jornalismo. [...] Como é autor sem preconceitos mentais, a pesquisa histórica sai de suas mãos como que iluminada por dentro. Não se lhe nota o desejo de insuflar isto ou aquilo nos acontecimentos que narra. Que ele conceitua, sim, logo se vê. Conceitua e interpreta. Mas não possui vontade de torcer os personagens e metê-los à força dentro de arcabouço previamente erguido.

<sup>184</sup> LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 25 de julho de 1970, p. 3.

<sup>185</sup> OLINTO, Antonio. Narrativa e conceito na vida de Patrocínio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1970. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Luís Pinto escreve um artigo publicado no *Diário de Pernambuco* no qual avalia a biografia de Patrocínio como sendo indispensável para o leitor desejoso de conhecer a história republicana e abolicionista do Brasil.

Valoriza, como aliás o fazem grande parte das análises sobre a biografia em foco, o profundo trabalho de pesquisa do autor: “percorre os arquivos, examina as coleções de jornais velhos e revistas e o apanhado passa à sua análise com cadência nova, para ser levado ao público” e critica: “outros pesquisadores tem preguiça de fazer isto. Muitos têm até ojeriza ao pó dos arquivos”.

Luís Pinto conclui afirmando que se trata de “um livro de memórias, não do líder abolicionista, apenas, mas da vida social, política e econômica, como ainda, cultural do Brasil do século XIX. [...] Literatura, história, sociologia, caudilhismo, oligarquia, tudo se enfeixa nas páginas de Magalhães Junior”.<sup>186</sup>

Os depoimentos acima relacionados servem como uma pequena amostra da maneira como alguns críticos literários, escritores, ensaístas, apreciaram a biografia de Patrocínio. Longe de despertar o furor que a biografia de Rui desencadeou, a história de vida do “Tigre da Abolição” rendeu prêmios, palmas e análises positivas dos autores que dela se ocuparam em artigos veiculados nos periódicos, da capital carioca e paulista, principalmente.

A ideia que compartilham estes avaliadores é que o biógrafo realizara uma obra imbuído de genuína admiração pelo biografado e que este elo não o impediu de construir um retrato em papel e letras de corpo inteiro do personagem central, citando também os aspectos menos gloriosos de sua vida: a inconstância de opinião, ora republicano, ora monarquista e depois republicano novamente; a ruína financeira; a ideia fixa da aerostática; a decadência após a abolição.

Além disso, a crítica destaca o meticuloso trabalho de pesquisa, a preocupação em conferir e confrontar as informações disponíveis indo direto à fonte e a postura cética em relação ao que outros biógrafos escreveram.

O mais importante: a escrita biográfica de Magalhães é identificada como fruto de um pesquisador interessado em História, construtor de um enredo em que não apenas o biografado é retratado, mas todo um panorama da época em que viveu é oferecido ao leitor.

---

<sup>186</sup> PINTO, Luís. José do Patrocínio vivo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de abril de 1970. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

Magalhães Junior é apontado como o biógrafo que consegue tanger habilmente os elementos literários e historiográficos na composição de uma trama narrativa equilibrada, na qual as ações do biografado estão em perfeita harmonia com o seu tempo.

Vale salientar que a biografia de José do Patrocínio é lançada em 1969, todavia, em 1957 o biógrafo publicara uma história de vida do filho do líder abolicionista, a qual leva o título de *O Fabuloso Patrocínio Filho*.

Foi justamente quando o autor ainda residia em Campos (RJ), mesma cidade de nascimento do protagonista, e depois quando escrevia a narrativa de vida do filho de Patrocínio é que o biógrafo se interessou por este último e acumulou parte do material que futuramente gerou a biografia em questão.

O livro é dividido em 40 capítulos com uma média de dez páginas cada, em um total de 452 páginas, contando inclusive, com uma última seção intitulada *Iconografia* que é formada por uma seleção de imagens, como fotografias do personagem, desenhos e caricaturas satíricas com temática política que apareceram nos periódicos da época.

Os capítulos curtos, com títulos criativos e sugestivos, dão um ritmo acelerado à narrativa, causando exatamente a imagem que o narrador quer que o leitor tenha da vida do personagem: um mar revolto no qual o espaço entre as ondas é curto e cheio de altos e baixos, uma vida turbulenta.

O período narrado pelo texto vai de 1853, ano de nascimento do biografado, até 1905, ano de seu falecimento. A narrativa é conduzida por uma cronologia não rígida, na qual o biógrafo procura ordenar o enredo de acordo com o vivido pelo personagem e não se orienta *a priori* por qualquer tipo de tese sobre o biografado.

Esta abordagem é o oposto do que acontece tanto na biografia de Deodoro quanto na de Rui: em ambas o narrador se guia por uma tese construída previamente sobre os biografados, no caso de Deodoro, quer provar que sem ele o movimento que deflagrou a proclamação da República muito provavelmente não teria acontecido, já na biografia de Rui, o que se quer demonstrar a todo custo é o trabalho de mitificação que envolveu a construção de sua memória.

Outra diferença de abordagem entre as três biografias é que tanto na de Deodoro quanto na de Patrocínio o narrador se preocupa com as origens dos biografados, dedicando o primeiro capítulo destas narrativas a fim de tratar das origens familiares, com o intuito de obter elementos que pudessem explicar as futuras tomadas de decisões de seus personagens centrais, enquanto no livro sobre Rui o biógrafo apresenta o personagem já adulto e em plena efervescência política que marcou o início de sua vida pública.



Existe diferenças também na maneira como o biógrafo, por meio do narrador, entrelaça a análise e a interpretação das fontes com a construção do enredo. Em alguns casos, como na biografia de Deodoro, a documentação é citada no corpo do texto. Trata-se, geralmente, de documentos oficiais, de artigos da legislação. O ritmo narrativo é constituído pela construção de diálogos entre os personagens.

Além da construção de diálogos, outro aspecto que confere a “cor local” é a intersecção de várias imagens no texto: como fotografias, litografias, desenhos satíricos veiculados pelos periódicos, em sua maioria com temáticas políticas.

Já na biografia de Rui, não existem imagens no texto, nem em anexos. Os diálogos também não são utilizados, assim, o que confere voz ao biografado e outros personagens arrolados são os trechos de discursos em campanhas políticas, no parlamento do Senado ou da Câmara dos Deputados e as passagens citadas de jornais e revistas.

O recurso de inserir no texto narrativo trechos de matérias, de discursos do biografado e de outros personagens é intensificado na biografia de Patrocínio se estabelecermos um comparativo com a de Rui.

Todavia, há uma diferença de diagramação: na biografia de Rui os trechos são citados entre aspas no interior do parágrafo. Já na narrativa de vida de Patrocínio as citações são formatadas com uma fonte de tamanho menor que o restante do texto e em parágrafos separados.

Trata-se de uma diferença apenas de diagramação, mas que sem dúvida intensifica a intenção do biógrafo de contrapor, de indicar, de interligar, a sua narrativa com a “fala” do biografado e de outros personagens.

Vale lembrar que os diálogos na biografia de José do Patrocínio são escassos, além disso, as imagens e fotografias selecionadas por Raimundo Magalhães Junior estão reunidas em um anexo iconográfico no final da obra.

Voltando à questão da origem familiar, a sua inserção na biografia de Patrocínio talvez se deva às circunstâncias que envolveram sua concepção: filho de padre com uma jovem escrava. A narrativa apresenta um arco temporal no qual o personagem enfrenta desafios desde as circunstâncias peculiares de seu nascimento, passando pela fuga de casa em direção ao Rio de Janeiro, na época capital do Império, até se tornar adulto e aos poucos se agigantar até alcançar o seu ápice como paladino da abolição e após a vitória da causa abolicionista decair aos poucos até chegar à penúria financeira na qual faleceu.

Vale transcrever o saboroso autorretrato que biógrafo insere no texto e que faz parte de um artigo escrito por Patrocínio com a forma de carta aberta à “Ilustríssima e excelentíssima Sra. D. Lavoura”:

Eu sei que V. Ex.<sup>a</sup> não me pode ver nem pintado. Acha-me feio, antipatiza com minha cor de mestiço, cor de tijolo queimado, de quando em quando açafroada por derramamentos hepáticos. V. Ex.<sup>a</sup> não suporta o meu olhar parado, coado de duas pupilas negras, ora tranquilas como dois brejos, ora ardentes como dois brasidos e flamívoras como as coivaras. Detesta o meu nariz grosso, cujas narinas se entumecem, como duas velas bojadas pelo vento, sempre que me ascendem as paixões patrióticas, as únicas que tenho intensas. A minha boca muito rasgada parece a V. Ex.<sup>a</sup> um abismo de onde deve sair uma parte dos turbilhões rubros, acumulados por três séculos de exploração no horizonte da grande propriedade. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 118).

O cuidadoso trabalho de pesquisa de Raimundo Magalhães Junior, marca registrada de sua operação biográfica, é evidente também nesta história de vida que leva sua assinatura. Diferentemente do que ocorre na biografia de Deodoro e semelhantemente ao que se sucede na biografia de Rui, a narrativa da vida de Patrocínio não contém uma relação bibliográfica, com o elenco de livros, ensaios, fontes e arquivos consultados. Todavia, é possível rastrear esta bibliografia ao longo da narrativa, nas abundantes notas de rodapé, utilizadas tanto para este fim como também como recurso explicativo ou elucidativo de passagens específicas do texto.

Os locais de pesquisa do biógrafo são alguns daqueles que mencionamos ao analisarmos as biografias de Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Pelo fato de a biografia de Patrocínio ter sido uma das últimas a serem escritas por Magalhães Junior, grande parte da pesquisa já fora realizada de maneira tangencial, secundária, conforme ele investigava materiais para suas outras narrativas de vida, inclusive, uma do próprio filho de Patrocínio, o Patrocínio Filho, lançada em 1957.

Logo na primeira página do livro há uma menção à *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, livro que é utilizado, principalmente no primeiro capítulo, a fim de sustentar a trama desenvolvida pelo narrador ao contar como se deu o envolvimento do pai do biografado, homem branco, clérigo, com sua escrava, adolescente de 13 anos que não demora a engravidar de um menino, batizado após o nascimento como Patrocínio, mas que quando adolescente assinava José Carlos do Patrocínio, em uma evidente alusão ao genitor.

Outras obras de cunho historiográfico, ensaístico, memorialístico, e ainda biográfico, também são citadas: *A Campanha Abolicionista*, de autoria do advogado e historiador

Evaristo de Moraes; *Pesquisas e Depoimentos para a História*, do também historiador Tobias Monteiro; *A Abolição no Ceará*, de Raimundo Girão; *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, de Custódio José de Melo; *Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal*, de Edgar Costa; *Rascunhos e Perfis*, de autoria de Ernesto Sena; *Mota Coqueiro: a grande incógnita*, de Godofredo Tinoco; *José do Patrocínio, romancista*, de Nilo Bruzzi; *O Tigre da Abolição*, de Osvaldo Orico; *Rio Branco*, de Álvaro Lins; *A vida de Rui Barbosa*, de Luís Viana Filho; *No tempo de Patrocínio*, de Ciro Vieira da Cunha; *Reminiscências Líricas de um Perfeito Carioca*, de Emiliano di Cavalcanti; *Diário e Notas Autobiográficas*, de André Rebouças; *Quando eu era vivo...*, de Medeiros e Albuquerque; *Cartas de D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*, volume organizado por Wanderley Pinho.

Os principais periódicos da época do biografado citados na obra são: *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *A Reforma*, *A Notícia*, *O País*, *Jornal do Comércio*, *Diário Português*, *O Brasil*, *A Cidade do Rio*, *Novidades*, *A Província de São Paulo*, *Correio de Campinas*, além destes, algumas revistas também são utilizadas como fonte: *Os Ferrões*, *O Besouro*, *Revista Ilustrada*, *Kosmos*.

O biógrafo utiliza ainda os diversos discursos do biografado, proferidos nas conferências abolicionistas, em reuniões de indivíduos que se batiam pela causa dos escravos, discursos estes que eram depois publicados em jornais e revistas.

Como já mencionamos, a narrativa biográfica, para o autor, é concebida como caminho que viabilizasse o estudo da época do biografado ao mesmo tempo em que se desvendasse um pouco mais a personagem eleita. Ele tinha consigo que a biografia não é apenas a descrição das ações de um personagem, mas a “historicização”, ou seja, como em um determinado tempo e espaço uma pessoa viveu.

Para tanto, o biógrafo mergulha no tempo do biografado, a fim de retratá-lo de corpo inteiro, em suas redes de relações sociais, como se deram as trocas entre indivíduo e sociedade, a quais grupos pertencia, como se relacionava com adversários e seus grupos e daí por diante. Já comentamos que ao ser indagado sobre como desenvolvia suas biografias, o escritor declara: “Pesquisei não só as vidas, mas o meio, a época, as relações”.<sup>187</sup>

Seguindo esta perspectiva, o narrador se vale da chegada do menino Patrocínio à Corte para apresentar o desolador cenário dos escravos que o biografado encontra: “escravos com grandes cubas de madeira à cabeça, indo despejar nos rios, canais e praias das cidades as fezes

---

<sup>187</sup> R. Magalhães Junior: o biógrafo recompensado. *Correio da Manhã*, pasta de *clippings* de 1941 a 1982, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

recolhidas durante dois ou três dias nos domicílios cariocas” ou ainda, os “espetáculos tristes e vergonhosos dos leilões de escravos no Valongo e noutros depósitos, localizados junto aos trapiches. Homens e mulheres eram vendidos ao correr do martelo a quem mais oferecesse, ficando as *peças* em exibição pública” e conclui: “era nesse pequeno mundo que chegava, antes de completar quinze anos, o filho do cônego e da ex-escrava”. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 14-15).

Raimundo Magalhães Junior não sai incólume do uso de um *fatalismo* e de uma *extraordinariedade*, conforme pensado por Vilas Boas (2008), na maneira como elabora o perfil do biografado ao comentar que as primeiras vozes já se erguiam no movimento contra a escravidão, como o poeta Castro Alves, mas

O que ninguém podia imaginar é que aquele rapazinho humilde, de pele escura, recém-desembarcado do navio que de Macaé o trouxera à Corte, *seria, em breve, uma das mais poderosas forças desse movimento apenas esboçado. Com a sua palavra escrita e falada, ele o levaria ao paroxismo, numa extraordinária vitória pessoal, a maior que poderia ter colhido na época, quem viera tão sozinho e tão desajustado. Apenas teria que esperar duas décadas, entre sacrifícios e trabalhos sem conta, pelo dia glorioso que bastaria, por si só, para justificar toda uma existência de lutas, entre os aplausos de uns poucos e as injúrias de muitos...* (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 15).

Os grifos nossos no trecho citado acima identificam um *fatalismo* inerente ao biografado, apresentado como alguém destinado à vitória, sendo que nada mudaria este fato, já que ele tinha, de maneira inata, uma vez que se tratava do “menino inteligente” que “queria instruir-se, para ser alguém na vida”, o germe do lutador, do polemista, alguém que com a “impetuosa veemência do seu gênio” dedicaria a vida à causa abolicionista (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 12). O protagonista é apresentado como um indivíduo expansivo e incontido, que falava e escrevia o que pensava e não que pensava para falar e escrever.

O personagem central, em algumas passagens, tem suas ações descritas com uma *extraordinariedade* palpável. Isto pode ser apontado na reconstrução do episódio em que Patrocínio organiza o banquete em comemoração pela abolição na província do Ceará.

Por ocasião de sua primeira viagem à Europa, o biografado visita Portugal, Espanha e França. As andanças, os banquetes, as reuniões, as confraternizações, a que comparece o protagonista, estabelecendo alianças e contatos com escritores, jornalistas, políticos, empresários, que compartilhavam com ele o sonho de um mundo livre do trabalho escravo, oferecem ao narrador uma oportunidade inestimável para uma caracterização de Patrocínio permeada pela ideia de *extraordinariedade*:

*Só o entusiasmo sem paralelo podia levar alguém a mover céus e terra, num meio desconhecido, com tamanha rapidez, interessando algumas dezenas de pessoas, até a véspera de todo indiferentes, na comemoração de fato tão remoto [a abolição da escravidão no Ceará]. Era, sem a menor dúvida, um milagre da energia, do talento e da capacidade quase instantânea de comunicação do grande jornalista, transfigurado em homem de ação e em técnico de relações públicas.* (MAGALHÃES, 1969, p. 146-147).

Na passagem transcrita os termos grifados por nós exemplificam a ideia de um biografado heroico, dotado de qualidades “sem paralelo”, capaz de ações que apenas ele poderia realizar.

Não custa mencionar que apesar de dotado de incrível agilidade de pensamento, movimentado por uma energia de causar inveja a muitos indivíduos proativos e hiperativos, Patrocínio contou com a ajuda de personagens secundários, como Santana Nery – que o próprio narrador identifica como um homem “relacionadíssimo, conhecendo todos os meandros da Paris intelectual e artística” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 142) –, a fim de estabelecer os seus contatos, levar adiante a organização de seus banquetes e a arregimentação de convidados e apoiadores para a causa abolicionista. Em episódios como esses, o biógrafo coloca como coadjuvantes personagens que no mínimo foram co-protagonistas.

Algumas cenas são imaginadas pelo narrador com o objetivo de reconstituir o cenário incipiente da luta pela libertação dos escravos quando da chegada de Patrocínio à Corte. É o caso do episódio marcante da aprovação da Lei do Ventre Livre, quando no plenário do Senado do Império, o público que assistia à sessão atira flores em direção aos parlamentares. O narrador convida o leitor a um diálogo, com a abertura para possibilidade de reconstrução da cena:

Onde estaria naquele momento festivo, o moço campista? É bem provável que estivesse entre os que, no Palácio do Conde dos Arcos, atiraram flores aos que aprovaram o projeto que iria se transformar na Lei n.º 2.040, a ser redimida. E aquele moço anônimo seria um dos heróis dessa redenção, que ainda levaria muitos anos de suor, sangue e lágrimas vertidos nos eitos, nos pelourinhos, nos ergástulos e na obscuridade das senzalas... (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 24)

A luta de José do Patrocínio pela abolição da escravidão é o tema que vai percorrer quase por completo a biografia. Desde o seu primeiro emprego em um periódico, *A República*, na capital do Império, Patrocínio já escrevia artigos se posicionando contra a escravidão.

Isto foi apenas o começo, já que o biografado atuou em diversos periódicos<sup>188</sup>, sendo que foi proprietário de dois deles<sup>189</sup>, e ao longo de quase vinte anos iria estar na vanguarda da causa abolicionista e republicana, com especial empenho e reconhecimento em relação à primeira.

Vale lembrar que é notório a sua mudança de posição de republicano para monarquista antes da abolição. Mudança que se intensifica após a Lei Áurea, pois sentia-se em dívida com a regente do Império, a princesa Isabel (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 269-279).

O rompimento público com os republicanos acontece por ocasião da festa do 7 de setembro de 1884, em comemoração da Independência. No Teatro Recreio Dramático, Patrocínio profere um discurso em que rompe com aqueles que chama de “republicanos negreiros”. Todavia, o biografado não deixa de acreditar no ideal republicano e o narrador faz questão de frisar que ele, embora republicano, “colocava a causa da abolição em primeiro lugar”.

O rompimento de Patrocínio com os republicanos foi por considerar tímidas ações desse grupo em prol da libertação dos escravos. Antes, durante e após a abolição foi aventada a possibilidade de reparação financeira para os senhores de escravos. Apesar de rechaçada pelo Governo de João Alfredo, a medida, discutida no Parlamento, afastou o biografado ainda mais em relação aos defensores da República.

Mesmo após o 13 de maio, o Barão de Cotegipe faz retornar à pauta do Senado a proposta de indenização. A medida é duramente criticada pela imprensa abolicionista, que tinha no periódico de Patrocínio um aliado de peso, além dos discursos de Joaquim Nabuco na Câmara dos Deputados.

O biografado denominava os senhores de escravos de “republicanos de 14 de maio”, por entender que a debandada para o lado dos republicanos fora unicamente em função de pretenderem alcançar a tão desejada reparação financeira pela perda de seus escravos que a Lei Áurea impusera.

Os principais desafetos de Patrocínio nesse período eram Silva Jardim, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, acusados de defensores dos “republicanos escravocratas” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 246-254).

---

<sup>188</sup> José do Patrocínio trabalhou em diversos periódicos cariocas, os principais foram: *Os Ferrões*; *Gazeta de Notícias*; *O Besouro*.

<sup>189</sup> Tornou-se de início sócio e depois o proprietário da *Gazeta da Tarde* em 1877 com ajuda financeira de seu sogro, Emiliano Rosa de Sena, na época Capitão do Exército. Mais tarde, deixou a *Gazeta da Tarde* e fundou o jornal *A Cidade do Rio*, do qual foi proprietário e diretor até pouco tempo antes de falecer em 1905. Ver Magalhães Junior (1969) p. 120-124; 131-132; 227.

Sendo assim, apesar de identificado com a ideia republicana, o biografado não hesita em colocar como objetivo máximo de suas metas a abolição, mesmo que para isso precisasse sacrificar o ideal republicano. Após o fim da escravidão no Brasil, Patrocínio retorna para o lado republicano e emprega toda a sua energia em benefício da campanha contra a Monarquia.

Pouco antes do 15 de Novembro, fazendo uso de um certo senso de oportunidade, e com destaque para o dia da proclamação do novo regime, Patrocínio, vereador, conclama cidadãos, de uma forma geral, e colegas da Casa Legislativa Municipal, em específico, para a reunião extraordinária em que propôs, foi votada e aprovada uma moção de apoio aos proclamadores da República (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 283-287).

Chama a atenção que ao contrário do que ocorre na maioria de suas biografias, na de Patrocínio, Raimundo Magalhães Junior abre espaço para a narrativa de momentos íntimos do biografado, como a sua vida amorosa.

Patrocínio conheceu a sua futura esposa quando foi visitar a casa de seu amigo João Vilanova. O narrador justifica a importância desta ocasião relacionando depoimentos do próprio biografado, que, resumindo, tinha consigo que a visita representou o começo de uma segunda parte de sua vida.

Isto porque ao término da visita, ao invés de ir embora, Patrocínio é convidado a morar com a família. Ele aceita, visto que, recém-formado no curso de Farmácia e trabalhando como jornalista, a remuneração que recebia não era suficiente para o seu pleno sustento.

Como forma de retribuir a solidariedade da família, o protagonista se incumbe da tarefa de dar aulas aos irmãos de João Vilanova, travando conhecimento com Maria Henriqueta, então com 12 anos incompletos e Patrocínio, seu admirador secreto, tinha 23 anos.

O biografado exprimia o seu sentimento por meio de versos publicados na *Gazeta de Notícias* (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 28; p. 39). Era, de início, um sentimento não correspondido, que em breve ganharia um tom dramático, quando Patrocínio parte em viagem de trabalho.

A faceta jornalística de Raimundo Magalhães Junior é a que mais se aflorou, realizou nesta biografia de Patrocínio. Existe uma espécie de diálogo subliminar entre biógrafo-narrador-biografado-leitor.<sup>190</sup>

---

<sup>190</sup> Raimundo Magalhães Junior, como tivemos a oportunidade de comentar no segundo capítulo do presente trabalho, exerceu funções na imprensa desde que chegou a Campos com apenas 17 anos (ao longo de sua vida, ele foi secretário, arquivista, redator, jornalista, cronista, colunista), depois, em 1930 parte para a cidade do Rio

Para compor essa dialética, o biógrafo constantemente faz a citação de trechos de artigos assinados por Patrocínio nos periódicos em que atuou e as respostas de seus adversários políticos e de campanha, sendo Rui um dos que mais merecem atenção por parte do narrador. Sendo assim, um dos aspectos da vida do biografado mais explorados pelo narrador é a sua atuação na imprensa. É raro uma página da biografia que não contenha um trecho de alguma matéria assinada por Patrocínio.

Além disso, em várias oportunidades o biógrafo procura chamar a atenção do leitor para um diálogo por meio de expressões como “nota-se”, “observa-se”, a fim de salientar as dificuldades enfrentadas por trabalhadores da imprensa: maquinário obsoleto, mão de obra desqualificada, falta de incentivo do governo, baixos rendimentos, a censura, a perseguição velada, por meio de ameaças e também direta, como o empastelamento de oficinas e prédios de edição.

De maneira metafórica, podemos dizer que uma das características mais marcantes da biografia é justamente que o narrador se movimenta como que em uma rodovia na qual as placas de sinalização, os obstáculos, os elementos da paisagem são os conteúdos das matérias de jornais, tanto do biografado como de seus interlocutores.

De maneira extremamente criativa, o biógrafo utiliza os textos da imprensa da época, combativa, personalista, para contar a história de vida do biografado e retratar o cenário político e social do período.

Voltando ao tema da vida privada do biografado, devemos apontar que o romance não correspondido de Patrocínio, que há três anos dava aulas para Maria Henriqueta (Bibi para a família), ganha ares de drama teatral na comparação que o narrador faz entre o biografado, representado na figura de Otelo e Bibi como Desdêmoda.

Os pais da agora menina-moça começam a se preocupar com as relações entre o jovem negro e a garota branca: “Com muita delicadeza, sem querer ferir fundo o moço, o chefe da família fez-lhe ver a inconveniência daquele convívio” e aluga-lhe uma casa vizinha (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 63).

Surge então a indicação da *Gazeta de Notícias* para que Patrocínio cobrisse pessoalmente a seca no Nordeste em 1878. O narrador, assumindo uma onisciência, interpreta que esta foi a oportunidade para o biografado “esquecer aquela paixão que o devorava. Não

---

de Janeiro e apesar de se desdobrar em diversas ocupações no campo das letras, teatrólogo, poeta, cronista, contista, biógrafo, tradutor, a sua principal atividade remuneratória, como ele próprio afirmava, era a de jornalista, profissão que exerceu ativamente até o seu último dia de vida.



podia pensar em casar-se com moça branca e rica [já que ele] nada tinha de seu...” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 63).

Para o narrador, a viagem ao Nordeste é a primeira “grande missão jornalística” da qual o biografado retornaria 4 meses depois, profundamente marcado pelas imagens aterrorizantes da miséria, da fome, da seca, que enfrentava a população nordestina. As terríveis lembranças acompanhariam o então jovem jornalista até os seus últimos dias de vida.

Entrelaçando a vida pública e a privada do biografado, o narrador relata como o casamento de José do Patrocínio e Bibi colocou em polvorosa a sociedade da época. A família, inicialmente contrária à união, acabou cedendo diante da forte personalidade não só do noivo, mas principalmente da noiva. Para descrever as reações ao casamento, o biógrafo se vale dos relatos do sobrinho de Bibi, Emiliano Di Cavalcanti, em suas *Reminiscências Líricas*.

Para retratar a cena de oposição ao enlace matrimonial o narrador coloca na cena do texto os ataques desferidos por Apulco de Castro em seu escandaloso jornal *O Corsário*, de tendência republicana, “mas sempre a agredir a torto e a direito” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 93-96).

Todavia, o verdadeiro interesse do biógrafo ao colocar em foco as farpas que eram lançadas desse periódico é engrandecer o papel que líderes abolicionistas como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco desempenhavam junto à população escrava, a maneira como inspiravam a esperança dos cativos pelo tão almejado dia da libertação.

Não apenas a vida amorosa de Patrocínio ocupa a atenção do narrador, as relações do biografado com o pai e com a mãe também pontuam o texto. O pai, o vigário João Carlos Monteiro aos 54 anos “se deixara enfeitiçar pelos encantos de uma negrinha adolescente, entre 12 e 13 anos”, cujo nome era Justina Maria do Espírito Santo.

Sem muitas informações seguras sobre a maneira como se deu o envolvimento entre senhor e escrava, o narrador se vale da imaginação a fim de descrever a relação de ambos: “[Justina,] ao atingir precocemente a puberdade, fizera ferver o sangue do senhor a quem idade, batina e tonsura não sofriam os ímpetos sensuais” e conjectura que “Talvez ele já a tivesse transferido da Fazenda do Imbé para a casa da cidade com a intenção deliberada de iniciá-la nos segredos do sexo, antes que o fizesse um dos escravos na promiscuidade da senzala” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 8-9).

Apesar de não ter sido reconhecido como filho pelo vigário, Patrocínio cresce sendo tratado como tal: sentando-se à mesa mesmo na presença de visitantes, recebendo educação letrada, privilégio de bem poucos, ainda mais para o filho de uma escrava.

Ainda garoto, o biografado em visita à fazenda do pai agride com o cabo do chicote um velho escravo que se demorara a abrir a porteira. O pai, chegando de madrugada em casa, não deixa o dia amanhecer e corrige o filho com um sermão vislumbrado pelos olhos do narrador como o divisor de águas na vida do rapaz que até então se mostrara alheio da condição dos escravos negros: “daí por diante contribuiu para o empobrecimento do pai, ajudando na fuga de escravos” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 11).

Em mais um exemplo de *fatalismo*, o narrador identifica no protagonista uma grande mudança ocorrida desde o sermão do pai e conjectura que o germe do abolicionista fora plantado naquela noite.

O rompimento entre pai e filho se dá de maneira indireta pela situação da mãe do biografado, substituída no leito do genitor por uma escrava mais jovem. A “madrasta” passa a maltratar Justina, por esta época, já liberta e contando com cerca de 27 ou 28 anos.

Patrocínio revida fisicamente a agressora e foge de casa após o trágico incidente. Logo depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, o narrador supõe que se comunica com a mãe em Campos, uma vez que passa a receber do pai um pequeno auxílio pecuniário.

Ao narrar as conquistas do biografado como destacado homem de imprensa, passados dez anos desde que abandonara o lar materno, o biógrafo, assumindo mais uma vez a postura onisciente, interpreta alguns versos de Patrocínio em referência à terra natal como inspirados pela saudade da mãe, com quem há muito tempo não tinha contato.

O narrador supõe que o cônego João Carlos “não parecia ocupar o menor lugar entre as saudades” que oprimiam o coração do biografado, pois nos versos do poema em que há referências à mãe, não há menções à figura paterna (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 58).

O reencontro entre Patrocínio e sua mãe ocorre em 1885, quando o biografado retorna à terra natal após uma ausência de 17 anos. O narrador não perde a oportunidade de exaltar o personagem principal, descrevendo a recepção que obteve em Campos: “Houve passeata cívica, desfile de bandeiras, com banda de música, foguetes e mais foguetes, discursos e mais discursos. Uma verdadeira apoteose ao negrinho que por ali passara, anônimo, no ano de 1868!” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 191).

O biógrafo se empenha na criação de um quadro dramático das emoções do biografado ao reencontrar a mãe, enferma de um câncer:

Difícil dizer quem experimentou maior emoção: se o filho glorioso, se a mãe humilde e enferma. Aquele momento selaria a reaproximação entre ambos. Enquanto ela vivesse não mais se separariam. Ao regressar ao Rio de Janeiro, no dia 18 de março, trazia a mãe, para tentar salvar-lhe a vida, com os recursos médicos e cirúrgicos de que a Corte dispunha. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 194).

Pouco tempo puderam conviver após o reencontro, mas o suficiente para que a mãe de Patrocínio tivesse a oportunidade de segurar nos braços o primeiro neto, batizado algum tempo depois como José do Patrocínio Filho.

Após apenas cinco meses residindo na mesma casa que o filho, Justina falece: “O enterro da modesta quitandeira de Campos, amante repudiada pelo Cônego João Carlos Monteiro, teve as características de verdadeiro acontecimento, em consequência da projeção conquistada por seu filho” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 195).

As emoções do nascimento do primeiro filho e da morte de Justina são utilizadas pelo narrador a fim de conferir a fibra de *extraordinariedade* ao biografado, uma vez que tais acontecimentos “não perturbaram as atividades trepidantes do campeão do abolicionismo, cada vez mais engolfado na grande campanha” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 195).

Esta seria a noção que o biógrafo deseja transmitir: nem a morte nem a vida, nenhum sentimento ou emoção, fossem positivos ou negativos, interrompiam Patrocínio em seu objetivo máximo.

O tema da imprensa, recorrente na narrativa, volta a aflorar quando o autor decide contar como Patrocínio fora despedido do emprego no jornal *Gazeta de Notícias* após quatro anos de trabalho “em que se projetara como figura de primeira grandeza da imprensa brasileira”.

O motivo da cisão foi a imensa pressão sobre os editores da *Gazeta de Notícias* após o protagonista criticar a falta de incentivo do Governo para que o comércio começasse a ser praticado também por brasileiros, diminuindo o monopólio dos estrangeiros.

O narrador, onisciente, sonda os sentimentos do biografado e o descreve como envergonhado, após apenas seis meses de casado precisar recorrer à ajuda financeira do sogro a fim de adquirir sociedade na *Gazeta da Tarde* e prosseguir na campanha abolicionista (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 119-120).

A saga de Patrocínio à frente do seu próprio jornal adquire contornos dramáticos com o endividamento da empresa, intensificado com a morte do seu sócio, Augusto Ribeiro. Mais uma vez o sogro o socorre e a partir de então, o jornal começa uma trajetória de sucesso.

O autor procura trazer para a trama do texto figuras anônimas que participam deste sucesso contribuindo financeiramente com o biografado: abolicionistas, republicanos, banqueiros e homens de negócios.

O narrador conta que com essa ajuda, mas principalmente em função do talento de Patrocínio, a *Gazeta da Tarde* deixa de ser um pequeno jornal: “Ampliara o formato, tornara-

se mais viva, mais combativa, mais agitada. Podia até dar-se ao luxo de enviar um de seus redatores, Adelino Fontoura, a Paris. Era o grande estandarte da abolição entre as folhas diárias”, além disso, o seu proprietário “Não era mais um simples jornalista da cidade do Rio de Janeiro: passara a ser uma figura nacional, o tribuno do povo, o paladino da liberdade...” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 131).

Após 4 anos de intensa atividade jornalística em prol da campanha abolicionista por meio de sua atuação nas páginas da *Gazeta da Tarde*, José do Patrocínio é duplamente atingido: um dos seus melhores colaboradores, o jovem Alcindo Guanabara é atraído por uma vantajosa proposta dos escravagistas para que fundasse jornal próprio e em troca defendesse a Monarquia e os interesses dos senhores de escravos; o outro golpe foi que o sócio de Patrocínio na *Gazeta da Tarde* o coloca em uma situação difícil: queria que um dos dois apenas fosse o proprietário do jornal.

A saída encontrada pelo biografado foi vender sua parte na sociedade que tinha na *Gazeta da Tarde* e abrir um novo jornal: *Cidade do Rio*, propositadamente lançado em 28 de setembro de 1887, aniversário da Lei do Ventre Livre.

A trama do enredo é entremeada pela narrativa das atividades do biografado e pelos acontecimentos de seu presente, como as ações dos membros do recém-criado Clube Militar, a fala de Deodoro que causou enorme repercussão: “o exército não é de capitães do mato”, a crise que enfrentava o gabinete de Cotegipe, o pronunciamento dos bispos que se manifestam a favor da abolição.

Os episódios acima listados são interligados pelo narrador a fim de conferir o ritmo acelerado que as cenas políticas e sociais adquiriam às vésperas da abolição, tratava-se de “uma hora inflamada”.

Os aspectos que a documentação não permite afirmar, o narrador, guiado pela imaginação do biógrafo, conjectura por meio de expressões que indicam a sua intensão de propor uma realidade possível: “certamente”, “provavelmente”, “é possível que”, “pode ser que”, “pode-se imaginar”.

Ao mesmo tempo em que conta as ações de Patrocínio em prol da campanha abolicionista por meio de sua atuação jornalística, o narrador retrata outra faceta do biografado, a de grande orador, também utilizada na propaganda pela abolição: “Patrocínio fazia constantes discursos e conferências, sempre com alusões literárias e imagens faiscantes, que incendiavam a imaginação popular, mesmo quando os seus ouvintes não podiam alcançar em toda a extensão o seu pensamento” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 132).

O clima que envolvia os espectadores é assim descrito: “fascinados como sempre pelo grande espetáculo que era vê-lo, na tribuna, improvisando torrencialmente, entre imagens originais, luminosas, espontâneas e invectivas frementes de indignação” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 175).

Ao acompanhar os movimentos do biografado, o narrador delineia os grupos que se formavam em torno do projeto abolicionista. Uma leitura apressada desse período histórico poderia concluir que o grupo dos republicanos era a favor e os monarquistas eram contrários à libertação dos escravos. Mas como se sabe, dentro de cada grupo havia aqueles que eram a favor e os que eram contra, não havia homogeneidade de opiniões.

Sendo assim, mesmo em subgrupos que defendiam uma ideia diferente em relação ao grupo principal ao qual pertenciam, havia divergência de opiniões. Por exemplo, dentro dos grupos que eram favoráveis à causa abolicionista, havia os que defendiam a libertação pura e simples e aqueles, entre os quais estavam Patrocínio e André Rebouças, que lutavam por uma libertação sustentada por ações que oferecessem respaldo financeiro, escolar, colocação no mercado de trabalho, enfim ações sociais em prol dos escravos libertos. E se afunilarmos ainda mais, dentro deste subgrupo, havia os que propunham diversas formas de se chegar ao mesmo objetivo e mais subgrupos surgiam.

Uma pergunta que pode ser feita é: quem ou o que articulava estas diferentes opiniões e procurava fazer com que todos enxergassem que, apesar das diferenças, lutavam por uma causa em comum?

A resposta, podemos descobrir conforme a lente da objetiva do narrador se desloca de um lado para o outro acompanhando Patrocínio. Seria ele o único? Não, mas, segundo o biógrafo, não parece haver dúvidas de que era o principal, pelo menos na capital do Império.

O foco narrativo acompanha Patrocínio se articulando entre estes grupos e oferece uma leitura dos quadros sociais dos que lutaram a favor e contra a abolição e da migração de indivíduos entre os grupos.

O capítulo 20 intitulado “Vereador na Corte Imperial”, descreve como o biografado foi eleito para a Câmara Legislativa Municipal do Rio de Janeiro. A lente da objetiva do narrador capta uma tomada panorâmica, apontando no relevo político e social que o ano de 1886 seria um ano decisivo tanto para a abolição como para o próprio Império.

O ano começava logo depois de Cotegipe ter dissolvido a Câmara dos Deputados em dezembro de 1885 a fim de convocar novas eleições e poder interferir o máximo possível para que obtivesse maioria conservadora no Plenário, o que realmente se sucede, sendo que José Mariano e Joaquim Nabuco, vozes dissonantes, não foram reeleitos. Cotegipe primária pela

repressão à campanha abolicionista, nesse meio tempo, as fugas de escravos continuavam a aumentar, e com elas a intensificação das violentas medidas de repressão.

O narrador apresenta diversas cenas de tortura, relata vários casos de fugas e recapturas de escravos, e como em algumas localidades, a baixada santista, por exemplo, os moradores ajudavam os escravos fugidos e entravam em conflito com as forças policiais enviadas para reconduzir os fugitivos a seus proprietários.

Cotegipe, com o objetivo de enfrentar a grave situação, consegue aprovar uma medida repressiva: punir qualquer pessoa que desse abrigo a escravos em fuga. Outro elemento que adicionaria novo sabor ao caldo que estava prestes a entornar foi a chamada “questão militar”, evocada pelo biógrafo a fim de salientar como o clima político no país estava com a atmosfera elétrica, carregada, um prenúncio da tempestade que estava para se abater.

O cenário político e social é entretido ao surgimento da candidatura de José do Patrocínio para vereador do Município Neutro, ou seja, a capital do Império. O narrador aproveita o ensejo para relembrar um episódio marcante, porém negativo, na vida do biografado: a sua derrota na candidatura para deputado geral em 1884.

O biógrafo procura narrar não apenas as conquistas e glórias do protagonista, mas também os seus dissabores, os seus altos e baixos, contribuindo para a construção de um biografado humanizado, feito de carne e osso.

A ideia da candidatura para vereador era vista pelos líderes abolicionistas como excelente oportunidade para intensificarem a propaganda da abolição. Patrocínio é eleito e a confraternização que se segue reúne alguns dos elementos mais combativos da campanha contra a escravidão, oradores como José Mariano, Quintino Bocaiúva e João Clapp estavam presentes à mesma reunião e eletrizavam os presentes com seus pendores oratórios, assim como o próprio biografado o fazia, todos em comunhão com o ideal de liberdade.

Sobre a atuação pouco ativa de Patrocínio como vereador, o narrador assim justifica: “os seus voos eram mais altos. O seu horizonte era nacional” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 218).

É possível identificar um jogo de escalas na biografia do líder abolicionista: o narrador foca a objetiva bem próxima dos passos dados pelo biografado, acompanhando-o em seus polêmicos artigos publicados nos periódicos dos quais era colaborador ou proprietário.

Mas ao mesmo tempo, conforme a objetiva do narrador se afasta um pouco, é possível vislumbrar tanto Patrocínio quanto outros abolicionistas que cerravam fileira ao seu lado, como Joaquim Nabuco, André Rebouças, Ferreira de Meneses, entre outros.

A lente da narrativa vai se afastando e conta como Patrocínio toma para si a defesa, por meio da imprensa, de duas escravas, Eduarda e Joana, ambas torturadas por seus proprietários.

Eduarda conseguiu fugir e procurara abrigo na redação do jornal de Patrocínio que se mobiliza e consegue por meio de uma ordem judicial a tutela de Joana, ainda detida na residência de seus proprietários.

O narrador conta como que por intermédio de seus contatos, o biografado consegue levantar fundos e pagar a carta de alforria de Eduarda, já que Joana, gravemente ferida, apesar de resgatada e recebendo atendimento médico, não suportara e acaba falecendo (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 197-198).

O biógrafo se vale da narrativa das ações do biografado como brecha para contar histórias secundárias, de personagens como Eduarda e Joana, que dificilmente teriam suas façanhas ou vicissitudes conhecidas.

Cabe ressaltar que o protagonista direcionou especial atenção às mulheres escravizadas, talvez pela situação da sua genitora, alforriada, mas que sofreu com os desaforos da nova companheira do pai de Patrocínio, e este, após um desentendimento com a madrasta sai intempestivamente de casa e migra para a cidade do Rio de Janeiro (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 12).

Ao mesmo tempo que desce ao “rés-do-chão”, como se expressa Levi (2000), do cotidiano e do “vivido”, o jogo de escalas do empregado pelo narrador oferece uma visão mais panorâmica ao relatar a grande euforia que toma conta de Patrocínio ao ter notícia de que algumas cidades da província do Ceará estavam realizando a libertação em massa de seus escravos.

O voo panorâmico se afasta ainda mais ao contar as aventuras do biografado em sua viagem à França no ano de 1883. Como apontamos anteriormente, é em Paris que Patrocínio recebe a notícia de que o Ceará abolira por completo a escravidão e na residência do senador francês Gerville Réache realiza um banquete em que comemora as boas novas.

Ao banquete comparecem diversas figuras que lutavam pela causa abolicionista no mundo, entre eles, jornalistas, artistas, deputados e senadores. O narrador afirma que apesar de revirar Paris aglutinando a nata política e ativista, Patrocínio queria mais: “atrair a figura veneranda de Victor Hugo, então com 82 anos”, para participar da ocasião festiva (MAGALHÃES, 1969, p. 153).

Para infelicidade do biografado, o velho escritor de *Os Miseráveis*, por conta da saúde precária, não compareceu ao banquete, mas enviou um bilhete, escrito de próprio punho e

assinado, no qual além do seu apoio à causa abolicionista brasileira ainda profetizava que “antes do fim do século a escravidão terá desaparecido da face da terra” (MAGALHÃES, 1969, p. 153).

A mensagem de Victor Hugo é usada com entusiasmo pelo biografado na campanha abolicionista. O jogo de escala do narrador acompanha o personagem, mas não conta suas ações como um fim nelas mesmo. Pelo contrário, é acompanhando as peripécias de Patrocínio na Europa que o leitor trava conhecimento com outros simpatizantes e líderes abolicionistas pelo mundo afora, fica ciente da extinção da escravidão no Ceará muito antes que isto se tornasse uma lei que revogaria por completo a servidão no país.

Ao mesmo tempo em que se preocupa com o contexto da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, o narrador também se ocupa com acontecimentos ligados à abolição em todo o território nacional, acompanha Patrocínio em suas viagens pela Europa, especialmente em Paris e ainda critica a hipocrisia britânica ao pressionar o Brasil para que extinguisse o tráfico negreiro ao mesmo tempo em que recorria à escravidão em seus territórios na África.

Chama a atenção a preocupação do biógrafo em esclarecer o tema da escravidão e a luta pela sua extinção por meio de um personagem central, mas que não fica fechado sobre si mesmo. Na verdade, é por meio da narrativa do envolvimento de Patrocínio com outros elementos da campanha abolicionista, o estabelecimento das ligações entre o biografado e a época em que viveu que o narrador oferece uma visão ora panorâmica ora aproximada, “ao rés do chão”, vasculhando o tempo das lutas contra o regime escravocrata.

Conforme vai se aproximando o clímax da vida de Patrocínio, ou seja, a conquista da aprovação da Lei que aboliria a escravidão, a lente da objetiva do narrador concede primazia às tomadas fechadas no biografado.

Por exemplo, o capítulo 23, intitulado “O milagre da abolição”, ao invés de obedecer um certo padrão estabelecido na biografia e se iniciar com uma tomada do contexto histórico-social para depois se fixar no personagem, já se inicia com um *close up* de Patrocínio se movimentando em busca do apoio de abolicionistas, se encontrando com deputados e senadores e até mesmo reatando sua antiga amizade com Rui Barbosa, e o mais impressionante, se aproxima da princesa Isabel, a quem não nutria nenhuma admiração e muito menos concordava com sua subida ao trono em substituição ao pai.

Já tivemos a oportunidade de destacar que um dos recursos utilizados pelo biógrafo é construir a narrativa permeando-a com trechos de matérias jornalísticas de vários periódicos, com grande ênfase nos textos assinados pelo biografado, bem como com citações de passagens de discursos não só de Patrocínio, mas de outras figuras também.



O resultado desta metodologia é uma narrativa na qual o personagem central participa ativamente de sua confecção. O estilo do jornalismo praticado no período talvez facilite o trabalho do biógrafo, já que os editores, os jornalistas e também os textos publicados nos “a pedidos”, são carregados de personalismo, na maioria dos casos eivados de desejo de polemizar, são partidários declarados, combativos, com linguagem floreada e com total despreocupação com uma pretensa neutralidade.

O principal fruto da opção que o autor faz de entretecer no texto a “voz” do próprio biografado e de seus interlocutores é uma narrativa não só construída em conjunto com os personagens principais, mas que também permite ao leitor sentir o clima político, o calor das disputas, travar um contato próximo com os debates acalorados, com os jogos de poder, cujos principais agentes se valiam das palavras impressas em jornais ou revistas, expressas em discursos públicos a fim de defenderem suas causas e interesses.

A sensação provocada pela leitura desta biografia é a de caminhar pelas ruas do Rio de Janeiro, entrar nas confeitarias da Rua do Ouvidor e observar os encontros e desencontros da boemia intelectual, participar das sessões parlamentares, especialmente as que votaram a Lei do Ventre Livre e da Abolição, ler os terríveis ataques proferidos nas folhas diárias, travar conhecimento com alguns dos costumes da sociedade da Corte de final do século XIX, na manhã de 15 de novembro de 1889, acompanhar pelas ruas a passeata dos militares e dos civis republicanos, assistidos pela população bestializada (CARVALHO, 1987) bem como a movimentação de Patrocínio, identificado pelo narrador como o proclamador civil da República.

Exemplo dessa aproximação biógrafo-narrador-biografado-leitor ocorre na narração dos episódios que marcaram os meses que antecederam aprovação da Lei da Abolição. Como exemplo, a descrição do clima que cercou o dia 8 de março de 1888 quando o projeto de Lei 3.353 começa a ser debatido:

Jamais a Câmara dos Deputados vivera um dia como aquele. A Confederação Abolicionista, levando oito estandartes e uma banda de música, tomara de assalto as galerias, com uma massa de cerca de cinco mil abolicionistas, que refluíam para todas as ruas vizinhas, abarrotando-as... Lá estavam todos os heróis da grande campanha: Patrocínio, João Clapp, Rebouças... (MAGALHÃES, 1969, p. 153)

O narrador se vale de trechos de artigos assinados pelo protagonista a fim de exprimir como este se sentia diante dos eventos que estavam se desenrolando. A seguir, transcrevemos a citação que o biógrafo faz de uma matéria cujo título é “Sonhando”, assinada por Patrocínio e publicada no dia 9 de março de 1888 no jornal *Cidade do Rio*:

Não é possível emoldurar num quadro feito de recordações o alvoroço popular e a solenidade da Câmara dos Srs. Deputados, desde o dia em que a palavra do ministério deixou na consciência de todos a convicção de que vamos ser, realmente, uma pátria de irmãos. Não se descreve a erupção elétrica do aplauso das bancadas parlamentares, das galerias, das tribunas de senhoras e cavalheiros da mais fina roda, de toda a parte, enfim, onde um coração patriótico ouvia o compromisso ministerial de extinguir imediatamente e incondicionalmente a escravidão. Dir-se-ia que a voz popular era feita com o ruído de três séculos que se desoprimiam do silêncio fatal, imposto a milhões de homens; que o recinto da Câmara se havia convertido num vale de Josafá, onde ressurgiam, reencarnavam-se, todas as gerações mortas pela pirataria, para aclamar, com uma só alma e a uma só voz, a restauração da igualdade humana. (PATROCÍNIO, José apud MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 238).

Após a aprovação da Lei da Abolição na Câmara dos Deputados, ela foi discutida e aprovada no Senado. E com conta o narrador,

Apenas termina a votação, o autógrafa da nova lei é levado por João Alfredo a D. Isabel, no Paço da Cidade. Acompanha-o uma verdadeira massa de abolicionistas, interessados em testemunhar a sanção da lei. Para isso tinha sido adquirida, por subscrição pública, uma pena de ouro, cuja lista fora assinada por centenas de pessoas, entre as quais D. Maria Henriqueta do Patrocínio, José do Patrocínio e José do Patrocínio Filho. A cidade estava em delírio. ” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 153)

A etapa final do capítulo que narra a aprovação da Lei Áurea é destinada à descrição do banquete comemorativo a que se fizeram presentes as figuras mais importantes da campanha abolicionista: Patrocínio, João Clapp, Joaquim Nabuco, Ângelo Agostini, Campos Paz, Coelho Neto, entre outros.

O senador Dantas, convidado para presidir o banquete, no momento de tomar o assento que lhe era oferecido à cabeceira da mesa, se recusa e faz questão que Bibi, esposa de Patrocínio, tomasse o lugar de honra.

O jantar se prolonga até depois da meia noite. Uma multidão que percorria as ruas comemorando a abolição, ao saber sobre o local em que se reuniam os líderes abolicionistas, invade o salão em que se encontravam e a festa prossegue animada.

Na volta para casa, o personagem principal, acompanhado do amigo João Marques, encontra no bonde outro grupo festeiro, com uma animada banda de música, que ao identificar o biografado começa a cantar: “Toca o hino! Toca o hino! Viva José do Patrocínio! [...] O grande abolicionista desceu do bonde, com o companheiro, mas por toda parte a cena se repetia: num tálbure, num quiosque, num canto de rua qualquer, com vivas e mais vivas” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 244).

Na despedida, João Marques, tomado pela euforia exclama: “Que belo dia para morreres, Patrocínio! Nunca mais encontrarás outro igual. Morrerias em plena apoteose e a tua morte abalaria o Brasil... Mas, ao contrário, vais viver... E vais para a política, que emporcalha...”.

O narrador prossegue com a recriação das cenas deste dia que se transformara em madrugada: “Quando Patrocínio chegou em casa a claridade matutina começava a dissipar a escuridão da noite que caíra, densa, sobre aquele dia de milagre. E era outro Brasil que amanhecia...” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 244).

O capítulo seguinte, intitulado “O último negro que se vendeu no Brasil” – em alusão a uma anedota segundo a qual a expressão teria sido um insulto recebido pelo biografado durante um discurso – tem como objetivo contar como o clima de festa prosseguia na cidade do Rio de Janeiro e se alastra por outras partes do país.

Outro ponto importante abordado no capítulo são as medidas tomadas pelos antigos senhores de escravos a fim de receberem indenização por suas perdas, bem como o debate entre as lideranças abolicionistas e os republicanos, principalmente aqueles alcunhados por Patrocínio de “republicanos de 14 de maio”.

“O Regresso ao republicanismo”, este é o título do capítulo 26, no qual é narrado o retorno do biografado para o lado dos republicanos após a nomeação do Visconde de Ouro Preto, com quem já travara árdua batalha por meio dos jornais quando da Revolta do Vintém, como chefe do novo Gabinete.

Em junho de 1889, é apresentado o novo ministério a uma Câmara predominantemente conservadora, logo depois dissolvida. O narrador, onisciente, procura, adentrar pelo que se passava no mais íntimo do biografado:

Patrocínio não podia compreender o afastamento dos homens que tinham feito o 13 de maio. O sentimento de gratidão para com estes levava-o a aproximar-se do trono. E esse mesmo sentimento o levaria a afastar-se agora, num súbito recuo que o conduziria ao radicalismo republicano de outrora. Seu republicanismo renasceu e entrou em ebulição de tal forma que não o puderam conter os amigos, como André Rebouças e Taunay, que já o supunham definitivamente convertido à causa monarquista. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 270).

Uma das raras ocasiões em que os personagens Rui Barbosa, José do Patrocínio e Deodoro da Fonseca são relacionados na mesma ocasião é quando o narrador se ocupa da chegada do militar à Corte, findo o exílio disfarçado em promoção, tendo como pano de fundo as manobras do Governo para dispersar o Exército substituindo-o pela Guarda Nacional.

Tanto Rui, no *Diário de Notícias*, quanto Patrocínio, na *Cidade do Rio*, assinam artigos com veementes protestos contra as artimanhas do governo de Ouro Preto naquilo que consideravam como medidas para enfraquecer o Exército. Rui publica o famoso artigo “Plano Contra a Pátria” e Patrocínio veicula em seu jornal um texto intitulado “Dispersão do Exército”.

Mais uma vez o biógrafo, por meio do narrador, interpreta as motivações de Patrocínio a partir de suas ações e estabelece um curioso paralelo entre a movimentação do biografado e a do imperador:

Ao escrever esse artigo [“Dispersão do Exército”], José do Patrocínio estava veraneando em Petrópolis, com a família. Sabia que acontecimentos extraordinários iriam se desenrolar na Corte e afastara os seus. Subia e descia, de barca e de trem, para as tarefas do jornal, do mesmo modo que o imperador, quando tinha obrigações oficiais a cumprir na Corte. No dia daquele artigo, desceram os dois, Patrocínio para escrevê-lo, D. Pedro II para visitar a Tipografia Nacional e assistir às provas de um concurso de Inglês, no colégio que tinha o seu nome. O primeiro estava em plena conspiração, do mesmo modo que seus colegas Quintino Bocaiúva, de *O País*, e Rui Barbosa, do *Diário de Notícias*, o quais, derrubada a Monarquia, não tardariam a surgir como ministros de Estado do novo regime. D. Pedro II é que parecia ausente de tudo, certo de que o gabinete controlava inteiramente a situação... (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 283).

As ações de Patrocínio nos últimos dias de vida do Império e nos primeiros dias do novo regime são contadas em um capítulo intitulado “O proclamador civil da República”. Nesta etapa do texto, o autor privilegia as palavras do próprio biografado em textos veiculados pelo jornal *Cidade do Rio*, nos quais o protagonista narra sua participação nos eventos finais que marcaram a queda da Monarquia no Brasil.

Vamos acompanhar alguns trechos deste depoimento:

*Acho mais regular* – observei eu – convidar o povo a acompanhar-nos à Câmara Municipal, para aí proclamar, solenemente, pacificamente, mas decisivamente, a República. *A minha opinião vingou*. [...] O povo estava ali para ouvir o Governo Provisório repetir com ele um viva à República Federal Brasileira. *E levantei por três vezes o viva, que foi entusiasticamente correspondido*. [...] Durante a noite de 15 de novembro estive sempre no meio do povo, percorrendo as ruas para aclamar a República. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, pp. 284-285)

Após transcrever estes trechos nos quais o próprio Patrocínio narra sua participação nos eventos do dia 15, o narrador afirma que no dia 16, por iniciativa de José do Patrocínio,

*aconteceu esta coisa inacreditável*: quatro ministros do Governo Provisório, um destes representando o seu chefe da revolução nacional triunfante e outro o colega da pasta dos Estrangeiros, iam se inclinar diante de uma simples Câmara Municipal, para fazer-lhe um promessa solene, com as características de juramento, e assinar a ata respectiva! (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 287).

Os trechos supracitados, com grifos são nossos, indicam uma ideia de *extraordinariedade* que o narrador atribui ao biografado ao descrever as suas ações nos dias que antecederam a proclamação da República.

Todavia, o narrador não fica apenas apontando constantemente como o personagem foi importante ou como sua atuação foi decisiva, à medida que destaca o papel desempenhado pelo protagonista, ele também procura reconstituir cenas que dão a possibilidade de interpretação por parte do próprio leitor.

Apesar de retratar Patrocínio como uma figura dotada de certa *extraordinariedade*, o narrador foca também em seus altos e baixos: a sua grande contribuição para a vida jornalística, a vitória enquanto líder abolicionista, a sua eleição para a Câmara dos Vereadores, o seu reincidente fracasso em se eleger para a Câmara dos Deputados, o insucesso com o projeto dos balões dirigíveis.

Ao discutirmos a questão da *extraordinariedade* nas biografias de Deodoro e de Rui, destacamos que podemos nos valer da noção de herói proposta por Campbell (1999), segundo a qual existiriam dois tipos de heróis, um que é empurrado para a aventura e outro que dela participa voluntariamente.

José do Patrocínio se enquadra na categoria de herói que procura por si mesmo envolver-se na aventura: toma para si como projeto de vida combater a escravidão e lutar pela abolição por meio de uma combativa vida jornalística; é ele quem se dispõe a abrir a Câmara Municipal, da qual era vereador, e proclamar “civilmente” a República, bem como propor e conseguir aprovar a moção na qual militares e civis republicanos se comprometiam a sustentar o novo regime.

Após a proclamação da República, apesar de ter participado da passeata, de ter proposto, votado e visto ser aprovada a moção que reconhecia e saudava o novo regime, bem como ter estado presente na sessão da Câmara dos Vereadores na ocasião em que membros do Governo Provisório juraram solenemente pela manutenção da paz e da liberdade públicas, José do Patrocínio, o “proclamador civil da República”, passa a ser visto com prevenções e desconfianças pelo novo regime, o que o leva a novamente se afastar dos republicanos.

A retração se acentua com as medidas do Governo Provisório restringindo a liberdade de imprensa e a propaganda política. Os principais alvos do biografado seriam Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores e defensor de um tratado favorável à Argentina a fim de que se resolvesse o quanto antes o litígio das Missões; e Rui Barbosa, ministro da Fazenda, duramente criticado devido à sua atuação na política financeira do país.

As relações entre o biografado e o novo regime são marcadas de enfrentamentos, divergências, até chegar ao ponto de Patrocínio ser deportado para o Amazonas durante o governo de Floriano Peixoto.

Após a volta do desterro, Patrocínio, assim como outros opositores, entre eles Rui Barbosa, continua sob a mira Floriano Peixoto, o que o obriga a se refugiar na casa do sogro. A fim de evitar a repressão do governo, o protagonista volta a sua atenção para um projeto deveras diferente de tudo quanto tinha até então se envolvido: a construção de balões, que o narrador identifica como sendo uma ideia fixa no biografado.

Somente com a posse de Prudente de Moraes o protagonista retorna às atividades jornalísticas. Segundo o narrador,

passara a fase das vaias quase diárias, dos apupos constantes, dos insultos frequentes. Patrocínio teve a impressão de que a glória antiga voltava a brilhar, tão ou mais intensa do que outrora. Voltara a cultivar ilusões políticas. Esquecido da derrota de 1890, resolvera candidatar-se, outra vez, a deputado. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 327).

O personagem central, mais uma vez derrotado, volta-se com mais intensidade para o “jornalismo cotidiano de combate” que segundo o narrador, “não basta para absorver todas as energias de Patrocínio”.

O biografado é descrito como alguém com excesso de vontade, de disposição criativa, sendo que isto o fazia desenvolver várias atividades ao mesmo tempo, dessa vez, jornalista e também ocupado com a confecção de anuários: o *Almanaque da Cidade do Rio*.

Assim, o protagonista é retratado com alguém que desempenha atividades em múltiplas frentes: o vereador, o candidato duas vezes derrotado nas eleições para a Câmara dos Deputados, no Império e também na República, o jornalista combativo, o inventor de balões dirigíveis, o líder do movimento republicano e abolicionista.

A intenção do narrador é construir um personagem cujas facetas múltiplas convivem simultaneamente: o político, o jornalista, o líder abolicionista, o escritor, o inventor, são atividades que coexistem em ação.

Durante a campanha abolicionista, Patrocínio era um dos líderes do movimento e atuava pela campanha nos jornais e na Câmara dos Vereadores. Quando da ascensão de Floriano ao poder, o inventor surge, mas a camada jornalística estava apenas adormecida em face dos riscos de se expor. Quando Prudente de Moraes é eleito e empossa, volta à ativa o jornalista e o político sonhador e derrotado. São vários “eus” que compõem o biografado e justamente esta é a impressão que se tem ao ler a obra.

O capítulo 38, intitulado “Desastres sobre desastres” é iniciado com os verbos no tempo presente, enquanto que em todos os capítulos anteriores os verbos estão no passado. Este é um recurso narrativo que transmite ao leitor a ideia de que o narrador estaria acompanhando “no presente” os passos do biografado, em sua ideia fixa de construir balões, abandonando a redação do jornal *Cidade do Rio*.

O jornal fica sem investimentos, já que os recursos são direcionados quase exclusivamente para o empreendimento com os dirigíveis. A esposa do protagonista assume o jornal em declínio e o jornalista passava na redação apenas para escrever o importante artigo de fundo que “sustentava a folha, a casa de Patrocínio e as suas extravagâncias” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 244).

Além do total descrédito que enfrentava o jornal de Patrocínio, já que seu proprietário passara a colocar a sua pena a serviço de quem pagasse pelo seu trabalho, outra situação adversa o atinge: no final de 1901 uma tempestade se abate sobre a cidade e o hangar em que estava sendo construído o balão é destruído, ferindo sete trabalhadores e matando dois.

Apesar de profundamente abalado, o protagonista continua firme em seu objetivo de fazer alçar voo o balão *Santa Cruz*, enquanto o seu jornal, na penúria, era obrigado a funcionar ora em tipografias alugadas ora em oficinas cedidas em nome de velhas amizades.

O narrador se aventura novamente pelo íntimo do biografado: “Devia julgar-se um oprimido, com os frequentes ralhos da mulher, quando chegava em casa avinhado, ou com as recriminações constantes em face do descalabro em que jazia o jornal, desde que o dominara a ideia fixa do balão” e mais adiante: “Continuava, apesar de todos os desastres, altaneiro, orgulhoso, cheio de prosápia.” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 404-405).

Após o constante descaso do seu proprietário, a *Cidade do Rio* deixa de existir, e o empreendimento com o balão fica severamente ameaçado. Patrocínio, sem crédito, sem prestígio, vende quase todos os seus bens, entrega a residência que possuía e muda-se com a família para o subúrbio, para uma casa extremamente simples, cedida pela generosidade de um amigo.

Mas o invento dos balões continuava firme no horizonte de expectativas do biografado, que sem jornal próprio, passa a escrever artigos sob encomenda para *O País*, mas este periódico não aceitava que seus principais colaboradores assinassem artigos em outros jornais.

Sendo assim, quando Patrocínio recebe um convite para publicar em *A Notícia*, adota o pseudônimo de Justino Monteiro. O narrador, atento, alerta que o primeiro nome seria uma homenagem à mãe e o segundo ao pai.

Esta folha diária não aceita que Patrocínio escreva textos com teor político, exige que os artigos sejam leves, humorísticos, mas o narrador aponta que este não era o estilo do biografado, desconfortável fora de seu elemento: a polêmica política.

A faceta jornalística do protagonista, mesmo na ruína financeira e no crepúsculo de sua glória, ainda vale comentários elogiosos do narrador: “Nos artigos de *O País* é que estava em seu elemento. Comentava debates parlamentares, combinações, expedientes e abusos políticos defendendo a revisão da Constituição e combatendo as oligarquias” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 407).

Os últimos meses de vida de Patrocínio são assim descritos: “Tuberculoso, com a febre e os bacilos a minar-lhe o organismo, ainda viveria dezesseis meses, sustentado apenas pelos artigos mal remunerados e pelo sonho impossível do balão *Santa Cruz*”. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 244).

O narrador se vale dos depoimentos de vários amigos do biografado a fim de descrever seus últimos dias de vida, os mais citados são Vivaldo Coaraci, Olavo Bilac e Coelho Neto, que descreve sua impressão após a visita:

Em um quarto, alumiado por uma janela, onde mal cabiam uma cama de solteiro, um lavatório e duas cadeiras, jazia o pelejador da campanha magnífica. Magro, esquelético, com os olhos encovados no fundo das órbitas, a fronte vasta, escavada, de uma cor baça de bronze empoeirado, a boca reentrante à falta de dentes, sem voz, meio encolhido na enxada, as pernas cobertas por um xale azul, Patrocínio sorria e chorava, estendendo-me os braços que eram ossos, envoltos em pele cinérea. Sobre o lavatório estava um velho prato com um resto de mingau, às moscas; aos pés da cama, pelos travesseiros, no chão, os jornais do dia, todos. Na parede um Cristo morto. Não houve palavras. Fitamo-nos e eu o vi através de uma névoa... depois... Os passarinhos cantavam nas árvores em flor e o sol entrava, quente e rutilante, pela janela aberta. Dia lindo! E ele soluçou: "Meu amigo"! Que respondi? Não sei. Conversamos. Ele não teve uma queixa. Metendo a mão sob o travesseiro para tirar o lenço, fez cair uma tira de papel, escrita a lápis. Pediu-me, sorrindo: "É o meu artigo. Escrevo-os aqui na cama, a lápis. Quando me faltam forças, dito à mulher". (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 412).

O narrador, onisciente, revela que as qualidades de criar metáforas, as “fulgurações relâmpago”, os títulos criativos dos textos, os epítetos terríveis, não abandonaram o biografado: “Não perderia essas qualidades mesmo nos últimos momentos. Nem deixaria de crer no balão, símbolo do seu desejo de elevar-se, mania de enfermo incurável, mansa loucura de um cérebro que não queria admitir a chã realidade” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 413).

Apesar do estado precário de saúde, Patrocínio mantinha na casa humilde, com o auxílio da esposa, uma escola primária gratuita que alfabetizava cerca de 40 crianças pobres



da região, além disso, o casal adotara uma menina, a quem deram o nome de Maína, o mesmo da filha que perderam em 1889.

Para contar últimos momentos de vida do protagonista o narrador se esmera na construção de cenas dramáticas, sem dúvidas, influenciado pela faceta de dramaturgo do biógrafo.

Uma dessas cenas é a narrativa do último dia de vida de Patrocínio. Era um domingo cedo e o biografado acordara animado. Depois do almoço, dormira a sesta; ao acordar às 3 horas da tarde,

pedira à esposa e ao Zeca [o seu filho mais velho] que lhe sugerissem assuntos para a crônica que, no dia seguinte, devia aparecer, à tarde, no folhetim de *A Notícia*. Mas recusou todas as sugestões, entre gracejos, dizendo que iria escrever sobre a morte recente do caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro, com quem trabalhara em *O Besouro* e ainda, sobre dois outros assuntos: a criação da Sociedade Protetora dos Animais e uma agressão a mão armada sofrida pelo bispo do Rio Grande do Sul. Escrevera as quatro primeiras tiras, sobre Bordalo Pinheiro passando, na quinta, a tratar da Sociedade Protetora dos Animais. [...] Nesse ponto, suspendeu a pena, sacudido por uma hemoptise. Abandonou a mesa de trabalho e se dirigiu para o seu quarto. Ao atravessar a sala de jantar, a esposa perguntou-lhe se passara mal e se vomitara o almoço. Os olhos brilhando, como que asfíxiado, Patrocínio responde apenas: "Sangue...". No quarto, nova golfada vinha molhar os móveis e o soalho. Deitou-se na cama mesmo ensanguentada, incapaz de manter-se de pé por mais tempo. A hemoptise, brutal, continuou. Sem ter dito mais nada, cinco minutos depois estava morto. Deixava à esposa e aos dois filhos, Zeca e Maceo, somente o arcabouço incompleto do balão e a quantia de 12 mil reis, encontrada no bolso de sua calça. Era, decerto, o que lhe sobrara do pagamento do penúltimo artigo, que *O País* só publicaria na manhã seguinte... (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 415-416)

O último capítulo, que leva o título de “Os três cortejos fúnebres”, narra o contraste entre a extrema pobreza em que o biografado vivera os seus últimos meses de vida e a imponência das homenagens fúnebres: “Dezenas de milhares de pessoas, de todas as classes, desde ex-escravos a ministros de Estado, foram vê-lo, faces encovadas, mãos cruzadas sobre o peito, no catafalco armado sobre os caixotes que tinham vindo da Europa as peças de seda destinadas ao balão *Santa Cruz*” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 417).

Por fim, o narrador conta que o Congresso Nacional votou um auxílio pecuniário à viúva do protagonista, que pouquíssimos bens deixara para a família, sendo que até mesmo o balão inacabado teve de ser leiloado para saldar as dívidas.

O biógrafo, por meio do narrador, critica o descaso com a memória de Patrocínio, que nem mesmo uma estátua em sua homenagem obteve:

A dívida continua em aberto, para os homens que tenham nas veias qualquer mescla do generoso sangue negro e mesmo para os que não a tenha. Porque todo o Brasil teve nele um dos momentos mais fulgurantes de sua inteligência e da nobre coragem de lutar pelo ideal da liberdade. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 421).

Não poderíamos encerrar a nossa reflexão sobre a biografia de José do Patrocínio sem antes nos debruçarmos, ao menos sumariamente, sobre a maneira pela qual o biógrafo narra as relações entre o biografado e Rui Barbosa, figuras marcantes da vida política e social do Brasil de final do século XIX e começo do século XX.

Na narrativa da vida de Rui, o biógrafo não dedica nenhum capítulo específico a fim de tratar das relações entre o protagonista e Patrocínio. Conforme o texto é desenvolvido, pontualmente, o narrador cita as relações entre estes dois personagens, dotados de forte temperamento e convicções, em muitas questões, diametralmente opostas, ingredientes mais do que suficientes para que entrassem em rota de colisão.

Na análise que faz do gênero biográfico, Temístocles Linhares, ao debater com um interlocutor anônimo, se vê diante da seguinte colocação sobre o traço polêmico presente em Magalhães Junior:

quando o biografado [Patrocínio] é posto em relevo diante da figura de Rui. A impressão que se tem é de que todas as polêmicas em que se envolveu Patrocínio com a chamada Águia de Haia [...] estão colocadas no livro para reforçar os pontos de vista do biógrafo de Rui e não de Patrocínio, em face das muitas críticas recebidas por aquele dos chamados ruisófilos que ainda perduram neste país, predispostos a tantos espécimes retóricos e barrocos.<sup>191</sup>

Temístocles Linhares confessa que ainda não tinha observado a questão por este ângulo, mas ressalva que a faceta polêmica era inata em Patrocínio. O interlocutor concorda, mas reforça que em seu entendimento

parece haver qualquer coisa de sádico no biógrafo quanto à insistência e aos pormenores com que são acompanhadas todas as polêmicas entre os dois gigantes [...] Patrocínio não o poupava [Rui], mostrando de quanto era capaz quando queria tocar na ferida. E o seu biógrafo exulta, parece lavar-se em água de rosa com isso.

Linhares discorda do ponto de vista que identifica certo prazer mórbido no biógrafo em apequenar Rui e engrandecer Patrocínio. Ele contra-argumenta afirmando que Magalhães Junior também relaciona os defeitos de Patrocínio, como exemplo, a inconstância nas opiniões e posicionamentos.

---

<sup>191</sup> LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 1. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 25 de julho de 1970, p. 45.

LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 2. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 1 de agosto de 1970, p. 46.

O interlocutor não se dá por vencido: defende que apesar de reconhecer os defeitos de Patrocínio, o biógrafo abre um considerável espaço para as críticas do líder abolicionista em relação a Rui Barbosa, mas restringe consideravelmente as respostas do último em relação à Patrocínio.

Não se pode negar que um dos aspectos mais abordados pelo autor na história de vida de José do Patrocínio são as polêmicas travadas com Rui Barbosa; que o narrador parece se colocar sempre ao lado do primeiro, seja concordando com suas opiniões a respeito de Rui, seja transcrevendo os longos e variados artigos em que Patrocínio ataca Rui e em raras ocasiões insere as respostas deste.

Todavia, cabe ressaltar que o biógrafo também destina capítulos inteiros ou parte de alguns deles na biografia de Patrocínio para a narrativa das polêmicas do biografado com outras figuras além de Rui: com Campos Sales, com Silvio Romero, com Capistrano de Abreu, com Carlos de Laet.

O relacionamento conflituoso entre Patrocínio e Rui é o que mais chama a atenção em função da obra, também polêmica, de Magalhães Junior sobre o jurista baiano. Talvez o biógrafo tenha aproveitado a documentação que reunira para escrever o livro sobre Rui e percebera como seria interessante reconstruir os episódios que melhor contribuíssem para a compreensão das relações entre ambos os protagonistas.

O fato é que nas duas primeiras edições da narrativa da trajetória de Rui, o escritor faz referência a Patrocínio apenas em duas passagens: ao narrar o findar da carreira jornalística de Rui e as contradições deste último em relação aos jogos de azar, que ora condenava ora apoiava.

Ao tratar do ocaso da vida jornalística de Rui, o narrador o compara a Patrocínio, que sofre uma decadência similar nesta mesma área de atuação. Depois de a causa da federação não ter mais necessidade de ser defendida, enquanto homem de imprensa, Rui entra em declínio da mesma forma que Patrocínio

depois de ter perdido a bandeira da abolição. Faltará a ambos, daí por diante, o zelo, a constância, o entusiasmo, o ardor quase fanático com que defendiam aquelas causas, para eles supremas, absolutas, incomparáveis (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 146).

Ainda nesta comparação das perdas, tanto de prestígio quanto financeira, de ambos os personagens em suas trajetórias no campo do jornalismo, o narrador se empenha em ressaltar que apesar de não estar mais em notoriedade como nos tempos em que se batia pela abolição, Patrocínio não cai em contradição e pede a volta do cativo para os libertos.

Esta observação por parte do narrador pode soar paradoxal ao extremo. Afinal como poderia um homem que dedicara quase toda a sua existência e empenho por uma causa se voltar contra ela mais tarde? E pior: depois de sair vitorioso.

O narrador quer deixar claro que José do Patrocínio jamais seria capaz de tal atitude. Enquanto Rui Barbosa, “não tardara a deblaterar contra a federação, que criara...” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 146). Ao contrapor Rui e Patrocínio, ambos em seu declínio na empreitada jornalística, o narrador não perde a oportunidade de enaltecer o segundo, enquanto critica a inconstância de opinião e contradição por parte do primeiro.

Como tivemos a oportunidade de frisar anteriormente, um dos fios condutores da narrativa com objetivos desmistificadores em relação à figura de Rui é tentar provar a todo instante e em cada ação do biografado a sua incoerência, que segundo o narrador seria uma das principais características do personagem e também um dos seus maiores defeitos.

A segunda menção a Patrocínio em *Rui, o homem e o mito* ocorre quando o narrador descreve a atuação do estadista na questão dos jogos de azar (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 201-220). Os ataques de Rui ao jogo começa em 13 de outubro de 1896 ao proferir um discurso no Senado em resposta a ataques do deputado baiano César Zama à sua pessoa.

César Zama havia criticado Rui por este ter sido advogado de Enrique Venâncio López, um dos filhos do ditador paraguaio Francisco Solano López. Rui Barbosa defende Enrique López em uma causa contra o governo brasileiro, pleiteando uma vasta região do sul de Mato Grosso, a qual o filho do ditador afirmava ser o verdadeiro possuidor por direitos de herança.

Rui acabou perdendo a causa, mas Zama mesmo assim não deixou de criticá-lo pública e abertamente na tribuna da Câmara dos Deputados, acusando-o de ser um dos profanadores e deturpadores da imagem do governo perante a opinião pública.

A resposta do biografado não tardou a vir: na sessão, supracitada, do Senado, além de se defender afirmando ser legítima a sua advocacia do filho de López, não se contenta e acusa o deputado baiano, César Zama, de ser um inveterado jogador (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 201).

Nesse discurso Rui classifica o jogo como algo que corrompe tudo o que pode haver de bom em um homem, o jogo seria a miséria das misérias morais. O narrador emite juízos de valor em vários momentos, especialmente em função da tomada de posição do protagonista, afirmando que este, apesar de desprezar Zama pelo seu conhecido vício do jogo, não se privava da companhia de outros homens públicos que sabidamente eram jogadores.

Nesse ponto entra a figura de Patrocínio criticando Rui. Em um artigo, intitulado “A Hipocrisia”, publicado no jornal *Cidade do Rio*, a 16 de dezembro de 1898, o líder

aboliconista compara o estadista a um personagem criado por Molière e que se chama Tartufo. Este personagem do dramaturgo francês usa todos os seus recursos de oratória a fim de provar que certo homem público possuía terríveis vícios enquanto era ele próprio um viciado.<sup>192</sup>

O narrador usa essa crítica de Patrocínio a Rui com o objetivo de mostrar, mais uma vez, a incoerência do senador baiano, já que este havia se “tornado não só patrono, mas acionista de uma empresa que pretendia constituir-se em verdadeiro império da jogatina” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 203).

Ao narrar o envolvimento de Rui com os jogos de azar, o autor retrata também as cores da moral compartilhada na época dos biografados. Zama – apesar de ser um inveterado jogador, e o jogo ser algo condenado pela moral, diga-se de passagem, influenciada pelos padrões da Igreja – não aceitava que Rui pleiteasse uma causa contra a própria pátria em favor do filho de López, um estrangeiro, que por sinal não era de qualquer lugar, mas do país que cerca de duas décadas antes se envolvera em uma guerra com o Brasil.

Rui por sua vez execrava o jogo, mas não via problema algum em advogar em favor de um estrangeiro em detrimento de seu próprio país. Mais tarde, o próprio Rui seria patrono de determinado tipo de jogo chamado “péla”, defendendo que não seria um jogo de azar e sim uma prática desportiva. Aos olhos do narrador, para piorar a situação, Rui se tornaria acionista de uma empresa que explorava o “jogo da péla”.

Temas da vida social, da conduta moral concebida como padrão a ser seguido, aspectos do costume da época são retratados paralelamente ao narrar as ações dos biografados, em suas relações de poder, em suas formas de se apropriar de conceitos da moral a fim de atingir os adversários e também de se proteger de ataques públicos a condutas assumidas.

Os dois personagens voltam a se encontrar em um capítulo da biografia do jurista baiano intitulado “Rui e a Questão Social”, no qual o narrador afirma que “Um dos momentos mais altos da vida do protagonista foi a sua participação na campanha aboliconista” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 450).

No ano de 1885, Rui apoiou o senador Dantas no projeto que pretendia realizar a abolição sem indenização, o resultado disto é que o gabinete liberal, do qual ambos faziam parte, entra em crise e cai antes de completar um ano. O narrador aponta que Rui, “Além

---

<sup>192</sup> Molière é o nome artístico adotado ao longo da carreira por Jean-Baptiste Poquelin, escritor, ator e dramaturgo francês do século XVII. Nasceu em 15 de janeiro de 1622 na cidade de Paris e faleceu na mesma cidade em 17 de fevereiro de 1673. O seu sucesso na dramaturgia se deu pelas suas excelentes comédias de tom satírico, sendo considerado o pai da Comédia Francesa.

dessa atuação parlamentar, com igual entusiasmo defendeu o abolicionismo em numerosos discursos e conferências” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 450).

No entanto, o biógrafo também acentua, de forma crítica, que apesar de se mostrar favorável ao projeto da abolição, o biografado cerca de quatro anos antes votara contra um projeto idêntico de Joaquim Nabuco e que apenas no ano anterior, ou seja, em 1884, a fim de não ser flagrado em gritante contradição, libertara uma escrava que herdara em 1867.

O juízo de valor do narrador transparece ao criticar o projeto abolicionista de Rui, que, assim como a maioria dos abolicionistas da época, lutava pela libertação pura e simples dos escravos, sem se preocupar com qualquer tipo de projeto social em favor dos libertos.

A exceção seria André Rebouças, que já cuidava em “promover medidas em favor da educação dos ex-escravos, em dar-lhes terras de lavoura ou estabelecê-los em colônias agrícolas, de modo que não caíssem em nova e pior escravidão” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 451).

Até este ponto do capítulo, Rui ainda não entrara em conflito com Patrocínio em relação à abolição, mas isto estaria prestes a mudar. Em abril de 1889, quase um ano após a promulgação da chamada Lei Áurea, José do Patrocínio e outros abolicionistas sugerem ao Ministro da Justiça, Francisco de Assis Rosa e Silva, que expedisse circular aos presidentes das Províncias a fim de que fizessem um levantamento dos ex-escravos que se encontravam presos por promoverem atentados contra os seus senhores, com o objetivo de apelarem para o indulto do imperador.

Rui Barbosa, que por esta época assumira a direção do *Diário de Notícias*, promove campanha contra esta iniciativa de Patrocínio. A réplica deste fica no mesmo nível e chega a chamar seu algoz de “camaleão doido”, em referência às constantes mudanças de posição da parte de Rui.

Em *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*, no capítulo 25, intitulado “Patrocínio contra Rui”, o narrador conta que no começo do ano de 1889, “Patrocínio iria chocar-se também com Rui Barbosa, de quem por várias vezes se aproximou, para de novo afastar-se” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 257).

Em seguida, o narrador se arrisca um pouco mais na interpretação subjetiva de seus personagens:

Eram ambos de natureza explosiva. E não houve ainda biógrafos, de um ou do outro, que historiassem todos os choques dessas poderosas personalidades, com tantas coisas em comum, como o gosto da tribuna e do jornalismo agressivo, além da inconstância das opiniões, aliás, bem maior da parte de Rui. (...) Rui continuava monarquista. E Patrocínio tendia para o mesmo regime. Rui estava perdido de amores pela federação. E Patrocínio era ardente defensor dos projetos federacionistas (...). Todavia, os dois se desavieram por causa dos ex-escravos. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 257).

Neste capítulo há a transcrição de vários trechos dos artigos que José do Patrocínio publicava em seu jornal, *Cidade do Rio*, atacando duramente a posição contrária de Rui Barbosa ao indulto para os ex-escravos e as respostas deste no mesmo tom em textos veiculados no jornal *Diário de Notícias*, do qual era o diretor recém-empossado.

Em um dos excertos dos artigos escritos por Patrocínio citados pelo narrador, o dono do jornal *Cidade do Rio* satiriza que Rui “empanturra-se de erudição, que lhe fica atravessada aos bicos da pena como a galhada de um touro em boca de jiboia farta” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 262).

Não é sem propósito que o biógrafo cita justamente este trecho e outros de igual teor satírico. O narrador parece ter como objetivo mostrar como as ações de Rui pareciam ridículas aos olhos de seus próprios contemporâneos e ainda, compartilhar a essência de tais comentários por parte dos adversários de Rui.

À medida que narra os acontecimentos que envolvem ambos os personagens, o texto biográfico de Raimundo Magalhães Junior também revela a época em que viveram seus protagonistas.

Exemplo disto, seria que ao narrar o embate entre Patrocínio e Rui, o biógrafo tece também o quadro social das disputas em torno do processo abolicionista, que apesar de há quase um ano antes ter sido vitorioso, ainda movia seus líderes em busca de efetivar a liberdade dos ex-escravos.

O narrador claramente opta por se posicionar ao lado de Patrocínio ao apontar que “Por culpa de Rui, quase cem ex-escravos permaneceriam ainda dezessete meses nos cárceres, sem esperança de alcançar a liberdade...” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 268).

Há neste ponto, sem dúvida alguma, certo exagero interpretativo por parte do biógrafo. É provável que a pena de Rui tivesse muita influência na opinião pública e conseqüentemente nos homens do governo, mas culpá-lo, sozinho, pelo fato de Patrocínio não ter ganhado a causa é um pouco forçado.

A explicação para esta tomada de posição do narrador seria a admiração e até mesmo paixão do autor por Patrocínio, enquanto em relação a Rui a energia dispensada para a narrativa de sua vida é sempre com objetivo de destruir a construção de um mito.

Na narrativa de vida de Rui Barbosa, ao contar como se deu mais tarde, quase um ano e meio, a vitória de Patrocínio em relação ao perdão aos ex-escravos, o narrador ironiza que “em 1890 o marechal Deodoro concedeu exatamente os mesmos indultos, sendo Campos Sales o ministro da Justiça, e Rui, que então era Ministro da Fazenda, não tugiou nem mugiu...” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 453).

Antes de se enfrentarem em campos opostos de uma mesma ideia, Patrocínio e Rui, em algumas ocasiões, se entenderam. É o que ocorre de quando o senador Dantas propõe a 9 de junho de 1884 a criação de uma lei que libertasse os escravos com idade igual ou superior a 60 anos.

O projeto suscita desde logo veementes protestos contrários e estava a naufragar quando a liderança governamental decidiu encarregar Rui Barbosa de ser o relator do mesmo. Todavia, Rui declara não ter condições de assumir a tarefa por lhe faltar conhecimentos mais profundos sobre o assunto.

O filho do senador Dantas, Rodolfo Dantas, de quem Patrocínio era amigo, pensa logo no líder abolicionista para que este fornecesse suporte intelectual-argumentativo a Rui, que por sua vez, não poupa esforços a fim de atender o pedido de Rodolfo Dantas.

O narrador cita uma carta de José do Patrocínio a Rodolfo Dantas na qual se percebe o empenho por parte do abolicionista em levantar todo o material possível a fim de que Rui pudesse se aprofundar em seu parecer e dar-lhe consistência.

O biógrafo se desmancha em elogios, que também deixam transparecer uma concepção de *extraordinariedade* em relação ao biografado ao declarar que

A carta é um documento que honra a cultura e o fervor de Patrocínio. *Ninguém mais preparado, ninguém mais aparelhado para abordar o assunto do que esse infatigável esmiuçador de leis, regulamentos e debates parlamentares. Foi ele a mola oculta do parecer de Rui*, que a muitos, ignorantes do que se passara nos bastidores, pareceria um assombro de sapiência e de improvisação. (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 170, grifos nossos).

O narrador não menciona que Rui Barbosa também deve ter se empenhado, e muito, para escrever um parecer legal sobre um tema que ele próprio assumira não dominar. Patrocínio estava em terreno seguro ao preparar dados pesquisados e indicar material para que Rui consultasse, já que de longa data estava envolvido no combate à escravidão. Rui é quem estava fora de sua zona de conforto e mesmo assim, baseado nas pesquisas levantadas por Patrocínio, elabora o parecer que virou o jogo a favor da aprovação da Lei dos Sexagenários.

Em *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*, no capítulo 29, intitulado “Desterrado no Amazonas”, o narrador conta como que no ano de 1892 se deu o exílio de Patrocínio e de outros homens públicos nas longínquas selvas do Amazonas.

A deportação ocorreu em consequência do franco ataque de Patrocínio e de outros opositores ao governo de Floriano Peixoto. Tanto o protagonista quanto os demais opositores do governo sustentavam a tese da ilegalidade da permanência do Marechal de Ferro no poder até o fim do período presidencial.



Rui Barbosa, então Senador da República, defendia a mesma tese destes opositores. Após a prisão de José do Patrocínio e de outras personalidades que compartilhavam seu pensamento em relação ao governo de Floriano, antes de os mesmos serem levados ao desterro, Rui foi visitá-los na prisão, não sem antes ter entrado “com um pedido de *habeas corpus* para todos eles, alegando abuso de poder” (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 302).

Quem contratara Rui Barbosa como advogado? O narrador informa que este espontaneamente se fizera defensor dos presos políticos. Na prisão, Patrocínio e Rui se reconciliaram dos agravos cometidos de ambas as partes por ocasião da disputa entre os dois na imprensa sobre o indulto a ser concedido aos ex-escravos que durante o período do cativeiro teriam cometido atentado contra seus senhores.

De 1892 até 1897 as relações entre ambos são amistosas. O narrador alerta, porém, que “depois dessa trégua, os dois se tornariam novamente inimigos, dessa vez irreconciliáveis” (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 303).

Apesar dos esforços de Rui, o desterro se concretizou e em abril de 1892 Patrocínio e os demais presos políticos foram levados para a selva amazônica, de onde retornaram, com algumas baixas devido às doenças e privações, em setembro do mesmo ano, após anistia concedida pelo próprio Floriano Peixoto.

No período de seis anos em que tiveram boas relações, Patrocínio e Rui mutuamente se convidavam para banquetes e datas comemorativas. Todavia, no futuro, se chocariam em mais quatro ocasiões.

Após o insucesso do atentado contra a vida de Prudente de Moraes, no qual quem acaba sendo morto é o Marechal Carlos Machado Bittencourt, Rui se prontifica em ajudar a viúva Bittencourt. Todavia, quando esta reclama a ajuda oferecida convidando Rui a cooperar com o ministério público na acusação dos políticos arrolados como participantes do atentado no qual seu marido acabara sendo morto, o biografado não apenas se recusa a ajudá-la como ainda assumiu a defesa desses políticos.

A súbita mudança de posicionamento de Rui neste caso desperta a ira de Patrocínio que passa a publicar artigos ácidos, acusando-o de interesseiro. A crítica chega a tal ponto que Patrocínio acusa Rui de ter agido apenas em interesse próprio quando se prontificara em defender os presos políticos do desterro no Amazonas.

O possível interesse de Rui, segundo Patrocínio, se explicaria pelo fato de entre os presos estar o Conde de Leopoldina, dono de vasta fortuna, pelo qual valeria a pena advogar a favor. O narrador, onisciente, considera que esta acusação de Patrocínio indicaria que o favor outrora recebido ainda o envergonhava.

Ao interpretar os artigos de Patrocínio publicados na *Cidade do Rio*, o biógrafo abre espaço para conjecturas, procura sondar a alma do biografado. Esta abordagem biográfica enriquece o texto por oferecer não apenas uma narrativa do que aconteceu, mas também do que poderia ser, do campo de possibilidades, sendo assim, não só as ações em si são descritas, existe também uma interpretação das *motivações*.

O hibridismo inerente ao gênero biográfico, como analisa Dosse (2009), é cuidadosamente balanceado nas narrativas de Raimundo Magalhães Junior. O estudo da época e as ações dos biografados no tecido histórico-social e ainda, como o tempo em que viveram influenciou suas vidas, é uma característica marcante nas narrativas desse autor.

Uma outra campanha de Patrocínio contra Rui foi por causa da péssima administração financeira deste quando Ministro da Fazenda, já no período da República. A resposta do jurista baiano foi transcrever o artigo laudatório de autoria de Patrocínio, que dois anos antes, enaltecera aquele por ocasião de seu aniversário.

Patrocínio responde explicando que elogiara Rui, seu amigo na época e agora inimigo, com sinceridade, mas que, agora, não podia continuar ao lado de alguém que estava pondo abaixo as finanças do país.

A descrição e interpretação desse debate entre Rui, que procurava se defender afirmando que o problema financeiro do país vinha de longa data, e Patrocínio que acusava o então Ministro da Fazenda de ser o responsável maior pelo agravamento da crise, revela, além dos atos de cada personagem, uma possibilidade de se entender um pouco do cenário econômico e político da época (MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 385-394).

A penúltima escaramuça entre Patrocínio e Rui se deu pelo fato de o primeiro investir com furor em artigos veiculados em seu jornal contra a pessoa de Domingos de Andrade Figueira, antigo proprietário de escravos e intransigente inimigo da abolição, acusado de ser o financiador de uma conspiração contra o governo.

Era o ano de 1900 e Rui sai em defesa de Domingos, despertando, mais uma vez a campanha de Patrocínio. O estadista defendia Domingos, pois este era um dos financiadores do jornal “*A Imprensa*”, do qual era proprietário.

Neste ponto do texto, se destaca o narrador onisciente, pois a revelação de que Domingos era um dos financiadores do jornal de Rui, não era de conhecimento de Patrocínio e talvez fosse por isso, sugere o texto, que ele não compreendesse a razão de Rui sair em defesa de Domingos.

A discórdia atinge seu ápice quando Rui compara o sofrimento de Domingos na prisão ao de Cristo. Patrocínio prorrompe em causticantes artigos concordando ironicamente com Rui ao afirmar que a única semelhança entre Cristo e Domingos era que ambos um dia

empunharam o vergalho, mas enquanto o primeiro lançou mão da chibata a fim de castigar os aproveitadores, o segundo a empunhara com o objetivo de explorar os negros escravizados (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 363-372).

A última campanha de Patrocínio contra Rui teve como estopim a reportagem seriada na qual o jornalista Dunshee de Abranches divulgou no jornal *O Dia* as atas dos debates secretos do Governo Provisório. Após dez anos, ao virem à tona, tais atas provocaram protestos de Rui, receoso de ser responsabilizado por suas ações neste período enquanto fazia parte do governo da República recém-fundada.

Em um dos documentos, o nome de Patrocínio é mencionado de forma desfavorável por Rui, uma vez que o primeiro fazia parte da oposição na época da participação do estadista no Governo Provisório.

Os artigos com as repostas e veementes ataques de Patrocínio à atuação de Rui neste governo foi, segundo o narrador, uma das causas para a falência de *A Imprensa*, jornal cujo proprietário era Rui Barbosa (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 385-395; MAGALHÃES JUNIOR, 1979, p. 147-167).

As disputas e contendas entre José do Patrocínio e Rui Barbosa são um prato cheio para o narrador de Raimundo Magalhães Junior explorar as ações e também facetas da personalidade de ambos os biografados.

Além disso, serve para que a tese sobre a mitificação em torno do nome de Rui seja mais uma vez trazida à tona pelo biógrafo, que se esmera em comparações que favoreçam o líder abolicionista em detrimento do jurista baiano, apesar de procurar narrar os aspectos positivos e negativos dos dois protagonistas.

A operação biográfica de Raimundo Magalhães Junior nos faz lembrar de uma conceituação elaborada por Priore (2009, p. 11) a respeito das relações entre o biografado e o seu tempo:

as crises pessoais de um indivíduo complexo refletem as tensões de uma época, e como as soluções pessoais do conflito fazem eco, se apropriam ou se impregnam às transformações de uma cultura. Assim, o indivíduo é, ao mesmo tempo, ator crítico e produto de sua época, seu percurso iluminando a história por dois ângulos distintos. Um explícito, pela iniciativa voluntária do observador que propõe uma análise da sociedade na qual o personagem está inscrito. O outro, implícito, avaliado no percurso do personagem que ilustra, por sua vez, as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período. Neste caso, o indivíduo encarna, ele mesmo, tais tensões.

Na biografia de Patrocínio, o jogo de escalas nos faz acompanhar a trajetória de Patrocínio na luta pela abolição, seu dia-a-dia, os debates em que se envolveu, suas conquistas

e também suas derrotas. Ao mesmo tempo em que escreve sobre a situação da escravidão no Brasil ao seguir as ações do biografado, o narrador também tece comentários acerca da escravidão em um contexto mais amplo, nacional e mundial.

Existe a perspectiva de acompanhar o biografado, muitas vezes bem de perto, em tomadas de primeiro plano, seguindo os seus passos ao mesmo tempo que se afasta e oferece uma visão panorâmica.

A escrita biográfica do autor arregimenta um narrador que procura enxergar *através* de Patrocínio e entender a configuração dos grupos sociais, interpretação dos fatos e formas de pensar da sociedade que viveu a transição da Monarquia para a República.

Por meio de uma amostra, de um indivíduo, uma célula de um organismo tão complexo como a época dos movimentos abolicionista e republicano, o tempo das grandes alterações na sociedade, como a libertação dos escravos e o advento da República, se descortinam diante do leitor.

Sendo assim, Raimundo Magalhães Junior não fica restrito apenas às ações de seu personagem, mas desloca-se constantemente em seu foco narrativo a fim de partir do biografado para interpretar o contexto histórico e social brasileiro, desde que isto servisse para compreender como José do Patrocínio influenciou e foi influenciado pela sociedade na qual estava inserido.

## Conclusão

A biografia é uma narrativa que atrai leitores dos mais variados extratos sociais e com os mais diversos graus de letramento. Vale lembrar que, tradicionalmente, os indivíduos consomem o gênero biográfico na modalidade escrita, mas outras modalidades, nas quais uma personalidade é o centro das atenções, também são atrativas, como as peças de teatro, as séries televisivas, os documentários ou os filmes.

O amplo sucesso da biografia reside na ideia de que o gênero seria o receptáculo de uma vida sobre a qual nutrimos uma quase necessidade de compreensão, reflexão. O leitor se sente desejoso de olhar no espelho das palavras que procuram captar uma trajetória pessoal e encontrar um pouco de si mesmo.

A biografia talvez carregue em seu bojo algumas respostas ou reflexões para a busca por experiências de vida que nos inspirariam, libertariam da nossa própria existência, mesmo que por breves momentos.

A narrativa de vida tem suas fronteiras fluidas, sendo que ao longo do tempo este gênero foi alvo de expectativas que correspondiam ao desejo de se aproximar deste ou daquele modelo, fosse ele o panegírico, o estilo romanceado, o histórico, entre outros.

Neste trabalho discutimos como a biografia, seja no mundo antigo, na hagiografia, na modernidade, nas ciências sociais ou na historiografia, foi alvo de disputas epistemológicas, teórico-metodológicas, mas nunca perdeu a sua essência: a constituição híbrida, isto é, a tensão entre um regime de verdade e a liberdade criativa.

A biografia nasce como gênero híbrido, compósito, sendo que isto foi por muito tempo a marca de nascença que simbolizava o seu estigma, mas hoje, podemos enxergar nesta marca a singularidade mesmo de um sucesso e mais, de veredas ricas em possibilidades de análise e narrativa historiográfica.

O gênero biográfico se apresenta como uma possibilidade de revelar as condições humanas em suas múltiplas diversidades, não engessando os movimentos do sujeito histórico e nem destacando suas ações enquanto as de outros indivíduos permaneçam na obscuridade.

O estudo das trajetórias individuais é uma oportunidade de estabelecer certo equilíbrio ao analisar tanto o contexto em que vivia o biografado quanto as marcas produzidas por este na sociedade em que viveu, analisar as trocas entre o personagem biografado e o meio social.

A biografia, enquanto forma narrativa, permite que o leitor teça comparações entre sua própria trajetória de vida e a de outro indivíduo, independentemente do tempo e do lugar, isto é possível pelo fato de as vicissitudes humanas serem atemporais.

São muitas as interpretações para aquilo que se considera um “retorno” do gênero biográfico: a crise do marxismo, a libertação de uma história quantitativa e serial que havia subjugado a história factual, ou seja, a evolução da historiografia francesa, o desenvolvimento do diário e da autobiografia, o crescimento de um público leitor erudito, ou não, sedento pelas narrativas (auto)biográficas, ou ainda, o apelo ao *voyeurismo*.

Todavia, a confluência da reflexão historiográfica e do gosto do público pelo gênero se operou em virtude de um fator mais influente: a renovação do individualismo. Apesar de serem variáveis as tentativas de explicação para o *boom* das narrativas de vida nas últimas décadas, uma coisa não se pode negar: a importância do gênero na reflexão historiográfica atual.

No primeiro capítulo, tivemos a oportunidade de problematizar o que se convencionou chamar de um “retorno da biografia” e a identificação da escola dos *Annales* como o ponto de distanciamento em relação ao gênero biográfico.

É comum encontrar a seguinte expressão, com algumas variações que não alteram o seu sentido, nos estudos que tratam da temática do biografismo: “as décadas de 1970 e 1980 conheceram o retorno da biografia”.

Na verdade, o que se costuma identificar como “retorno” é antes de tudo um novo olhar que a historiografia direcionou à escrita biográfica. Ainda que ao longo do século XX uma parcela significativa da comunidade acadêmica, com ênfase para os historiadores, tenha relegado a biografia a um segundo plano, isso não significa que o gênero não tenha sido praticado, pelo contrário, a narrativa de trajetórias individuais até mesmo se intensificou, mesmo não contando com a valorização de grande parte dos historiadores profissionais.

Analisamos a concepção, um tanto apressada, de que a ruptura produzida pelos *Annales* em relação à biografia teria sido decisiva para que o gênero fosse lançado para o escanteio por parte da comunidade dos historiadores.

A história acadêmica, ao longo do século XIX, ou seja, muito antes do surgimento da revista de Marc Bloch e Lucien Febvre e ainda no início do século XX, já havia desamparado o gênero biográfico.

Desde o surgimento, praticamente simultâneo, da biografia e da história no mundo antigo que ambas cavaram um fosso entre si. Sendo assim, não basta apontar que a biografia ficou relegada a um segundo plano durante a hegemonia dos *Annales*.

É preciso problematizar essa marginalização da biografia, enquanto expressão e objeto de conhecimento historiográfico, pelos *Annales*. O desprezo pela narrativa biográfica se deu em função de haver o predomínio do pensamento de que apenas as dimensões estruturais de longa duração seriam capazes de apreender os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, fugindo à superficialidade dos fatos.

No segundo capítulo do presente estudo, analisamos aspectos do biografismo brasileiro tomando depoimentos e opiniões colhidas junto aos textos produzidos pela crítica literária nos anos 1930-40 e estabelecendo um comparativo com o debate da crítica nos anos 1950-70.

Apuramos que entre os vários temas discutidos pela crítica literária nos anos 1930 e 1940, o debate em torno da proliferação das biografias, principalmente a chamada biografia romanceada, encontrou um ponto em comum: as biografias seriam o formato ideal a fim de expressar conceitos como as relações entre indivíduo e sociedade, entre o nacional e o universal, temáticas que refletiam as visões de intelectuais desejosos de um país moderno.

A epidemia biográfica, para além da questão quantitativa, apontaria também para os projetos de intelectuais que investiam na renovação do texto biográfico, híbrido de romance e história, como uma possibilidade de exprimirem as contradições e interstícios do ser individual e a sociedade na qual estaria inserido.

Apontamos que os temas tratados pela crítica literária dos anos 30 e 40 coadunam em algumas questões centrais: a epidemia biográfica, a dimensão realista da biografia e a emergência de uma biografia moderna. O sucesso do gênero ficou marcado então pela capacidade de unir história e romance.

Afirmamos que apesar de as opiniões continuarem divididas a respeito da biografia romanceada, assim como nos anos 30 e 40, durante as décadas de 50 a 70, a balança já começava a pender visivelmente para a biografia histórica, considerada como a melhor maneira de se narrar uma existência individual.

O esquadrihar de alguns depoimentos veiculados pela crítica literária no período de 1950 a 1970 revelou a fecundidade de diversas opiniões, algumas diametralmente opostas, outras que se complementam e dialogam.

Um olhar mais atento, permitiu-nos compor um painel com alguns temas que se sobressaíam, se repetiam e se rearranjavam: “biografia, gênero híbrido”, “as dificuldades para biografar”, “biografia histórica”, “biografia romanceada”, “admiração pelo biografado”, “pesquisa documental”, “equilíbrio entre história e literatura”, “biografia como via de acesso ao passado”, “detalhes reveladores”, “alteridade biográfica”, “poder pedagógico”, “estilo

polido”, “ferramentas do romance”. Afirmamos que os temas elencados acima se aglutinam em torno de uma ideia central: a biografia enquanto gênero híbrido.

Conforme analisamos, o debate sobre o biografismo não sucumbiu com o findar dos anos 1940, pelo contrário, continuou efervescente nos anos 1950 a 1970. Mas ocorreu um deslocamento, a biografia romanceada já não é mais tão apreciada como fora nas duas décadas anteriores.

Conforme o tempo vai se afastando das décadas de 1930 e 40 e adentrando nos anos 50, se intensificou a defesa de uma biografia histórica, profundamente baseada na documentação, exigente de uma escrita em que história e ficção fossem habilidosamente manipuladas a fim de que pudessem compor uma sinfonia biográfica cuja melodia soasse harmonizada ao ritmo constante da busca pelo equilíbrio interno.

Como dito, foi o caráter híbrido da biografia, a sua formação parte de história, parte de ficção, que despertou a atenção da crítica literária, dos autores, leitores nos anos 1950 a 1970 no Brasil.

Tivemos a oportunidade de demonstrar que os diversos temas debatidos pela crítica literária nesse período, anos 1950-70, seriam os aros de uma roda cujo eixo é a discussão sobre a configuração híbrida da biografia, com o ponto principal girando em torno de uma biografia histórica. Notamos que estes temas se ligam por teias quase imperceptíveis a um ou a outro componente deste gênero híbrido: à história ou à literatura.

Na verdade, estes temas não podem ser desvinculados, tratados separadamente, uma vez que surgiram no contexto de uma discussão em que se tirarmos um deles ou se o analisarmos de maneira isolada, o teor da mesma se perde justamente porque é na confluência da variedade e na projeção de uma dualidade, história e ficção, que se complementa mutuamente na composição da biografia que reside a riqueza do debate.

A identificação dos termos como ligados ou à história ou à literatura serve como demonstrativo de que são estes elementos a mola propulsora das opiniões, tomadas de posição, comentários, em suma, os fios condutores do debate travado pela e na crítica literária acerca da condição híbrida da biografia e sobre quais seriam os modelos, a metodologia, que a escrita biográfica deveria seguir, mirar, buscar inspiração, no caso, a biografia histórica.

O debate da crítica literária nos anos 1950-1970 sobre os modelos e os métodos relacionados a biografia histórica está relacionado ao “lugar social” de produção desta modalidade narrativa, construída e organizada a partir de documentos e questões propostas pelo presente.



Nesse sentido, Raimundo Magalhães Junior foi um autor que escreveu biografias históricas a partir de um “lugar social”, uma obra biográfica que se articula com um espaço de produção social, econômico, político e cultural.

O autor chega ao Rio de Janeiro em 1930, no início de uma década que ficaria marcada pela institucionalização de universidades como a de São Paulo e a do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse cenário, ainda era incipiente a configuração do campo acadêmico do historiador, campo plural e que começava a ser marcado pela transição entre os historiadores autodidatas e os profissionais.

O perfil do historiador nesse tempo é diversificado, sem formação acadêmica específica, trata-se de um escritor polígrafo, envolvido em diversas áreas como a política, a diplomacia, a imprensa, a advocacia, a literatura e o ensino.

O historiador amador, que podemos chamar de escritor de história, dedicava-se a atividades como a confecção de romances históricos, de biografias, edição de documentos raros, redação de volumes escolares, além de se dedicar ao ensaio, a organizar coleções de história, pesquisava em arquivos e bibliotecas, sendo que quase todos eram jornalistas ativos. Era valorizado no historiador os seus dotes literários na estrutura da narrativa historiográfica.

É ponto pacífico que a criação das universidades no Brasil durante a década de 1930, com destaque para a Universidade de São Paulo em 1934, impulsiona, com a formação de profissionais da História, o desenvolvimento de pesquisas, a publicação obras e de revistas especializadas.

Além da criação das universidades, estabeleceu-se um intercâmbio frutífero com professores franceses ao longo dos anos 1930-40, como Henri Hauser, Émile Coornaert, Émile G. Léonard e Jean Gagé, Fernand Braudel, que vieram para as universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Raimundo Magalhães Junior começou a sua produção biográfica nos anos 1950. Portanto, as primeiras turmas de profissionais formados em História pelas universidades começavam a influenciar a produção do conhecimento histórico vinculado a um lugar social: o meio acadêmico.

Todavia, o biógrafo foi um autodidata, um historiador que bebia na fonte da tradição dos anos 1930, um autor polígrafo, um intelectual que se envolveu em diversas frentes de trabalho: escritor de ficção, teatrólogo, contista, cronista, poeta, biógrafo, jornalista, tradutor, vereador, presidente da SBAT, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Chama a atenção que na cidade de Campos, Rio de Janeiro, Raimundo Magalhães Junior encerrou sua vida escolar ao concluir o curso de preparatórios no Liceu de Humanidades, equiparado ao Colégio D. Pedro II. Apesar de ter se envolvido ao longo da carreira com diversas modalidades de escrita, a sua principal atividade remuneratória, segundo ele próprio, foi o jornalismo.

Talvez esta profissão, sem as exigências de escolaridade de então, tenha absorvido suas energias e se algum dia o projeto de ingressar na vida acadêmica ocupou sua mente, tal sonho nunca se realizou. Vale ressaltar que em diversas oportunidades ele demonstrou orgulho de sua condição de autodidata.

O autor chegou a ser chamado de historiador por alguns de seus contemporâneos. Todavia, ele próprio não se considerava um historiador profissional, mas “um escritor de história”. Apesar de abertamente nunca ter se posicionado como historiador, reconhecemos em seu biografismo uma obra de valor historiográfico.

O propósito de Magalhães Junior parece ter sido o de escrever sobre a história social e política do Brasil a partir de protagonistas retratados em narrativas biográficas. A operação biográfica do autor está alicerçada em dois fundamentos: a metodologia historiográfica e a liberdade criativa, a chamada “arte de biografar”.

Em relação à metodologia historiográfica, trata-se do processamento de uma matéria prima: a documentação, que uma vez pesquisada, passa então a ser lida, selecionada, analisada e interpretada. Já a liberdade criativa, a “arte de biografar”, contempla elementos como estilo, elegância, a capacidade de criar um enredo dramático da vida do protagonista, enfim, o emprego dos dotes literários.

Embora seja valorizada sua obra de dramaturgo, contista, escritor de ficção, o traço literário não é tão marcante em suas biografias em função da enorme preocupação de inserir farta documentação em suas narrativas de vidas.

A metodologia historiográfica e a liberdade criativa são dois fundamentos da estrutura de um edifício biográfico composto pelo estudo equilibrado da vida e do contexto histórico, sobre as relações entre o protagonista e a época em que viveu, sobre a sociedade na qual estava imerso. Por meio da biografia, Raimundo Magalhães pretendia efetuar a renovação e por que não dizer, uma atualização da narrativa historiográfica.

Infelizmente, ainda são raros os trabalhos que se voltam para analisar a temática do estudo de uma biografia histórica produzida fora dos muros acadêmicos e inserida em um período de transição entre os chamados historiadores amadores e a formação/atuação dos primeiros profissionais do ramo.

O biógrafo, como vimos, leu autores consagrados como Maurois e Strachey, sendo que do último incorporou o método de se preocupar ao mesmo tempo com a figura biografada, com o ambiente da época e com os acontecimentos históricos do seu tempo. Mas foi além da perspectiva fortemente baseada em uma abordagem psicologizante adotada por estes autores na escrita de biografias.

Raimundo Magalhães Junior causava espanto com a sua enorme capacidade de trabalho e de pesquisa, com o sucesso alcançado na dramaturgia, no jornalismo, na escrita de biografias. Nos diversos projetos literários em que se envolveu a recepção ao autor e à sua obra foi imensa, principalmente no tocante às histórias de vida.

Os locais mais visitados pelo biógrafo em busca de material documental para suas biografias seriam endereços como o Museu Imperial de Petrópolis, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Arquivo Nacional, o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era membro, a Biblioteca Nacional e Arquivo e Biblioteca da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1956.

O autor se valia também de sua rede de contatos no mundo diplomático, literário, jornalístico, editorial, confrades na ABL, no IHGB, para obter documentos, entrevistas com pessoas ligadas de alguma forma à figura que por ventura estivesse biografando.

Procuramos deixar claro que ele foi avaliado como escritor de biografias históricas, no sentido do que foi caracterizado por Antonio Candido, isto é, um gênero cujo objetivo é a compreensão do papel da personalidade e, através dele, da época, caracterizando assim, uma técnica para interpretar a história e os fatos sociais a partir das perspectivas dos indivíduos neles envolvidos.

Ou ainda, como pressupõe José Honório Rodrigues, que o biógrafo não deveria individualizar o processo histórico, mas situar o biografado no tempo em que viveu e explorar as redes de poder às quais esteve ligado, mapeando como influenciaram e foram influenciados na e pela sociedade na qual estiveram inseridos.

Vale lembrar que Paulo Rónai comenta que Magalhães Junior sempre conseguira equilibrar a difícil dosagem entre história pública e história privada e que Antonio Olinto, sem meias palavras, o define como um “mestre” na escrita de biografias e também historiador.

O biógrafo não fica restrito ao campo da metodologia histórica na composição de seus retratos em papel e letras. Por meio de seus distintos narradores, em várias ocasiões, ele se arrisca em investidas pela identidade subjetiva de seus biografados, revelando um narrador onisciente. É um risco calculado, da parte do biógrafo, se insinuar pela mente, pelos sentimentos do biografado, interpretando suas ações, suas emoções.

Trata-se de uma abordagem que confere um sabor diferenciado à biografia e como não há exageros, não se torna algo cansativo, lugar comum. O leitor está diante de uma narrativa que reconstitui os passos de um protagonista e da época em que viveu, mas que é também uma *versão* da vida de alguém a partir da perspectiva do autor.

Cabe então questionarmos: o que seria a biografia senão uma versão para uma trajetória pessoal? Diante dos fatos, dos documentos, cabe ao biógrafo lançar mão de suas habilidades a fim de costurar os elementos que dispõe: cartas, diários, matérias de jornal, documentos oficiais, a obra do biografado, entrevistas, depoimentos, enfim, toda uma gama de fontes que se oferecem ou que estão lá para serem cotejadas. Não basta apenas fazer um relato do que se encontra na pesquisa, não é suficiente descrever o material encontrado.

Neste aspecto se destaca Raimundo Magalhães Junior e a sua capacidade de lidar com as fontes, o seu dote interpretativo a fim de extrair da investigação o que se encontra nas entrelinhas, as intensões ocultas, as “verdades” e não apenas a verdade, a habilidade de preencher os vazios documentais com a imaginação, a (re)criação de diálogos, a composição dramática do quadro político e social.

As biografias assinadas por esse escritor prezam por um constante intercâmbio entre o individual e o geral, entre o biografado e a época em que viveu. Para a historiografia, as biografias de Raimundo Magalhães Junior analisadas em nossa pesquisa são uma possibilidade de caminho, uma alternativa viável de estudar a história da transição da Monarquia para a República no Brasil.

Raimundo Magalhães Junior, biógrafo escritor de história, construiu uma obra biográfica marcada pela inserção de um narrador eficiente, conciso, ocupado com a descrição de documentos e se divide entre esta tarefa e a de interpretar as fontes. A partir dos fatores que discutimos ao longo do nosso estudo, a sua obra biográfica pode ser considerada uma variedade de escrita da história, portanto, com valor historiográfico.

Foi preocupado com o tema da construção do nacional que o biógrafo retratou figuras eleitas por seu protagonismo na cena pública de meados do século XIX até as primeiras duas décadas do século XX. Figuras que se destacaram por sua atuação no campo das letras, da política ou que transitaram em ambas as esferas.

Ao concluirmos as nossas análises sobre esse autor e sua produção biográfica, sentimo-nos gratos pelo aprendizado relacionado à pesquisa em arquivos, como os da Fundação Casa de Rui Barbosa e os da Academia Brasileira de Letras, pelo contato com um tempo da história brasileira, com uma determinada concepção de escrita da história e ainda, com o rico debate sobre o gênero biográfico.

## FONTES

### Instituições com acervos referentes

Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, RJ

Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, SP

### Fontes manuscritas e impressas

*Anuário 1957-1959 da Academia Brasileira de Letras*, com as notações para revisão elaboradas por Raimundo Magalhães Junior sobre sua obra e vida profissional. Pasta de Manuscritos, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Correspondência manuscrita e datilografada ao autor da Editora das Américas S.A/EDAMERIS; Companhia Editora Nacional; Otto Maria Carpeaux, 1947; Alberto Dines, 1965; Pedro Calmon, 1951; Raul Lima, 1970-1972; Carlos Drummond de Andrade, 1941 e 1956; além de outros intelectuais como Ribeiro Couto, João Cabral de Melo Neto, Murilo Mendes, Jorge Amado, Rubem Braga, Paulo Mendes de Almeida, Manoel Bandeira, Vivaldi Coaracy, Josué Montello, Candido Motta Filho. Pasta de Correspondência Pessoal, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

### Livros e artigos publicados por Raimundo Magalhães Junior<sup>193</sup>

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Arthur Azevedo e sua época*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

\_\_\_\_\_. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

\_\_\_\_\_. *O fabuloso Patrocínio Filho*. Rio de Janeiro – São Paulo – Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1957.

\_\_\_\_\_. *Deodoro, a espada contra o Império*. 2 v. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

---

<sup>193</sup> Constam desta relação apenas os artigos (publicados em periódicos) e livros citados no presente trabalho.

- \_\_\_\_\_. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- \_\_\_\_\_. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis, desconhecido*. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S. A., 1972.
- \_\_\_\_\_. *Poesia e vida de Augusto dos Anjos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Vida e Obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília: INL, 1981. (Volume 1: Aprendizado)
- \_\_\_\_\_. Preciosidades bibliográficas ignoradas da Biblioteca Nacional. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940, pp. 161-162.
- \_\_\_\_\_. O monumento a Rui Barbosa. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 2 de agosto de 1949, p. 3.
- \_\_\_\_\_. Rui visto por um francês. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 30 de setembro de 1951, p. 3.
- \_\_\_\_\_. A coragem de perder. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 2 de outubro de 1951, p. 3.
- \_\_\_\_\_. O novo encilhamento. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 7 de junho de 1953, p. 3.
- \_\_\_\_\_. Pedro I Redivivo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 8 de agosto de 1953, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Capistrano de Abreu e o “Corsário”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção, 29 de dezembro de 1954, p. 3.
- \_\_\_\_\_. Historiadores do século XIX: conferência do acadêmico R. Magalhães Junior: sessão de 17 de julho [1958]. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v. 96, p. 41-66, jul./dez., 1958.
- \_\_\_\_\_. José Bonifácio e a imprensa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 260, p. 204-220, jul./set., 1963.
- \_\_\_\_\_. O Visconde de Ouro Preto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 257, p. 62-76, out./dez., 1962.

### Artigos em periódicos<sup>194</sup>

Adeus a Raimundo Magalhães Junior. In *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 82, v. 143, janeiro a junho, Rio de Janeiro, Anais de 1982, p. 12-13.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O homem que era trezentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, 17 de dezembro de 1981, p. 7.

ALCÂNTARA, Armando. Rui no altar da Pátria. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 14 de julho de 1965.

ATHAYDE, Austregésilo de. A vida turbulenta de José do Patrocínio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29 de janeiro de 1970.

ATHAYDE, Tristão de. A voz da posteridade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 1 de julho de 1963.

BARRETO, Plínio. Livro de ouro do banditismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 7, 22 de janeiro de 1956.

BROCA, Brito. Deodoro – A espada contra o Império. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno (coluna “Um Passeio pelos Livros”), 20 de julho de 1957, p. 11.

BRUNO, Haroldo. Onde o crítico completa o biógrafo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 21 de setembro de 1975.

CALMON, Pedro. O mito de Rui. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1965.

CAMBARÁ, Isa. Magalhães Jr. revive a figura de Machado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de setembro de 1981.

CANDIDO, Antonio. Limites da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 24 de janeiro de 1959, p. 37.

\_\_\_\_\_. Perenidade da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 28 de fevereiro de 1959, p. 37.

CAVALCANTI Valdemar. Patrocínio: a face humana. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1970.

CONDÉ, José. Informação e Apologia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 19 de janeiro de 1957, p. 11.

\_\_\_\_\_. Livro-bomba sobre Rui Barbosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2º Caderno (coluna “Escritores e Livros”), 22 de setembro de 1964, p. 2.

---

<sup>194</sup> Constam desta relação artigos da crítica literária sobre a temática biográfica em geral e sobre a obra biográfica de Raimundo Magalhães Junior em específico; constam também artigos com informações biográficas sobre o autor e ainda, matérias sobre a produção intelectual de Raimundo Magalhães, sendo que todos estes textos (veiculados em periódicos) foram citados ao longo do presente trabalho.

\_\_\_\_\_. Magalhães, o incrível. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno (coluna “Escritores e Livros”), 9 de março de 1956, p. 12.

\_\_\_\_\_. Rui – O Homem e o Mito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2º Caderno (coluna “Escritores e Livros”), 15 de janeiro de 1965, p. 2.

COSTA FILHO, Odylo. Testemunho de amigo na briga sobre Rui. *Jornal do Comércio*, Recife, 8 de fevereiro de 1965.

COUTINHO, Afrânio. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Correntes Cruzadas”), 10 de agosto de 1952, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Correntes Cruzadas”), 1 de fevereiro de 1958, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Correntes Cruzadas”), 1 de março de 1958, p. 3.

CUNHA, Fausto. A poesia e os tempos de Olavo Bilac. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Guia Quinzenal de Ideias e Publicações, 6 de abril de 1974, p. 1.

DANTAS, Macedo. Capistrano sem retoques. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 23 de maio de 1970, p. 4.

De casaca e “Pince-Nez”, Machado de Assis descia do bonde no Cosme Velho. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1958, p. 19.

*Diário de Notícias*, Suplemento Literário (coluna “Autor e Livro da Semana”). 24 de janeiro de 1965, p. 2.

É dever dos professores defender a glória de Rui. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 27 de março de 1965.

EDNALVA. Magalhães Junior um combatido biógrafo do acadêmico Rui. *Diário do Grande ABC*, São Paulo, 2º Caderno, 12 de janeiro de 1974.

ENEIDA. Machado de Assis Desconhecido. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário, 27 de março de 1955, p. 2.

\_\_\_\_\_. O Fabuloso..., *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4ª Seção (coluna “Encontro Matinal”), 4 de agosto de 1957, p. 7

Falta estatura para destruir o grande mito. *A Tarde*, Salvador, 10 de fevereiro de 1965.

FILHO, Adonias. Biografias. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 de outubro de 1959.

\_\_\_\_\_. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Primeira Seção (coluna “Estante”), 24 de janeiro de 1958, p. 10.

\_\_\_\_\_. Saldanha da Gama. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 de outubro de 1959.

GOES, Tânia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1970.



JORGE, Salomão. O “Intelectual do Ano” e a fraude contra o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Seção Livre, 14 de março de 1979.

LAUS, Lausimar. O novo livro de Magalhães Junior. *O Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Suplemento Literário, 4 de agosto de 1979.

LEÃO, Múcio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), 23 de dezembro de 1956, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1958, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1958, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Suplemento Dominical (coluna “Vida dos Livros”), 5 de julho de 1957, p. 6.

LIMA, Raul. O biógrafo Luís Viana Filho. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário, 17 de agosto de 1952, p. 3.

LINHARES, Temístocles. Da biografia e alguns biógrafos – 1. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 25 de julho de 1970, p. 45.

\_\_\_\_\_. Da biografia e alguns biógrafos – 2. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 1 de agosto de 1970, p. 46.

\_\_\_\_\_. Da biografia e alguns biógrafos – 3. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 8 de agosto de 1970, p. 50.

\_\_\_\_\_. Da biografia e alguns biógrafos – 4. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 29 de agosto de 1970, p. 51.

\_\_\_\_\_. Monteiro Lobato, homem frustrado? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Literatura e Arte, 25 de março de 1956, p. 75.

\_\_\_\_\_. Vida e obra em Machado de Assis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário, 30 de outubro de 1955.

Literatos do Sul de Minas condenam livro sobre Rui, chamando-o de “inoportuno”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1965.

Livro sobre Rui é acusado de altamente impatriótico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1965.

Livro sobre Rui garante viagem a Magalhães Junior. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1967. p. 4.

MACHMAN, Flora. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1965.

Magalhães Jr. promete mais dois capítulos na segunda edição do livro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1965.

Magalhães Junior sofre acidente e está em coma. *O Globo*, Rio de Janeiro, Grande Rio, 2 de dezembro de 1981, p. 9.

MARTINS, Luís. José do Patrocínio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de fevereiro de 1970.

MARTINS, Mário. A polêmica do ano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1965.

MARTINS, Wilson. Da história paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 10 de novembro de 1955.

\_\_\_\_\_. De Pujol a Magalhães Junior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Especial, 30 de maio de 1982, p. 5

\_\_\_\_\_. Hipólito José da Costa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 1 de fevereiro de 1958, p. 10.

\_\_\_\_\_. JK. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 13 de agosto de 1960, p. 2.

\_\_\_\_\_. Juca Paranhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 5 de março de 1960, p. 10.

\_\_\_\_\_. Monteiro Lobato – I. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 8 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. Panfletos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 6 de setembro de 1956.

\_\_\_\_\_. Um estadista e sua época – I. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 8 de dezembro de 1955.

\_\_\_\_\_. Um estadista e sua época – II. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 15 de dezembro de 1955.

\_\_\_\_\_. Um estadista e sua época – III. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 11, 22 de dezembro de 1955.

\_\_\_\_\_. Uma biografia de Deodoro. *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário, 28 de dezembro de 1957, p. 2.

MEDEIROS, Mauricio. “Rui, o Mito e o Homem”. *A Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 28 de janeiro de 1965. Ver Pasta 15-1-7, arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

MELO FILHO, Murilo. R. Magalhães Júnior: Um operário da inteligência. In *Revista Brasileira*, ano XV, n. 58, Fase VII, janeiro-fevereiro-março, Rio de Janeiro, 2009, p. 9-19. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/media/REVISTA%20BRASILEIRA%2058-CULTO.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2015.

MENDES, Oscar. Bilac e sua época. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 de abril de 1974.

MONTEIRO, Adolfo Casais. Katherine Mansfield. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Literatura e Arte, 11 de julho de 1954, p. 61.

\_\_\_\_\_. Fernando Pessoa Desfigurado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 15 de maio de 1952.

MONTELLO, Josué. Uma nova experiência biográfica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 8 de outubro de 1964, p. 6.

\_\_\_\_\_. Uma vida romanesca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 5 de maio de 1966.

MOUTINHO, Nogueira. A Águia de Haia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de maio de 1969.

NEGREIROS, Gilberto. Os ensinamentos dos anos 30. *Folha de S. Paulo*, 6 de janeiro de 1979. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_2.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_2.htm)>. Acesso em 15 de abril de 2015.

O que se lê no Brasil. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938, pp. 401-408.

Que se passa com R. M. J? 4 livros em 40 dias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 28 de julho de 1957, p. 2, 14.

OLINTO, Antonio. Eis o verdadeiro retrato de Bilac. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 3 de abril de 1974.

\_\_\_\_\_. Narrativa e conceito na vida de Patrocínio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1970.

\_\_\_\_\_. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 de novembro de 1961.

\_\_\_\_\_. *O Globo*, Rio de Janeiro, Suplemento Literário (coluna “Porta de Livraria”), 13 de novembro de 1961, p. 5.

\_\_\_\_\_. O tempo e a vida de Artur. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 de maio de 1966.

OLIVEIRA, José Carlos. O dia de 36 horas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, 9 de outubro de 1974, p. 4.

PEREIRA, Antônio Gomes. Rui e o mito de Rui. *O Povo*, Fortaleza, 30 de janeiro de 1965.

PINTO, Luís. José do Patrocínio vivo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de abril de 1970.

PÓLVORA, Hélio. A vida de Patrocínio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B (coluna Livros), 4 de fevereiro de 1970, p. 2.

PONGETTI, Henrique. Mito ou tabu? *O Globo*, Rio de Janeiro, coluna “O Show da Cidade”, 23 de março de 1965, p. 3.

PORTELLA, Eduardo. Linguagem e ideologia. *O Globo*, Rio de Janeiro, Literatura, 2 de junho de 1974, p. 9.

Professor defende Rui contra livro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1965.

QUEIRÓZ, Raquel de. O Patrocínio de Magalhães Junior. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1970.

R. Magalhães Junior: o biógrafo recompensado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Literatura, 11 de dezembro de 1972, p. 5.

Raimundo Magalhães Jr., o fim da biografia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 1981, p. 48.

REZENDE, Carlos Penteado de. Biografia (coluna “Resenha Bibliográfica”). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 11 de fevereiro de 1967, p. 4.

RODRIGUES, José Honório. A biografia, sua evolução e sua técnica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Quinto Caderno, 9 de junho de 1957, p. 1-2.

Rui – o homem e o mito: livro seco como uma caatinga. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1965.

Rui tira a calma da Academia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1965.

Rui. *Jornal da Bahia*, Salvador, 7 de março de 1965. Ver Pasta 15-1-7, Arquivo Raimundo Magalhães Junior, Arquivo dos Acadêmicos, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

SANTOS, Manoel Hygino dos. Rui visto por Magalhães Junior. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 23 de dezembro de 1981.

SILVA, H. Pereira da. A vida vertiginosa de João do Rio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1979.

SILVA, H. Pereira da. Rui, o homem e o mito. *Jornal do Comércio*, Recife, 14 de outubro de 1979.

SILVA, Júlio Romão da. Sobre a arte de biografar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 10 de setembro de 1955, p. 9.

SILVA, Mário Júlio. “Rui, o homem e o mito”. *Diário Comércio & Indústria*, São Paulo, 14 de março 1965.

SILVEIRA, Joel. As boas biografias de R. Magalhães Junior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Mercado, 17 de junho de 1972, p. 11.

Só aos inimigos da Liberdade interessa a destruição de Rui. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1965.

SOARES, Emmanuel de Bragança Macedo. Bagdocimo, precursor de Magalhães na destruição de Rui. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1965.

SOBRINHO, Barbosa Lima. “Um país perdulário?”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 28 de fevereiro de 1982, p. 11.

Vereador pede a livreiros que não vendam o livro de Raimundo Magalhães Junior. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 de janeiro de 1965.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: história, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 15-38.

ANDRADE, Mariza Guerra de. *Anel encarnado: biografia e história em Raimundo Magalhães Junior*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como possibilidade de escrita da história. *Dimensões*, Uberlândia, v. 24, p. 157-172, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BANDEIRA, Carlos Viana. *Lado a Lado de Rui (1876-1923)*. Rio de Janeiro, MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1960.

BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo : Cultrix, 1977.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOLLE, Adélia Bezerra de Menezes. *A obra crítica de Álvaro Lins e sua função histórica*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: *Revista Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol. 5, n. 1, 2005, p. 49-50.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, outubro de 1998, p. 35.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix, 1999.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito* (com Bill Moyers). São Paulo: Palas Athena, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, pp. 107-143.

CARDOSO Vicente Licínio (Org). *À margem da história da República*. Ideais, crenças e afirmações. Inquérito por escritores da geração nascida com a República, 1924.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1933.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 283-302, julho de 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000100003>>. Acesso em 24 de janeiro de 2015.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CAVALHEIRO, Edgard. *Biografias e biógrafos*. Curitiba/São Paulo/Rio de Janeiro: Guaíra, 1943.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 7, n. 13, 1994, p.97-113.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II até o*

artigo *História e Ciências Sociais: a longa duração* (1949-1958). Assis, 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

DINES, Alberto. Em Busca do Outro: Biografias e Histórias de Vida. In WORCMAN, Karen; PEREIRA Jesus Vasquez (Coord.). HISTÓRIA FALADA: MEMÓRIA, REDE E MUDANÇA SOCIAL. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, pp. 175-178.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUBY, George. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DUTRA, Eliana de Freitas. Cultura. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (Direção); GOMES, Angela de Castro (Coordenação). *História do Brasil nação:1808-2010*, Rio de Janeiro, RJ: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2011, vol. 4, pp. 229-280.

FALCON, Francisco José Calazans. História e Cultura Histórica. *Estudos Históricos*, n. 19. Rio de Janeiro, 1997.

FANINI, Michele Asmar. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. *História (São Paulo)*. Franca, v. 29, n. 1, pp. 345-367, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742010000100020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000100020)>. Acesso em 23 de fevereiro de 2014.

FAUSTO, Boris. A vida política. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (Direção); GOMES, Angela de Castro (Coordenação). *História do Brasil nação:1808-2010*, Rio de Janeiro, RJ: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2011, vol. 4, pp. 91-141.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Lisboa: Ed. ASA, 1994.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: Algunas aproximaciones. In: *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, p. 541.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos. Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 5, 2006.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Antonio Cavalcanti Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.19, n. 55, p. 349-366, 2005.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 179-202.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOLUBOVI, Zagorka. O problema da personalidade no pensamento marxista. *Lutas Sociais*, São Paulo, 1998. p. 91-98.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

\_\_\_\_\_. História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 119-135, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa Souza de Menezes (et al). Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JORGE, Salomão. *Um piolho na asa da Águia*. São Paulo: Saraiva, 1965.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006.

LACOMBE, Américo Jacobina. A propósito de Rui, o Homem e o Mito. In *Digesto Econômico*, ano 20, nº 183, maio/jun. 1965. Disponível em <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB\\_AmericoJacobinaLacombe\\_AProposito\\_de\\_Rui.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_AmericoJacobinaLacombe_AProposito_de_Rui.pdf)>. Acesso em 12/12/14.

LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 19, Rio de Janeiro, 1997, p. 67-81.

LENA JUNIOR, Hélio de. Gregório Bezerra: o ser camponês e o tornar-se comunista. In AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 207-225.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: Da biografia. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184.



LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

LIMA, Marcos Hidemi de. Afrânio Coutinho e o New Criticism no Brasil. *Darandina Revisteletrônica*, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, 2009, p. 1-8.

LISBOA, Marcos José Alves. O conceito de identidade narrativa e a alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações. *Impulso*, Piracicaba, v. 23, n. 56, p. 99-112, 2013.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988, p. 225-249.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. *Cadernos Cedem*, v 1, p. 16-32, 2008.

MALCOLM, Janet. *A mulher calada: Ted Hughes e os limites da biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, 2002, p. 11-27.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1929-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MOISÉS, Leyla Perrone. *Roland Barthes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of greek biography*. Cambridge: Cambridge University, 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ORICO, Osvaldo. *Rui: o mito e o mico*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Tradução de Gilson César Cardoso. São Paulo: Paumape, v. V, 1991.

PONTES, Heloisa. Durkheim: uma análise dos fundamentos simbólicos da vida social e dos fundamentos sociais do simbolismo. *Cadernos de Campo*, São Paulo, 1993. 89-102.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um quadro dos editores, das editoras e das coleções brasileiras nas décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 2º semestre, 1988.

PRIORE, Mary del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história... *Topoi*, v. 10, n. 19, 2009, p. 7-16.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (Direção); Daniel Aarão Reis (Coordenação). *História do Brasil nação:1808-2010*, Rio de Janeiro, RJ: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2011, vol. 5, pp. 75-125.

REVEL, Jacques. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Tradução de Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

\_\_\_\_\_. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin e Nilton Milenez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

\_\_\_\_\_. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RICOEUR, Paul. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. *Arquipélago*, n. 7, p. 177-194, 2000.

\_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa III*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

RÓNAI, Paulo. R. Magalhães Junior, o biógrafo das letras brasileiras. In MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Poesia e vida de Cruz e Sousa*. 2 ed. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S/A, 1971, pp. XI-XX. (Homens e Épocas das Letras e das Artes Brasileiras, v.1).

SANTOS, José Maria dos Santos. *Política geral do Brasil*. São Paulo: J. Magalhães, 1930.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*, v. 8, n. 10, p. 131-142, 2004.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz. Biografia como gênero e como problema. *História Social*, Campinas, n. 24, p. 51-73, 2013.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Biografia: espaço de memória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBS, 2011.

\_\_\_\_\_. Espelhos de palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012a. p. 39-61.

\_\_\_\_\_. Rui Barbosa: memória e esquecimento. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 1111-1135, 2012b.

SOUZA, Eneida Maria de. Notas sobre a crítica biográfica. In: SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 111-120.

SÜSSEKIND, Flora. *Papéis colados*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996.

VILAS BOAS, Sérgio. *Biografias & biógrafos: jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Samus Editorial, 2002.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado. Machado de Assis na escrita de biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

\_\_\_\_\_. Homens de arquivo: o poder entre papéis e livros. In PETERLE, P. et al (Orgs.). *Escritura e Sociedade: o intelectual em questão*. Assis: FCL-Assis-UNESP-Publicações, 2006, pp. 19-33.